

**MARIA RITA MAZZUCATTO**

**NOVAS NARRATIVAS DA**

**PARE  
NTAL  
IDADE**

**CONTEMPORÂNEA**

Um estudo sobre a influência da comunicação, da afetividade e da educação nas relações entre pais e filhos a partir da coluna de Vera Iaconelli na Folha de S. Paulo

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES**

Maria Rita Mazzucatto

**Novas narrativas da parentalidade contemporânea:**  
um estudo sobre a influência da comunicação, da afetividade e da educação nas  
relações entre pais e filhos a partir da coluna de Vera Iaconelli na Folha de S. Paulo

São Paulo - SP  
2023

**MARIA RITA MAZZUCATTO**

**Novas narrativas da parentalidade contemporânea:**  
um estudo sobre a influência da comunicação, da afetividade e da educação nas  
relações entre pais e filhos a partir da coluna de Vera Iaconelli na Folha de S. Paulo

**Versão original**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de mestre.

Área de concentração: Ciências da Comunicação.

Linha de pesquisa: Comunicação: Interfaces e Institucionalidades.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Nassar de Oliveira.

São Paulo - SP  
2023

## RESUMO

A presente dissertação de mestrado propõe-se discutir, sob a ótica da comunicação, em interface com o afeto e a educação, as novas narrativas da parentalidade contemporânea no Brasil. O objeto de análise para a discussão é a influência destes elementos nas relações entre pais e filhos, tendo como *corpus* de amostra a coluna semanal da psicanalista Vera Iaconelli na *Folha de S. Paulo*. O estudo analisa 40 artigos sobre a temática da parentalidade e do cuidado com crianças e adolescentes, escritos por Iaconelli no veículo de comunicação e publicados entre os anos 2020 e 2021. Para isso, utilizamos, inicialmente, as metodologias de revisão bibliográfica e discussão teórica, a fim de contextualizar a questão do amor, das relações afetivas na contemporaneidade, o surgimento e desenvolvimento histórico das noções de infância, adolescência e parentalidade, bem como direitos adquiridos, com enfoque à comunicação, à educação e à afetividade como direitos essenciais à vida humana, além de pontuarmos a importância das narrativas e o conceito de novas narrativas. Ademais, para entender tais questões em aplicação aos temas tratados nos artigos, utilizamos a metodologia de análise de conteúdo, que permitiu inferirmos como são manifestadas e qual a influência da comunicação, da educação e do amor no exercício da parentalidade, possibilitando a indicação de novas narrativas sobre a temática. No que tange à comunicação, nossas inferências giram em torno dos desafios do uso excessivo de telas e das redes sociais, ao mesmo tempo em que abordamos o poder simbólico relevante de campanhas que promovem diversidade e inclusão. Já sobre a educação, vemos que seu papel vai muito além dos muros da escola e deve contribuir para a mobilização entre família, sociedade e Estado. Enquanto isso, a educação sexual torna-se um tema cada vez mais urgente, a fim de prevenir abusos e garantir direitos. Sobre o amor parental e as novas temáticas sobre ele, vemos as novas configurações afetivas demandarem mais igualdade de direitos entre pais e mães e exigirem a validação de novos arranjos familiares, relacionados à promoção de uma sociedade mais justa, diversa, inclusiva e solidária.

**Palavras-chave:** comunicação; novas narrativas; amor parental; educação; infância e adolescência.

## ABSTRACT

This master's dissertation proposes to discuss, from the perspective of communication, in interface with affection and education, the new narratives of contemporary parenting in Brazil. The object of analysis for the discussion is the influence of these elements in the relations between parents and children, having as sample the weekly column of the psychoanalyst Vera Iaconelli in *Folha de S. Paulo*. The study analyzes 40 articles on the subject of parenting and care for children and teenagers, written by Iaconelli in the vehicle and published between 2020 and 2021. In order to do that, we initially used the methodologies of bibliographic review and theoretical discussion to contextualize the issue of love, affective relationships in contemporary times, the emergence and historical development of the notions of childhood, adolescence and parenting, as well as acquired rights, with a focus on communication, education and affectivity as essential rights to human life, in addition to pointing out the importance of narratives and the concept of new narratives. Furthermore, in order to understand such issues to the addressed themes, we used the content analysis methodology, which allowed us to infer how they are manifested and what is the influence of communication, education and love in the exercise of parenting, enabling the indication of new narratives on the subject. With regard to communication, our inferences revolve around the challenges of excessive use of gadgets and social networks, while also addressing the relevant symbolic power of campaigns that promote diversity and inclusion. As for education, we see that its role goes far beyond the walls of the school and must contribute to the mobilization between family, society and state. Meanwhile, sex education becomes an increasingly urgent issue in order to prevent abuse and guarantee rights. About parental love and the new themes about it, we see the new affective configurations exert pressure for equal rights between fathers and mothers, in addition to demanding the validation of new family arrangements, related to the promotion of a fairer, more diverse, inclusive and solidary society.

**Keywords:** communication; new narratives; parental love; education; childhood and adolescence.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

---

Mazzucatto, Maria Rita  
Novas narrativas da parentalidade contemporânea: um estudo sobre a influência da comunicação, da afetividade e da educação nas relações entre pais e filhos a partir da coluna de Vera Iaconelli na Folha de S. Paulo / Maria Rita Mazzucatto; orientador, Paulo Roberto Nassar de Oliveira. - São Paulo, 2023.  
209 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.  
Bibliografia  
Versão original

1. comunicação. 2. novas narrativas. 3. amor parental. 4. educação. 5. infância e adolescência. I. Nassar de Oliveira, Paulo Roberto. II. Título.

302.2

CDD 21.ed. -

MAZZUCATTO, Maria R. **Novas narrativas da parentalidade contemporânea**: um estudo sobre a influência da comunicação, da afetividade e da educação nas relações entre pais e filhos a partir da coluna de Vera Iaconelli na Folha de S. Paulo. 2023. 209f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho é fruto de uma vida colaborativa em sua essência e não teria sido possível sem algumas pessoas, para quem dedico este agradecimento.

Inicialmente, agradeço a meus pais, Jésus e Maria José, que me proveram com tudo o que é necessário à vida boa. Agradeço seu apoio, proteção, sabedoria, compreensão, puxões de orelha, amor (muito amor), limites e, sobretudo, por serem suporte incondicional aos meus sonhos.

Aos meus irmãos, Alexandre e Mônica, por sua amizade e apoio em toda a minha jornada, especialmente diante dos revezes. Em conjunto com papai e mamãe, vocês são o meu núcleo familiar fundamental. Nele me espelho e a ele recorro sempre que preciso de forças para continuar.

Ao Rodolfo, que compartilha comigo seus dias e seus planos. Obrigada por ser minha melhor companhia e estar comigo em todas as minhas loucuras. Embora nem sempre tenha sido fácil, saiba que essa conquista é também sua.

A Duda, Bela, Caio, Gi e Helô, que serão sempre minhas crianças e presentes que colorem minha vida. É lindo vê-los crescer cada dia mais inteligentes e fortes para enfrentar o mundo.

Agradeço também aos meus cunhados e seu apoio e compreensão, em especial à Luciana (que sempre tira um minutinho do dia para saber como estou e oferecer cuidado), ao Fernando (por toda a ajuda no dia a dia), à Natália (pelo conhecimento compartilhado) e ao Ique (por cuidar tão bem das nossas meninas).

Ao meu orientador, professor Paulo Nassar, por toda a sua confiança, apoio, suporte e conhecimento inesgotável. Meu agradecimento pela nossa parceria é ínfimo diante do que representa para mim e minha trajetória.

À Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, por ser tão única e conter em si um universo de possibilidades. Encontrar-me neste espaço me mudou para sempre e sou grata às possibilidades que me proporcionou e segue proporcionando.

Às professoras Ana Torezan e Michelle Asato, por toda a parceria e acolhida. Vocês são sinônimo de carinho, incentivo e boas conversas. Não tenho palavras para agradecer seu apoio, cuidado e conhecimento valioso.

Ao professor Luiz Alberto de Farias, com quem convivo desde a graduação e que tem se tornado cada dia mais importante em minha caminhada acadêmica.



À professora Cremilda Medina, cujo afeto colocado em prática renova sempre minhas esperanças no poder da educação.

Aos meus professores de toda a vida, que sempre me abasteceram de boas referências e visão crítica. Meu privilégio por tê-los conhecido é imenso. Em especial, a Marcelo Muller, profissional empático e quem primeiro me apresentou ao tema do amor em uma aula memorável. Sigo colocando arte na vida e honrando seus ensinamentos todos os dias.

Aos grupos de pesquisa dos quais faço parte, o GENN e o CriadirMACK, e à equipe da Revista Interfaces da Comunicação. Ao GENN, agradeço por toda a inspiração para pesquisar as novas narrativas dos nossos tempos. Ao CriadirMACK, obrigada por me proporcionar a pluralidade de visões e a companhia essencial para a prática da pesquisa. Meus sábados são melhores quando dos nossos encontros. Ao time Interfaces da Comunicação, agradeço pela oportunidade de participar deste projeto tão sonhado.

Aos meus amigos, alguns presentes de muito tempo, outros recentes adições, todos muito importantes. Alguns a distância, outros provendo seu amor no cotidiano, outros, ainda, presentes em mensagens carinhosas pelas redes. Estas que podem nos desconectar, mas, se bem usadas, nos mantêm perto de quem a vida levou para longe. Com algum risco de esquecer alguém importante, agradeço em especial:

À Marisa Cândido, minha grande amiga de todas as horas. Agradeço por se manter rocha firme em um mundo tão líquido e por compreender que a distância entre nós é detalhe perto do que temos. Sua importância é sólida e perene para mim.

À Sayuri Monma e à Isa Meirelles, minhas *ecanas*, agradeço pelo incentivo incondicional, a preocupação constante e a compreensão com minha ausência em alguns momentos.

À Marina Sardinha, por fazer parte de quem sou.

Ao Renato Albarello, meu exemplo *ecano*, que, mesmo do outro lado do planeta, sempre consegue um tempinho para mim.

À Tariana Machado, *pokémon* mais querida e que hoje tenho a honra de chamar de amiga. Sua generosidade me inspira todos os dias. Obrigada por ser quem é e querer compartilhar suas conquistas com mais pessoas.

Aos queridos Almir Oliveira e Cláudio Sales, pela presença ativa e essencial em nossas vidas.

Ao Adalberto Oliveira, por nossas conversas, que fazem tão bem.

À Maria Clara, vizinha amiga que é inspiração e sempre torceu por mim.

À Giovana Sanches, à Cristiane Parnaíba, ao Vinicius Aniceto e à Ana Clara Oliveira Silva, por seu afeto, mesmo a distância.

À Fernanda Aidar, à Jéssica Ribeiro, à Suellen Slindvain, à Marina Piza, à Catarina Marques, à Ana Borges, à Juliana Garcia e às demais amigas que o trabalho me proporcionou. Seu incentivo e torcida vão muito além da vivência corporativa que nos uniu.

À Graziela Moura e à Tatiane Ferreira, minhas amigas mais antigas. É um prazer vê-las prosperando e poder seguir contando com sua amizade pela vida afora.

Agradeço ainda aos colegas da pós-graduação. Embora a pandemia tenha tornado os contatos majoritariamente virtuais, foi muito bom poder contar com a ajuda de vocês por essa caminhada. Em especial, à Dalila Coelho, parceira de curso e tema. O trajeto até aqui foi recheado de afeto na sua companhia.

Este trabalho tem muito de cada um de vocês, em cada palavra de incentivo que compartilham comigo todos os dias. Se falar de amor exige coragem, inspiração e exemplo nunca me faltaram. Por isso, sou muito grata a esse núcleo de afeto e suporte que me circunda.

Finalmente, sou grata pelo dom e o desafio da vida. Tem sido incrível.

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

<b>Figura 1</b> – Fotografia de sarcófago romano com a arte “ <i>Dextrarum iunctio</i> ” .....	50
<b>Figura 2</b> – Exemplo de cabeçalho das colunas de opinião semanais de Vera Iaconelli na <i>Folha de S. Paulo</i> .....	114
<b>Figura 3</b> – Detalhamento metodológico.....	120
<b>Figura 4</b> – Jornada da análise de conteúdo.....	130
<b>Figura 5</b> – Nuvem de palavras com a amostra total, contando com limpeza simples.....	162
<b>Gráfico 1</b> – Gráfico de similitudes com palavras cuja frequência é maior que dez vezes - versão limpa.....	169
<b>Gráfico 2</b> – Gráfico de similitudes com palavras cuja frequência é maior que dez vezes - versão com setorização.....	169

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Quadro de dupla entrada.....	122
<b>Tabela 2</b> – Matriz ritual.....	125
<b>Tabela 3</b> – Período de publicação dos artigos que compõem o <i>corpus</i> .....	132
<b>Tabela 4</b> – Quantidade de artigos que mencionam parentalidade, crianças e adolescentes e sua porcentagem em relação à amostra.....	140
<b>Tabela 5</b> – Quantidade de artigos que mencionam família, vida e dinâmica familiares e sua porcentagem em relação à amostra.....	141
<b>Tabela 6</b> – Quantidade de artigos que mencionam a pandemia de COVID-19 e sua porcentagem em relação à amostra.....	141
<b>Tabela 7</b> – Quantidade de artigos que mencionam afeto, amor, cuidado ou conceitos afins e sua porcentagem em relação à amostra.....	143
<b>Tabela 8</b> – Quantidade de artigos que escola, educação ou conceitos afins e sua porcentagem em relação à amostra.....	149
<b>Tabela 9</b> – Quantidade de artigos que mencionam comunicação, redes sociais, uso do celular, telas ou campanhas e sua porcentagem em relação à amostra.....	153
<b>Tabela 10</b> – 50 grupos de palavras mais frequentes nos textos.....	158

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 UMA CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O AMOR E AS RELAÇÕES AFETIVAS AO LONGO DA HISTÓRIA .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Uma introdução filosófica sobre o amor .....</b>	<b>17</b>
<b>2.2 Breve contextualização sobre amor e casamento ao longo da história .....</b>	<b>24</b>
<b>2.3 A revolução do amor na era da globalização .....</b>	<b>26</b>
<b>2.4 A transformação da intimidade.....</b>	<b>30</b>
<b>2.5 O amor parental na Modernidade Líquida .....</b>	<b>32</b>
<b>2.6 Os desafios da alteridade na Sociedade do Cansaço.....</b>	<b>36</b>
<b>3 A INFÂNCIA, A ADOLESCÊNCIA E A PARENTALIDADE A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E AFETO .....</b>	<b>42</b>
<b>3.1 O amor e o cuidado social com crianças e adolescentes: noções de infância, adolescência e parentalidade em perspectiva histórica .....</b>	<b>42</b>
3.1.1 Império Romano.....	45
3.1.2 Alta Idade Média.....	48
3.1.3 Da Europa feudal (a partir do ano mil) até a Renascença .....	49
3.1.4 Do Renascentismo ao Iluminismo.....	52
3.1.5 A vida privada inaugurada pela Revolução Francesa até os dias atuais.....	59
3.1.6 O contexto brasileiro .....	64
3.1.7 Reflexões contemporâneas sobre a parentalidade .....	71
<b>3.2 Breve histórico sobre direitos adquiridos de crianças e adolescentes e afeto como direito .....</b>	<b>80</b>
<b>3.3 Comunicação como direito humano fundamental .....</b>	<b>89</b>
<b>3.4 Direito à educação em interface com a comunicação .....</b>	<b>97</b>

3.5 Reflexões sobre narrativas e novas narrativas.....	105
<b>4 Os desafios da parentalidade contemporânea brasileira a partir da coluna de Vera Iaconelli na <i>Folha de S. Paulo</i> .....</b>	<b>113</b>
<b>4.1 Procedimentos metodológicos.....</b>	<b>118</b>
4.1.1 Tipo de estudo .....	120
4.1.2 Abordagem.....	120
4.1.3 Estratégia para a coleta de dados.....	121
4.1.4 Técnica de análise .....	122
<b>4.2 A pré-análise.....</b>	<b>131</b>
<b>4.3 A exploração do material .....</b>	<b>137</b>
<b>4.4 O tratamento dos resultados objetivos e interpretação.....</b>	<b>139</b>
<b>4.5 Novas narrativas da parentalidade contemporânea.....</b>	<b>172</b>
4.5.1 Novas narrativas da comunicação .....	173
4.5.2 Novas narrativas da educação .....	175
4.5.3 Novas narrativas do amor parental.....	176
<b>Considerações possíveis.....</b>	<b>182</b>
<b>Referências .....</b>	<b>187</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Somos seres gregários e, por mais que sejam reconhecidamente importantes a solidão e o exercício de estar bem na própria companhia, é a partir da relação com outras pessoas que tivemos e seguimos tendo sucesso evolutivo e civilizatório. Em uma sociedade cada vez mais conectada e hipermediada pelas redes digitais de comunicação e dispositivos ascendentemente velozes e interligados entre si, era de se esperar que o problema da solidão humana fosse superado.

Entretanto, como nos aponta Noreena Hertz (2021), o que ela denomina como “Século da Solidão” já era uma realidade antes mesmo da pandemia de COVID-19, que colocou à prova nossa resistência ao isolamento social.<sup>1</sup> Companhia verdadeira torna-se raridade e a lógica capitalista rapidamente trata de transformá-la em produto. É possível hoje em dia pagar para ter um amigo, por exemplo, e o problema da solidão vai muito além dos desafios que vemos serem uma realidade entre idosos e pessoas que residem em megalópoles. Com isso, em tempos de ministérios da solidão (NEDER, 2022), acreditamos ser importante falarmos em diversos âmbitos, especialmente no acadêmico, sobre possibilidades de enfrentamento aos desafios impostos às relações afetivas pela globalização, hiperconectividade e Pós-Modernidade. Exemplo disso é o fato de abordarmos aqui o assunto do amor, do afeto e do dever de cuidar de novas gerações de indivíduos cujos desafios apenas conseguimos tangenciar neste momento.

Nisso se baseia este trabalho, que visa à interligação entre os conceitos de comunicação, afetividade e educação como fatores de influência nas relações parentais contemporâneas. Para isso, passaremos por um percurso narrativo, conceitual e metodológico que embasará nossas

---

<sup>1</sup> Sobre a questão da solidão, Noreena Hertz explica seus desafios contemporâneos:

“Remodelada pela globalização, pela urbanização, pelas crescentes desigualdades e assimetrias de poder, pelas mudanças demográficas, pelo aumento da mobilidade, pela revolução tecnológica, pela austeridade e agora também pelo coronavírus, acredito que a manifestação contemporânea da solidão vai além do nosso anseio por conexão com aqueles que estão fisicamente ao nosso redor, do nosso desejo de amar e ser amados, da tristeza que sentimos quando nos consideramos desprovidos de amigos. Ela também incorpora quão desconectados nos sentimos dos políticos e da política, quão desligados nos sentimos do nosso emprego e do nosso local de trabalho, quão excluídos muitos de nós se sentem dos ganhos da sociedade e quão impotentes, invisíveis e sem voz tantos de nós acreditamos ser. É uma solidão que inclui, mas ao mesmo tempo é maior do que nosso desejo de nos sentirmos próximos de outras pessoas, porque também é uma manifestação da nossa necessidade de sermos ouvidos, vistos e cuidados, de termos arbítrio, de sermos tratados com justiça, gentileza e respeito. As medidas tradicionais da solidão captam apenas uma parte disso.” (HERTZ, 2021, p. 19).

reflexões acerca do assunto. E, como o conceito epicurista de *clinámen*,<sup>2</sup> que estas reflexões nos tornem melhores a partir das alterações intrínsecas a um encontro transformador.

Para compor o trabalho, utilizamos, majoritariamente nos capítulos dois e três, as metodologias de pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2006) e discussão teórica (LOPES, 2003), enquanto no capítulo quatro foi empregado o método escolhido e norteador do estudo, a análise de conteúdo (BARDIN, 2020).

Assim, a partir desta abertura, a ideia norteadora do segundo capítulo é contextualizar o amor, inicialmente de forma filosófica, para posteriormente entendermos as mudanças nas expressões culturais e sociais do afeto. Para isto, pretendeu-se fornecer tal panorama, que embasa toda a discussão vindoura. Perpassaremos, então, por uma introdução filosófica do amor e suas diferentes classificações: *Eros*, *Philia* e *Ágape*, utilizando, para isso, os escritos de Platão (2010), Aristóteles (2000), Spinoza (2022), Comte-Sponville (2010), entre outros. Assim, temos insumos para situar as origens do romance moderno, do casamento por amor e dos encontros amorosos, acontecimentos que determinaram a situação atual do amor parental e do cuidado social com crianças e adolescentes, refletidos no aperfeiçoamento de legislações sobre direitos humanos específicos para esse público. Discutimos ainda os conceitos de Modernidade Líquida, de Zygmunt Bauman (2000), e como fica o amor parental nesse contexto (2004); da Revolução do Amor, para Luc Ferry (2012), e como a espiritualidade laica, advinda desse novo protagonismo do afeto e da esfera privada, ajudou a construir as relações entre pais e filhos nos moldes como a conhecemos hoje; utilizamos ainda as contribuições de Anthony Giddens (1993), para entender as mudanças na intimidade e a demanda mais recente por horizontalidade e transparência nas relações afetivas; e, por fim, discutimos como o capitalismo em sua forma neoliberal e a sociedade do cansaço que se instaura têm impactado a identidade, a alteridade e, conseqüentemente, a forma de se relacionar com o outro em sociedade, a partir de Byung-Chul Han (2017).

Já o segundo capítulo propõe-se a contextualizar o surgimento das noções de infância e adolescência e seu desenvolvimento ao longo da história, passando pelo contexto europeu e brasileiro, enfocando ainda o surgimento e a evolução dos direitos de crianças e adolescentes,

---

<sup>2</sup> Raquel Paiva nos explica sobre este conceito: “Segundo Epicuro, dois átomos estão em queda livre no espaço, e nesse percurso se encontram, chocando-se. O preciso instante do encontro, denominado *clinámen* por Epicuro, é por demais importante porque define a nova trajetória dos átomos, que passam a ter seus rumos alterados” (PAIVA, 2003, p. 82).



consequência dessa maior especialização do cuidado. Com isso, podemos ainda falar sobre o conceito de parentalidade, derivado deste cenário de protagonismo infantojuvenil. Demos destaque, ainda, aos direitos de crianças e adolescentes à comunicação e à educação e, ao final, pôde ser feito um panorama sobre a importância das narrativas e sobre o conceito de novas narrativas, que associa o exercício da parentalidade e as novas formas de ver crianças e adolescentes ao paradigma que inauguram. O excerto conta com discussões sobre educação, comunicação e afeto como direitos humanos fundamentais e dialoga sobre a importância desses elementos não somente para o desenvolvimento psíquico e cognitivo infantil, mas também para uma sociedade mais justa, igualitária e plena de direitos. Para isso, contamos com autores como: Andreucci e Junqueira (2017), Nassar e Andreucci (2016; 2019), Junqueira e Pinto (2020), Farias e Rosa (2022), Rocha, Scherbaum e Oliveira (2018), Morin (2000; 2008; 2018; 2020), Freire (1983; 1988), Soares (2011;2013), Iaconelli (2021; 2022), Costa Filho (2021), entre outros.

Já o terceiro capítulo oferece uma análise aprofundada sobre a amostra de quarenta textos selecionados da coluna de Vera Iaconelli na *Folha de S. Paulo*, que compõem o *corpus* desta pesquisa. Assim, estabelecemos a pré-análise e a exploração destes insumos, etapas durante as quais utilizamos como ferramentas a matriz ritual (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019), além das análises textuais, nuvem de palavras e gráfico de similitude, estes últimos fornecidos pela ferramenta de análise de dados Iramuteq. Findas estas etapas, partimos à discussão dos resultados obtidos, que demonstraram os principais temas relacionados à parentalidade e seus principais desafios na atualidade, a partir do recorte analisado. Assim, selecionamos temas que se repetem e podem indicar tendências e novas narrativas sobre a parentalidade contemporânea, destacando-os tendo em vista os três tópicos que compõem o objeto do trabalho: o amor, a educação e a comunicação.

*“O amor – como o desamor – é uma tarefa trabalhosa. Que nos produz e nos recria a cada hora. Uma personalidade é um jogo de armar de emoções enoveladas, com peças difíceis de ajustar”.*

*(Lya Luft)*

## **2 UMA CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O AMOR E AS RELAÇÕES AFETIVAS AO LONGO DA HISTÓRIA**

Reza a lenda – amplamente divulgada – de que, certa vez, um estudante perguntou à antropóloga Margaret Mead qual seria o primeiro sinal do avanço civilizatório humano. O aluno provavelmente esperava por uma resposta prática, que envolvesse artefatos religiosos ou instrumentos de caça, mas Mead surpreendeu-o ao dizer que seria um fêmur cicatrizado e datado de 15 mil anos. Sem acesso à medicina de ponta, o osso, que é o maior do corpo humano, demoraria por volta de seis semanas para cicatrizar-se. E o fato de que este enfermo foi protegido de perigos, cuidado e ajudado durante sua recuperação é o sinal mais importante do espírito comunitário que passava a fazer parte da vida humana (BYOCK, 2013 *apud* CÔRTEZ, 2021). Ela ainda teria dito que “ajudar alguém durante suas dificuldades é onde a civilização começa. [...] Nunca duvide de que um pequeno grupo de cidadãos conscientes e comprometidos pode mudar o mundo [...]” (BLUMENFELD, 2020, tradução nossa, n. p.).

Essa estória ilustra a importância de atos de solidariedade e compaixão como diferenciais humanos. À semelhança de nosso avanço a partir dessa habilidade, a cidadania do futuro também depende de exercitarmos e universalizarmos noções de unidade e diversidade a fim de que seja criada a consciência de identidade terrena. Ou seja, “um sentimento de religião e intersolidariedade, imprescindível para civilizar as relações humanas” (MORIN, 2018, p. 73).

E a solidariedade é expressão do amor universal, o amor em sua forma despersonalizada e destinada a toda a humanidade. E, para construirmos a ligação entre solidariedade e a capacidade humana de nutrir afeto a outrem, faremos inicialmente um percurso filosófico sobre a questão do amor. Com isso, conseguiremos insumos para entender a complexidade dos afetos humanos, as

reflexões que nos acompanham desde os primórdios da civilização (ocidental, ao menos) e os desafios das expressões de afeto na contemporaneidade.

## 2.1 Uma introdução filosófica sobre o amor

As primeiras reflexões filosóficas sobre o amor datam da Grécia Antiga, sendo a visão de Sócrates e Platão marcante para nossa concepção de amor até a atualidade. Foi alvo também de mais de um discurso de Platão, mas consagraram-se as ideias descritas em *O Banquete*, obra fundamental sobre o assunto.

Apolodoro organiza o banquete, durante o qual decidem os convidados não abusar de bebidas alcoólicas, após a sugestão de Pausânias. Fedro, então, começa com seu elogio a *Eros*, o deus do amor, afirmando que: “dentre todos os imortais, é *Eros* o mais antigo, o mais augusto e o mais apto a garantir aos homens a posse da virtude e da felicidade na vida e na morte” (PLATÃO, 2010, p. 38).

Pausânias, então, opõe-se à proposta de Fedro de apenas fazer um elogio a *Eros*, e discorre sobre a dicotomia entre amor vulgar e amor celestial, carne e essência, trazendo à tona a figura de Afrodite. Sobre os homens apegados ao primeiro tipo, acusa-os de afeiçoar-se somente ao corpo, mas não à alma (PLATÃO, 2010). Sobre o que ele chama de “Afrodite Celeste”, associa este tipo de amor ao masculino e às figuras do mestre e do pupilo, dizendo que os que se associam desta forma “estão dispostos [...] a amar-se a vida inteira, a viver a existência toda em comum, sem jamais enganar o amante [...], abandoná-lo para correr após outro”. (PLATÃO, 2010, p. 39).

O próximo discurso é o de Erixímaco, que é médico e fala em lugar de Aristófanes, acometido por um ataque de soluços. Ele propõe-se a continuar a fala de Pausânias, iniciando sua visão de *Eros* panteísta, afirmando que “esplendores e maravilhas desse deus pompeiam em todas as obras divinas e humanas” (PLATÃO, 2010, p. 42).

É a vez então de Aristófanes, que proclama um dos mais famosos discursos da obra, e em grande parte responsável pela visão burguesa e romântica sobre o amor. Ele discorre sobre o Mito dos Andróginos, afirmando que, no princípio, havia três espécies de homens, sendo o terceiro gênero “formado dos dois primeiros” (PLATÃO, 2010, p. 44) e cada indivíduo, então, era composto por duas metades.

Tinham o dorso e os lados em círculo; tinham quatro mãos, outras tantas pernas, dois rostos perfeitamente iguais sobre um pescoço orbiculado, reunidos em uma só cabeça e opostos um ao outro; quatro orelhas, dois órgãos de geração; os demais membros como bem podeis imaginar quais fossem. (PLATÃO, 2010, p. 44).

E, quando os humanos declararam guerra ao Olimpo, os deuses, em punição a tal petulância, castigaram-nos, separando as metades e condenando a espécie humana a viver buscando seu complemento original. Ao encontrá-la, o amor é intenso, e não mais desejam se separar (PLATÃO, 2010).

Este é dos discursos d’*O Banquete* um dos mais famosos, embora nem de perto expresse a opinião de Sócrates e, conseqüentemente, a de Platão, sobre o assunto. Sobre o motivo disso, Comte-Sponville explica:

O que o público retém, e legitimamente, é sobretudo o que o mito de Aristófanes dá razão ao mito do amor, quero dizer, ao amor tal como falamos dele, tal como o sonhamos, tal como acreditamos que seja, ao amor como religião ou como fábula, ao Grande Amor, total, definitivo, exclusivo, absoluto. (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 249).

Seguiu-se, então, com o discurso de Agaton, que associa *Eros* à procura pelo que é bom e belo. Esse é o gancho de que se serve Sócrates para explicar sua visão do assunto. Ele reitera a associação de *Eros* ao desejo e à falta de algo. *Eros* “é amor de algo que ainda não se tem” (PLATÃO, 2010, p. 51).

Em seguida, afirma que tudo o que explana sobre amor aprendeu com a sacerdotisa Diotima, “entendida em amor como em muitas coisas mais” (PLATÃO, 2010, p. 51). Ela o ensina, então, que não é porque *Eros* persegue o bom que isso lhe torna necessariamente mau, mas sim “que é o meio entre os dois extremos” (PLATÃO, 2010, p. 52). E explica sua origem e talento à mendicância. *Eros* é filho de Poros, deus da abundância, com Pênia, deusa da pobreza. Por isso, é sinônimo do binômio desejo e falta.

Em suma, vive, como sua mãe, em eterna penúria. Por outro lado, herdeiro das qualidades paternas, anda sempre no encaixe do belo e do bom, ousado, tenaz, valente urdidor de intrigas, sequioso de saber, perspicuo, filosofante, feiticeiro, mágico e sofista. Não é, por natureza, nem mortal nem imortal. No mesmo dia floresce e vive, enquanto na abundância; quando satisfeito, morre; mas renasce daí a pouco, graças ao natural que herdou do pai. Tudo o que possui se desvanece assim que o toca. (PLATÃO, 2010, p. 53).

*Eros* é, então, a visão de Platão, através do discurso de Sócrates, sobre o amor. Sob este olhar, o que o amor possui se desintegra, não perdura, pois é sempre desejo, falta e só existe neste contexto. Comte-Sponville atenta para a deficiência intrínseca a esse sentimento. “O amor não é completude, mas incompletude. Não fusão, mas busca. Não perfeição plena, mas pobreza devoradora” (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 252). Percebemos também a quebra de expectativas em relação à ideia de nobreza com o egoísmo observável neste tipo de amor:

Estar apaixonado é amar o outro para seu próprio bem. Esse amor não é o contrário do egoísmo, é sua forma passional, relacional, transitiva. É como uma transferência de egoísmo, ou um egoísmo transferencial... Nada a ver com uma virtude, mas muito, às vezes, com o ódio. (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 257).

*Eros* é o amor em sua forma mais passional e irracional. É infantil e entedia-se facilmente na presença, que, ainda há pouco, era sua fonte de intenso desejo. O autor, então, aponta o erro que reside em considerar *Eros* como a única face do amor: ele não explica que haja casais felizes, pois esta configuração é “o que já não lhe falta” (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 258). Assim, ele introduz o conceito de *Philia*, que deve responder ao questionamento: “Se o amor é falta, como saciá-lo sem o abolir, como satisfazê-lo sem o suprimir, como fazê-lo sem o desgastar ou sem o desfazer?” (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 258). A resposta vem com a explicação sobre este, que é o segundo tipo de amor.

*Philia* é um conceito inicialmente utilizado por Aristóteles n’A *Ética a Nicômaco* ao referir-se à importância e à nobreza da amizade na vida humana, tratada como virtude (ARISTÓTELES, 2015). Em sua visão, “ninguém escolheria viver sem amigos, ainda que tivesse todos os outros bens” (ARISTÓTELES, 2015, p. 209). Ele compara amor e amizade ao afirmar que:

Assim, parece que o amor é um sentimento, e a amizade uma disposição de caráter, pois a amizade pode existir para as coisas inanimadas, mas o amor recíproco ocorre junto com a escolha, e a escolha surge de uma disposição de caráter. (ARISTÓTELES, 2015, p. 217).

Para ele, “existe outra espécie de amizade, [...] a afeição de um pai em relação a seu filho” (ARISTÓTELES, 2015, p. 220). Importante ressaltar que a amizade é um sentimento que Aristóteles relaciona com a parentalidade, pois esta “parece ser um sentimento natural do pai por

seu filho e do filho por seu pai” (ARISTÓTELES, 2015, p 209) e pode estar presente mesmo em uma relação na qual estejam envolvidos elementos de autoridade.

Além de a amizade ser uma virtude, algo nobre, e possível que exista no âmbito familiar, Aristóteles associa veementemente o amor *Philia* à felicidade:

Sem dúvida, é estranho fazer do homem perfeitamente feliz um solitário, pois ninguém escolheria possuir todos os bens desse mundo para viver só, pois o homem é um ser político e naturalmente feito para viver em sociedade. Portanto, essa característica pertence mesmo ao homem bom, já que ele possui as coisas que são boas por natureza. E é evidentemente preferível passar seu tempo com os amigos e homens bons do que com estranhos ou companheiros casuais. É preciso então, ao homem feliz, possuir amigos. (ARISTÓTELES, 2015, p. 258-259).

Sobre isso, Comte-Sponville complementa, ainda relacionando a amizade à vida bem-vivida:

O essencial? Que sem a amizade a vida seria um erro. Que a amizade é condição da felicidade, refúgio contra a infelicidade, que é ao mesmo tempo útil, agradável e boa. Que é desejável por ela mesma e consiste antes em amar que em ser amado. [...] Que a mais elevada amizade não é uma paixão, mas uma virtude. [...] De fato, é ainda amor (um amigo que não amaríamos não seria um amigo), mas não é uma falta, não é Eros. (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 267).

Tal posição em relação à amizade é endossada por Montaigne, que afirmou tratar-se de uma relação sem defeitos, pois “a amizade assinala o mais alto ponto de perfeição na sociedade” (MONTAIGNE, 2017, p. 92). De Montaigne, ainda podemos depreender a unicidade do laço de amizade. Abatido pela morte de seu amigo, Étienne de La Boétie, explica que, se lhe pedissem a dizer por que motivo o amava, apenas poderia expressar tal sentimento reafirmando sua individualidade e a natureza ímpar do laço que os unia (MONTAIGNE, 2017).

Entretanto, *Philia* não é apenas amizade. É, na verdade, o tipo de amor que mais se assemelha a essa relação. Como exemplo, Montaigne também aborda o papel da amizade no casamento, ao explicar sobre a importância de que exista no casal uma “doce amizade”, uma cumplicidade que nada tem a ver com a efemeridade de *Eros*. Para ele, um bom casamento deve, portanto, imitar a amizade, não a paixão (MONTAIGNE, 1984).

*Philia* é, então, o amor na presença, e não na falta; a alegria de ter exatamente aquilo que se tem, e não o que ainda não é seu. “Há ação, há prazer, há alegria cada vez que desejamos o que

fazemos, o que temos, o que somos ou o que existe, [...] cada vez que desejamos *aquilo que não nos falta*” (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 264).

Citamos, então, a importância de Spinoza para a solidificação deste conceito. Ele afirma: que afeto pode ser expresso como “as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada”. Em resumo, afirma: “por afeto, compreendo, então, uma ação” (SPINOZA, 2022, p. 98). Isso dialoga com o exercício de cuidar como dever, que veremos mais à frente. Se amar enquanto sentimento é algo facultativo, o afeto apenas pode ser mensurado enquanto ação.<sup>3</sup>

De forma comparativa, Comte-Sponville ainda associa Spinoza a Platão, citando o exemplo dado por Sócrates em *O Banquete*. No caso de alguém que possui algo no presente e deseja permanecer com isso no futuro, para Sócrates e Platão, tal indivíduo não está feliz com o que possui, mas sim quer que o tenha no futuro e *ama* o que ainda não possui, assemelhando-se ao desejo de *Eros*. Já para Spinoza, os gregos confundem *desejo com esperança* (SPINOZA, 2022). Comte-Sponville complementa ao afirmar que “só podemos esperar o que falta: a esperança é a própria falta, na ignorância e no tempo” (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 263).

Além disso, Spinoza também sela o conceito de *Philia* ao afirmar que o desejo não é falta, é potência, e o amor é alegria (SPINOZA, 2022). Para ele, o “corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída” (p. 99). Se o objeto de amor é também causa de aumento de potência, temos alegria em relação a quem amamos.

No amor, para Spinoza, não existe falta nem necessidade de um outro ser amado e de se unir a ele. O amor está atrelado à alegria da existência do outro, mesmo que a ele não se esteja unido. Ou seja, um amor quase altruísta. A pessoa é feliz porque o amado existe. (OLTRAMARI, 2005, p. 43).

Ao afirmar que o amor pode ser alegre e causar elevação de nossa energia vital, Spinoza explica que haja pessoas felizes com o que possuem e agradecidas por isso, que haja casais satisfeitos com seus parceiros, mesmo muitos anos após a morte da paixão (*Eros*).

---

<sup>3</sup> Em decisão da terceira turma do Supremo Tribunal de Justiça, a ministra Nancy Andrighi condenou um pai a pagar indenização à filha por abandono afetivo. Sua sentença é baseada no axioma “amar é faculdade, cuidar é dever” (JUSBRASIL, 2012), expressão que reflete a ideia de que, se o amor é uma escolha, capacidade ou fruto da convivência, cuidar do outro é uma responsabilidade ou obrigação, especialmente no caso de genitores, pais e responsáveis. Embora essa frase seja amplamente utilizada, especialmente no meio jurídico, não pudemos apontar uma origem específica a ela atribuída.

Neste sentido, Spinoza associa amar com regozijar-se (SPINOZA, 2022), ao que Comte-Sponville explica que significa “não pedir absolutamente nada: é celebrar uma presença, uma existência, uma graça” (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 271). Assim, uma manifestação importante de *Philia* é, então, o amor parental, já que é um amor que age para manter o bem do objeto amado com pouca ou nenhuma expectativa de retorno, é um “amor-ação” (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 274). Entretanto, apesar de suas diferenças, *Eros* e *Philia* complementam-se. É preciso que algum desejo intenso morra para que possa dar espaço à calma felicidade na convivência.

Eros e philia se misturam, quase sempre, e é isso que chamamos um casal ou uma história de amor. Simplesmente eros se desgasta à medida que é satisfeito [...], ao passo que philia, ao contrário, num casal feliz, não cessa de se fortalecer. (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 283).

E, assim, mencionaremos o terceiro tipo de amor, que virou objeto da filosofia ao ser introduzido por Jesus como base da crença cristã: *Ágape*. Este tipo de amor é associado à bondade e à virtude ao pressupor o altruísmo nas relações e ao extrapolar a esfera individual e privada, estendendo-se ao coletivo (COMTE-SPONVILLE, 2010) e pode ajudar a humanidade a atingir seu nível mais alto quando as pessoas começam a empregá-la a fim proteger umas às outras (ENRIGHT et al, 2022, p. 221). Assim:

O amor ágape é uma virtude moral em que uma pessoa voluntária e incondicionalmente oferece bondade, a um custo para o doador, para outro ou outros necessitados. Como esse conceito antigo sob pesquisa tem implicações para relacionamentos harmoniosos e para uma boa saúde mental, são necessárias medidas precisas de ágape para avaliar o grau em que uma pessoa o entende e pratica. (ENRIGHT et al, 2022, p. 220).

É reflexo do ensinamento de Jesus ao afirmar que devemos dar a outra face a quem nos bateu, ou seja, é o “amor aos inimigos”. É um amor “ao mesmo tempo singular e universal, exigente e livre, espontâneo e respeitoso, [...] pois ama o que não lhe falta” (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 289).

No cristianismo, [...] se começa a afirmar também um novo tipo de relação, aquela da ágape, que é naturalmente universal, que convida a amar também o inimigo (o não amigo, e que pode permanecer assim mesmo depois do nosso amor), o que, portanto, quebra a tendência da eleição inerente e, de modo inevitável, a outras declinações do amor. (IORIO, 2016, p. 53)



*Ágape* é, muitas vezes, associado ao amor de Deus sobre os homens, um amor desinteressado e nobre. Entretanto, sua importância vai além da religião e da espiritualidade, pois “*Ágape* é o amor divino, se Deus existe, e mais ainda, talvez, se Deus não existe [...]” (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 291), já que é a manifestação do divino nos homens, uma maneira de assemelhar-se à “perfeição absoluta” (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 291).

Uma das mais marcantes manifestações de *Ágape* é a caridade, sendo esta definida como “renúncia à plenitude do ego, à potência, ao poder”, e que não apenas dá ao outro, mas o faz em “pura perda” (COMTE-SPONVILLE, 2010 p. 297-298).

De forma estendida, podemos ainda associar *Ágape* à solidariedade. Em análise sobre os textos bíblicos de João em tentativa de entender as expressões deste tipo de amor, Machado (2011) faz uma análise teológica sobre o que este significa, associando-o às práticas solidárias. Segundo ele, *Ágape* “não é apenas um simples sentimento de afeição, mas um ser-para-os-outros” (MACHADO, 2011, p. 101).

Desta maneira, compreendemos as diferenças entre os tipos de amor abordados historicamente na filosofia. Em resumo, se o amor é sempre a busca e a falta de algo, procuramos o amor por sermos pobres dele. Mas há diferentes buscas para isso: “pela falta, que é paixão, pela alegria recebida ou partilhada, que é amizade, enfim pela alegria dada, [...] que é caridade. (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 310).

Julgamos importante trazer este contexto filosófico à tona a fim de que possamos entender sua expressão nos formatos de relacionamentos e suas mudanças ao longo do tempo. O amor *Eros* é o início de tudo e é um ímpeto que acompanha a todos nós, seres desejantes. Quando *Eros* possibilita o encontro amoroso, seja num casamento, numa relação de amizade ou em tantos outros formatos possíveis, temos sua modificação para um amor mais brando e companheiro, que é *Philia*. Se tivermos filhos ou nutirmos relações com teor parental em relação a outrem, é saudável que esta relação, além de toda a responsabilidade e a carga mental e material que acarreta, também seja acompanhada por *Philia*, de forma a que pais ou responsáveis e seus filhos possam cultivar uma relação baseada no respeito, no companheirismo, na amizade e no bem-querer que extrapole suas individualidades. E, por fim, quando pensamos no coletivo, olhamos para outros que não pertencem à nossa esfera privada e ao nosso círculo social, transpomos o amor que guardamos aos nossos semelhantes para a esfera pública, quando queremos o bem não somente de nossos filhos, mas de

todas as crianças, de todos os indivíduos, e quando cuidamos coletivamente dos mais vulneráveis, temos em ação o amor *Ágape*, contribuição da filosofia cristã e que se expressa como caridade e solidariedade.

É importante mencionar ainda que, nesta dissertação, enfocaremos o amor *Philia*, que tem profundas conexões com a parentalidade. Além disso, neste ponto, faz-se necessário fazer uma breve contextualização sobre o amor e os relacionamentos amorosos em perspectiva histórica, a fim de que possamos ter subsídios para entender os impactos destas modificações no trato com crianças e adolescentes até os dias atuais, e de como essa afetividade, circunscrita à esfera privada, pode extrapolá-la de modo a que possamos falar sobre as expressões comunicacionais, educacionais e afetivas da parentalidade de forma pública, o que se associa com *Ágape*.

## **2.2 Breve contextualização sobre amor e casamento ao longo da história**

O casamento é uma instituição que surgiu na Antiguidade, tendo até a Idade Média possuído basicamente os mesmos contornos e objetivos: a aliança para manutenção de bens patrimoniais (ARAÚJO, 2002). O que podemos denominar de “antigo casamento” era, resumidamente, “uma união que se impunha pela força a protagonistas sem qualquer margem de liberdade, pois os princípios tradicionais tinham sempre a última palavra” (FERRY, 2010, p. 98).

Já a associação do casamento à religião, iniciada pela atuação da Igreja Católica, surge no século V, com a expansão do Cristianismo pelo mundo e a queda do Império Romano. Neste momento, a religião condenava veementemente qualquer possibilidade de prazer dentro do casamento, aconselhando os cônjuges a permanecerem castos até o matrimônio e apenas fazerem sexo com a finalidade da reprodução (VAINFAS, 1986). Tal condenação não vingou por muito tempo. Entretanto, o adultério, mais aceito durante a Antiguidade, foi demonizado pela instituição, colocando o casamento e a sexualidade do casal como freios para esta prática. Já o fato de o casamento ser uma instituição considerada sagrada pela Igreja apenas firmou-se no século XIII, tornando-o, em teoria, estritamente monogâmico e indissolúvel (ARAÚJO, 2002). Flandrin (1984) ainda aponta que a influência da Igreja sobre o casamento e a vida sexual das pessoas de forma geral foi intensa até meados da Revolução Francesa.

Dessa forma, a advinda e recente liberdade de escolha complexifica a busca por parceiros amorosos. Pode-se considerar que essa busca é dificultada pelas muitas possibilidades, ao mesmo

tempo em que as uniões decorrentes destes encontros tendem a ser mais satisfatórias, pois são motivadas por sentimento (FERRY, 2012). Zeldin (2014) afirma que o processo de abertura dessas relações tornou-se quase obrigatório a partir do século XIX, o que culminou no processo de descoberta dos pretendes antes do matrimônio. Para isso, foi necessário aumentar a experiência, inicialmente com encontros entre a classe média e a classe operária. A palavra “encontro”, explica Zeldin, “foi originalmente gíria dos pobres usada pela primeira vez em 1896. Por volta da década de 1920, a maior parte da juventude dos Estados Unidos vivia obcecada pelos encontros” (ZELDIN, 2014, p. 147). Essas ocasiões tiveram um papel importante na dissociação dos jovens da tutela dos pais na busca por parceiros amorosos e substituíram em grande parte as conversas ao telefone, que ocorriam, muitas vezes, sob supervisão parental. Após algum retrocesso no período entre guerras, com a revolução sexual, os encontros e o amor de forma geral passam a contar com mais liberdade, até chegarmos aos dias atuais (ZELDIN, 2014).

Já no cenário brasileiro, Mary Del Priore (2019) aponta a passagem do século XIX para o XX como momento de “ruptura ética na história das relações [...]”. Os casais começam a se escolher porque as relações matrimoniais tinham de ser fundadas no sentimento recíproco” (PRIORE, 2019, p. 231). A modernização das grandes cidades e a popularização do *footing*, novo estilo de dança da época, são apontadas como fatores da socialização do namoro e dos encontros amorosos no Brasil. Também é vista como consequência desse processo a prática do *flirt*, adaptado ao português posteriormente como flerte, que deu origem a códigos próprios para demonstrar interesse entre os pretendentes. É importante reforçar que, já nesta época, não há a obrigatoriedade de um flerte levar a um namoro ou outro tipo de compromisso (PRIORE, 2019), à semelhança do que vemos na prática atual de cortejo.

Trazemos agora mais subsídios para entendermos as modificações que impactaram o casamento ao longo do tempo e, conseqüentemente, a constituição da família moderna, como, por exemplo, o papel da globalização neste processo. Segundo Ferry, “não estamos vivendo apenas o advento da globalização liberal, mas também da família moderna, fundada no amor e na consagração da pessoa” (FERRY, 2010, p. 32). Para isso, ele aponta um dos principais marcos deste processo, o que chama de “revolução da intimidade” (FERRY, 2010, p. 86):

Entre todas as mudanças, a mais importante, a primeira ruptura, se assim quisermos, sem dúvida alguma reside na passagem do casamento de “conveniência” – frequentemente organizado pelos pais ou até mesmo, ainda que por intermédio deles, pela comunidade

inteira do vilarejo a partir de critérios econômicos ou de linhagens – a um casamento por amor, livremente escolhido pelos próprios parceiros. (FERRY, 2010, p. 96).

O casamento por amor, então, é algo que advém do Romantismo burguês, que modificou profundamente os costumes praticados até então. Entretanto, Ferry aponta que é recente a consolidação deste modelo de união no ocidente (FERRY, 2012, p. 78). Assim, percebemos a importância da passagem dos casamentos arranjados para as uniões baseadas no amor para a concepção que temos atualmente sobre laços familiares. Por isso, vamos seguir abordando os desafios das relações afetivas num contexto globalizado.

### **2.3 A revolução do amor na era da globalização**

Iniciamos este tópico apontando quais são os três traços característicos do contexto globalizado no qual vivemos atualmente. O primeiro é a “desconstrução dos valores tradicionais”, decorrente do consumismo previsto pelo capitalismo, que, em seu formato moderno, é chamado de globalização; o segundo aspecto é a “impotência pública” frente à lógica global; e, por último, o terceiro traço é o que Luc Ferry denomina de “reencantamento do mundo” (FERRY, 2012, p. 20-22), motivo de toda a teoria desenvolvida por ele e que é paradoxal em relação ao primeiro traço apontado.

Este processo teve origem a partir de grandes “desconstruções” que ocorreram no mundo, notadamente o ocidental, durante o século XX, podendo ser citadas as transformações no campo das artes, o fim do campesinato, os direitos das mulheres, a boemia, o Romantismo burguês e também a influência do pensamento de Nietzsche. Isso deu início a um movimento contracultural, denominado de “individualismo revolucionário”, que se trata “da revolta de indivíduos, sempre jovens e exaltados, contra a ordem burguesa, as tradições, as heranças, todos os tipos de patrimônio”. São exemplos fortes desse movimento os “ismos” das artes na Europa e o maio de 1968. De forma paradoxal, esses movimentos inauguraram o paradigma individualista, pois: “apesar de sua aparente oposição aos burgueses, [...] foram essencialmente o braço armado da expansão do capitalismo globalizado” (FERRY, 2012, p. 42-43).

Desta forma, o contexto globalizado culmina no que podemos denominar de Pós-Modernidade, cujas mudanças são muito velozes, conforme postula Giddens ao afirmar que “à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas

de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (GIDDENS, 1990, p. 6). O período é marcado, então, principalmente pela acelerada urbanização (NAÍM, 2019); pela lógica de consumo e o conseqüente movimento de individualização (BAUMAN, 2004); além da hiperconectividade, com profundo impacto no cotidiano das pessoas, notadamente nos países em desenvolvimento (SCHMIDT; COHEN, 2013).

Neste ponto, faz-se importante um esclarecimento conceitual. A Pós-Modernidade, ocasionada pelo processo intenso de globalização, é uma das denominações que balizam nosso olhar sobre os tempos atuais. O conceito foi popularizado na obra de Jean-François Lyotard (1988), autor que associa esse período ao desaparecimento das grandes narrativas, que possuem afinidade com a atuação dos meios de comunicação de massa e são, segundo Giddens, “o enredo dominante por meio do qual somos inseridos na história como seres tendo um passado definitivo e um futuro predizível” (GIDDENS, 1991, p. 12). Entretanto, conforme apontado por Vattimo (1992), as mídias tradicionais criaram os germes de sua própria destruição<sup>4</sup>, e concederam passagem à multiplicação de pontos de vista, própria do período dito pós-moderno.

Apesar de o conceito de Pós-Modernidade ser frequentemente usado dentro da comunidade acadêmica e servir como aporte teórico para o desenvolvimento do presente trabalho, ressaltamos que não há consenso acerca dessa denominação. Zygmunt Bauman, por exemplo, opta por explicar a superação da Modernidade em que nos encontramos atualmente a partir da dicotomia entre Modernidade Sólida e Modernidade Líquida (BAUMAN, 2000). Esta última, então, seria o equivalente à Pós-Modernidade, denominação utilizada por outros autores. Outra especificidade conceitual é a opinião do pensador e crítico literário norte-americano, Fredric Jameson, que trata Pós-Modernidade e Globalização como sinônimos (SUL21, 2011). Assim, não sem ressalvas, nos valeremos por vezes do conceito de Pós-Modernidade para diferenciar a contemporaneidade dos períodos históricos anteriores.

Ressaltamos ainda que este cenário traz conseqüências expressivas para a nossa forma de estar no mundo, inaugurando uma crise de sentido, já que a condução do processo histórico é agora totalmente descolada das políticas nacionais, tornando seus rumos extremamente imprevisíveis. Além disso, gera a sensação de que não temos controle sobre o mundo, o que retira poder dos Estados-nação sobre as decisões globais. E, ademais, incentiva o consumismo, que prevê que “nada

---

<sup>4</sup> Referência à célebre afirmação de Karl Marx sobre o capitalismo.

mais resiste à formidável tendência de qualquer objeto, material, cultural, ou até espiritual, para entrar no âmbito da mercadoria" (FERRY, 2012).

Ainda sobre as implicações deste novo contexto, mais especificamente no âmbito da vida privada e das relações, seis consequências surgiram como resultado do processo de transformação inaugurado pelo amor-paixão: a invenção do divórcio, o laicismo republicano; o surgimento da vida privada, a construção do amor parental tal como conhecemos atualmente, a consequente abertura da vida privada aos interesses da coletividade e a sacralização humana pelo amor (FERRY, 2012). Assim, “o capitalismo globalizado nos faz entrar estranhamente numa era de um humanismo inteiramente nova” (FERRY, 2012, p. 96).

Desta forma, o contexto atual, globalizado ou pós-moderno, pode ser interpretado como processo que tem início com o surgimento do casamento por amor e da família moderna (FERRY, 2012). Como até então “o casamento praticamente nunca se origina da paixão amorosa” (FERRY, 2012, p. 77), sendo que as uniões atendiam a propósitos mais ligados à coletividade, como patrimônios, manutenção do nome da família, entre outros, é nova a influência das relações baseadas em afeto. Assim, temos que o nascimento da noção de casamento por amor surge na Europa como consequência do capitalismo, que modificou o mercado de trabalho e causou a urbanização em massa. Nas cidades, as pessoas, antes acostumadas à vida no campo sob o olhar da comunidade, agora saboreiam a liberdade do anonimato e, libertando-se da vida tradicional, “o casamento por amor vai se tornar aos poucos a regra das uniões” (FERRY, 2012, p. 90). O processo ocorre primeiramente nas classes baixas e, posteriormente, conquista também a elite burguesa e, assim:

O nascimento do romance moderno, no sentido simultaneamente romanesco e romântico que damos hoje ao termo, estará grandemente ligado à passagem do casamento arranjado, ou casamento de conveniência, ao casamento por amor. (FERRY, 2012, p. 78).

Ferry explica, então, como as características mais sombrias do atual processo de globalização tiveram o efeito contrário e fundaram um humanismo baseado no que chama de “amor-paixão” (FERRY, 2012, p. 90). Ele aborda, então, o surgimento de “uma forma inédita de reencantamento do mundo por meio do surgimento de uma nova figura do sagrado [...], embora humana, não religiosa” (FERRY, 2012, p. 90). Além disso, esses processos modificam e muito “a conjuntura, inclusive na esfera pública e no plano político” (FERRY, 2012, p. 90). Em resumo,

temos que “a globalização desconstrói as figuras tradicionais do sagrado para dar lugar, no final, ao nascimento da sacralização do humano” (FERRY, 2012, p. 92). Mais especificamente:

Para fazer uma analogia que nos leve de imediato ao cerne dessa interrogação, pode-se dizer o seguinte: assim como a globalização veio encarnar, de maneira paradoxal, o imenso movimento de desconstrução dos ideais anunciado pela crítica nietzschiana do niilismo, é a emergência progressiva de uma verdadeira “divinização do humano” que, sob o efeito das evoluções da família moderna, vai dar corpo à ideia de uma transcendência “horizontal”, de um sagrado encarnado no coração da humanidade e não mais, como antes, em entidades “verticais”, superiores e externas a ela. (FERRY, 2010, p. 88).

O contexto contemporâneo é ainda marcado por uma espécie de *déficit* ritual, assemelhado aos efeitos negativos, apontados por Durkheim, da passagem das solidariedades mecânicas – cujos vínculos dão-se por semelhanças morais – às solidariedades orgânicas – em que a coesão social está ligada ao pacto social (DURKHEIM, 1999). Isso priva o indivíduo de um apoio coletivo – quer se trate de parentes ou de vizinhos – e frequentemente “o mantêm em sua solidão interior ante a passagem do tempo” (SEGALEN, 2002, p. 57). Nesse sentido, tem sido a esfera privada a suprir o indivíduo de rituais e de sacralidade, quando sua dimensão pública se encontra enfraquecida.

Neste sentido, o *déficit* ritual, próprio das sociedades contemporâneas, ocasiona um contramovimento, que incita ao resgate de ritos remanescentes ou reconfigurados: por exemplo, os primeiros marcos da vida do bebê (à semelhança da tendência atual de *mesversários*, chás de bebê e chás de revelação de gênero), aniversários, trotes, esportes, entre outros. Assim, o “sagrado imposto” pelas sociedades tradicionais dá lugar aos rituais profanos, sendo estes comportamentos repetitivos que acionam “pulsões emotivas” e fornecem uma compreensão compartilhada dos fatos (SEGALEN, 2002). Importante mencionar ainda a função comunicativa do ritual, ou seja, seu entendimento enquanto experiência compartilhada de significação. Pela repetição das manifestações, gestos e símbolos, os rituais tornam-se consenso – em que todos se reconheçam – dos quais irá emergir uma emoção coletiva. Em resumo, as passagens antigamente ritualizadas com mais veemência no espaço público perdem força e amplitude, mas ainda sobrevivem na vida privada.

Isso se deve à inauguração do processo que já citamos de reencantamento do mundo pela sacralização da pessoa (FERRY, 2012). A esfera privada tenta suprir o *déficit* ritual que sentimos em relação à esfera pública e é, hoje, o foco principal de nossas aspirações e preocupações. Vamos,

na sequência, enfocar algumas dessas transformações no âmbito da intimidade que nos levaram ao seu atual cenário de valorização.

## 2.4 A transformação da intimidade

Trazemos, então, à discussão, as contribuições de Anthony Giddens (1993), que endossam a interpretação de que houve e de ainda há um processo de transformação na esfera privada que tem influenciado diversos aspectos da afetividade humana, no que é denominado pelo autor como a transformação da intimidade (GIDDENS, 1993). Para ele, “as mudanças que atualmente afetam a sexualidade são revolucionárias e muito profundas” (GIDDENS, 1993, p. 11).

Para compor o panorama que traz à luz os elementos que compõem esse processo, Giddens passa pelo histórico de opressão do modelo burguês de casamento, principalmente sobre as mulheres. Embora a poucas mulheres sempre tenha sido dado o direito de subversão à lógica de submissão e fidelidade, em geral, eram permitidas somente aos homens transgressões de diversas naturezas (GIDDENS, 1993). Atualmente, entretanto, vemos:

Em um mundo de igualdade sexual crescente – ainda que tal igualdade esteja longe de ser completa – ambos os sexos são levados a realizar mudanças fundamentais em seus pontos de vista e em seu comportamento, em relação um ao outro (GIDDENS, 1993, p. 16).

No contexto contemporâneo, a tendência é a de que cada vez menos mulheres aceitem a dominação sexual masculina e, por isso, “ambos os sexos devem lidar com as implicações deste fenômeno” (GIDDENS, 1993, p. 18). Homens e mulheres adquiriram um *status* mais igualitário em termos de experiências afetivas, não estando restrita ao casamento a possibilidade de liberdade sexual e, com isso, a instituição em si adquire novos contornos:

A maior parte das pessoas, homens e mulheres, chega atualmente ao casamento trazendo com elas uma reserva substancial de experiência e conhecimento sexual. Para elas não é abrupta a transição entre os encontros furtivos desajeitados ou ilícitos e a sexualidade mais segura, mas também com uma frequência mais exigente do leito nupcial. Os casais recém-casados de hoje são em sua maioria experientes sexualmente, e não há período de aprendizado sexual nos primeiros estágios do casamento, mesmo quando os indivíduos envolvidos não viveram um com o outro previamente (GIDDENS, 1993, p. 21).



Enquanto na Europa pré-moderna “a maior parte dos casamentos eram contraídos, não sobre o alicerce da atração sexual mútua, mas o de situação econômica” (GIDDENS, 1993, p. 49), isso mudou com o advento do amor-paixão e de elementos a ele associados, como o próprio gênero ficcional do romance (GIDDENS, 1993).

Depreende-se disso que, atualmente, as pessoas se casam porque assim o desejam e esperam que o novo arranjo afetivo promova parceria, respeito, cumplicidade, qualidade de vida, completude e satisfação. O casamento, então, não é mais visto como tábua de salvação da existência.

Hoje em dia a “sexualidade” tem sido descoberta, revelada e propícia ao desenvolvimento de estilos de vida bastante variados. É algo que cada um de nós “tem”, ou cultiva, não mais uma condição natural que um indivíduo aceita como um estado de coisas preestabelecido. De algum modo, [...] a sexualidade funciona como um aspecto maleável do *eu*, um ponto de conexão primário entre o corpo, a autoidentidade e as normas sociais (GIDDENS, 1993, p. 25).

É importante mencionar que as transformações citadas por Giddens também levam em consideração os impactos nas populações que se identificam com outras orientações sexuais (1993). E esse cenário de mudanças e tendências é o fator catalisador do que o autor denomina como transformação da intimidade, na qual:

A vida pessoal tornou-se um projeto aberto, criando novas demandas e novas ansiedades. Nossa experiência interpessoal está sendo completamente transfigurada, envolvendo todos nós naquilo que chamarei de *experiências sociais do cotidiano*, com as quais as mudanças sociais mais amplas nos obrigam a nos engajar. (GIDDENS, 1993, p. 18).

Algumas consequências importantes desse movimento, apontadas por Giddens e relacionadas ao surgimento do amor romântico, são a criação do lar e as modificações nas relações parentais, no que pode ser denominado “a invenção da maternidade” (1993, p. 53). Mais especificamente sobre a infância e a vida familiar ressignificadas, temos que, “aqueles padrões de interação pais-filhos foram substancialmente alterados” (GIDDENS, 1993, p. 53) ao longo do tempo, culminando no que Ariès chama de invenção da infância (ARIÈS, 1986a). Veremos no segundo capítulo deste trabalho um pouco mais sobre esses novos modelos de relação na autoridade parental.

Giddens ainda associa a tendência de democratização da intimidade ao surgimento do relacionamento puro, no qual “tanto a responsabilidade quanto a autoridade – onde ela existe – estão profundamente vinculadas à confiança” (GIDDENS, 1993, p. 206), dinâmica que se aplica a relacionamentos amorosos de diversas naturezas, como a relação parental, por exemplo. Assim:

A fonte estrutural desta promessa é a emergência do relacionamento puro, não apenas na área da sexualidade, mas também naquelas das relações pais-filhos, e em outras formas de parentesco e amizade. Podemos vislumbrar o desenvolvimento de uma estrutura ética para uma ordem pessoal democrática, que nos relacionamentos sexuais e em outros domínios pessoais se adaptam a um modelo de amor confluyente. (GIDDENS, 1993, p. 206).

Desta forma, temos delineados novos contornos das relações e a promessa de que estas sejam mais igualitárias, quer estejamos falando do amor dentro do casamento, na parentalidade ou em outros formatos afetivos. Colocado o contexto de transformações da intimidade, possível a partir das contribuições de Giddens (1993), enfocaremos uma faceta mais problemática das relações no contexto da Pós-Modernidade, trazendo à tona as opiniões de Bauman (2000; 2004; 2010) sobre o assunto, a bem do contraponto e do diálogo.

## **2.5 O amor parental na Modernidade Líquida**

Neste momento, utilizaremos os escritos do sociólogo polonês, Zygmunt Bauman e seu conceito de Modernidade Líquida para entendermos melhor a questão do amor nos tempos atuais e estabelecer contrapontos que enriqueçam a discussão com os outros autores apresentados.

O autor afirma também que estamos passando por um período de “interregno”, o qual “significa, simplesmente, que a antiga maneira de agir não funciona mais, mas novas maneiras de agir ainda não foram inventadas” (BAUMAN, 2010, n. p.). Ele ilustra suas peculiaridades remontando à Roma Antiga, em que a morte do rei Rômulo causou um vazio de poder e o consequente “desaparecimento da única fonte de autoridade” (BAUMAN, 2010, n. p.) conhecida naquele momento.

A partir destes indícios, Bauman afirma cunha o conceito de Modernidade Líquida, em contraposição à anterior Modernidade Sólida (BAUMAN, 2000). A primeira seria, então, equivalente à Pós-Modernidade, denominação mais comum e amplamente utilizada por outros autores. Como citamos anteriormente, entendemos Pós-Modernidade como um termo mais

genérico e que será empregado neste trabalho, enquanto Modernidade Líquida é uma denominação que já carrega consigo juízos de valor sobre o tempo presente. Destacamos, então, que Bauman classifica o ser humano na Modernidade Líquida como o homem sem vínculos. Em um contexto de forte individualização, possuímos sim a necessidade de nos relacionarmos. Apesar disso, o homem sem vínculos nutre um medo permanente de qualquer relação mais profunda e duradoura (BAUMAN, 2004).

Não tendo ligações indissolúveis e definitivas [...] o cidadão de nossa sociedade líquida moderna [...] e seus atuais sucessores são obrigados a amarrar um ao outro, por iniciativa, habilidades e dedicação próprias, os laços que porventura pretendam usar com o restante da humanidade. Desligados, precisam conectar-se... Nenhuma das conexões que venham a preencher a lacuna deixada pelos vínculos ausentes ou obsoletos tem, contudo, a garantia de permanência. (BAUMAN, 2004, p. 7).

Disso decorre outro fenômeno apontado, os chamados de relacionamentos de bolso. Nestes, o compromisso é algo a ser evitado (BAUMAN, 2004). Desta forma, os termos “conectar-se”, “conexão” e “redes” são utilizados para despersonalizar os relacionamentos, que não possuem mais em si as intenções de durabilidade. As conexões podem ser facilmente rompidas, ao contrário dos relacionamentos anteriores. Por isso, são amplamente empregadas tais terminologias na tentativa de retirar o peso das eventuais rupturas. Neste sentido, “as conexões podem ser rompidas, e o são, muito antes que se comece a detestá-las” (BAUMAN, 2004, p. 12).

Iniciando suas considerações acerca do fenômeno do apaixonar-se e do desapaixonar-se, Bauman ainda afirma que seria recorrente associá-lo a “uma condição recorrente, passível de repetição, que inclusive nos convida a seguidas tentativas” (BAUMAN, 2004, p. 19). Como o princípio de “até que a morte nos separe” estaria fora de moda, ao invés de haver “pessoas atingindo mais vezes os elevados padrões do amor, esses padrões foram baixados” (BAUMAN, 2004, p. 19). Com isso, a palavra amor banaliza-se e passa a ser usada em relações que não necessariamente guardam semelhanças com tal sentimento. Neste sentido, afirma que estes acontecimentos na Modernidade Líquida são ligados a repetições que trariam aprimoramentos, mas que não o fazem ou entregam o que prometem (BAUMAN, 2004), já que dialogam com a lógica de descartabilidade da sociedade de consumo. Assim, as agonias do *homo consumens* assemelham-se à do *homo sexualis*, que tem suas instituições abaladas, dificuldades de encontrar satisfação e muitas doenças, especialmente psíquicas, decorrentes destas frustrações.

E assim é numa cultura consumista como a nossa, que favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro. A promessa de aprender a arte de amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que deseja ardentemente que seja verdadeira) de construir a “experiência amorosa” à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas essas características e prometem desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultados sem esforço. (BAUMAN, 2004, p. 22).

Neste contexto, vivemos sempre acompanhados pelos nossos aparelhos celulares, conectados e em movimento, nunca sozinhos. Desta forma, não sofremos com a rejeição alheia. A multiplicidade de conexões e a possibilidade de migrar a atenção de uma coisa para outra instantaneamente concede segurança frente à “fragilidade irreparável de cada conexão singular e transitória” (BAUMAN, 2004, p. 80). Assim, as telas teriam o papel central de sedimentar a superficialidade típica desses tempos e “os celulares treinariam os olhos a olhar sem ver” (BAUMAN, 2004, p. 82). Bauman ainda atenta para a superficialidade que pode haver nestes contatos mediados, pois exigem “menos tempo e esforço para serem estabelecidos, e também para serem rompidos” (BAUMAN, 2004, p. 83). Assim, a conexão seria menos custosa do que o relacionamento, mas também menos eficiente para a manutenção de vínculos.

Como saída para esta tendência, Bauman aponta, então, a necessidade de aprender o que chama de “a arte dos reparos”. E explica a metáfora de que, atualmente, a tendência é a de trocar uma parte quebrada de um mecanismo por uma peça sobressalente, ao invés de repará-la. Entretanto, reitera que “na balsa do relacionamento não há peças sobressalentes” (BAUMAN, 2004, p. 31). Assim, ou aprendemos a consertar o que não está funcionando ou precisaremos trocar de balsa constantemente. Isso, então, explicaria o fenômeno da descartabilidade das relações, em que fazer tais ajustes não é valorizado.

Como ficam, então, as relações parentais neste contexto de descartabilidade e influência do consumismo na afetividade? A problemática do amor, para Bauman, reside no cerne do que, “para termos amor-próprio, precisamos ser amados. A recusa do amor [...] alimenta a autoaversão. O amor-próprio é construído a partir do amor que nos é oferecido por outros” (BAUMAN, 2004, p. 102). Além disso, nos dias atuais, ter um filho não deixa de ser um objeto de consumo, ainda que emocional. E, no contexto atual de grande incerteza, o projeto de ter filhos é algo atipicamente ousado para o ser humano. O investimento emocional e financeiro é considerável, e, por se tratar

muito mais de uma decisão (e não um acidente, embora possa ocorrer), isso aumenta a ansiedade, a angústia e o estresse associados ainda à lógica de consumo, à liquidez e à expectativa de retorno envolvidas no processo (BAUMAN, 2004). Assim, as relações parentais são sim impactadas negativamente pelo novo paradigma relacional e a dinâmica é, em linhas gerais, que:

Objetos de consumo servem a necessidades, desejos ou impulsos do consumidor. Assim também os filhos. Eles não são desejados pelas alegrias do prazer paternal ou maternal que se espera que proporcionem — alegrias de uma espécie que nenhum objeto de consumo, por mais engenhoso e sofisticado que seja, pode proporcionar. Para a tristeza dos comerciantes, o mercado de bens de consumo não é capaz de fornecer substitutos à altura, embora essa tristeza de alguma forma seja compensada pelo espaço cada vez maior que o mundo do comércio vem ganhando na produção e manutenção desses bens. (BAUMAN, 2004, p. 60).

Nesta lógica, como as “alegrias da paternidade e da maternidade vêm [...] num pacote que inclui as dores do autossacrifício e os temores de perigos inexplorados” (BAUMAN, 2004, p. 60), num cenário irreal em que é esperado grande retorno e pouco trabalho, isso explica desafios, doenças, quebra de expectativas e falta de controle que envolvem a decisão e o projeto atual da parentalidade:

Ter filhos significa avaliar o bem-estar de outro ser, mais fraco e dependente, em relação ao nosso próprio conforto. A autonomia de nossas preferências tende a ser comprometida, e continuamente: ano após ano, dia após dia. A pessoa pode tornar-se — horror dos horrores — "dependente". Ter filhos pode significar a necessidade de diminuir as ambições pessoais, "sacrificar uma carreira", como pessoas submetidas à avaliação de seu desempenho profissional olham de soslaio em busca de algum sinal de lealdade dividida. Mais dolorosamente, ter filhos significa aceitar essa dependência divisora da lealdade por um tempo indefinido, aceitando o compromisso amplo e irrevogável, sem uma cláusula adicional "até segunda ordem" — o tipo de obrigação que se choca com a essência da política de vida do líquido mundo moderno e que a maioria das pessoas evita, quase sempre com fervor, em outras manifestações de sua existência. Tomar consciência de tal compromisso pode ser uma experiência traumática. A depressão e as crises conjugais pós-parto parecem enfermidades específicas de nossa "modernidade líquida", da mesma forma que a anorexia, a bulimia e incontáveis variedades de alergia. (BAUMAN, 2004, p. 61-62).

Por isso, é tão importante que coloquemos à prova da reflexão as relações que, coletivamente, temos cultivado e naturalizado, pois os afetos de todas as naturezas são impactados pelo contexto socioeconômico. Desta forma, *Philia* (esfera privada) e *Ágape* (esfera pública) passam pelo exercício do respeito e da arte dos reparos. Para Bauman, “amar o próximo como amamos a nós mesmos significaria então respeitar a singularidade de cada um” e reconhecer “o

valor de nossas diferenças, que enriquecem o mundo” (BAUMAN, 2004, p. 103). Apesar das dificuldades impostas pela mentalidade atual, devemos exercitar tal habilidade em prol de nutrirmos relações mais significativas e verdadeiras.

Na sequência, vamos contar com os escritos do filósofo sul-coreano, Byung-Chul Han, especialmente em sua obra *Sociedade do Cansaço* (2017), para entendermos mais profundamente as implicações da lógica do consumo, já criticada por Bauman (2004), em suas raízes mais cruéis: as do neoliberalismo e as ilusões vendidas por esse modo de produção que eleva a exploração do trabalhador à sua máxima potência.

## 2.6 Os desafios da alteridade na *Sociedade do Cansaço*

A comunicação é um dos grandes desafios das relações afetivas. Popularmente, pessoas reclamam de ruídos comunicacionais e dificuldades de entendimento com seus entes queridos. Por isso, com a expansão da *internet* e a popularização das redes digitais de relacionamento, muito especulou-se sobre a superação dos desafios de comunicação das sociedades pós-modernas. Entretanto, à semelhança da falácia do desaparecimento da solidão, conforme mencionamos na abertura deste trabalho (HERTZ, 2021), seguimos tendo desafios nestes âmbitos, mesmo em um contexto de supercomunicação ou, ainda, hipercomunicação, como coloca Byung-Chul Han (2017). O autor associa esse contexto exacerbadamente mediado e exigente de produção o tempo inteiro ao surgimento de uma “violência da positividade”, classificada como uma manifestação de uma “violência neuronal” (HAN, 2017, p. 16-17). Esse cenário decorre do fato de que a sociedade não mais dialoga com a lógica da disciplinaridade de Michel Foucault (1994), que produzia sofrimentos próprios de seu tempo, mas sim inaugura a sociedade do desempenho, produzindo “empresários de si mesmos” (HAN, 2017, p. 23) e uma violência sistêmica, saturante e exaustiva (HAN, 2017).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Vale mencionarmos aqui o conceito de violência simbólica, que dialoga com a violência sistêmica e neural de Han (2017). O conceito de violência simbólica foi desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Ele o utilizou para descrever um tipo específico de violência que opera de maneira não física, mas por meio de símbolos, linguagem e estruturas sociais. Em resumo, a violência simbólica de Bourdieu refere-se à capacidade de exercer poder e controle a partir de símbolos, discursos e estruturas sociais, moldando as percepções, comportamentos e identidades individuais. Ela desempenha um papel central na reprodução das desigualdades sociais e na manutenção das relações de poder na sociedade. (BOURDIEU, 1999). Sobre esse conceito em interface com a Comunicação, Claudia Lago afirma que: “Essa noção, facilmente compreensível, tem sido largamente utilizada nos estudos em Comunicação, já que aponta para

Para o pensador, as violências próprias dos nossos tempos são condicionantes da falta de alteridade causada pelo excesso de positividade, já que “o cansaço profundo” que essa nova lógica impõe aos sujeitos “afrouxa as presilhas da identidade” (HAN, 2017, p. 75). Neste sentido, ele aponta para o desaparecimento da alteridade:

O desaparecimento da alteridade significa que vivemos numa época pobre em negatividades. É bem verdade que os adoecimentos neuronais do século XXI seguem, por seu turno, sua dialética, não a dialética da negatividade, mas a da positividade. São estados patológicos devidos a um exagero de positividade. (HAN, 2017, p. 14).

Desta forma, assim como a histeria foi entendida por Freud (2019) como a doença da sociedade disciplinar, as doenças dos nossos tempos (tais como depressão, ansiedade, transtornos de *déficit* de atenção, por exemplo) seriam causadas, para Han (2017), por esse excesso de positividade, estímulos e pressão por produtividade, em uma verdadeira “massificação do positivo” (HAN, 2017, 20-21). Diferentemente das organizações sociais precedentes, o inimigo, o externo, o outro não está mais fora do círculo social, mas sim é o próprio excesso de estímulos, impulsos e pressão criado pela sociedade para adoecer seus membros (HAN, 2017):

O excesso de positividade se manifesta também como excesso de estímulos, informações e impulsos. Modifica radicalmente a estrutura e economia da atenção. Com isso se fragmenta e destrói a atenção. Também a crescente sobrecarga de trabalho torna necessária uma técnica específica relacionada ao tempo e à atenção, que tem efeitos novamente na estrutura da atenção. A técnica temporal e de atenção *multitasking* (multitarefa) não representa nenhum progresso civilizatório. A multitarefa não é uma capacidade para a qual só seria capaz o homem na sociedade trabalhista e de informação pós-moderna. (HAN, 2017, p. 31).

Isso também está relacionado ao desaparecimento da fé para Han (2017). Esta “não diz respeito apenas a Deus e ao além, mas à própria realidade” (p. 44), o que torna a vida extremamente transitória, nua e desprovida de significado. A isso, “reagimos com hiperatividade, com a histeria do trabalho e da produção”, o que está relacionado à “carência de ser”, pois não há liberdade na autoexploração:

---

uma dominação que se dá por meio da cultura e dos aparatos de produção de bens simbólicos, essenciais para garantir que a dominação seja reconhecida como legítima, atuando para que se imponha, sem que se perceba, as significações que se coadunam com os interesses dos dominantes” (LAGO, 2015, p. 738).

A sociedade do trabalho e a sociedade do desempenho não são uma sociedade livre. [...] Nessa sociedade coercitiva, cada um carrega consigo seu campo de trabalho. A especificidade desse campo de trabalho é que somos ao mesmo tempo prisioneiro e vigia, vítima e agressor. Assim, acabamos explorando a nós mesmos. (HAN, 2017, p. 46-46).

Nesta lógica social, também não há espaço para os sentimentos, especialmente para os que voltam nosso olhar para o interior e pressupõem negatividades, como a angústia e o luto. E tais sentimentos são extremamente importantes para o esforço da contemplação, diferentemente da hiperatividade, que nos tira a possibilidade de pausa, hesitação e reflexão. Assim, não surpreende compormos uma sociedade extremamente medicalizada, em um esforço de produzir desempenho de forma artificial (HAN, 2017). Neste sentido, temos “um cansaço solitário, que atua individualizando e isolando” (HAN, 2017, p. 71), “é um cansaço sem mundo, destruidor de mundo” (p. 72). Tem, ainda, suas especificidades, já que “não é um cansaço da potência positiva. Ele nos incapacita de fazer qualquer coisa” (HAN, 2017, p. 76).

Além disso, o processo de digitalização e as técnicas de comunicação são apontadas pelo autor como corresponsáveis pela erosão das relações e do olhar para o outro, por desestimularem a alteridade e diminuírem o contato com o diferente, no que podemos denominar de “bolhas”. A consequência é clara e dialoga com Bauman (2004): “O sujeito do desempenho pós-moderno, que dispõe de uma quantidade exagerada de opções, não é capaz de estabelecer ligações intensas” (HAN, 2017, p. 92).

Neste ponto, Han mobiliza conhecimentos e práticas que visam à superação dessa lógica, a partir de uma postura otimista. Resgatando Platão, na obra *As Leis*, temos que:

O homem foi feito para ser um brinquedo de Deus, e isso é realmente o melhor que há nele. Assim, pois, cada um, tanto um varão quanto uma mulher, seguindo essa instrução e jogando os mais belos jogos deve viver a vida. [...] Deve-se viver brincando e jogando [...], fazendo oferendas, cantando e dançando, para poder despertar a graça dos deuses. (PLATÃO, 2017 apud HAN, 2017, p. 111).

Assim, segundo ele, devemos superar a economia “*sharing*”, em que estamos o tempo inteiro produzindo e não há delimitação entre vida pública e privada, e resgatar as festividades, as celebrações, os rituais, as relações, em uma verdadeira abertura que promova o olhar para nós mesmos, para os deuses (figurativamente) e para o outro, em uma nova narrativa de vida (HAN, 2017). “Precisamos de uma nova forma de vida, uma nova narrativa, donde possa surgir uma nova



época, um outro tempo vital, uma forma de vida que nos resgate da estagnação espasmódica” (HAN, 2017, p. 112-113). Desta forma, temos que:

O alarido da comunicação sufoca o silêncio. A proliferação e massificação das coisas expulsa o vazio. As coisas superpovoam céu e terra. Esse universo-mercadoria não é mais apropriado para se *morar*. Ele perdeu toda a relação para com o divino, para com o sagrado, com o mistério, com o infinito, com o supremo, com o elevado. Perdemos toda capacidade de admiração. Vivemos numa loja mercantil, transparente, somos supervisionados e governados. Já é tempo de rompermos com essa casa mercantil. Já é hora de transformar essa casa mercantil novamente numa moradia, numa casa de festas, onde valha mesmo a pena viver. (HAN, 2017, p. 128)

A partir dessa solução, e em linha com o presente trabalho, nossas apostas recaem sobre este resgate ritual, narrativo e afetivo em relação ao outro, à sociedade, ao coletivo e aos nossos entes queridos como saída para a estagnação mental causada pela Sociedade do Cansaço. Neste sentido, resgatar as bases que valorizam as relações afetivas está no cerne do enfrentamento ao desafio da crise de identidade e alteridade que vivemos atualmente. Nesta lógica, não se produz bem sem recorrer a drogas lícitas ou ilícitas, tampouco se cultiva uma vida que equilibre as esferas individual, do trabalho, da família e da vida pública. O equilíbrio e a proposição de uma nova narrativa que traga magia ao cotidiano concreto são nossa melhor esperança.

Desta forma, traçamos até aqui um panorama sobre o amor na filosofia e refletimos sobre os desafios próprios do nosso tempo no que diz respeito às relações afetivas. É diante das mudanças inauguradas pela Pós-Modernidade que devemos pontuar e enfrentar suas especificidades, que tendem a aplicar características da *internet*, da digitalização, da produção máxima e da tecnologia aos afetos humanos. Procuramos, então, endossar a importância de valorização das relações e de resistência à influência desenfreada da lógica de consumo, que não combina com a natureza livre, complexa e mágica das relações. Desta forma, com Luc Ferry, entendemos o cenário protagonista do amor na vida humana, com sua influência excedendo a esfera privada para a pública. Com Anthony Giddens, vemos as mudanças na intimidade responsáveis por uma maior horizontalidade entre pais e filhos. Já com Bauman pudemos verificar sua ferrenha crítica ao consumo e à liquidez aplicados às relações parentais, cuidando, assim, para que entendamos sua natureza imprevisível e apliquemos a arte dos reparos sempre que necessário. Por fim, com Byung-Chul Han, acompanhamos os efeitos nefastos da Sociedade do Cansaço, que leva a lógica capitalista ao seu mais cruel ápice neoliberal, e vimos que a saída está em um resgate narrativo que promova a

celebração do cotidiano, do outro e de nós mesmos. A partir de agora, vamos especificamente abordar as relações parentais, suas mudanças ao longo do tempo e o papel da afetividade, da educação e da comunicação na constituição de seus contornos mais atuais.

*“Oferta de Aninha (aos moços)*

*Eu sou aquela mulher*

*a quem o tempo*

*muito ensinou.*

*Ensinou a amar a vida.*

*Não desistir da luta.*

*Recomeçar na derrota.*

*Renunciar a palavras e pensamentos negativos.*

*Acreditar nos valores humanos.*

*Ser otimista.*

*Creio numa força imanente*

*que vai ligando a família humana*

*numa corrente luminosa*

*de fraternidade universal.*

*Creio na solidariedade humana.*

*Creio na superação dos erros*

*e angústias do presente.*

*Acredito nos moços.*

*Exalto sua confiança,*

*generosidade e idealismo.*

*Creio nos milagres da ciência*

*e na descoberta de uma profilaxia*

*futura dos erros e violências do presente.*

*Aprendi que mais vale lutar*

*do que recolher dinheiro fácil.*

*Antes acreditar do que duvidar.”*

*(Cora Coralina)*

### **3 A INFÂNCIA, A ADOLESCÊNCIA E A PARENTALIDADE A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E AFETO**

A oferta de Aninha (apelido verdadeiro da poetisa Cora Coralina) aos moços reflete a promessa de toda uma civilização em âmbito planetário: exaltar a confiança, a generosidade e o idealismo das crianças e dos adolescentes, protegê-los de todos os males, ensinar a eles valores e a ter fé na vida. Isso com certeza está entre as preocupações de pais, responsáveis, educadores e governantes por todo o mundo. E, mesmo assim, ser criança ou adolescente não é e nunca foi fácil. Tampouco o é ser responsável por seu desenvolvimento. E entender esta história faz parte dos passos que compõem uma jornada de sucesso em direção a um futuro melhor. Desta forma, preferimos “antes acreditar do que duvidar” (CORALINA, 2001, p. 156).

Por isso, neste capítulo, inicialmente, nos propomos a contextualizar historicamente o surgimento das concepções de infância e adolescência, a fim de datarmos e situarmos circunstancialmente ao que se propõe o exercício da parentalidade. A partir dessa construção, conseguimos entender os avanços jurídicos no tocante ao cuidado e à proteção deste núcleo familiar e dos filhos, por consequência. Com isso, vamos ainda articular os conceitos de direito à afetividade, à comunicação e à educação como alicerces do exercício parental contemporâneo. A seguir, iniciamos esse percurso com um primeiro mergulho em perspectiva histórica.

#### **3.1 O amor e o cuidado social com crianças e adolescentes: noções de infância, adolescência e parentalidade em perspectiva histórica**

A ideia de que crianças e adolescentes são, de alguma forma, diferentes de suas versões futuras, adultas, pode parecer, à primeira vista, uma concepção dada. Mas nem sempre foi assim. Aristóteles, por exemplo, associava a infância a um “estado de imperfeição” (ARISTÓTELES, 2001, p. 76). Assim, vemos que avanços de que atualmente dispomos e o investimento realizado sobre o projeto de ser pai ou mãe de alguém são uma construção muito recente na história humana. Se nossas expectativas atuais do que é ser criança ou adolescente datam de pouco mais de duzentos

anos, as ideias primordiais que levaram à essa especialização do cuidado remontam ao Renascimento, como veremos em detalhes neste capítulo.

Infância e adolescência são construções históricas e sociais (VYGOTSKY; LÚRIA; LEONTIEV, 1988) e resultado do desenvolvimento e da complexificação da sociedade (MEAD, 1951). É importante situarmos circunstancialmente o surgimento dessas concepções. Para isso, nos valem de alguns estudos acerca da vida privada, notadamente a pesquisa de Ariès sobre a infância (1986a; 1986b), a coletânea História da Vida Privada, organizada por Ariès e Duby (2009a; 2009b; 2009c; 2009d; 2009e), além das contribuições de Mary Del Priore (2018a; 2018b), Regina Navarro Lins (2007) e outros autores que abordam o cenário brasileiro.

Em resumo, a noção de que a infância é uma nova etapa do desenvolvimento humano decorre da invenção da família nuclear, do estado-nação e da nova lógica produtiva, características da sociedade industrial (ARIÈS, 1986a). Desta maneira,

Apenas à medida que o conhecimento humano – gerado pelo trabalho humano numa relação dialética que condicionava o desenvolvimento de ambos – possibilitou a produção de excedentes e permitiu vitórias mais persistentes na luta diária pela sobrevivência, foi possível ampliar o tempo de não trabalho para alguns segmentos da sociedade. Já é bastante conhecida a discussão acerca de que a infância, na forma como a pensamos hoje, é uma construção dos últimos 200 anos da história. (MELLO, 2007, p. 84).

Esmiuçando como se deu essa construção social, na Grécia, o casamento, heterossexual, visava à procriação, com foco na produção de filhos do sexo masculino, em diálogo com o contexto patriarcal desta sociedade. Havia, inclusive, a prática de infanticídio, principalmente em casos de gravidez indesejada (fora do casamento), por ocasião do nascimento de meninas, ou, ainda, de crianças com problemas de saúde, principalmente na cidade-estado de Esparta. Já no contexto da civilização romana, outra base fundamental da civilização do Ocidente, o patriarca possuía total controle sobre sua família e o destino de seus filhos. À semelhança da Grécia, filhos homens possuíam vantagens sobre as herdeiras, cujo destino era primordialmente o casamento. O infanticídio também era praticado, apesar das proibições previstas nas leis de Rômulo. Geralmente, as vítimas eram meninas, filhos não legítimos, com fraca saúde ou cujo nascimento fosse acompanhado por maus agouros. A prática foi proibida de forma ampla e veemente apenas no século IV, sob pena de exposição pública. Até então, a sociedade romana era visivelmente desigual em relação à quantidade de homens e mulheres, com a predominância masculina, em consonância

com as práticas citadas, a necessidade de homens para compor os exércitos e os recursos despendidos na criação de mulheres à época (ARIÈS, 1986a; LINS, 2007).

No contexto greco-romano até a Antiguidade Tardia europeia, as crianças eram vistas apenas como miniadultos em desenvolvimento e, por isso, desprovidas de qualquer tratamento diferenciado, sendo a crueldade destes tempos aplicada, se não igualmente, talvez de forma mais acentuada às crianças. Apenas na Idade Média surge de fato a noção de infância como uma etapa diferenciada da vida. Até o século XII, elas são retratadas como adultos em miniatura, até pelas roupas que apresentavam na iconografia da época. Somente a partir do século XIV começam a ser diferenciadas inicialmente pelas vestimentas (ARIÈS, 1986a;1986b; LINS, 2007). Sua importância cresce a partir do paralelo traçado com o culto ao menino Jesus, iniciado no século XIII (LE GOFF; TRUONG, 2006), acentuando-se as manifestações sociais de luto pela morte de crianças (o que anteriormente era algo, se não tratado com indiferença, menos manifestado e resguardado ao ambiente doméstico) e a importância do sacramento cristão do Batismo, já que, segundo a fé católica, as crianças que eventualmente falecessem antes de serem batizadas não acessariam a vida eterna, tampouco o Paraíso (ARIÈS, 1986a; LINS, 2007).

O Batismo adquire, então, uma nova função importante dos sacerdotes e a luta da igreja contra o infanticídio também exemplifica essa mudança de paradigma, o que demonstra a ascendente importância da infância no período, assim como as instruções para segurança de crianças, seu direito ao leite materno e a recomendação de que fossem feitos intervalos maiores entre gestações. Em resumo, Ariès (1986a) aponta que esse processo pode ser traduzido como a descoberta da alma e da personalidade da criança, ainda antes das obras *Émile*, de Rousseau (1999),<sup>6</sup> ou do fascínio pelo pequeno Luís XIV, rei francês que, quando menino, precisou proteger-se em Versalhes, fatores importantes para a consolidação deste movimento no século XVIII. Com isso, vemos o processo lento e gradual de descoberta da infância, desde a segunda parte da Idade Média (séculos XII-XIII). Adicionalmente a isso, como mencionamos, a criança passa a possuir, a

---

<sup>6</sup> Rousseau (1999) escreve a obra *Émile*, ou *Emílio*, em português, livro no qual ilustra os preceitos filosóficos do autor e propõe-se a ser um guia para a educação infantil. “Assim, a infância passa a ser considerada por Rousseau o lugar, ou momento do desenvolvimento humano, em que se pode identificar o ser humano no seu modo de ser mais natural. Pensar, então, a infância deste ser é, na verdade, pensar no momento em que ele pode se formar enquanto homem *natural*. É este *homem natural*, que identificamos na infância, que se estende dos primeiros momentos de vida até os seus quinze anos, quando começa a sua adolescência, que antecede o *cidadão*, que somente podemos identificar no homem, quando ele atinge a sua fase adulta” (NETO, 2001, n. p.).

partir do século XVI, um modo próprio de vestir-se. Por isso, todo esse cenário passa a associar à infância tanto a ternura quanto a vulnerabilidade, elementos até então próprios do gênero feminino (ARIÈS, 1986a; 1986b).

Em complemento, Ariès endossa os aspectos mais relevantes associados à noção de infância: o mimo (século XVI), a consciência da inocência e a priorização da educação, por volta do século XVII. A questão do mimo se coloca como uma faceta dessa nova sensibilidade para com a infância, sendo seu outro lado a preocupação com uma educação que preconizava a severidade, movimento que foi se modificando ao longo do tempo (ARIÈS, 1986a).

Já sobre a adolescência, temos o século XVIII como o período em que se tentou delimitar as características desta fase (LEPRE, 2003). Assim, faz-se necessário recorrermos aos estudos em psicologia para entendermos como se deu essa construção:

No século XX, embasado em pressupostos científicos, o adolescente moderno típico estabeleceu-se como um objeto natural com características e atributos psicológicos bem demarcados. [...] A noção de adolescência emerge inteiramente vinculada à lógica desenvolvimentista, sendo uma etapa do desenvolvimento pela qual todos passariam obrigatória e similarmente. (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 4).

Desta forma, na sociedade moderna, “com suas condições materiais e simbólicas específicas, a criança, o adolescente e o jovem adquiriram um status de dependentes, não responsáveis jurídica, política e emocionalmente” (SALLES, 2005, p. 35). Veremos nos próximos tópicos como deu-se, historicamente, esta construção. Vamos detalhar o panorama anteriormente citado a fim de que tenhamos subsídios para entender, de forma paulatina, as mudanças históricas até chegarmos aos padrões atuais de cuidado social com crianças e adolescentes. Embora não tenhamos ainda o cuidado padronizado entre todas as sociedades e segmentos sociais, houve mudanças significativas nos padrões estabelecidos coletivamente.

### **3.1.1 Império Romano**

Como primeiro fragmento, vamos ao Império Romano ainda em sua época pagã, a fim de verificar contrastes quando da ascensão do cristianismo. Os romanos possuíam uma relação racional com o nascimento de crianças, sendo este um processo cultural – e não somente biológico – e com influência direta do patriarca. “Os recém-nascidos só vêm ao mundo, ou melhor, só são

recebidos na sociedade em virtude de uma decisão do chefe de família” (VEYNE, 2009b, p. 21). Com isso, “a contracepção, o aborto, o enjeitamento das crianças de nascimento livre e o infanticídio [...] são, portanto, práticas usuais e [...] legais” (VEYNE, 2009b, p. 21), o que soa extremo atualmente.

O reconhecimento de um filho romano era necessário para sua existência, para além do nascimento em si. Ser reconhecido e levantado pelo pai era sua garantia de sobrevivência. Além disso, pode ser apontada a correlação entre três fatores que marcam a fotografia da infância na cultura romana: o “*elevatio*”, esse reconhecimento pós-nascimento; a adoção, prática comum em Roma; e a extensão que possuía à época o infanticídio (ARIÈS, 1986b).

Neste sentido, em Roma, um cidadão não “tem” um filho: ele o “toma”, “levanta” (*tollere*); “o pai exerce a prerrogativa, tão logo nasce a criança, de levantá-la do chão, onde a parteira a depositou, para tomá-la nos braços e assim manifestar que a reconhece e se recusa a enjeitá-la” (VEYNE, 2009b, p. 21). Desta forma, o ato de enjeitar uma criança é decisão do pai e o gênero do bebê não está necessariamente ligado a isso, uma vez que poderiam ser rejeitadas ou afogadas crianças portadoras de deficiências ou não legítimas (VEYNE, 2009b). Importante mencionar que essa prática era semelhante à exposição de filhos gregos não desejados. Além disso, o destino das crianças enjeitadas era diverso, mas, em geral, não sobreviviam, e os motivos para seu abandono podiam estar presentes mesmo em caso de filhos legítimos, caso houvesse eventuais perturbações testamentárias (VEYNE, 2009b).

Mais especificamente sobre a prática de adoção, esta representa uma característica interessante na sociedade romana, a de que a “voz do sangue” queria dizer muito pouco, possuindo uma mentalidade naturalista, e, portanto, os laços familiares valiam mais. Neste sentido, as “adoções e a ascensão social de certos libertos compensam a fraca reprodução natural” (VEYNE, 2009b, p. 23) deste grupo. Além disso, a adoção poderia acontecer em caso de existência ou não de herdeiros prévios vivos. A frequência da prática de adoção era grande e a relação paterna ou materna dela resultante tinha iguais chances de gerar afeto que os laços sanguíneos (VEYNE, 2009b). Sobre a prática, temos que:

Visivelmente dava-se uma criança em adoção como se dava uma filha em casamento. Há dois meios de se ter filhos: gerando-os ou adotando-os; este podia ser um modo de impedir a extinção de uma estirpe e também de adquirir a condição de pai de família exigida por lei dos candidatos a honras públicas e aos governos das províncias: tudo o que o casamento propicia é propiciado igualmente pela adoção (VEYNE, 2009b, p. 28).



Já sobre os filhos biológicos, assim que nascia, o bebê, independentemente do gênero, era confiado a uma nutriz, responsável por amamentá-lo e cuidar de sua educação até a puberdade, juntamente com um pedagogo ou “nutridor”, que era “encarregado de sua boa educação [...]. As crianças vivem com eles, com eles tomam suas refeições, porém jantam com os pais e seus convidados” (VEYNE, 2009b, p. 25). Temos ainda que tais “crianças deslocadas como peões no tabuleiro de xadrez da riqueza e do poder não são criaturinhas amadas e mimadas” (VEYNE, 2009b, p. 29). Além disso, o relacionamento da criança com seus pais biológicos adquiria distância e severidade marcantes.

Tal severidade faz parte do papel do pai, enquanto a mãe defende a causa da indolência; uma criança educada só dirige a palavra ao pai chamando-o de “senhor” (*domine*). Os novos-ricos imitavam bem esse costume aristocrático. A distância entre pais e filhos era vertiginosa” (VEYNE, 2009b, p. 27).

Em relação à educação, geralmente, a maioria dos romanos era alfabetizada na infância, mesmo as das classes mais baixas (VEYNE, 2009b). Mas, aos 12 anos, crianças de diferentes gêneros e classes começam a se aproximar dos destinos a elas reservados:

Somente os meninos, se pertencem a uma família abastada, continuam a estudar [...]; como exceção, algumas meninas contavam com um preceptor que lhes ensinava os clássicos. Cabe dizer que aos doze anos uma menina estava na idade núbil, que algumas eram dadas em casamento nessa tenra idade e que o casamento se consumava; em todo caso, aos catorze anos a menina era adulta [...]. A partir do casamento, a continuação da educação das meninas passa a ser mérito do marido (VEYNE, 2009b, p. 30-31).

Em contraposição, aos catorze anos, o menino romano, embora não fosse mais considerado criança, passa a adquirir autorização para fazer coisas de jovens, contando ainda com certa indulgência dos pais até o casamento (VEYNE, 2009b). Vai sendo construída também a ideia de maioridade ao longo do tempo – a passagem de um menino impúbere a menor legal até a sua emancipação jurídica (VEYNE, 2009b). Aos meninos, exercitar sua sexualidade era permitida de forma mais ou menos livre neste período, o que cessa no momento do casamento.

Na hora do casamento, acabam-se as relações com os favoritos. [...] Tal foi ao menos a primeira moral romana. Mas, ao longo do século II da nossa era, pouco a pouco se difunde a nova moral, que trata de confinar a sexualidade ao casamento, até para os rapazes, e de incitar os pais a conservá-los virgens até o dia das núpcias (VEYNE, 2009b, p. 36).

A seguir, vamos seguir abordando as nuances em relação à infância e à adolescência na passagem do Império Romano para a Idade Média.

### 3.1.2 Alta Idade Média

Neste período, as invasões bárbaras são o golpe de misericórdia para o fim do Império Romano, tendo início a reorganização europeia em feudos (VEYNE, 2009a). Assim, temos a instauração do que foi denominado como Alta Idade Média Ocidental (ROUCHE, 2009), que pode ser descrita por algumas características:

Do Estado, propriedade privada, à Igreja privada o círculo se fecha. Do político ao religioso, a Alta Idade Média é a época forte das individualidades, dos pequenos grupos e das comunidades de calorosa afetividade. [...] O corpo e o coração estão em desacordo. A natureza parte para o assalto da cultura. O animal fascina o homem. O corpo é venerado, mutilado ou torturado. Só a violência permite sobreviver. A morte está atrás de todos. (ROUCHE, 2009, p. 531).

Naturalmente, em linha com a complexidade humana, foi uma época de contradições: ao mesmo tempo em que “aceitou toda a religiosidade pagã com relação à criança” e “à pureza do casamento, [...] logo procurou quebrar a parentela para impor o casamento monogâmico” (ROUCHE, 2009, p. 532). Algumas práticas, como o enjeitamento, ainda não foram completamente extintas, mas a igreja católica passa a fazer um papel importante de acolhimento ou direcionamento às crianças abandonadas (ROUCHE, 2009). “Em geral, [...] a criança era bem acolhida, confiada a amas entre os ricos ou amamentada até os três anos se era o povo que a adotava” (ROUCHE, 2009, p. 450).

A sociedade nesta época era composta majoritariamente por crianças – que representavam praticamente três quartos da população. E seu papel variava muito em diversos contextos. Há evidências, já nesta época, de um maior apego dos pais em relação às crianças, apesar da considerável mortalidade infantil (ROUCHE, 2009), como podemos ver a partir da afirmação:

A condição da criança e seu lugar dentro da família variava de um extremo a outro. Cadáver que não deixava vestígios junto às tumbas do pai e da mãe dos cemitérios merovíngios, era querido e mimado na época carolíngia, conforme prova a primeira menção do berço. Escravo na casa, príncipe no mosteiro, no fundo é um ser duplo, ausente

e presente ao mesmo tempo, mas também ocupa um segundo lugar sob o teto e no leito (ROUCHE, 2009, p. 451-452).

A educação de crianças em monastérios é uma característica relevante deste período, sendo muito comum a cessão de um dos filhos da família (dificilmente o primogênito) aos cuidados monásticos (ROUCHE, 2009). Aqui vemos o início de uma abertura para a educação que ocorre na vida pública. Outras práticas, entretanto, seguem sendo papel da família, como ensinar a caçar (ROUCHE, 2009). Algumas características da infância passam a ser mais respeitadas pelos monges em sua criação, embora a puberdade fosse um desafio também a eles:

Em lugar de criar os meninos para a agressividade e as meninas para a submissão, os pedagogos monásticos recusam a palmatória e procuram conservar as virtudes da infância vistas como fraquezas por seus contemporâneos. [...] Em suma, ao invés de endurecer o coração, os monges o abriam. Mas ao mesmo tempo perdiam pé diante dos fenômenos próprios da puberdade. Diante do salto brusco que se operava então da infância à vida adulta, retomavam a boa e velha severidade (ROUCHE, 2009, p. 451).

Conforme foi mencionado, algumas mudanças importantes em relação à infância se passaram no período da Alta Idade Média e estão no cerne de impactos mais substanciais na Renascença, que veremos a seguir.

### **3.1.3 Da Europa feudal (a partir do ano mil) até a Renascença**

Embora seja difícil aplicar os conceitos de privacidade e de vida privada no contexto da Idade Média, a tentativa dos autores consultados é a de “discernir na sociedade medieval uma fronteira entre o que era considerado como privado e o que não o era e isolar um campo de sociabilidade correspondente ao que hoje chamamos vida privada” (DUBY, 2009, p. 7).

Também conseguimos destacar no período práticas, ainda que incipientes, de proteção a vulneráveis, como viúvas e órfãos. A viúva, em geral, refugiava-se na casa de seus parentes originais após a morte do cônjuge e seus filhos poderiam ser levados para casas estranhas e distantes.<sup>7</sup> Além da questão de proteção às viúvas e aos órfãos como exemplos de cuidados com

---

<sup>7</sup> Um pouco dessa dinâmica e da prevalência dos laços familiares originais pode ser vista no relato a seguir: “Por ocasião dos momentos de fraqueza provocados, na história de uma senhoria, de um principado ou de um reino, pelo falecimento de um pai ou marido ainda jovem, as relações de feudo-vassalagem prevalecem cada vez mais, no decorrer dos séculos XII e XIII, sobre as relações de linhagem, para ao mesmo tempo

populações vulneráveis, alguns elementos já estão presentes nesta época, tais como a prática de sucessão a partir da progeneritura (DUBY; BARTHÉLEMY, 2009).

Além disso, temos que relatos sentimentais estão disponíveis na literatura epistolar da época, contendo esses sentimentos que estão no cerne da família nuclear burguesa vindoura. Tais relatos possibilitam inferir que o amor conjugal e o materno existem já na Idade Média. Neste período, o casamento passa a possuir uma dimensão psicológica e moral ligada à ideia de eternidade, o que não ocorria no Império Romano (ARIÉS, 1986b).

Exemplo disso é a representação do *dextrarum iunctio* em lápides italianas e galoromanas, que deixa antever a ideia de eternidade ligada inicialmente aos cônjuges, com posterior inclusão dos filhos, no laço eterno do matrimônio e sua associação à ideia de indissolubilidade, tanto no plano terrestre quanto no celeste (ARIÉS, 1986b).



**Figura 1** – Fotografia de sarcófago romano com a arte “*Dextrarum iunctio*”.

**Fonte:** Museu Britânico (s. d.).

---

defender e manipular a viúva e o órfão: os pares de castelania sustentam e inspiram o herdeiro de seu senhor, o rei e o príncipe suserano tomam sob sua defesa e sob seu jugo o filho ou a filha de seu vassalo. Entre a criança refém e mártir e o adolescente educado e promovido, a ambiguidade subsiste de modo duradouro”. (DUBY; BARTHÉLEMY, 2009, p. 156).

Com essas mudanças, o filho vai se convertendo em um produto indispensável e insubstituível com a aproximação do século VI e a necessidade de alianças e acordos para garantir a sobrevivência, com vínculos de dependência substituindo relações antes garantidas pelo direito público. Com isso, o vínculo mais confiável passa a ser o sanguíneo, concedendo à família e seus laços um protagonismo nunca antes possível no contexto europeu. As consequências desse movimento são a revalorização da fecundidade – as famílias mais bem-sucedidas passam a ser as mais numerosas – e, indiretamente, a exaltação da criança. Temos como expressões desta última a proibição definitiva dos infanticídios, dos abortos e sua perseguição judicial, embora ainda persistissem incongruências (ARIÈS, 1986b).

Já no período da Renascença, alguns exemplos de meados do século XIV, onde posteriormente será delimitada a Itália, nos ajudam a entender as mudanças familiares na passagem em relação à era medieval. Neste contexto, prevalecia o destaque ao espaço público, já que o “espaço privado é um espaço proibido. Dá-se uma grande atenção à parte externa, tanto no campo quanto na cidade, e essa prudência é amplamente explicável pela insegurança” (DUBY; BARTHÉLEMY, 2009, p. 195). Apesar de preterido o mundo privado, a família possuía esse papel nutridor frente às intempéries da vida. Neste sentido, somente “a família, em seu privado, pode amortecer as intermitências da natureza e do serviço público” (DUBY; BARTHÉLEMY, 2009, p. 210). Além disso, o poder segue sendo do patriarca (DUBY; BARTHÉLEMY, 2009).

Mais especificamente sobre o cuidado com as crianças nestes tempos, a maior parte dos bebês burgueses ainda eram confiados às amas-de-leite, mas é possível estimar que cerca de um quarto deles já passavam a morar com seus pais biológicos (DUBY; BARTHÉLEMY, 2009). Mesmo nos casos de cessão às amas, “cedo ou tarde, no entanto, se sobrevivem, seus pais os recuperam e elas reintegram o privado familiar” (DUBY; BARTHÉLEMY, 2009, p. 227). Há, entretanto, alguns retrocessos, como o aumento da mortalidade infantil devido a novas epidemias, como a da peste bubônica, conforme podemos antever pelo excerto abaixo:

Em ambiente popular ou camponês, a mortalidade dos bebês é considerável no momento das pestes (1348-1430). Desde esse momento, e mais ainda a partir do século XV, o infanticídio (por sufocação) não é mais um fenômeno excepcional, e os abandonos tornaram-se suficientemente numerosos para levar à criação de asilos [...], geradores por sua vez de novos abandonos. Os bebês, sobretudo de sexo feminino, são muito frágeis, por vezes muito pouco desejados, para que o apego real que se tem por eles resista às graves coerções da pobreza. (DUBY; BARTHÉLEMY, 2009, p. 228).

Por outro lado, no meio social mais abastado, já há, nesta época, relatos de crianças aduladas e alvos de cuidados especiais, mimos e carinhos. Crianças que possuem brinquedos, vestuário específico e a quem são contadas histórias de ninar, embora, neste momento, essa realidade se aplique somente a um número limitado de famílias (DUBY; BARTHÉLEMY, 2009).

Como regra geral, temos que a inserção de crianças no ambiente familiar dá-se “de maneira simples e por vezes áspera. [...] Quanto mais pobre é, mais cedo cessa a tranquilidade da infância: veem-se desde seis, oito anos meninas empregadas como criadas” (DUBY; BARTHÉLEMY, 2009, p. 229). Já aos adolescentes e jovens, também é, a eles, legado o trabalho. “Ao crescer, meninos e meninas ganham personalidade, muitos trabalham ainda jovens. Ganham dinheiro” (DUBY; BARTHÉLEMY, 2009, p. 230).

Embora ainda tenhamos o crivo parental sobre ações simples, como “os serviços, a vida corrente, a própria vida profissional”, e iniciativas “puramente privadas (localização de uma cama, dormir em um terraço)” (DUBY; BARTHÉLEMY, 2009, p. 231), é apontada pelos autores a associação entre o ascendente aumento da importância dada à esfera privada com o refinamento da sensibilidade e a expressão dos sentimentos (DUBY; BARTHÉLEMY, 2009), que culminariam, eventualmente, nos atuais modelos de parentalidade e na relação que temos com a infância e a adolescência na contemporaneidade.

### 3.1.4 Do Renascentismo ao Iluminismo

Vamos agora à passagem do Renascentismo ao Iluminismo europeu, período marcado pela definição de Estados-nação; o papel do Estado cada vez mais forte e influente sobre a vida das pessoas; as Reformas religiosas protestante e católica; além do avanço da alfabetização (ARIÈS; DUBY, 2009c).

Com a complexificação das relações que se desenham no campo privado neste momento, o historiador Orest Ranum destaca a relação que se desenvolve entre o pai e o filho mais velho nas aristocracias europeias. Como o tabu era imenso em relação a qualquer expressão física deste afeto, surge o gênero literário epistolar ou testamentário: “pai e filho escrevem um para o outro mesmo quando vivem sob o mesmo teto” (ARIÈS; DUBY, 2009c, p. 257).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Exemplo disso é a carta que Olivier Lefebvre d'Ormesson escreve a seu filho André, que havia recém falecido: “Ele me amava e eu o amava com muita ternura, e entre nós os nomes de pai e filho só faziam

A partir disso, Gélis (2009) aponta a mudança de paradigma em relação à figura da criança e narra o seu processo de individualização. Num primeiro momento, em que o paradigma coletivista imperava, com seu conseqüente imaginário, “a criança era considerada um rebento do tronco comunitário, uma parte do grande corpo coletivo”. Assim, “pertencia tanto à linhagem quanto aos pais. Neste sentido, era uma criança “pública”” (GÉLIS, 2009, p. 306). Vemos, então, que o jogo entre público e privado acompanha a criança em sua primeira infância, o que pode ser visto no relato:

Depois de alimentá-la com seu sangue durante a gestação, a mãe a nutria com seu leite, tido como sangue embranquecido. Desmamada aos vinte, 24 ou trinta meses, a criança progressivamente entrava nesse período da primeira infância em que a parte pública de sua educação tendia a ampliar-se, ainda que os ensinamentos dos pais preponderassem durante muito tempo. É que, depois do nascimento, “público” e “privado” se interpenetravam, a situação da criança dependendo tanto de um como de outro” (GÉLIS, 2009, p. 306-307).

O Batismo seguia tendo uma função importante, associando o objetivo cristão de eliminação do pecado original com outras crenças de origem pagã, em um sincretismo que cumpria sua função de socialização do indivíduo, como, por exemplo, os rituais para fortificar o bebê (GÉLIS, 2009):

Ao mesmo tempo sacramento que elimina o pecado original e rito de socialização da criança, o batismo constituía também a oportunidade de se assegurar, mediante procedimentos mágicos, da qualidade dos sentidos do bebê. (GÉLIS, 2009, p. 307)

Além disso, a primeira infância é sinônimo de aprendizagens de diversas naturezas. Por isso, a aprendizagem na casa, na comunidade, a partir dos brinquedos, da ludicidade e da relação com as outras crianças; das técnicas corporais, das regras sociais, das coisas da vida (GÉLIS, 2009), tinha propósitos específicos já nesta época, como o desenvolvimento em si da criança e sua integração à lógica familiar e comunitária:

As aprendizagens da infância e da adolescência deviam, pois, ao mesmo tempo fortalecer o corpo, aguçar os sentidos, habilitar o indivíduo a superar os revezes da sorte e

---

aumentar nossa amizade recíproca e torná-la mais legítima e forte. Essa amizade, que durante toda a sua vida foi minha alegria, desde sua morte tem sido minha aflição [...]. Perco um filho, isso não basta para expressar minha dor, nem sempre a perda de um filho é uma grande aflição para um pai, mas perco um filho amável [...].” (ARIÈS; DUBY, 2009c, p. 257).

principalmente transmitir também a vida, a fim de assegurar a continuidade da família. Havia nisso uma forma de educação em comum, um conjunto de influências que faziam de cada ser um produto da coletividade e preparavam cada indivíduo para o papel que dele se esperava. Em tal contexto existia pouca intimidade, porém dia após dia reforçava-se cada vez mais o sentimento de pertencer a uma grande família, à qual se estava unido para o melhor e para o pior. (GÉLIS, 2009, p. 308).

Já no século XIV, começam a surgir indícios de uma preocupação específica com a infância, até então inédita, como, por exemplo, orientações sobre a forma de alimentar as crianças, inaugurando uma nova relação com elas, especialmente “nos meios abastados das cidades. Trata-se menos de novas demonstrações de afetividade que de uma vontade cada vez mais reafirmada de preservar a vida da criança” (GÉLIS, 2009, p. 308). A prioridade passa, então, a ser a preservação da vida e enfrentamento às estatísticas alarmantes de mortalidade infantil<sup>9</sup>:

Arrancar uma criança da doença e da morte prematura, recusar a desgraça tentando curá-la: esse passa a ser o objetivo de pais angustiados. Evidentemente, antes os pais tampouco aceitavam a perda de um ente querido, porém a consciência da vida, do ciclo vital, era diferente, e não lhes restava outro recurso senão ter mais um filho. Porque a vida era dura e porque era preciso perpetuar a linhagem... A recusa à doença da criança constitui apenas um aspecto — essencial, sem dúvida — do novo imaginário da vida e do tempo (GÉLIS, 2009, p. 309).

Associado a isso, temos um movimento de natureza sociocultural que passa a diferenciar as esferas pública e privada, relação essa que pode ser percebida a partir da relação com o corpo, sendo o corpo do filho uma extensão dessa prioridade. Com isso, vêm novas regras e dinâmica familiares. “Nesse contexto, o indivíduo tem seu próprio peso, e a sombra do grupo familiar, da parentela, já não apaga a personalidade” (GÉLIS, 2009, p. 310). Essa mudança em relação à infância e à parentalidade é fruto da urbanização e deve-se principalmente ao papel da cidade, onde, “a partir do século XV progressivamente emerge a “família moderna”, reduzida ao casal e aos filhos” (GÉLIS, 2009, p. 311). Temos ainda que:

A essa nova forma de relação entre o indivíduo e o grupo corresponde uma nova imagem do corpo. No passado, os vínculos de dependência com relação à parentela eram vividos carnalmente; agora, elas se distendem: “meu corpo é meu”, e procuro poupá-lo da doença

---

<sup>9</sup> Isso pode ser antevisto a partir do trecho: “Molière mostra isso. E outros, como John Locke, cuja *Da educação das crianças*, publicada em Londres em 1693 e traduzida para o francês em 1695 por Pierre Coste, tornou-se um dos clássicos da pedagogia europeia no século XVIII. Já no início o autor chama a atenção dos pais para as virtudes da prevenção como o meio mais eficaz de preservar a saúde dos filhos” (GÉLIS, 2009, p. 309).



e do sofrimento; mas sei que ele é perecível e, assim, continuo a perpetuá-lo através da semente de outro corpo, o corpo do meu filho. Esse arrancar simbólico do corpo individual ao grande corpo coletivo sem dúvida constitui a chave de muitos comportamentos nos séculos clássicos. Tal modelo certamente permite compreender melhor por que a criança passa a ocupar um lugar tão importante entre as preocupações dos pais: é uma criança que ama por ela mesma e que constitui sua alegria de cada dia. (GÉLIS, 2009, p. 310).

Este não é, entretanto, um processo linear, à semelhança da atualidade, em que, por mais que os padrões jurídicos e sociais estipulem certos cuidados em relação à infância, sua efetividade no cotidiano ainda sofre diversas alterações, violações e variações.

Essa mudança de atitude com relação à criança, que é fundamentalmente uma mutação cultural, ocorre ao longo de um período extenso. Impossível estabelecer aqui uma cronologia precisa. Na falta de certezas, algumas referências, pois a evolução não se realizou em toda parte no mesmo ritmo, mas, sob efeito das forças políticas e sociais, sofreu bruscas paradas num lugar, repentinas acelerações em outros. (GÉLIS, 2009, p. 311).

É importante ponderar que o cuidado com crianças e adolescentes não é homogêneo até os dias de hoje. Há muitas divergências culturais, entre países, regiões, classes sociais, entre outros fatores que complexificam a questão, especialmente no contexto brasileiro com toda a sua desigualdade. As grandes discrepâncias sobre as questões são perceptíveis desde o surgimento do denominado sentimento de infância e, com isso, temos que o “a evolução do sentimento da infância não se manifesta de maneira linear” (GÉLIS, 2009, p. 311), a exemplo do caso francês:

Na França, por exemplo, o século XVII é um momento, se não de reação, pelo menos de contenção. As convulsões políticas e religiosas do século XVI constituem os sintomas de uma profunda crise dos valores [...]. Na primeira parte do século já se evidencia um novo sentimento de infância, e o discurso literário e médico aborda temas tidos muitas vezes como do século XVIII. (GÉLIS, 2009, p. 311).

Fruto desse movimento, alguns recursos empregados na criação de crianças foram revistos com o avanço das discussões, tais como: a proibição das faixas, que limitavam os movimentos corporais infantis; o uso de gorros e toucas, que apertavam seus crânios e, ao invés de protegê-los, causavam deformações; e, por fim, o ato de confiar o bebê a uma ama de leite estranha à família (GÉLIS, 2009). Este último fator foi imprescindível para o aumento da expectativa de vida infantil, como veremos logo:

Entregar um filho a uma nutriz não constitui uma novidade do século XVI: em Florença, tal prática é conhecida desde o final do século XIV e difunde-se no decorrer do XV. Essa separação, que sempre se pretende temporária e, como sabemos, muitas vezes termina com a morte do bebê, é severamente condenada por um discurso médico e erudito moralizador, que tende a culpar os pais. (GÉLIS, 2009, p. 312).

Essa entrega do bebê à ama é uma prática que põe em xeque o papel da mulher e da esposa nesse cenário. A mulher perde participação nas decisões da casa para dedicar-se à nutrição do bebê. De qualquer forma, surge uma alternativa ao estilo parental vigente até então:

Enquanto alguns pais entregam o filho a uma nutriz, outros encontram na companhia dele “divertimento e alegria”. As duas atitudes não são contraditórias; atestam que agora é possível escolher. Por certo, a “natureza” continua a falar em favor do filho criado pela mãe; porém esta tem apenas deveres; doravante pretende também ter o direito de viver e recebe a aprovação do marido quando manifesta o desejo de manter um corpo íntegro e atraente. Todavia, nem sempre a escolha é evidente! Não é fácil conciliar o interesse filho e o da mãe. E assim não nos surpreende que tais questões recebam respostas variadas (GÉLIS, 2009, p. 313).

Em consonância com essa ideia, Viviana Zelizer (1985) postula alguns marcos temporais importantes que nos ajudam a entender a mudança da percepção sobre o papel social das crianças e, mais especificamente, sua função na sociedade de forma efetiva. Ela aponta os anos 1930 como o momento em que, a partir do desenvolvimento do amor materno, as crianças deixam de trabalhar e passam a protagonizar o ambiente escolar. Ferry (2012) interpreta esse momento como início da sacralização das crianças, em decorrência da proteção e do amor maternos. Por fim, Zelizer conclui que a mortalidade infantil começou seu progressivo declínio a partir do desenvolvimento e do aperfeiçoamento do amor parental (ZELIZER, 1985).

Para entender melhor essa mudança, alguns autores contribuem com a desmistificação da associação direta da mortalidade infantil, que atingia expressivamente a humanidade ainda no século XVIII, apenas com os hábitos de higiene e a medicina da época. Outros fatores também devem ser considerados na questão, que são: a própria entrega à ama, comprovadamente um fator que dobra as chances de mortalidade; o abandono de crianças; e, por último, o mais surpreendente, “o hábito que os pais tinham de dormir com os recém-nascidos com risco de esmagá-los e [...] sufocá-los durante a noite” (FLANDRIN, 1984 apud FERRY, 2012, p. 99).

Essa mudança de mentalidade em curso é perceptível em textos dos séculos XVI e XVII que enaltecem a “nova criança”, demonstrando a preocupação com sua educação, inicialmente

ainda no ambiente privado. Locke (1973) observa que foi “com muita sabedoria que a natureza inspirou aos pais o amor pelos filhos; todavia, se a Razão não modera com extrema circunspeção essa afeição natural, ela facilmente degenera em excessiva indulgência” (LOCKE, 1973, p. 49-51). Assim, começa a surgir uma crítica à educação dada pelos pais, não ligada à privatização da educação, mas sim condenando a prática de mimar as crianças, considerada algo nefasto (GÉLIS, 2009). Motivado por isso, é iniciado, então, um movimento de retomada de protagonismo estatal e eclesiástico em relação à educação infantil.

É para combater tais “efusões” que, ao longo do século XVII, toda uma corrente pretende impor regras de comportamento conformes ao decoro... E talvez devamos ver nessa atitude repressiva com relação a uma educação privada, que concede demasiado espaço à afetividade, uma das razões pelas quais a Igreja e o Estado retomaram o encargo do sistema educativo. Na verdade, essa transferência do privado ao público coincide com a vontade do poder político e religioso de controlar o conjunto da sociedade. (GÉLIS, 2009, p. 314).

A influência do individualismo é perceptível e não entra em contradição com a educação pública. Esta deve seu êxito às demandas mercadológicas que passam a fazer parte das expectativas parentais sobre a formação dos filhos:

A nova educação deve seu êxito ao fato de moldar as mentes segundo as exigências de um individualismo que cresce sem cessar. Não existe contradição entre a “privatização” da criança no âmbito da família nuclear e a educação pública que lhe é dada. Uma consciência da vida que já não implica o respeito às antigas solidariedades e pretende valorizar o indivíduo obriga a recorrer a terceiros, preceptores e orientadores de estudos, cuja missão consiste em abrir a criança para conhecimentos que seus pais não poderiam lhe dar. Na verdade, os pais compreendem que o isolamento do espaço privado poderia frustrar a criança, pois eles próprios são incapazes de dar-lhe uma formação alternativa como a que receberam outrora da comunidade. (GÉLIS, 2009, p. 314-315).

Além disso, pode ser apontado o duplo processo que contempla a transformação da família-tronco (ou gentílica) para a nuclear (ARIÈS, 1986b), quanto a passagem da educação comunitária e aberta, “destinada a integrar a criança na coletividade para que incorpore os interesses e os sistemas de representação da linhagem”, à educação pública escolar, “destinada também a integrá-la, facilitando o desenvolvimento de suas aptidões” (GÉLIS, 2009, p. 315).

Não à toa, Estado e Igreja tiveram papel preponderante no surgimento e na sedimentação do sentimento de infância, datado de meados de 1550, conforme tinham sua atuação ampliada acerca da responsabilidade de educar crianças e adolescentes. As leis acompanham essa tendência

e, por isso, surgem “disposições legais que respondiam a preocupações de ordem religiosa e pública ao mesmo tempo”. Embora pouco aplicada, essa legislação marca a origem de uma política de proteção à infância, “primícias de uma intervenção mais ampla do Estado nas questões demográficas” (GÉLIS, 2009, p. 315). Marca ainda essa dupla intervenção a difusão de modelos ideológicos, a saber, a criança mística e a Criança-Cristo, que tiveram como base os suportes textual e iconográfico da época. A questão da influência do culto ao menino Jesus na consolidação da ideia de infância foi também apontada no início deste tópico (LINS, 2007).

Essa influência da corrente mística baseou-se no fato de que esta contribuiu para a valorização do indivíduo e criou a ideia do “menino-santo excepcional”. Já sobre o culto ao menino Jesus, temos que, no século XVII, desenvolveu-se na França “toda uma corrente de devoção à infância de Cristo”, com manuais que “ressaltam os traços humanos do “Deus menino”” (GÉLIS, 2009, p. 316). Com sua inocência e doçura, angariavam fiéis. Um terceiro modelo ainda pode ser citado, desta vez laico. Na mesma época, todas essas formas de expressão infantil do amor divino não impedem a difusão de um do modelo ideológico de criança excepcional, em oposição à criança mística e à Criança-Cristo (GÉLIS, 2009).

Uma ressalva importante feita pelo autor nesta altura é a de que o interesse ou a indiferença em relação à criança não são exatamente características exclusivas de algum período histórico. Desta forma, as “atitudes coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais” (GÉLIS, 2009, p. 318). Exemplo disso é que a “indiferença medieval pela criança é uma fábula; e no século XVI, como vimos, os pais se preocupam com a saúde e a cura de seu filho” (GÉLIS, 2009, p. 318).

Assim, devemos interpretar a afirmação do “sentimento da infância” no século XVIII — quer dizer, *nosso* (crivo do autor) sentimento da infância — como o sintoma de uma profunda convulsão das crenças e das estruturas de pensamento, como o indício de uma mutação sem precedente da atitude ocidental com relação à vida e ao corpo. A um imaginário da vida que era aquele da linhagem e da comunidade seguiu-se o da família nuclear. A uma situação em que o “público” e “privado” desempenhavam seu papel na formação da criança sucedeu outra, que amplia os direitos da mãe e sobretudo os do pai sobre o filho. Contudo, num clima de crescente individualismo, disposto a favorecer o desenvolvimento da criança e encorajado pela Igreja e pelo Estado, o casal delegou uma parte de seus poderes e de suas responsabilidades ao educador. Ao modelo rural sucedeu-se um modelo urbano, o desejo de ter filhos não para assegurar a continuidade do ciclo, mas simplesmente para amá-los e ser amado por eles. (GÉLIS, 2009, p. 318).

Vimos, então, germinar a esfera privada em um contexto, paradoxal ou não, de retomada da educação na esfera pública. A educação com crianças e adolescentes passa a permear as preocupações de pais e educadores, o que se vê refletido nos cultos que estão no cerne do sentimento de infância, tudo isso fruto de uma mudança sociocultural relevante e que culminará com a crescente urbanização e constituição da família nuclear. Conclui-se, com isso, que, embora não linear, o processo de especialização de cuidados com crianças e adolescentes obteve um salto de crescimento no período. A seguir, vamos focar esse desenvolvimento durante o período da Revolução Francesa, que inaugura a Modernidade, até os dias mais atuais.

### **3.1.5 A vida privada inaugurada pela Revolução Francesa até os dias atuais**

A vida privada foi profundamente afetada pela Revolução Francesa. Com ela, impõe-se a secularização do casamento enquanto acordo e enquanto cerimônia que, “para ser legal, devia se realizar na presença de um funcionário municipal” (HUNT, 2009, p. 31). Outros aspectos privados também foram regulamentados pelo processo revolucionário:

Desse momento em diante, a autoridade pública assumiu uma participação ativa na formação da família. O Estado definiu os impedimentos à união, restabeleceu e regulamentou o processo de adoção, determinou os direitos (depois seriamente restringidos pelo Código Civil) dos filhos naturais, instituiu o divórcio e limitou o poder paterno, em parte com o estabelecimento de tribunais da família (que foram suspensos em 1796, embora o Estado tenha continuado a limitar o poder paterno, principalmente em questões de deserddamento). (HUNT, 2009, p. 31).

Embora contasse com avanços civilizatórios e equalizadores, a sociedade europeia ocidental pós-revolução ainda preconizava a desigualdade entre pais e mães (PERROT, 2009). Desta forma, no contexto francês, “o Código Civil estabelece a superioridade absoluta do marido no lar e do pai na família, e a incapacidade da mulher e da mãe” (PERROT, 2009, p. 108). A mulher ainda não pode dispor de bens e salário na comunidade (PERROT, 2009). Além disso, a onipotência masculina afeta diretamente os filhos, tanto no ambiente público quanto no doméstico, dado que o patriarca ainda é considerado “senhor pelo dinheiro” (PERROT, 2009, p. 111) e interfere diretamente nas decisões pedagógicas e matrimoniais dos filhos:

A sensibilidade à infância não afetou a autoridade da família nem a do poder paterno. A Revolução Francesa havia se limitado a pequenas reformas (anulação do poder paterno sobre os filhos maiores de idade, eliminação do deserdamento, limitação do direito disciplinar...), e o projeto de Robespierre - retirar as crianças de sete a oito anos de seus pais e criá-las coletivamente, na observância das novas ideias – jamais chegou a ser discutido. (PERROT, 2009, p. 109).

Mas, para além de rompimentos e continuidades, a criança assegura um lugar de destaque nesta nova lógica social que se inaugura no século XIX. Ela é o centro da família e objeto de investimento afetivo, educacional, financeiro e existencial. “Como herdeiro, o filho é o futuro da família, sua imagem sonhada e projetada, sua forma de lutar contra o tempo e a morte” (PERROT, 2009, p. 134). Ser alvo desse tipo de atenção e investimento ainda não faz com que a criança seja vista em sua individualidade, pois a ideia predominante é a de que o grupo ainda prevalece sobre o indivíduo. Como exemplo dessa construção, podemos citar o fato de que a “noção de “interesse da criança” só vem a se desenvolver na França tardiamente. Por enquanto, de modo geral, essa noção abrange apenas os interesses mais altos da coletividade: a criança como “ser social”” (PERROT, 2009, p. 134). Além disso, as primeiras leis sociais que limitavam o tempo de trabalho em fábricas “foram promulgadas tendo como objeto as crianças” (PERROT, 2009, p. 134). Mesmo sem tanta efetividade num primeiro momento, essas iniciativas marcam a guinada de um direito liberal para um direito social (EWALD, 1996).

O conhecimento científico também passa a ser um aliado da construção do sentimento de infância, em que essa passa a ser um “lugar de saberes” e também de “disputas de poderes” no último terço do século XIX devido aos avanços da “medicina, da psicologia e do direito. Esses saberes surtem efeitos contraditórios. Produtores de controle, também geram conhecimentos que transformam nossa infância num mistério insondável” (PERROT, 2009, p. 135).

Passa a ser mais comum a prática de ter filhos por vontade pessoal, devido ao sentimento (ou ainda popularmente conhecido como instinto) materno e também paterno. “No final do século XIX, toda boa mãe se ocupa efetivamente de seu bebê, que agora é um autêntico personagem, cumulado de apelidos carinhosos” (PERROT, 2009, p. 140). Esse desejo de ser pai ou mãe, entretanto, em geral não incluía a prática de adoção, pois, diferentemente da sociedade romana, neste contexto a ideia de filiação por sangue fala mais alto, com peso aos trâmites burocráticos (PERROT, 2009). Apesar de pais nutrirem desejo de o serem e participarem das decisões da vida dos filhos, “a primeira infância é um assunto feminino e feminilizado” (PERROT, 2009, p. 140) e

um universo marcado pela associação com o feminino (PERROT, 2009). São inclusive as mães as responsáveis pela educação nos primeiros anos de vida da criança, como a exemplo do processo de alfabetização. “Elas se dedicam a essa tarefa com um empenho proporcional à valorização do lugar da criança, daí derivando para elas mesmas uma grande vontade de se instruírem” (PERROT, 2009, p. 141). Entretanto, a educação segmenta-se por gênero conforme as crianças crescem, pois meninas e meninos passam a ter diferentes vidas escolares e os pais por vezes entram em cena:

Com a idade, fazem-se sentir as diferenciações sociais e sexuais das educações. Os pais entram em cena, pelo menos para os filhos, às vezes desempenhando o papel de preceptores nos meios burgueses, de mestres de aprendizagem ou chefes de equipe nas famílias operárias. [...] A atenção que consagram às filhas é menor, exceto em alguns meios intelectuais, sobretudo protestantes. (PERROT, 2009, p. 141-142).

Em complemento a isso, três momentos são especialmente marcantes para a infância: o adolescente, o menino de oito anos e o bebê:

O primeiro, na idade crítica da puberdade e da identidade sexual, desperta uma maior preocupação e vigilância [...]. O segundo, tido no limiar da idade da razão, atrai a atenção dos legisladores, médicos e moralistas [...]. O bebê, que até os anos de 1860-1880 era chamado, à inglesa, de *baby*, emerge muito mais lentamente os cueiros do Menino Jesus, mesmo tendo as classes dominantes descoberto o seio materno no século XVIII. Sob esse aspecto, aliás, o século XIX é paradoxal: o uso de amas-de-leite atinge o ápice e o abandono dos filhos quebra recordes. (PERROT, 2009, p. 139).

Com o foco voltado à infância, o afeto expresso passa a ser uma realidade. Neste contexto, “a troca de carinhos entre pais e filhos é tolerada, e até desejada, pelo menos na família burguesa”. Além disso, “mimos e afagos fazem parte do clima favorável ao desenvolvimento de um corpo jovem” (PERROT, 2009, p. 144). Essa prática é refletida no fato de que, entre os burgueses, “as crianças já não apanham muito em casa” (PERROT, 2009, p. 145) e tais comportamentos passam a ser cada vez mais reprovados. O governo e as instituições passam também a seguir esse modelo: “várias circulares acentuam que “não se deve bater nunca nas crianças”; é o que ocorre em 1838 nas instituições de caridade para crianças pobres, e em 1834 e 1851 nas escolas primárias” (PERROT, 2009, p. 145). Apesar disso, a Igreja mostra-se mais resistente ao aprimoramento de cuidados:

Aumenta a distância entre os estabelecimentos públicos e os religiosos, estes mais arcaicos em suas concepções pedagógicas, quer se trate da higiene, quer da punição. Quanto à

palmatória, os frades e os religiosos serão os últimos a abrir mão dela, pelo menos em relação às crianças das classes populares. (PERROT, 2009, p. 145).

Em consonância com a análise de Luc Ferry (2012), as demandas da esfera privada passam a ter influência sobre as instituições públicas. Por isso, vemos como “uma exigência familiar influi sobre um sistema educacional [...]. No caso, o privado rege o público, e os costumes impõem sua lei ao Estado” (PERROT, 2009, p. 146). Isso se deve ao processo em construção de visualização da criança como objeto de investimento, especialmente importante na lógica capitalista. Com isso:

Um duplo movimento percorre as relações entre pais e filhos no século XIX. De um lado, um investimento crescente no filho, futuro da família, muitas vezes extremamente coercitivo. [...] Ao mesmo tempo, o filho é objeto de amor. A partir de 1850, quando a criança morre, toma-se o luto como se faria para um adulto. E ela é, acima de tudo, pranteada na intimidade, contemplando-se o medalhão que contém mechas de seus cabelos. (PERROT, 2009, p. 147).

Esse processo reflete-se no que de mais importante poderia ter acontecido às crianças: aquisição de voz, vez e direitos. Conforme a vida da criança vai se convertendo em valor a partir dos costumes e entre os grupos privilegiados, ela passa a ser mais interessante e agradável aos olhos adultos como resultado da atenção a ela despendida (ARIÈS, 1986b).

Chega-se então ao conceito de que a sensibilidade para com a infância, suas particularidades, sua importância no pensamento e nos afetos dos adultos, está ligada a uma teoria da educação e do desenvolvimento das estruturas educativas, com ênfase na formação separada da criança e mesmo do adolescente [tradução nossa]. (ARIÈS, 1986b, p. 10).

Sugere-se, então, o advento de um sentimento relacionado ao descobrimento da infância. Nasce uma nova sensibilidade, o que pode ser visto pelos epitáfios ascendentemente tristes a partir de então quando do falecimento de um filho (ARIÈS, 1986b). “Para tudo e contra tudo, a infância se torna a idade fundadora da vida, e a criança vira uma pessoa” (PERROT, 2009, p. 148):

Por meio das várias observações a que está sujeita, inclusive pelo detalhismo dos boletins escolares, a criança vai assumindo rosto e voz. Sua linguagem, seus afetos, sua sexualidade, suas brincadeiras são objeto de anotações que dissipam os estereótipos, em favor dos casos concretos e desconcertantes. A infância, a partir de então, é vista como um momento privilegiado da vida. (PERROT, 2009, p. 148).



O mesmo processo atinge a adolescência e sua figura, até então praticamente ignorada pelas sociedades tradicionais, delinea-se com mais precisão. “Entre a primeira comunhão e a formatura no colégio ou o alistamento militar para os rapazes, e o casamento para as moças”, toma forma esse período, marcado por “promessas e riscos” (PERROT, 2009, p. 148). Associa-se à adolescência a ideia de que é um momento crítico da vida.

Essa noção de “momento crítico” é retomada ao longo do século XIX, notadamente pelos médicos que, entre 1780 e 1840, (p. 148) escrevem dezenas de teses sobre a puberdade dos meninos e meninas, e os remédios a serem ministrados. A adolescência, além de ser um perigo para o indivíduo, é também um perigo para a sociedade. Em busca de si mesmo, o adolescente é narcisista: ele procura sua imagem moral e física. Sente-se fascinado pelo espelho. (PERROT, 2009, p. 149).

Além disso, existe a questão disciplinar adolescente. Por isso, passam a incluir as “tarefas educativas” e a contenção da “ansiedade social” a administração do “conhecimento e do sexo dos adolescentes” (PERROT, 2009, p. 150). Motivadas por essa ideia, muitas famílias procuram a solução em internatos e pensionatos estritos, com preceptores e professoras rígidas, de preferência inglesas, contando com diferenças de classe também nesta escolha. “Enquanto as famílias populares ou camponesas, se querem dar continuidade aos estudos de seus filhos, se veem obrigadas a colocá-los em regime de internato, as famílias burguesas [...] recorrem ao externato” (PERROT, 2009, p. 151).

Todas essas iniciativas culminam na potencialização da vida privada individual (PROST, 2009). A sociedade, notadamente europeia, passa a possuir momentos e disposições de individualidade nunca antes imaginados. Entretanto, a dinâmica de poder da família não muda tanto assim *a priori*.

Se é possível discutir a divisão dos poderes entre o marido e a mulher na sociedade pré-1950, o poder dos pais sobre os filhos é inquestionável: os filhos não tinham qualquer direito a uma vida privada. O tempo livre deles não lhes pertencia: cabia aos pais, que os encarregavam de mil tarefas. Eles vigiam minuciosamente as relações de seus filhos e mostravam uma grande reticência quanto às amizades extrafamiliares, mesmo quando anódinas. (PROST, 2009, p. 66-67).

Com o aumento da escolaridade e, conseqüentemente, da socialização das crianças fora de casa, a família adquire os novos contornos que a marcam atualmente, e “deixa de ser uma instituição para se tornar um ponto de encontro de vidas privadas.” (PERROT, 2009, p. 74). Assim:

A família não é senão a reunião dos indivíduos que a compõem nesse momento; cada indivíduo tem sua própria vida privada e espera que esteja seja favorecida por uma família do tipo informal. [...] A vida privada se confundia com a vida familiar; agora é a família que é julgada em função da contribuição que oferece à realização das vidas privadas individuais. (PERROT, 2009, p. 81).

Faz também parte desse processo a ascendente informalidade do casamento, que deixa de ter as exigências tradicionais para tornar-se um ato voluntário a partir da década de 1930 (PERROT, 2009).

Para que esse poder se dissolvesse e a vida privada se organizasse pelos moldes do contato afetivo entre pessoas, para que a vida privada familiar se tornasse o ponto de encontro de vidas privadas pessoais autônomas, não bastou, portanto, que o espaço doméstico se ampliasse e se organizasse de outra maneira. Foi preciso também que a instituição familiar se abrandasse. A transformação do espaço teria sido impotente sem a evolução dos costumes. (PERROT, 2009, p. 68).

Essa mudança nas esferas de convivência foi intensa pelo pouco tempo em que ocorre. A Revolução Francesa é responsável pela instauração da Modernidade e os avanços dela decorrentes vêm a galope. Desta forma, vemos que a esfera privada, que vinha adquirindo certo protagonismo, passa a curvar-se às necessidades individuais. Na mesma lógica, a esfera pública fica cada vez mais condicionada pelas demandas privadas e também pessoais. E esta é a origem dos nossos tempos que, embora com características mais acentuadas, guarda importantes semelhanças com seus primórdios. Neste ponto, é importante frisarmos que trazer o contexto europeu e ocidental ao trabalho fez sentido para que pudéssemos entender a origem dos processos que marcam nossa sociedade atualmente. Mas, a partir de agora, é essencial que façamos uma continuação deste olhar, desta vez, olhando para o contexto brasileiro. Para isso, alguma retroação temporal pode ser empregada para fins didáticos.

### **3.1.6 O contexto brasileiro**

O processo no Brasil, embora distinto, seguiu passos semelhantes aos europeus e já contou com noções importadas do Velho Mundo, obtendo contribuições essenciais também dos povos originários e dos escravizados, além da própria miscigenação que marcou a colonização do nosso país. “O século XIX ratifica a descoberta humanista da infância e da adolescência como idades da

vida” (MAUAD, 2018, p. 140). Nos dicionários, começam a surgir termos para demarcar essa diferenciação, como “menino”, “menina”, “adolescente”, “meninice”, entre outros (MAUAD, 2018). Seus contornos, diferentemente do conceito de adolescente, que abordaremos a seguir, não eram muito claros:

Para a mentalidade oitocentista, a infância era a primeira idade da vida e delimitava-se pela ausência de fala ou pela fala imperfeita, envolvendo o período que vai do nascimento aos três anos. Era seguida pela puerícia, fase da vida que ia dos três ou quatro anos de idade até os dez ou 12 anos. No entanto, tanto infância quanto puerícia estavam relacionadas estritamente aos atributos físicos, fala, dentição, caracteres secundários femininos ou masculinos, tamanho, entre outros. (MAUAD, 2018, p. 140-141).

Já sobre os termos relativos à adolescência, temos que já existiam nesta época e delimitavam “o período entre 14 e 25 anos, tendo como sinônimos mais utilizados mocidade ou juventude” (MAUAD, 2018, p. 140).

Os atributos do adolescente eram o crescimento e a conquista da maturidade. Uma adolescêntula, feminino de adolescente, era também uma rapariga em flor. (MAUAD, 2018, p. 140).

Assim, percebemos que o desenvolvimento do amor parental e do aprimoramento do cuidado com a prole foram conquistas que se espalharam pelo mundo ocidental mais ou menos de forma homogênea (FERRY, 2012), refletindo ainda na aquisição de direitos específicos de crianças e adolescentes.<sup>10</sup> Para compor esse histórico, iremos nos embasar na obra “Histórias das crianças no Brasil”, organizada por Mary Del Priore (2018).

A partir de 1530, que marca o início da povoação estrangeira do Brasil, embora pouco se fale disso, crianças também passam a participar das epopeias marítimas. Vinham como grumetes ou pajens, como órfãs do rei ou passageiras acompanhadas de algum parente. Passavam por inúmeras violências, notadamente quando privadas de proteção parental, e eram, infelizmente, porcentagem significativa da mão-de-obra marítima da época (RAMOS, 2018).

---

<sup>10</sup> Em termos gerais, no contexto mundial, algumas das legislações mais importantes sobre a Declaração Universal, de 1948, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, adotada pela ONU em 20 de novembro de 1959 e a Convenção dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989. Já no cenário brasileiro, fundamentadas pela Doutrina de Proteção Integral, temos a Constituição Federal de 1988 e, mais especificamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, lei nº 8069/90.

Já em terras colonizadas, marca a infância brasileira desde seus primórdios a atuação jesuítica junto aos povos originários. A educação católica e estrita conduzida pelos jesuítas no Brasil imprime sua influência no processo educacional dos primeiros séculos de colonização (CHAMBOULEYRON, 2018). “Além da conversão do “gentio” de um modo geral, o ensino das crianças [...] fora uma das [...] principais preocupações dos padres da Companhia de Jesus desde o início da sua missão na América portuguesa” (CHAMBOULEYRON, 2018, p. 55).

A segunda metade do século XVI assistiu ao lento, e às vezes problemático, estabelecimento da Companhia de Jesus no Brasil. Em razão de sua vivência apostólica e da própria descoberta da infância, os padres entenderam que era sobre as crianças, essa “cera branda”, que deveriam imprimir-se os caracteres da fé e virtude cristãs. Para isso, elaboraram estratégias e projetos, que se transformaram à medida que se consolidava a própria conquista portuguesa na América, e que seguiam os ventos que traziam e enviavam suas cartas ao Velho Mundo. (CHAMBOULEYRON, 2018, p. 79).

Esse processo dialogava com a consolidação do sentimento de infância na Europa à época, conforme já mencionamos nos tópicos anteriores. Aos poucos, esses movimentos foram compondo uma política relativa às crianças, que sofrerá modificações ao longo do século XVI:

É bem verdade que a infância estava sendo descoberta neste momento no Velho Mundo, resultado da transformação nas relações entre indivíduos e grupo, o que ensejava o nascimento de novas formas de afetividade e a própria “afirmação do sentimento da infância”, na qual Igreja e Estado tiveram um papel fundamental. Neste sentido, foi também esse movimento “que fez a Companhia escolher as crianças indígenas como o ‘papel branco’, a cera virgem, em que tanto se desejava escrever e inscrever-se”. (CHAMBOULEYRON, 2018, p. 58).

Neste sentido, Mary Del Priore (PRIORE, 2018b) mostra o cotidiano das crianças livres no país à época, além de ideias, costumes e rituais que embalavam seus primeiros anos. Ela menciona a classificação de Galeno sobre a infância, conhecida como “primeira idade” ou “puerícia”, e a adolescência, a “segunda idade” (PRIORE, 2018b, p. 84).

Há pouquíssimas palavras para definir a criança no passado. [...] “Meúdos, “ingênuos”, “infantes” são expressões com as quais nos deparamos nos documentos referentes à vida social na América portuguesa. O certo é que, na mentalidade coletiva, a infância era, então, um tempo sem maior personalidade, um momento de transição e por que não dizer, uma esperança. (PRIORE, 2018b, p. 84).

Os cuidados infantis, à semelhança do processo europeu, também foram aprimorados no Brasil ao longo do tempo, a exemplo o uso de roupinhas de bebê mais folgadas, ao invés de “apertá-lo em faixas capazes de estropiar os tenros membros” (PRIORE, 2018b, p. 86); o uso de água e sabão em lugar de unguentos oleosos, e a descontinuação do uso de estopadas para não comprometer o crescimento craniano. A classe médica eventualmente percebeu e “concluiu pela superioridade do método indígena no qual a criança era livre de panos grossos e agasalhos pesados como os que enfaixaram a criança europeia a fim de dar firmeza aos seus membros”. Isso também se refletiu na ênfase e no incentivo à amamentação. “Tudo indica que o hábito indígena do aleitamento até tarde tenha incentivado a amamentação na colônia” (PRIORE, 2018b, p. 87).

Entre as mães escravizadas, havia a prática de complementar a alimentação de bebês com alimentos grossos e farinhentos, o que, muitas vezes, comprometia a saúde do recém-nascido. O objetivo delas era compensar seu acesso restrito a alimentos com a hiperalimentação das crianças. Com isso, “as crianças eram cevadas desde cedo com toda a sorte de papinhas, por uma única razão: as mães queriam fortificar logo seus pequeninos, evitando o risco de perdê-los nos primeiros meses” (PRIORE, 2018b, p. 88). Isso, entretanto, cobrava um preço alto: doenças do trato gastrointestinal, decorrentes da nutrição incorreta, ceifavam muitas vidas (PRIORE, 2018b). Como agravante, as “doenças infantis mais comuns eram combatidas com remédios de pouquíssima eficácia” (p. 91). As causas das altas taxas de mortalidade infantil eram principalmente:

As mesmas, aliás, que perseguiram os manuais de medicina do século XVIII: o abuso de comidas fortes, o vestuário impróprio, o aleitamento mercenário com amas de leite atingidas por sífilis, boubas e escrófulas, a falta de tratamento médico quando das moléstias, os vermes, a “umidade das casas”, o mau tratamento do cordão umbilical, entre outras que estão presentes até hoje (PRIORE, 2018b, p. 92).

As crianças que sobreviviam continuavam a receber cuidados. Eram embaladas, seja pelas mães livres ou pelas escravizadas, e acalentadas com sons repetitivos ou canções de ninar” (PRIORE, 2018b, p. 93). Embora laços fossem estabelecidos entre pais e as crianças, o cuidado, a contação de histórias e o acalanto, essas práticas eram consideradas papéis maternos e femininos (PRIORE, 2028b). “Embalar, cantando, a criança que dorme ou chora, sublinha a importância de certos gestos e atitudes face à primeira infância” (PRIORE, 2018b, p. 94). Também vale mencionar que era priorizada a educação de cunho religioso. No mesmo sentido desta priorização, acompanhava-a uma preocupação relevante de cunho esotérico: proteger a criança de bruxas,

espíritos mal intencionados, maus agouros, entre outros. Contra isso, muitas superstições eram empregadas e o Batismo era incentivado entre crianças livres e também escravizadas (PRIORE, 2018b). Alguns hábitos para afastar essas ameaças místicas eram polêmicos, como, por exemplo, “a criança era benzida, em jejum, durante três dias, com raminhos de arruda, guiné ou jurumeira” (PRIORE, 2018b, p. 91). Entretanto, outros hábitos foram responsáveis pela diminuição da mortalidade infantil.

Neste ponto, é importante lembrarmos que as crianças, como muito frequentemente na história humana até os dias atuais, compunham um grupo alvo de maior vulnerabilidade:

É bom não esquecer que essas pequenas vidas estavam ligadas diretamente à evolução do sistema econômico. A criança era a vítima preferida das crises frumentárias, das tensões sociais, das epidemias. As diferenças sociais acentuavam as distinções entre ricos e pobres; os últimos, sem dúvida, mais vulneráveis e assentados. (PRIORE, 2018b, p. 88-89).

Entretanto, é possível mencionar que gozavam de maior participação na vida familiar nas colônias, quando comparamos com o contexto das metrópoles europeias – Portugal mais especificamente. Por isso, diferentemente do padrão europeu, desde a mais tenra infância, “o pequeno comia de tudo participando das refeições comuns” (PRIORE, 2018b, p. 89), e tinham mais protagonismo no núcleo dos adultos. “Crianças pequenas, brancas ou negras, passavam de colo em colo e eram mimadas à vontade, tratadas como pequenos brinquedos” (PRIORE, 2018b, p. 89).

E, neste contexto, a criação das crianças no Brasil conseguiu evoluir primordialmente a partir da evolução da medicina e da observação de outras práticas bem-sucedidas, marcando ainda mais a distância entre práticas coloniais e metropolitanas. Por exemplo:

O médico holandês Guilherme Piso, morador de Recife na primeira metade do século XVII, contrapondo [tais hábitos] aos dos caboclos recifenses locais, concluiu pela superioridade do método indígena no qual a criança era livre de panos grossos e agasalhos pesados como os que enfaixaram a criança europeia a fim de dar firmeza aos seus membros. (PRIORE, 2018b, p. 91).

Os pais europeus sofreram bastante inicialmente com a morte de seus descendentes e, conforme o avanço de gerações foi associado à adoção de algumas das melhores práticas mencionadas, a mortalidade infantil foi decrescendo no país. Ainda assim, as doenças infantis eram muito comuns e desafiadoras. “a mortalidade infantil abrandou na segunda metade do século XVI

em diante, mas continuou impressionante” (PRIORE, 2018b, p. 91). Isso passou, então, a ser uma preocupação da medicina local.

E não se pode esquecer que o contexto ainda não era de total compreensão da infância e suas peculiaridades. Embora as amas, em geral escravizadas, tivessem tido grande contribuição ao enternecer as relações entre o mundo adulto e o infantil e os mimos e lazeres tivessem um espaço na socialização das crianças – livres ou não –, os castigos físicos no contexto doméstico e escolar eram uma realidade, tendo como principal representante instrumental a palmatória (PRIORE, 2018b). Notadamente no contexto escolar, ademais, já era valorizado que a criança livre tivesse familiaridade com as letras – leitura e escrita – e a religião, além de ser cobrado dela desempenho nas tarefas escolares. Ainda era incumbência dos mestres o controle sobre a confissão mensal e a participação nos eventos do calendário da Igreja (PRIORE, 2018b).

Embora não de forma totalizante, havia algumas semelhanças na educação basal das crianças de diferentes estratos sociais do Brasil colonial. “Enquanto pequeninos, filhos de senhores e escravos compartilham os mesmos espaços privados: a sala e as camarinhas. A partir dos sete anos, os primeiros iam estudar e os segundos trabalhar” (PRIORE, 2018b, p. 101). Um pouco mais sobre essa formação comum dizia respeito às questões a seguir:

O reconhecimento de códigos de comportamento e o cuidado com o aspecto exterior eram fenômenos naquele momento, em via de estruturação até mesmo entre crianças. Tais códigos eram bastante diferenciados entre os núcleos sociais distintos: os livres e os escravos; os que viviam em ambiente rural e em ambiente urbano; os ricos e os pobres; os órfãos abandonados e os que tinham família etc. Apesar das diferenças, a idade os unia. Aos “meúdos” convinha uma formação comum, quer dizer, cristã, e as circunstâncias socioeconômicas convidavam-lhes a amoldar-se a diferentes tradições culturais e costumes sociais e educativos. (PRIORE, 2018b, p. 104-105).

Há avanços ainda nos séculos posteriores, XVI e XVII, pois, “com a percepção da criança como algo diferente do adulto, vimos surgir uma preocupação educativa que se traduzia em sensíveis cuidados de ordem psicológica e pedagógica” (PRIORE, 2018b, p. 105).

Apesar de avanços mencionados, Scarano (2018) nos traz uma visão mais negativa do lugar da criança na sociedade colonial, tendo como espaço de análise as Minas Gerais e seus objetos as correspondências entre metrópole e colônia. Importante mencionar que, especialmente em Minas, a preocupação volta-se quase que completamente à extração de minérios.

Se a documentação oficial pouco informa sobre a mulher, quase esquecida, a criança é mencionada apenas marginalmente, e somente quando se torna coadjuvante ou partícipe de uma ação. A importância da criança é vista com secundária, os assuntos que interessam são o fisco, os problemas e tudo aquilo que parecia afetar diretamente os governantes. O fato de as crianças sobreviverem no momento do nascimento ou na primeira infância não chama propriamente a atenção. (SCARANO, 2018, p. 108).

A autora aponta que havia indícios de valorização, mas ainda a noção de prioridade das crianças não era cediça neste contexto, sendo apontadas algumas práticas de indiferença em relação a elas:

A falta de maiores referências não significa, entretanto, que a criança tenha sido desvalorizada em si. Há nas entrelinhas, uma ou outra maneira de mostrar que lhe davam valor, era a continuação da família, gozava do afeto dos seus, participava dos acontecimentos e das festas, enfim, tinha presença na vida do momento. Entretanto, sua morte não era encarada como uma tragédia, outras crianças poderiam nascer substituindo as que se foram. Era aceita como uma fatalidade, tantas nasciam e morriam, sendo substituídas por outras. Não era vista como um ser que faria falta. (SCARANO, 2018, p. 110).

A partir disso, a criança, à semelhança da atualidade, ainda ocupava um lugar secundário, pouco constando em correspondências oficiais e mal habitando as preocupações públicas e sociais. Alguns exemplos deste desdém em relação à infância são o incômodo coletivo com crianças alforriadas ao nascimento (muitas vezes, eram filhas de pais brancos e livres e, por isso, adquiriram tal condição específica) e o fato de que crianças, filhas de pessoas escravizadas, possuíam função de entretenimento social em festividades (SCARANO, 2018).

As diferenças de classe marcaram e ainda exercem papel preponderante no tratamento dado à infância. Mauad (2018) menciona como exemplos de análise as fotografias da época tiradas de crianças da elite durante o Brasil Império. Destaca-se a preocupação educacional, relacionada à moral e à religião, para com elas. Além disso, o movimento que descrevemos de descoberta da infância (no contexto ocidental e europeu) é mais perceptível neste contexto:

No século XIX, a criança passa a ser considerada tanto pela perenização da linhagem quanto pelo reconhecimento de uma certa especialidade dessa etapa da vida. Por tudo isso, ela inspira carinhos e cuidados. Desde o momento em que uma mulher se descobre grávida até os sete anos, quando se considera que a criança superou as crises das diferentes doenças, ditas “da infância”, tudo é incerteza e expectativa. (MAUAD, 2018, p. 156).



O cuidado com as crianças certamente ainda era tarefa exclusiva da mãe e das cuidadoras mulheres (amas de leite, geralmente escravizadas, ou babás) e a prática de terceirizar a educação infantil imperava. “Quanto mais ricos e nobres, na escala social, tanto mais distante dos pais estavam as crianças” (MAUAD, 2018, p. 160).

Desta forma, vemos que o surgimento e solidificação da infância e da adolescência no Brasil guardam semelhanças com o processo europeu para o bem e para o mau. São processos que existem e ainda estão em desenvolvimento e aprimoramento. Entretanto, são profundamente marcados aqui pelo nosso passado de exploração de pessoas e recursos e pela desigualdade de classe, etnia e gênero que nos circunda até os dias atuais. Vamos, a seguir, relacionar a infância e a adolescência com a parentalidade, a fim de construir esse conceito em seus moldes mais contemporâneos.

### **3.1.7 Reflexões contemporâneas sobre a parentalidade**

Para além das considerações filosóficas sobre o amor, abordamos sua interface mais prática até chegarmos aos contornos atuais das relações amorosas, afetivas e familiares no que denominamos de pós-modernidade (LYOTARD, 1988), tendo como fio condutor a mudança de percepção em relação à infância e à adolescência e as modificações nessa estrutura familiar que possibilitaram tais avanços.

Guardadas as devidas proporções e ressaltadas as influências inegáveis de povos africanos escravizados e dos povos originários indígenas nos modos de viver no Brasil, e apesar das diferenças entre a construção da infância e da adolescência na Europa e aqui, temos que algumas reflexões contemporâneas se aplicam de forma mais ou menos geral ao mundo ocidental. É fato que esses processos se encontram em alguma medida e que compartilham de resultados factuais na atualidade: o impacto da transformação das relações familiares ao longo do tempo e o protagonismo decorrente disso em relação às crianças e aos adolescentes, especialmente enquanto filhos de alguém.

Também é válido mencionar que, até os dias de hoje, parece haver uma dificuldade de delimitar o período da adolescência e muitas categorizações podem ser adotadas para falar deste

período da vida.<sup>11</sup> A adolescência, embora siga o mesmo fio condutor da infância que leva a sociedade ocidental a percebê-la como uma etapa distinta, ainda é tida como período enigmático e de grandes desafios, existindo limites difusos do que é ser adolescente, jovem ou adulto.

De forma prática, faz-se importante postular que consideraremos a classificação etária contida no artigo segundo do Estatuto da Criança e do Adolescente, a saber: se considera criança a pessoa até seus 12 anos e o adolescente entre os 12 e os 18 anos (BRASIL, 1990). Embora a Organização Mundial da Saúde (OMS) preconize ainda uma terceira classificação, a de juventude, o que estende a idade limite de 18 para 24 anos (VIVENDO A ADOLESCÊNCIA, s. d.),<sup>12</sup> consideraremos os parâmetros brasileiros para a presente análise.

A partir dessa introdução, teceremos algumas considerações sobre a parentalidade, discussão essencialmente transdisciplinar que tem como fator possibilitador o histórico apresentado sobre infância, adolescência, os avanços no cuidado com essas etapas do desenvolvimento e as conseqüentes mudanças na estrutura familiar.

Neste ponto, podemos citar a contribuição de Luc Ferry ao categorizar a história de modificação da família ocidental, que apresentamos em detalhes a partir da obra de Ariès e Duby (2009a, 2009b, 2009c, 2009d; 2009e), de forma a que faça sentido tal olhar quando a transpomos para a realidade brasileira, embora esta tenha passado por um processo histórico mais acelerado. Desta forma, segundo o autor, podem ser identificadas três eras da família ao longo da história (FERRY, 2012): a primeira era data do Antigo Regime, sendo as uniões independentes da legitimidade do amor e proibidas de serem desfeitas pelo divórcio. Assim, “o adultério, embora proibido oficialmente, não deixa de ser uma regra oculta” (FERRY, 2012, p. 94); a segunda é a burguesa (1850-1950), em uma modalidade mais híbrida de casamento, sendo “esse casamento

---

<sup>11</sup> Sobre isso, temos que: “A definição etária desse grupo não gera um consenso mesmo que a partir de marcos biológicos, expressando alguma elasticidade conceitual. A OMS considera como adolescência o intervalo entre 10 e 19 anos, reconhecendo como juventude o período de 15 a 24 anos. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nomeia os indivíduos entre 12 e 18 anos como adolescentes, com algumas condições que permitem tal nomeação até os 21 anos. Algumas normativas do Ministério da Saúde, entretanto, incluem os/as adolescentes dentre um grupo mais heterogêneo de 10 a 24 anos. Para além de tais intervalos temporais, vemos na realidade brasileira a adaptação que alguns serviços de saúde fazem desses limites, definindo o paciente/usuário adolescente por outros critérios além da idade”. (LIMA; CARVALHO, 2022).

<sup>12</sup> “A Organização Mundial de Saúde (OMS) define adolescência como sendo o período da vida que começa aos 10 anos e termina aos 19 anos completos. Para a OMS, a adolescência é dividida em três fases: pré-adolescência – dos 10 aos 14 anos, adolescência – dos 15 aos 19 anos completos e juventude – dos 15 aos 24 anos” (VIVENDO A ADOLESCÊNCIA, s. d.).

burguês que a direita idealiza hoje, por sua estabilidade, o divórcio sendo nele tão malvisto que, de fato, é quase proibido” (FERRY, 2012, p. 95); e, por fim, a terceira era é a atual “união na qual o homem e a mulher, não importando se oficialmente casados ou não, se escolhem, fundamentalmente, para não dizer exclusivamente, por amor” (FERRY, 2012, p. 95). No contexto deste último arranjo, o autor ainda pontua que, sob a lógica do casamento por amor, é normal que o divórcio seja comum. Quanto às consequências aos filhos, ele opina: “é impossível que eles sejam menos felizes e menos perturbados no plano psíquico num divórcio bem-sucedido do que num casamento frustrado, minado, como foi com frequência o casamento burguês” (FERRY, 2012, p. 96). Assim, “o capitalismo globalizado nos faz entrar estranhamente numa era de um humanismo inteiramente nova” (FERRY, 2012, p. 96), e, paradoxalmente, conclui-se que:

Para além das aparências enganadoras, a verdade revelada ultimamente pelos nossos melhores historiadores das mentalidades é que o único laço social que nos últimos dois séculos se aprofundou, intensificou e enriqueceu foi o que une as gerações no seio da família. Frequentemente decomposta, situada fora do casamento ou sem dúvida recomposta, no entanto menos hipócrita, mais autêntica e mais atraente do que nunca na história: é esse o paradoxo da família moderna. (FERRY, 2010, p. 89).

Assim, a família nuclear da Modernidade até os tempos atuais coleciona traços que permitem que aconteça o fenômeno do *reencantamento* do mundo (FERRY, 2012), aspecto paradoxal dos nossos tempos.<sup>13</sup> Em resumo, o surgimento do casamento por amor, advindo do romantismo burguês, modificou profundamente os costumes praticados até então. As relações que se inauguram com isso culminaram no atual contexto de preocupação e cuidado com crianças e adolescentes, frutos finalmente de relações de amor e alvo de um ascendentemente especializado amor parental (FERRY, 2012). As características mais sombrias do atual processo de globalização tiveram, então, o efeito contrário e fundaram um humanismo baseado no que o autor chama de amor-paixão e, com isso, temos a sacralização do humano, o que modifica de forma radical o cenário político e a esfera pública (FERRY, 2012). Em resumo, “a globalização desconstrói as

---

<sup>13</sup> Em contraposição ao conceito de “desencantamento do mundo”, cunhado do Max Weber e que descreve uma mudança na forma como as pessoas percebem e interpretam o mundo ao longo do tempo. Weber argumentou que, à medida que a sociedade moderna avança, ocorre uma crescente racionalização e secularização, levando a uma perda do significado mágico, místico e religioso que antes permeava a vida cotidiana e que o processo de desencantamento do mundo é impulsionado pelo avanço do pensamento racional, da ciência e da burocratização das instituições sociais (WEBER, 2004).

figuras tradicionais do sagrado para dar lugar, no final, ao nascimento da sacralização do humano” (FERRY, 2012, p. 92).

Com o nascimento do segundo humanismo, surge uma nova ordem social, que teve por consequência a “reconciliação da humanidade consigo mesma [...] porque se apoia na humanidade considerada não apenas da razão e do direito, mas também um sujeito de paixões, de amor e de fraternidade, eventualmente de ódio e de conflito” (FERRY, 2012, p. 226). Assim:

O grande projeto democrático e republicano que ganha impulso no final do século XVIII tem como objetivo último reconstruir, no seio do que mais tarde se chamará de “Estado de Direito”, uma espécie de “segunda natureza”, uma nova ordem justa, exceto que esta não é mais natural e dada, como a dos gregos, mas de ponta a ponta artificial e construída. (FERRY, 2012, p. 225).

Deu-se início, então, a uma revolução do amor (FERRY, 2012). É decorrente das mudanças na intimidade que, de tão profundas, causam impacto direto na coletividade e, com isso, a “relação privado/público nas últimas décadas foi literalmente revirada” (FERRY, 2010, p. 89), dando espaço à “política a serviço das famílias” (FERRY, 2010, p. 90). Disso decorre que as pautas públicas refletem esse interesse da esfera privada sobre a pública e a “maior frequência dos temas que têm a ver com educação, segurança, saúde, habitação, transporte, lazer, etc.” (2010, p. 90). Vemos, então, que:

É diante dos nossos próximos, daqueles que amamos e, sem dúvida por extensão, diante dos demais humanos que espontaneamente nos disponibilizamos a “sair de nós mesmos”, a recuperar a transcendência e o sentido em uma sociedade que mobiliza o tempo todo tendências contrárias. (FERRY, 2010, p. 89).

É neste sentido que Ferry (2012) ainda cunha o conceito de espiritualidade laica, que designa o contexto em que a preocupação espiritual dá lugar a uma espiritualidade relacionada aos entes queridos e a existência terrena, tomando o lugar dos grandes objetivos, antigamente representados pela religião, as guerras, a militância social, entre outras motivações que inspiraram a humanidade ao longo da história. Neste sentido, afirma que:

Apesar dos fracassos e das decepções, dos tormentos e dos sofrimentos suportados, a maioria dos homens e das mulheres de hoje não deixa de partir, assim que possível, para novas aventuras. Nunca perdemos completamente a esperança em relação à vida afetiva porque agora é ela que encanta ou reencanta vidas que, longe dela, não parecem valer a pena ser vividas. (FERRY, 2012, p. 229).

Entretanto, ele atenta que esse contexto, responsável por “perturbar nossa relação com o coletivo e com a política” e não facilita a durabilidade dos laços, já que tem como base o casamento por amor, que “é extremamente frágil, infinitamente mais quebradiço e sujeito ao fracasso que o casamento por interesse, e imposto pelos adultos” (FERRY, 2012, p. 228). Além disso, atualmente possuímos grandes dificuldades em lidar com a morte e com demais percalços da vida afetiva nesse novo cenário de valorização:

Mais amorosos, afetivos e sentimentais do que nunca, e também – a laicidade obriga – mais do que nunca privados da religião, estamos desprovidos como nunca estivemos diante dos tormentos do luto do ser amado. Não apenas suportamos mais dificilmente as separações – que, no entanto, de modo estranhamente paradoxal nos infligimos a nós mesmo cada vez com mais frequência –, como ainda a separação suprema, que é a própria morte, nos parece absurda e desprovida de sentido, afastada que está para a maioria de nós das perspectivas consoladoras que as espiritualidades religiosas abriam. (FERRY, 2012, p. 229-230).

Um processo que ilustra os atuais desafios da família é a ascendente importância de aspectos da afetividade, anteriormente restritos à esfera privada, em decisões jurídicas (BITTAR, 2007), sendo o afeto, por exemplo, um fator relevante neste campo, com destaque para sua influência sobre as decisões referentes ao Direito Parental (POPPE, 2014), conforme veremos com mais detalhes no próximo tópico.

Os moldes atuais da família ainda passam por outros efeitos, como o fenômeno mais ou menos disseminado de declínio da influência do poder masculino no ambiente familiar e o protagonismo feminino no que tange à criação dos filhos:

O domínio direto do homem sobre a família, que na realidade era abrangente quando ele ainda era o centro do sistema de produção, ficou enfraquecido com a separação entre o lar e o local de trabalho. Certamente, o marido assumiu esse poder fundamental, mas com frequência uma ênfase crescente sobre a importância do ardor emocional entre pais e filhos abrandou o uso que se fazia dele. O controle das mulheres sobre a criação dos filhos aumentou à medida que as famílias ficavam menores, e as crianças passaram a ser identificadas como vulneráveis e necessitando de um treinamento emocional a longo prazo. (GIDDENS, 1993, p. 53).

Esta tendência ainda influencia grandemente a parentalidade contemporânea. Mais especificamente sobre a parentalidade, que é uma das facetas das citadas modificações na constituição das famílias ao longo da história, temos o ano de 1959 como marco temporal do

conceito, a partir da palestra de Therese Benedek intitulada “Parentalidade como uma fase de desenvolvimento: uma contribuição para a teoria da libido” (BENEDEK, 1959). A autora tece reflexões de grande valia sobre a relação entre pais e filhos, mais especificamente sobre mães e bebês (IACONELLI, 2022). Embora tenha limitações próprias de seu tempo, o referido trabalho contribuiu ao apontar que a parentalidade como algo “contingencial, e sua ausência não pode ser suposta como limitação” (IACONELLI, 2022, p. 11).

Outro trabalho relevante sobre o assunto é de autoria de Paul-Claude Racamier, que também associa a parentalidade à relação entre mães e bebês, desta vez com o enfoque sobre crianças que estão no espectro autista (RACAMIER, 1961). Modificações foram ocorrendo ao longo do tempo acerca do tema e são esmiuçadas por Iaconelli (2022):

Se nos anos 1960 – e até muito recentemente – a balança da parentalidade pesava fortemente para o lado do laço mãe-bebê, os anos 2000 viram surgir questões sobre gênero, racialidade, vulnerabilidade social e cultura impossíveis de ignorar. Até então, a relação entre a mãe e seu bebê (preferencialmente o biológico) – cujos estudos foram fundamentais para entender a constituição do sujeito – servia de paradigma da parentalidade. Outras configurações como: mães/pais adotantes e seus bebês adotados; cuidadores sem parentesco com o bebê; famílias com configurações de gênero ou orientação sexual fora do padrão cisgênero/heterossexual; reprodução medicamente assistida, enfim, temas recorrentes da clínica atual, eram vistos como desvios da norma. (IACONELLI, 2022, p. 12).

Esse modelo, denominado de “estrutural edípico” por Iaconelli (2022, p. 12) foi utilizado para validar a família nuclear burguesa e revelou uma face obscura da psicanálise a serviço da lógica capitalista (IACONELLI, 2022). Entretanto, as novas aplicações do conceito dialogam com a complexidade de configurações amorosas, que tem demandando tal atualização. O histórico da questão parental focado nos papéis de gênero e servindo ao neoliberalismo já provocou perdas substanciais. Desta forma, temos uma “sociedade que se obstina desastrosamente a reduzir as responsabilidades dos cuidados das novas gerações às já sobrecarregadas mulheres” (IACONELLI, 2022, p. 15). O contexto é alarmante, pois:

Os cuidados com as crianças alcançaram a situação insustentável atual, na qual são tidos como de inteira e solitária responsabilidade das mães, exemplificado pelas mães chefes de família no Brasil. Em nenhum período histórico anterior, exceto em situações extremas de guerras e calamidades, a maternidade foi imaginada como uma tarefa individual, ainda que fosse prioritariamente feminina. (IACONELLI, 2022, p. 15).

Assim, repensar a parentalidade para além do laço mãe-bebê também é uma demanda necessária e pungente sobre a questão. Desta forma, devemos “refletir sobre o alcance e os limites dessas relações, dando-lhes o devido valor, para que não se impute à mãe responsabilidades e culpas históricas, que não lhe cabem” (IACONELLI, 2022, p. 13).

Como contribui Lebovici (1987), a parentalidade está relacionada, de um lado, à transmissão de um legado de uma geração à outra, e, de outro, do recebimento, pela nova geração, de um lugar no mundo, e dentro da família, sempre tendo as questões sociais atravessando esses processos. Entretanto, como mencionamos, esse atravessamento esteve por muito tempo relacionado à hegemonia do cuidado proveniente da mãe ou da mulher (IACONELLI, 2022). Esse processo histórico é também abordado por Silvia Federici em sua obra *O Calibã e a Bruxa*, a partir da qual data a origem desse argumento na Idade Média, com auge no Renascimento e tentáculos que alcançam nossos tempos atuais. O auge sombrio deste movimento pode ser exemplificado pela caça às bruxas, apontada pela autora como uma forma de romper as relações solidárias entre as mulheres, isolando-as (FEDERICI, 2019). Mais recentemente, um termo pode nos ajudar a entender o que foi perdido neste tempo: a sororidade, que, segundo o dicionário Priberam, pode ser definida como “relação de união, de afeição ou de amizade entre mulheres, semelhante à que idealmente haveria entre irmãs” (PRIBERAM, 2008-2021).

Consequências deste processo foram uma nova divisão de tarefas baseada em gênero e o ascendente confinamento das mulheres ao espaço doméstico, enquanto aos homens cabia o privilégio de usufruir dos espaços públicos. A rua estava a serviço do homem, enquanto a casa ficava como responsabilidade e prisão femininas (DAMATTA, 1997). Esta realidade volta a modificar-se com a Revolução Industrial, com a ascendente demanda por mulheres no mercado de trabalho, processo que, a partir de muita luta (ainda em curso) por direitos iguais e jornadas dignas de trabalho, pode estar associado à emancipação feminina. O contexto iluminista ilustra as incongruências da lógica de dominação:

Entretanto, um paradoxo se apresentava, os iluministas defendiam a igualdade e a não servidão, mas legitimam a mulher como não participante do espaço político. Mais uma vez, se socorriam da ciência para explicar que à mulher foi dado biologicamente o dom da reprodução, algo impossível se ser feito pelos homens, assim sendo, em razão do principal que é a reprodução seguiam-se muitos acessórios próprios da vida doméstica e do espaço privado. As desigualdades existentes eram próprias da natureza e segundo o conhecimento racional sustentavam a permanência da mulher no âmbito privado. (ANDREUCCI, 2010, p. 27).

Com isso, e reforçando a impossibilidade de uma objetividade científica absoluta (MEDINA, 1991), a ciência positivista à época cria teorias que explicavam o dito “instinto materno”, servindo a interesses da nova lógica social e econômica que se inaugurou, tais como Rousseau (1999) e Locke (1973),<sup>14</sup> para citar alguns exemplos (IACONELLI, 2021f). O “instinto materno”, que foi por muito tempo tido como algo natural, contribuiu para a desesperança de muitas mulheres ao longo dos anos. Felizmente, tem sido ascendentemente destronado e discutido enquanto amor e relação construídos, não dados naturalmente (BADINTER, 1985). No entanto, ainda exerce influência sobre as mulheres até os dias atuais, dadas as movimentações sociais e políticas que adentram à vida familiar desde sempre:

A família se instituiu como o palco de relações históricas, políticas e libidinais, simbolicamente articuladas, que melhor permitiria a proteção e a educação da criança. Como modalidade de mediação da relação entre sujeito e sociedade, o foco na família obscurece a presença da cena social com base na cena familiar. A idealização, ainda bastante presente no imaginário social atual, mantém o modelo patriarcal, formado pela família nuclear heterossexual com as funções parentais atreladas aos papéis de pai e mãe, e ofusca seus conflitos, as relações de poder, as violências. (ROSA, 2022, p. 23).

Como vemos, os desafios que se impõem à família, à parentalidade e à criação de crianças e adolescentes na atualidade são vários. A escolha pela parentalidade é uma possibilidade recente, tendo se tornado uma realidade com a invenção da pílula anticoncepcional (IACONELLI, 2021f), e inaugurou um novo período de cuidado com os filhos.

A parentalidade no século XXI pode responder muito mais ao desejo e menos aos imperativos, embora eles continuem a nos influenciar. De qualquer jeito, as motivações inconscientes nem sempre se mostram acessíveis e a resposta para o desejo ou não de ter filhos pode aparecer muito depois de os termos tido. (IACONELLI, 2021f, p. 18).

---

<sup>14</sup> Tanto Jean-Jacques Rousseau quanto John Locke contribuíram para a compreensão e o desenvolvimento da ideia de instinto materno, embora suas perspectivas tenham algumas diferenças importantes. Rousseau escreveu a obra "Emílio, ou Da Educação" (1999), em que aborda a importância da maternidade e do papel das mães no cuidado e na educação das crianças, argumentando que as mulheres possuíam um instinto natural e inato para cuidar dos filhos e que essa habilidade é fundamental para o desenvolvimento saudável das crianças. Já Locke, filósofo inglês, em sua obra "Ensaio Acerca do Entendimento Humano" (1973), discute o desenvolvimento da mente humana desde o nascimento e a influência do ambiente na formação das habilidades e características individuais, em posição que ficou conhecida como a ideia de “tábula rasa”, sugerindo, então, que, dentre as experiências que moldam o indivíduo, o cuidado materno e as interações com a mãe desempenham um papel fundamental na formação da personalidade e do caráter da criança.



Decorre desse contexto uma série de desafios específicos, sendo a tecnologia disponível agora é um deles:

A revolução promovida pela internet nos desnorreia da mesma forma. É tão impossível prever o que nos espera, quanto é necessário que façamos nossas apostas. Afinal, nunca tivemos bola de cristal e ainda assim investimos no futuro a cada família que criamos. Viver uma revolução global traz mais perguntas do que respostas, mas é importante saber se estamos fazendo as perguntas certas. (IACONELLI, 2021f, p. 8).

Em linha com as tendências atuais, embora perdendo espaço de poder, os homens têm sido chamados ao compartilhamento de responsabilidades de forma igualitária (IACONELLI, 2021f). À semelhança do desafio paterno/masculino, a parentalidade deve ser vista como uma questão coletiva, mais do que o paradigma individualista que associa os filhos apenas a seus pais ou responsáveis, já que ter filho “é um fato da existência que nos concerne a todos, porque mesmo que optemos por não os ter somos, forçosamente, filhos de alguém” (IACONELLI, 2021, p. 21) ou, ainda, lidamos comunitariamente com filhos, crianças, adolescentes, em suma, pessoas o tempo todo. Além disso, para além da decisão de ter filhos ou não, “a filiação é a questão central que localiza o sujeito no mundo. A partir de nossa ascendência temos as coordenadas que nos colocarão no mapa do mundo” (IACONELLI, 2021f, p. 21-22). Vale mencionar que são adicionadas camadas que complexificam a questão do exercício de cuidar, tais como a pressão consumista, a culpa paterna/materna, a cultura de competitividade própria das redes sociais, além do próprio individualismo, que está no cerne dos atuais contornos da parentalidade:

A atual conjuntura de consumo, a avidez pela imagem, o individualismo, a perda das garantias religiosas e o superinvestimento narcísico colocam novas questões para cada um de nós. O apelo ao consumo tem feito pais se esfalfarem para oferecer objetos para os filhos sobre o preço de se ausentar ao lado deles. A cultura da imagem e das postagens de imagens de cada atividade do dia a dia dá a falsa impressão de que todo mundo está se divertindo menos você, o que tem incrementado os quadros depressivos já epidêmicos. Nessa lógica, acredita-se que todas as outras pessoas estão muito mais felizes com os filhos e conseguindo se sair perfeitamente bem, o que, apesar de mentira, costuma abalar pais/mães já habitualmente culpados. É difícil assumir uma tarefa que envolve tanta dedicação ao outro, diante do culto ao individualismo e à realização pessoal. A abnegação requerida na parentalidade – qualidade rara nos dias de hoje – pode levar décadas para ser reconhecida pelos filhos, quando ocorre. O lastro que a religião dava para muitos foi substituído pela liberdade de encontrar novas razões e motivações que partem do desejo e

não da obrigação moral. Como toda liberdade, dá trabalho. (IACONELLI, 2021f, p. 22-23).

O panorama apresentado nos ajuda a entender o processo histórico que culminou com o atual contexto de cuidado com crianças e adolescentes a partir da parentalidade como um tópico de discussão e alvo de empenho. Este cenário de esmero em relação às próximas gerações é uma realidade relevante, embora não esteja presente de forma uniformizada ao redor do mundo, tampouco apresentando padronização no contexto do Brasil, país que sabemos desigual. Este cenário, entretanto, inaugura um novo arcabouço de preceitos e valores morais que se refletem na conquista de direitos humanos específicos e defendidos socialmente para crianças e adolescentes, sendo este o pano de fundo deste trabalho.

Em termos de especialização de cuidado, vemos como isso ocorreu, refletindo em práticas sociais coletivas, privadas e legislações específicas. Já no que tange às expressões no direito deste novo patamar de cuidados, temos como exemplos a serem enfocados a presença da afetividade como um princípio balizador e que permeia diversas legislações, especialmente quando falamos no direito de família brasileiro, olhar holístico que se inaugura com o princípio da proteção integral a crianças e adolescentes e a crescente aquisição de direitos que visam à sua proteção, além da comunicação e da educação enquanto direitos humanos fundamentais. Um pouco desse histórico se inicia a seguir.

### **3.2 Breve histórico sobre direitos adquiridos de crianças e adolescentes e feto como direito**

A mudança social que citamos nos itens anteriores gerou a necessidade de entender e proteger crianças e adolescentes juridicamente. E, com esse cenário, emergem preocupações com a infância e que influenciam fortemente o paradigma atual no trato com esse público, especialmente no ambiente doméstico. A preocupação parental e social com as próximas gerações expande-se em relação à sua sobrevivência e outros direitos e cuidados passam a fazer parte do “combo mínimo”:

As crianças têm o direito não apenas de ser alimentadas, vestidas e protegidas, mas o direito de ser cuidadas emocionalmente, de ter os seus sentimentos respeitados e suas opiniões levadas em conta. Em resumo, as características do amor confluyente adequadas aos relacionamentos adultos não são menos relevantes para as relações entre os adultos e as crianças. (GIDDENS, 1993, p. 122-123).

Articulando as contribuições de Ariès (1986a; 1986b), Ferry (2012) e Giddens (1993), vemos que as modificações na esfera privada inauguram de fato um novo paradigma de relações entre pais e filhos em que a autoridade não é mais baseada em medo ou repressão, mas sim na afetividade e no respeito recíproco dentro das relações. Neste sentido, passa a ser incumbência de pais, responsáveis, autoridades, instituições e da sociedade como um todo defender os direitos de indivíduos em estágios de desenvolvimento e que constituirão as gerações futuras, ao mesmo tempo em que há um novo padrão de afetividade em todas as esferas:

Para as pessoas, quando *são* crianças, sobretudo crianças muito pequenas ainda incapazes de articular verbalmente as suas necessidades, as defesas são direitos contrafactuais. Elas têm de ser realizadas pelos adultos, com argumentos éticos. Esta observação ajuda a esclarecer a questão da autoridade. Como os laços pais-filhos aproximam-se cada vez mais do relacionamento puro, poderia parecer que a visão dos pais não tem primazia sobre as inclinações do filho – resultando em uma “permissividade” descontrolada. Mas isto absolutamente não tem nenhuma procedência. Uma liberalização da esfera pessoal não implica o desaparecimento da autoridade; pelo contrário, o poder coercitivo dá lugar a relações de autoridade que podem ser defendidas de maneira que envolva princípios. (GIDDENS, 1993, p. 123).

Assim, enquanto marco, temos que, após a Segunda Guerra Mundial e os horrores do holocausto que se deram nesse contexto, é criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que institucionaliza a preocupação global com direitos humanos. Tal criação resultou na Declaração Universal, de 1948, que ainda se mantém atual prevendo que os “direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação” (ONU BRASIL, 2020).

Em perspectiva histórica, o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente tem sido ascendentemente foco de legislações específicas em razão da necessidade de proteção especial. Desta maneira, além dos direitos fundamentais e comuns a toda pessoa humana, podemos identificar alguns exclusivos a crianças e adolescentes. Protegidos pela Doutrina da Proteção Integral, encontramos fundamento internacional na Declaração Universal dos Direitos da Criança, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 20 de novembro de 1959, bem como na Convenção dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989, que designou aos países signatários a adoção, na legislação interna, de seus três princípios básicos: a proteção especial como ser em desenvolvimento; a evolução da criança no seio da família; e a prioridade da criança para todas as nações participantes (ANDREUCCI; JUNQUEIRA, 2017).

A Doutrina da Proteção Integral, que guiou os objetivos das declarações citadas, foi também parte da legislação brasileira vigente, no artigo 227 da Constituição Federal. Trilhando o mesmo caminho de garantia de direitos para crianças e adolescentes, temos como expoente no contexto brasileiro o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069/90 (ANDREUCCI; JUNQUEIRA, 2017), que prioriza a proteção integral e distribui a responsabilidade sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes entre diversos atores sociais.<sup>15</sup> O documento discorre sobre aspectos “que delineiam os sujeitos de direito, reiterando em seu texto os princípios da prioridade absoluta, a proteção integral, melhor interesse e sujeito de direito em desenvolvimento” (NASSAR; ANDREUCCI, 2016, p. 59). Assim, coloca-se como responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado proporcionar as condições para a plena formação das crianças e dos adolescentes (NASSAR; ANDREUCCI, 2016). A doutrina da proteção integral está presente no artigo 227 da nossa constituição, que prevê ser:

dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

O princípio da solidariedade guia tais legislações, a fim de criar laços de solidariedade em prol de uma sociedade mais justa e igualitária (ANDREUCCI; MAZZUCATTO, 2020). Com isso, cabe ao Estado garantir o bem-estar de todos, sem, contudo, deixar de fora a atuação essencial das esferas privada, da família, e pública, representada também pela sociedade civil (NASSAR; ANDREUCCI, 2019). Desta forma:

A solidariedade para o Estado Democrático de Direito Brasileiro deve ser concebida como sinônimo de desenvolvimento, justiça social, bem-estar e paz. O vocábulo *solidariedade* nos remete à concepção de ligação entre pessoas, responsabilidade mútua, congregação de interesses individuais para o desenvolvimento comum, vinculação de indivíduos em prol de um bem maior, comunhão de responsabilidades. (NASSAR; ANDREUCCI, 2019, p. 32).

---

<sup>15</sup> Bourdieu afirma que os atores sociais são indivíduos ou grupos que ocupam posições específicas dentro de um campo social e que exercem influência e poder nesse campo, embora limitados por essas estruturas (BOURDIEU, 1990).

Desta forma, temos que “os tribunais e a doutrina passaram a valorizar o afeto, que encontra respaldo no princípio da solidariedade humana, no art. 3º, inc. I, da Constituição” (ROCHA; SCHERBAUM; OLIVEIRA; 2018, p. 43). Com isso, a família plural passa a ser reconhecida juridicamente. Assim:

Deve-se, portanto, vislumbrar na família uma possibilidade de convivência marcada pelo afeto e pelo amor, fundada não apenas no casamento, mas também no companheirismo, na adoção e na monoparentalidade. É ela o núcleo ideal do pleno desenvolvimento da pessoa. É o instrumento para a realização integral do ser humano. (DINIZ, 2014, p. 13).

Esse cenário de reconhecimento das formas familiares plurais, tendo como fundamento o afeto, e não somente a consanguinidade, traz ganhos importantes e dilata o conceito de família na contemporaneidade. Citamos ainda outras legislações que deixam antever mais avanços. Como extensão do documento constitucional brasileiro e do Estatuto da Criança e do Adolescente, e em linha com o princípio da solidariedade, mais recentemente, podemos mencionar duas legislações criadas e que têm influenciado o olhar de pais e responsáveis sobre a infância e adolescência: a primeira é a criação em 2006 do Marco Legal da Primeira Infância, e o segundo é o excerto da Lei Geral de Proteção de Dados, que prevê cuidados com a presença digital.

Sobre o Marco Legal da Primeira Infância, este é reflexo de pesquisas científicas que provam serem os investimentos em políticas públicas na primeira infância mais profícuos e eficazes para a criação futura das crianças e da sociedade como um todo (HECKMAN, 2012; ANDREUCCI; JUNQUEIRA, 2017). Em resumo:

O Marco Legal da Primeira Infância é um conjunto de ações voltadas à promoção do desenvolvimento infantil, desde a concepção, até os seis anos de idade. Incluindo todas as esferas da Federação com a participação da sociedade, e que prevê a criação de políticas, planos, programas e serviços que visam garantir o desenvolvimento integral de mais de 20 milhões de brasileiros nesta faixa etária. (ANDREUCCI; JUNQUEIRA, 2017, p. 292).

Destaca-se, neste documento, sua função de elevar a criança à categoria de cidadã, “ressaltando a sua característica de sujeito de direito, o que significa tratá-la como um indivíduo atuante na esfera pública e sujeita à proteção do Estado” (ANDREUCCI; JUNQUEIRA, 2017, p. 293), colocando em prática o princípio do melhor interesse da criança, que teve como embasamento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e que surgiu com a Declaração dos Direitos da

Criança de 1959 (COLUCCI, 2014). É elevado a um novo grau a especialização no cuidado com crianças e adolescentes a partir da legislação e endossa novas narrativas acerca do tema, pois:

O Marco Legal da Primeira Infância cumpre a função de gerar cidadania e, a partir da implementação de novas narrativas lúdicas e sensíveis, a necessária integração de crianças à política nos temas que lhe dizem respeito no presente, mas também com olhos no futuro, com vistas à formação de cidadãos mais engajados e cômicos na sociedade. (NASSAR; ANDREUCCI; FARIAS, 2023, p. 5)

Ademais, devemos mencionar que a Lei Geral de Proteção de Dados deriva sua aplicação geral à sociedade como um todo ao abordar especificamente o público de crianças e adolescentes. Em seu capítulo 14, temos que “o tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse” (BRASIL, 2018). Mesmo sendo este um grande desafio contemporâneo e não sendo o que, muitas vezes, vemos acontecer na prática, sua postulação dialoga com a vanguarda de preocupação com seus direitos, proteção e princípio do melhor interesse, especialmente no contexto da *internet*, regulando ações como, por exemplo, a prática do *sharenting*.<sup>16</sup>

Ocorre que, certas vezes, as divulgações envolvem crianças e adolescentes, não sendo raro verificar que isto se dá pelos próprios genitores, que não se dão conta do perigo que podem estar a sujeitar seus filhos, bem como vir a ferir seus direitos da personalidade, em especial o direito à imagem dessas pessoas. Esse fenômeno de exposição é intitulado de *sharenting*. (BERTI; FACHIN, 2021, p. 101).

Neste sentido, o consumo<sup>17</sup> passa a ser uma questão desafiadora para toda a sociedade quando pensamos em crianças e adolescentes. Por isso, também valem ser mencionadas decisões jurídicas que procuraram defender crianças e adolescentes de publicidades abusivas e resguardar seus direitos comunicacionais de forma íntegra, a partir da atuação do CONAR com base no Código de Defesa do Consumidor, como, por exemplo, a classificação como abusiva da campanha “É hora de Shrek”, da Bauducco (NASSAR; ANDREUCCI, 2016). Tal proibição deve-se a que:

<sup>16</sup> Este é um neologismo em inglês formado pelas palavras “*share*” e “*parenting*” e que designa o hábito de pais e responsáveis compartilharem fotos de seus filhos nas redes sociais (CHEUNG, 2019). Sobre isso, é necessário “defender o uso consciente das redes digitais, tanto por crianças e adolescentes quanto por pais e responsáveis, deve ser um processo contínuo de formação para a cidadania e visando ao desenvolvimento do direito à cultura digital” (ANDREUCCI; JUNQUEIRA; MAZZUCATTO, 2022, p. 16).

<sup>17</sup> Sobre isso, ver mais a partir de Trindade, Meira e Zimmermann (2021).

Nesta ambiência pós-moderna, a publicidade se faz presente e produz filmes que exploram o emocional infantil, por meio dos mais encantadores e sedutores recursos visuais, com o escopo de conquistar o público desejado. A utilização de cores, movimentos, músicas e personagens animados transforma a propaganda em um espetáculo e o produto anunciado em um “ser” desejado. Além de tais cenários “mágicos”, o discurso publicitário dirigido ao target infantil é facilmente assimilado, pois emprega uma linguagem simples, direta, que recorre à memória visual, permitindo, desta forma, um melhor entendimento e recordação do conteúdo apresentado. (NASSAR; ANDREUCCI, 2016, p. 55).

Com isso, vemos exemplos de como as demandas de pais, responsáveis e educadores na esfera privada influenciam as legislações e decisões jurídicas, pressionando as instituições públicas a legitimá-las. Assim, “a expansão da afetividade e do amor, e sua inclusão no sistema jurídico, passou a ser um direito reivindicado” (ROCHA; SCHERBAUM; OLIVEIRA, 2018, p. 17). E, como consequência, isso “vem ampliando o conceito de família na sociedade brasileira, com o reconhecimento de novas configurações familiares” (ROCHA; SCHERBAUM; OLIVEIRA, 2018, p. 17). Desta forma, “temas como afeto, carinho e cuidado” viram fontes disponíveis e inspirações para o campo jurídico (ROCHA; SCHERBAUM; OLIVEIRA, 2018). Assim:

Atualmente, a família é conhecida como plural, por se caracterizar de maneira diversificada [...]. Percebe-se que o amor elegeu a escolha do parceiro como razão legítima para a formação da família (seja casamentária, formada pela união estável ou homoafetiva), visando a uma valorização da dignidade da pessoa humana, observadas as peculiaridades que envolvem o afeto do ser individualmente considerado. (ROCHA; SCHERBAUM; OLIVEIRA, 2018, p. 20).

Segundo Axel Honneth (2009), a busca por identidade no contexto pós-moderno se dá através das dimensões do amor, da solidariedade e do direito. Por isso, é tão importante a legitimação social e coletiva dos afetos, na dinâmica que já citamos entre vida privada e vida pública.

Ademais sobre a questão da identidade, Stuart Hall aborda os efeitos que a modernidade tardia traz em sua constituição atualmente. A partir de grandes impactos na construção identitária da humanidade ao longo da história, como, por exemplo, os pensamentos de Marx, Freud, Saussure, Foucault e o movimento feminista, é perceptível um processo contínuo e gradual de admissão da complexidade humana, especialmente quando comparamos com as postulações iluministas, que viam os seres humanos como perenes, racionais e previsíveis. Admitida a existência de uma parte inconsciente de nós mesmos com Freud, a qual desconhecemos e que abriga grande parte das motivações de nossa personalidade, os impactos na mentalidade são inegáveis (HALL, 1999).

E, neste contexto plural e complexo, e no qual as relações afetivas passam a ser fonte importante de realização pessoal, a legitimação dessas relações e vínculos pelas instâncias jurídicas oficiais passa a ser uma demanda social (ROCHA; SCHERBAUM; OLIVEIRA; 2018). Desta forma, vemos que:

Com a Carta de 1988 e a constitucionalização do Direito Civil, quando os sustentáculos dos institutos civilistas clássicos não apenas da família, mas também da propriedade e do contrato, passaram a ser assunto constitucional, o Direito de Família absorveu inúmeras reflexões desse processo transformativo. (ROCHA; SCHERBAUM; OLIVEIRA; 2018, p. 40).

Mais especificamente com a (ainda) predominante dominação masculina (BOURDIEU, 2002), a atualidade tem trazido questionamentos, sendo alguns dos mais importantes suscitados pelo feminismo, movimento que surge com as mulheres adentrando aos ambientes fabris (demanda da guerra e das revoluções industriais) e que culmina em uma maior organização social e política em prol de direitos (GARCIA, 2015). Exponentes desse pensamento são vários, mas destacamos as contribuições de Simone de Beauvoir ao afirmar, celebrenemente, que não se nasce mulher, torna-se mulher, apontando para a centralidade da conjuntura sociopolítica e cultural para a delimitação do papel feminino na sociedade (BEAUVOIR, 2014).

Neste sentido, vendo o direito como reflexo das demandas sociais, temos que a possibilidade de dissolução do casamento (anulação ou divórcio), a previsão de diversas formas de uniões, a igualdade dos cônjuges dentro do acordo marital, a paridade entre os filhos de diferentes relações e sua centralidade dentro do núcleo familiar, ações previstas na constituição brasileira (BRASIL, 1988), são exemplos de como as normas jurídicas traduzem lutas e anseios sociais. Em resumo:

Com as mudanças, ao longo da história, a economia e a cultura se transnacionalizaram, tanto na família, como em outras áreas, cada qual demandando reconhecimento e respeito às suas origens, valores e ideias [...]. Assim, a capacidade transformadora das estruturas familiares, implica igualdade, respeito mútuo, autonomia e tomada de decisão através da comunicação e do resguardo da violência. (ROCHA; SCHERBAUM; OLIVEIRA; 2018, p. 43).

Desta forma, temos que o conceito de família foi ampliado para além do casamento no Brasil a partir de 1988 (BRASIL, 1988, art. 226), “não sendo admissível excluir qualquer entidade que preencha os requisitos de afetividade” (ROCHA; SCHERBAUM; OLIVEIRA, 2018, p. 105).



Com isso, vêm consequências, já que responsabilidades estão atreladas a direitos. E, por isso, o abandono afetivo é uma das grandes questões que ilustram esse novo momento e já começa a ser responsabilizado juridicamente (ROCHA; SCHERBAUM; OLIVEIRA, 2018). Com esse passo, o poder familiar adquire novos contornos e passa a tratar-se de um:

Conjunto de direitos e obrigações, quanto a pessoa a bens do filho não emancipado, exercido em igualdade de condições, por ambos os pais, para que possam desempenhar os encargos que a norma jurídica lhes impõem, tendo em vista o interesse e a proteção do filho. (DINIZ, 2014, p. 617).

Temos, então, que “os debates sobre o afeto, no campo jurídico e em outros setores do conhecimento, são bem contemporâneos e nascem das necessidades sociais e, por igual, humanas” (FARIAS; ROSA, 2022, p. 56). Neste sentido,

novas concepções, configurações e perspectivas de laços familiares têm sido possíveis, uma vez questionados: o lugar social da mulher/mãe, as novas tecnologias de reprodução, a problematização das famílias monoparentais, a parentalidade nas famílias marginalizadas econômica, social e culturalmente, e ainda a violência intrafamiliar. (FARIAS; ROSA, 2022, p. 23).

Isso nos leva à teoria geral do afeto, que pode ser entendida com um conjunto de princípios que almeja ver o afeto como algo “compreendido, juridicamente, mais por um ângulo objetivo, de sua validade lógica, do que pelo subjetivismo humano, permeado por juízos emotivos” (FARIAS; ROSA, 2022, p. 28). Desta forma, o afeto torna-se fator que impacta decisões jurídicas e tem como embasamento valores como a solidariedade e a empatia:

Neste quadrante, a afetividade é reconhecida como um postulado aplicativo para as normas do direito de família contemporâneo, baseado na ética da alteridade (da empatia). [...] Ou seja, cuida-se daquilo que se pode aguardar a partir dos comportamentos de pessoas que compõem as relações familiares. Uma espécie de ética da alteridade, da empatia, do outro. (FARIAS; ROSA, 2022, p. 30).

Para esta vertente, há uma diferença que marca a distância entre afeto e amor. “O afeto também é utilizado como sinônimo de proximidade ou dedicação a uma certa atividade”, sendo o amor “uma das manifestações afetivas possíveis” (FARIAS; ROSA, 2022, p. 43-45).

Uma denominação possível para essa corrente jurídica é o princípio da afetividade, que surge mais de dez anos depois da constituição cidadã de 1988. Mais sobre seu conceito e utilização:

Amplamente divulgado, está presente em livros de Direito de Família, bem como na jurisprudência. Entretanto, não há consenso doutrinário ou jurisprudencial acerca da sua definição e aplicação. Parcela do Poder Judiciário tem-no utilizado em decisões, especialmente acerca da consideração de novos vínculos familiares e na imposição de indenização por “abandono afetivo” que, de rigor, seria falta da conduta de cuidado, ou seja, algo objetivo e externo, antes que um sentimento, evento subjetivo e interno. (NETO; JUNIOR, 2016, p. 114).

E, neste contexto, nos afastamos do amor e do afeto enquanto sentimento e nos aproximamos da afetividade enquanto preceito, valor coletivo e ação prática traduzida no ato de cuidar:

Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro. (BOFF, 1999, p. 33).

Assim, se vimos que o amor é sentimento e é fruto da construção social, e que o afeto também é sentimento de afeição, que pode ir além do amor, abarcando também amizade, paixão, simpatia e a solidariedade (FARIAS; ROSA, 2022). Quando vamos ao campo jurídico, a afetividade é um valor, prática e embasa o cuidado com o outro, que se traduz em deveres de cuidadores e direitos dos alvos deste cuidado. Sobre as implicações da afetividade, temos ainda que ela é parte essencial da socialização e do pleno desenvolvimento humano:

A afetividade, reconhecida como envolvimento afetivo que possibilita o pleno desenvolvimento do ser humano, de sua individualidade e de sua privacidade, adentrou no elenco principiológico do Direito de Família como elemento nuclear que reflete a constitucionalização de modelos de famílias eudemonistas e igualitários. (ROCHA; SCHERBAUM; OLIVEIRA, 2018, p. 134).

Desta forma, propomos a interface entre a afetividade, explicada neste tópico pela teoria geral da afetividade no campo jurídico, com implicações sociais que a expressam, tais como a comunicação e a educação, que, além de direitos humanos universais, são especialmente importantes quando falamos dos novos contornos das relações parentais. Assim, comunicação e educação serão enfocadas a seguir.

### 3.3 Comunicação como direito humano fundamental

A comunicação enquanto área de investigação tem história recente, tornando-se disciplina de reflexão acadêmica especialmente no século XX. É um campo marcado pelas invenções tecnológicas, tais como a prensa, de Gutenberg (MCLUHAN, 1972), “a invenção da rotativa [...] e do linotipo [...], os quais foram responsáveis pela popularização e maior circulação de exemplares impressos” em complemento à prensa e aos tipos móveis inventados por Gutemberg no século XV (MAFEI, 2012, n. p.), além da invenção e popularização dos meios de comunicação de massa eletrônicos, tais como o rádio e a televisão, e, mais recentemente, o advento da *internet* (CASTELLS, 2003a; 2003b; FELICE, 2007).

A comunicação é, então, sensível às mudanças sociais e seus avanços, sendo entendida enquanto um campo de estudos inerentemente multidisciplinar (RÜDIGER, 1998). Importante mencionar que seu entendimento precede os meios que a influenciam – sejam os impressos, eletrônicos ou, atualmente, os digitais. Por isso, ganha cada vez mais os holofotes e preocupa os especialistas por conta do alcance de sua influência atual, notadamente a partir do fenômeno da *internet*.

Um pouco de histórico sobre o campo de estudo comunicacional pode ser útil para contextualizarmos seus desafios atuais. Podemos citar inicialmente o paradigma de Shannon & Weaver, conhecido também como teoria da informação. No esquema, a informação é entendida como algo a ser liberado por um emissor e traduzido enquanto código para o receptor. Neste formato, o emissor tem todo o poder e a comunicação é sinônimo de influência (RÜDIGER, 1998).

Posteriormente, contamos com as contribuições da Escola de Chicago para o campo, que, já no contexto da revolução dos meios de comunicação de massa, entendia a sociedade como produto de sua influência, sendo uma comunidade de ação e comunicação que se confunde com a cultura e pressupõe empatia, já que os processos de interação social são estruturados pela linguagem, o que permite a compreensão e a cooperação. Em resumo, a comunicação seria o fator organizador da sociedade. Esta tradição trouxe à tona uma maior consciência pública acerca da questão dos meios de comunicação de massa (MCM) e contribuiu para seu entendimento dicotômico: de um lado os MCM permitem à sociedade organizar-se de forma superior cognitivamente, mas também podem servir à manutenção das estruturas de poder vigentes, a partir da publicidade comercial e da propaganda política (RÜDIGER, 1998).

Já a tradição funcionalista, corrente sociológica, nos lega um entendimento da comunicação enquanto ferramenta para a diminuição de tensões, a manutenção do funcionamento do mundo e, conseqüentemente, a ideia de que sistemas sociais surgem para promover a colaboração entre os homens. O esquema de Harold Lasswell, também chamado de modelo da seringa hipodérmica, traduz isso e entende o processo comunicacional a partir da intenção do comunicador. Para entendê-la, as perguntas que devem ser feitas são: Quem? Diz o quê? Em que canal? Para quem? Com que efeito? (LASSWELL, 1948).

Já Luhmann entende a comunicação como um processo de colaboração, mas adiciona a ele certa complexidade. Para o autor, a transmissão da mensagem pressupõe interação e identificação. Desta forma, comunicação não se reduz à transmissão, porque pressupõe significado preexistente. A comunicação ainda é vista como fator de redução de complexidade, mas novas mídias surgem e adicionam a ela camadas de interpretação (LUHMANN, 2008).<sup>18</sup>

Uma vertente da tradição marxista em estudos de comunicação e linguagem deve ser citada neste ponto com Bakhtin (1981). A partir deste teórico, a comunicação é vista como um processo generalizado de mediação da *práxis* e de socialização da consciência. Deste modo, a conversação não é transmissão, é diálogo. E, assim, o sentido que porta não está na consciência e nem na linguagem, mas sim na interação ativa das pessoas num contexto prático e, por isso, transferências de informações só podem ocorrer dentro de processos de compreensão (RÜDIGER, 1998).

Posteriormente, temos as contribuições da Escola de Frankfurt, tradição do pensamento social contemporâneo que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento da comunicação como alvo de reflexão, tendo como expoentes nomes como Adorno & Horkheimer (1985), Debord (1997) e outros. Sua crítica girava em torno do fato de a comunicação fazer parte de um projeto de dominação social a partir do mecanismo denominado de indústria cultural. Embora dialogue com seu tempo, tal teoria crítica, que contém aportes da comunicação, da sociologia e de outras ciências humanas, tem contado com atualizações, notadamente nos Estados Unidos, e ainda se mostra relevante enquanto lente para análise da contemporaneidade (RÜDIGER, 1998).

---

<sup>18</sup> O sociólogo alemão Niklas Luhmann desenvolveu uma teoria dos sistemas sociais que aborda a comunicação como a base fundamental desses sistemas. Segundo ele, a comunicação é um processo complexo que envolve a troca de informações e significados entre os indivíduos, e é responsável pela construção e manutenção dos sistemas sociais. Nesse contexto, pode-se analisar amor romântico como um sistema comunicacional (LUHMANN, 1991).

A indústria cultural, tal como a concebiam Adorno e Horkheimer, resulta na produção de mercadorias específicas, em bens simbólicos de natureza cultural que compreendem narrativas para a produção de discursos do viver e se apresentar no *lócus* social, compreendidas ações e narrativas da existência social com a mediação dos chamados bens culturais (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 23). Dessa forma, a indústria cultural se constrói com a adaptação de produtos ao consumo de uma massa passiva, sem participação intelectual, que serve como ideologia para o sistema de dominação sobre os hábitos de vida e consumo das pessoas, recorrendo quase sempre a atrativos que dialoguem com nossas punções mais inconscientes, e ainda, como processo de reprodução ideológica e imposição de modelos comportamentais, o conformismo e a obediência (ADORNO, 1978).

Ainda nessa linha, podemos citar as contribuições de Debord, para quem, na sociedade moderna, e que será também considerada como sociedade do consumo, há uma reificação, uma simbologia em larga escala da fetichização (GOMBIN, 1972, p. 82) do mundo, das pessoas, dos objetos. A mercadoria e seus derivados ocupam lugar central na vida social. Apenas ela é visível, não como essência, mas como representação do viver. Nesta sociedade, aparentar é o verbo nuclear e condição de existência em uma seleção acumuladora de imagens e espetáculos e tudo o que “era vivido diretamente tornou-se uma representação” (DEBORD, 1997, p. 13).

Vale ainda trazermos as contribuições de Habermas, que, de certa forma, procura romper com essa perspectiva trazida pela teoria crítica da sociedade a partir de conceitos como o da razão comunicativa e da comunidade ideal de comunicação. Para esse autor, a sociedade não se rege apenas pela razão instrumental, presa aos esquemas da subjetividade, mas se baseia também numa razão comunicativa, de natureza intersubjetiva, que se constitui no curso da interação social entre os homens. O novo paradigma consequente é resultado e desenvolvimento da teoria social, podendo ser citadas também suas vastas contribuições para o entendimento da esfera pública e a influência dos meios de comunicação. Habermas aborda o efeito negativo da publicidade e dos meios de comunicação de massa na esfera pública, mas não se restringe a isso. Para ele, a modernidade, enquanto projeto de emancipação da vida humana das várias formas de alienação, ainda não havia esgotado suas potencialidades, pois continha – e ainda contém – em si um potencial prático e cognitivo ainda não explorado. Esa relação dialoga com o conceito de ação comunicativa, que postula a importância da comunicação, da linguagem e da interpretação como mecanismo de

troca entre o mundo – nível sistêmico – e o mundo da vida – a sociedade –, em um processo de interligação entre essas esferas (HABERMAS, 1989).

Desta forma, a razão comunicativa, possibilitada pelas circunstâncias do capitalismo, foi subordinada à razão instrumental, mas não destruída e sua reabilitação pode contribuir para libertar os homens das amarras do poder (razão instrumental) e colocá-lo mais perto da comunidade ideal de comunicação, postulado da igualdade comunicativa e grande contribuição do autor, dizendo respeito à possibilidade de que os participantes do processo comunicacional possam falar como iguais, sem restrições, mesmo que haja desigualdades sociais. A comunidade ideal de comunicação, desta forma, pressupõe uma situação ideal de fala (HABERMAS, 2007).

Ademais, podemos discutir as contribuições de Marshall McLuhan, expoente dos teóricos da comunicação. Sinteticamente, podemos citar sua afirmação de que “o meio é a mensagem” (MCLUHAN, 1974), que traduz sua preocupação com a intencionalidade dos meios enquanto forma de comunicação, já que não há neutralidade nestes processos, já que, para ele, os meios de comunicação são extensões dos sentidos humanos. Ele ainda contribuiu com o conceito de aldeia global. Superada a “Galáxia de Gutenberg”, ou os primórdios dos avanços comunicacionais, temos que o globo não é mais do que uma vila, a partir da aproximação possibilitada pelos meios (MCLUHAN, 1972).

Mais recentemente, abordamos o contexto da quarta revolução comunicativa, marcada pelo surgimento da *internet* e das redes digitais, em que o cenário é de vertiginoso alcance e rapidez na circulação de dados e informações (FELICE, 2007). Os efeitos são ainda mais profundos, já que a mediação digital modifica atividades cognitivas humanas primordiais, como “a linguagem, a sensibilidade, o conhecimento e a imaginação inventiva” (LÉVY, 1999, p. 16). Sendo a digitalização fato consumado, suas implicações na vida humana não alcançam o consenso, as reflexões sobre o campo comunicacional apresentam-se como um guia de observação, pesquisa e intervenção no mundo social e uma ferramenta poderosa no enfrentamento dos desafios da contemporaneidade.

Neste cenário, as redes digitais possuem papel particularmente importante e transformador na indústria da comunicação, retirando das mídias tradicionais o monopólio da geração de conteúdos e dando voz aos anônimos. As diferentes mídias coexistem, constituindo diferentes fontes de informação, agindo a partir de distintos códigos éticos e dispondo de diversos meios de acesso. “Quanto mais o ciberespaço se amplia, mais ele se torna “universal”, e menos o mundo

informativa se torna totalizável” (LÉVY, 1999, p. 111). Assim, a multiplicidade de meios de informação, expressão e interação atualmente complexifica este contexto. Torna-se necessário, então, que se adote um olhar holístico para entender como se relacionam essas múltiplas vozes.

Todo esse contexto está subordinado à lógica da sociedade em rede, que pode ser definida como “uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informações a partir de conhecimento acumulado nos nós dessa rede” (CASTELLS, 2003b, p. 20).

A partir disso, temos que um dos efeitos adversos da expansão da sociedade digital em rede são os fenômenos atuais das *fake news*, de desinformação e da pós-verdade (FARIAS, 2019), que tornam ainda mais essencial que defendamos o direito à comunicação e à educação para o público jovem, sendo uma importante expressão desses direitos a inclusão digital. Sobre esses riscos comunicacionais, temos que:

Nesse desvelar de notícias e construções, as *fake news*, notícias falsas engendradas industrialmente de modo intencional e com o reforço dos recursos tecnológicos com vistas à consumação de determinados objetivos – os quais se possa imaginar serem sombrios –, soma-se à ideia de pós-verdade, quando os elementos objetivos de interpretação são substituídos pelos emotivos, e o logos dá lugar ao pathos, apelando-se para sentimentos em lugar da razão, fazendo com que grupos predispostos ou sensibilizados a dado comportamento aceitem mais facilmente distorções em favor de suas crenças. (FARIAS, 2019, p. 106).

Faz-se necessário, então, repensar a recepção destas mensagens, processo que não é simplesmente o deslocamento do que é veiculado do protagonista, da autoridade, do formador de opinião, ao seu público e coadjuvantes, de forma unilateral. Tampouco o processo é bilateral, como poderiam supor alguns dos autores clássicos que citamos. Os estudos em comunicação avançaram para entender este processo como complexo, plural, dialógico, *pluralógico* (MEDINA, 1991).

Importante colocarmos ainda que a compreensão de uma mensagem está no encontro de todos os elementos envolvidos nesta comunicação, resultando, esperançosamente, “em síntese e diálogo desses sentidos atravessados” (LOPES, 2010, p. 107). Ou seja, o que se intenta comunicar foge ao controle do emissor. Este ator social que, em visão funcionalista da comunicação, detinha todo o poder e clareza sobre sua intenção de comunicar, além de controlar os efeitos que produziria no emissor (LASSWELL, 1948), hoje é uma figura fragilizada que não protagoniza mais a

comunicação ou, melhor, nunca o fez na prática. Nesta troca complexa não há espaço para estrelas principais, apenas integrantes do jogo de produção de sentido, que se articulam de formas que vão muito além de reduções simplistas do ato comunicacional.

Assim, cabe aos profissionais e acadêmicos da comunicação social perseguirem a busca autoral em direção à narrativa dos afetos, aliando inteligência e verdade com propósito (MEDINA, 2006), no esforço de que o comunicador seja um produtor cultural capaz de tecer “uma nova narrativa – solidária, complexa e poética” sobre a realidade (MEDINA, 2006, p. 96). Essa busca lúdica dialoga com a necessidade pungente no campo das ciências, notadamente humanas, de que haja mais “poetas da ruptura, solidários amplificadores dos silenciados, rigorosos artífices dos nexos no caos” (MEDINA, 2006, p. 98).

De meros observadores do conhecimento, os comunicadores devem perseguir a contemplação e os diálogos autênticos, procurando viver e pensar dialogicamente e seguindo em direção à luz da *pluralogia* social (MEDINA, 2006). A partir de postura sempre inclinada ao outro, nos tornaremos dignos das narrativas da contemporaneidade (MEDINA, 2006).

Colocando em prática esse esforço, podemos perceber a comunicação como um direito e vemos que sua efetivação passa pelo acesso à informação, mas extrapola esse limite. A comunicação é condicionada pela compreensão global, interpretativa e crítica, além de ser pressuposto para a existência humana, especialmente de indivíduos que necessitam de proteção especial. É, então, um direito que deve ser defendido ainda com mais afinco em contextos adversos, que escancaram vulnerabilidades (ANDREUCCI, JUNQUEIRA, 2017). A capacidade relacional da comunicação social exige ainda a sintonia cultural e deve contar com o encontro e a abertura para o outro, sendo este o caminho para a conversão de comunicação em comunhão (MEDINA, 1991).

Assim, vemos que, além de campo do conhecimento e prática social, a comunicação é também um direito humano fundamental<sup>19</sup> e pode ser traduzido no campo jurídico como direito à voz e traz intrínseca garantia de cuidado, preconizando a transformação da criança e do adolescente não somente em sujeitos de direito, mas também em sujeitos cidadãos (ANDREUCCI;

---

<sup>19</sup> No campo da comunicação, o tema pode ser aprofundado a partir do trabalho de Vannuchi (2020), em tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação de Artes (PPGCOM ECA USP) intitulada “Direito humano à comunicação: fundamentos para um novo paradigma na regulação dos meios no Brasil”.



JUNQUEIRA, 2017). Além de sua importância em si, a comunicação é fator primordial para a socialização, a cidadania e a igualdade. Contudo, sabemos que a luta por este direito ainda é incipiente e demanda que toda a sociedade dedique “sua atenção e uma parcela de seus esforços para garantir que o direito à comunicação seja preservado” (OEYEN; LIMA; SALAIMEN, 2002). De forma a contextualizar melhor a comunicação como direito, temos alguns marcos importantes para seu entendimento enquanto tal:

O reconhecimento jurídico da comunicação como uma garantia universal é um desdobramento das ideias de liberdade de imprensa da primeira emenda da Constituição dos Estados Unidos da América (1776), da liberdade de expressão da Declaração do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa (1789), da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e do Relatório “Um Mundo e muitas vozes” da Unesco, conhecidos também como Relatório MacBride (1978). (COSTA FILHO, 2021, p. 135).

E a efetivação da comunicação enquanto direito guarda dificuldades, pois muitos elementos banalizam sua importância, relegando-a a um segundo escalão de prioridades. Isso deve ao fato de que

a mobilização pela defesa do direito à comunicação é mais difícil que qualquer outra mobilização por direitos humanos. A Comunicação ainda é vista como uma questão menos urgente – quando chega a ser cogitada – por governos e sociedade civil. A luta por este direito ainda é incipiente e é fundamental que todas as organizações da sociedade civil e pessoas dedicadas ao fortalecimento da cidadania – e não apenas aquelas dedicadas aos temas de mídia e comunicação – voltem sua atenção e uma parcela de seus esforços para garantir que o direito à Comunicação seja preservado. (OEYEN; LIMA; SALAIMEN, 2002, p. 2).

Entretanto, o que sabemos é que, em contextos complexos e desafiadores, a comunicação efetiva, clara e assegurada pelos atores sociais, tais como pais e responsáveis, às crianças e aos adolescentes é um fator que determina a proteção ou o risco à saúde, a vida ou a morte, e disso decorre sua vital importância, já que o direito à comunicação passa pela “defesa da liberdade de expressão e da informação plural e diversa que possibilite a visibilidade para os diferentes modos de vida e visão de mundo” (COSTA FILHO, 2021, p. 139). Assim, faz-se essencial defender o direito à comunicação em escala diária.

Quando falamos da sensibilização, a palavra *comunicação* emerge como núcleo irradiador que merece ser melhor explorado. É a comunicação que nos faz humanos, que propicia a criação de laços e que oportuniza a interação social. Comunicação é o instrumento-chave

para a solidariedade humana, e, como instrumento, está sujeita às modificações dos tempos. Comunicação é uma das facetas da evolução humana. Comunicação é uma forma de tornar o mundo mais comunitário, social e coletivo. Comunicação é um Direito Humano Fundamental. (ANDREUCCI; MAZZUCATTO, 2020, p. 118).

É, ainda, por meio da comunicação que práticas de socialização e avanços civilizatórios se efetivam e, conseqüentemente,

é por meio da comunicação que a sociedade se estrutura. Portanto, a sociedade é comunicação, como, por exemplo, é o Direito de Família, em que houve a produção dos meios de comunicação entre a informação das constituições de novos modelos familiares, o ato de comunicação ao sistema judiciário para seu reconhecimento e a compreensão do poder judiciário no sentido de que essas novas famílias deveriam ser regularizadas, permitindo a produção de sentido. (ROCHA; SCHERBAUM; OLIVEIRA, 2018, p. 104).

A partir da comunicação, podemos preconizar relacionamentos mais saudáveis, o que dialoga com o conceito de relacionamento puro (GIDDENS, 1993). Neles, “tanto a responsabilidade quanto a autoridade – onde ela existe – estão profundamente vinculadas à confiança” (GIDDENS, 1993, p. 206). Assim:

O imperativo da comunicação livre e aberta é o *sine qua non* do relacionamento puro; o relacionamento é o seu próprio fórum. [...] A autonomia própria, o rompimento com a compulsividade, é a condição do diálogo aberto com o outro. Esse diálogo, por sua vez, é o meio de expressão das necessidades do indivíduo. (GIDDENS, 1993, p. 211-212).

Para que as relações respeitadas sejam possíveis, é importante que exista e seja respeitada a noção de alteridade, a partir da qual ações de um indivíduo em relação à autonomia do outro não podem ser encaradas negativamente (LEVINAS, 1991 apud BAUMAN, 2004), mas sim uma premissa para qualquer relacionamento saudável. Diante da complexidade inerente às relações afetivas, compostas por individualidades e essencialmente palco de conflitos e inseguranças, temos que:

Onde há dois não há certeza. E quando o outro é reconhecido como um “segundo” plenamente independente, *soberano* – e não uma simples extensão, eco, ferramenta ou empregado trabalhando para mim, o *primeiro* –, a incerteza é reconhecida e aceita. Ser duplo significa consentir e indeterminar o futuro. (LEVINAS, 1991 apud BAUMAN, 2004, p. 35).

Para além da esfera privada, a comunicação está presente também na esfera pública, partindo do “reconhecimento dos receptores e usuários das mídias como sujeitos do processo comunicacional” (COSTA FILHO, 2021, p. 138), e deve balizar relações parentais mais democráticas, de acordo com práticas mais atualizadas, pois

é direito da criança ser tratada como um [...] igual do adulto. As ações que não podem ser negociadas diretamente com uma criança, porque ele ou ela é pequena demais para apreender o que está envolvido, devem ser capazes de uma justificativa contrafactual. A suposição é de que o acordo seja cumprido, e a confiança mantida, se a criança for suficientemente independente para ser capaz de expor seus argumentos em uma base de igualdade em relação ao adulto. (GIDDENS, 1993, p. 209).

Desta forma, vemos que o cuidado especial conferido às crianças e aos adolescentes de forma recente em nossa história é um passo importante para a efetivação de direitos, tais como o direito à educação, à comunicação e à afetividade e, mais do que isso, é reflexo de um refinamento da organização social e do contexto que o criaram. “A cidadania comunicativa é, nessa perspectiva, a consciência, a formalização e o exercício dessas garantias do direito à comunicação” (COSTA FILHO, 2021, p. 139), em resumo. Vamos, a seguir, focar as expressões do direito à educação em interface com o que abordamos anteriormente.

### **3.4 Direito à educação em interface com a comunicação**

Ainda que associada à concepção antiga de infância como um estado de imperfeição e limitação, a educação já era uma preocupação de Aristóteles e refletia os anseios de sua época. Havia a consideração em relação à organização social do que denominava de comunidades de crianças e mulheres. Na sua obra *Política*, o filósofo detalha como deveriam organizar-se tais comunidades, sempre pensando no bem coletivo da *pólis*:

Pois, visto que cada família é uma parte da Cidade, e tais pessoas são as partes que constituem a família, e a virtude da parte está necessariamente em relação com o todo, é preciso que a educação das mulheres e das crianças se faça tendo em vista a constituição daquela Cidade [sua forma particular de governo], se as virtudes destes devem fazer alguma diferença nas virtudes da Cidade. É claro que eles têm de fazer uma diferença: as crianças, quando crescerem serão os cidadãos, e as mulheres perfazem a metade das pessoas livres da Cidade. (ARISTÓTELES, 2001, p. 77).

Vimos que Aristóteles já se preocupava com a questão educacional. Ainda em tópicos anteriores, percebemos o desenvolvimento das noções de infância, adolescência e o consequente aperfeiçoamento dos cuidados parentais ao longo do tempo. A partir disso, Ariès ainda correlaciona tais evoluções à nova importância que adquire a escola e a crescente socialização da educação dos filhos (ARIÈS, 1986b). Como a infância permaneceu oculta durante tantos séculos, não surpreende que ela tenha adquirido os contornos atuais quando temos a valorização da cultura escrita,<sup>20</sup> da própria escola a partir do século XII, o fato de que a educação passa a ser socializada/escolarizada no período e o advento da intimidade nas famílias (*privacy*) (ARIÈS, 1986b).

Em linha com esse pensamento, Prost (2009) classifica o desenvolvimento da escola enquanto instituição como “uma das principais características da evolução social na segunda metade do século XX” (PROST, 2009, p. 68).

De fato, o aumento da escolarização remete a transformações muito mais profundas: mais do que uma socialização dos aprendizados, é um aprendizado da sociedade. Antes, esse aprendizado se dava dentro da família, e esta podia ser definida com justeza como a “célula de base” da sociedade. Sob fortes pressões econômicas, ela era regida por normas que podiam ser aplicadas em meios mais abrangentes, submetidos a pressões semelhantes. (PROST, 2009, p. 69-70).

Isso faz com que a família deixe o ensino das próximas gerações à incumbência da escola, o que antes acontecia apenas com adolescentes das classes altas. Agora, desde os primeiros anos de escolarização, já contam com essa transferência de responsabilidade, a partir do surgimento do jardim de infância, o que passa a mensagem de que “a escola é melhor que a família, e passa a ocupar seu lugar” (PROST, 2009, p. 71).

Em decorrência desta nova constituição familiar e da expectativa de que a função social da criança fosse principalmente desempenhada no ambiente escolar, será estabelecido um novo sistema educativo, visando ao desenvolvimento pessoal da criança, e não mais aos interesses econômicos e produtivos da família (ZELIZER, 1985).

A partir do papel da escola na educação de crianças e adolescentes, podemos tecer algumas considerações, já que a luta por uma educação de qualidade e emancipadora enfrenta desafios semelhantes à comunicação. A frágil cidadania brasileira foi “construída através da

---

<sup>20</sup> Os primórdios da comunicação e da educação possuem este marco em comum: a invenção dos tipos móveis por Gutenberg, o que teve como consequência a popularização da cultura escrita e possibilitou o ensino institucionalizado tal como o conhecemos hoje (CHAVES, 2005).

inversão da conquista de direitos” (JUNQUEIRA; PINTO, 2020, p. 372) e, com isso, direitos sociais surgem antes de direitos políticos amplos. Neste contexto incerto, o que já era um cenário desfavorável, com a pandemia, as preocupações com o direito à educação tornam-se um desafio ainda maior, retroagindo à discussão basal sobre acesso, não somente qualidade (JUNQUEIRA; PINTO, 2020).

Frágil, sem efetiva reivindicação por parte do povo, a educação brasileira se arrasta em tempos de pandemia, sob risco de retroagir e de se perder para a geração em curso. As discrepâncias entre os serviços públicos e privados se inflamam e os direitos sociais, consagrados como públicos e subjetivos pela Constituição Federal de 1988 se comportam de forma criticamente desigual para ricos e pobres. (JUNQUEIRA; PINTO, 2020, p. 372).

Assim, defender a educação e a comunicação deve ser um processo contínuo de formação para a cidadania e desenvolvimento do direito à cultura digital. Para isso, alguns aspectos devem ser destacados, tais como o uso da tecnologia de forma responsável e ética; a consciência do impacto das publicações *online*; a análise dos riscos da *internet*, refletindo sobre as redes sociais e ferramentas digitais; a construção de uma reputação digital positiva; a prevenção ao *cyberbullying*; o aumento da autonomia; o alerta e a conscientização sobre a pegada virtual; a proteção contra a superexposição *online*, tudo isso contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis (ANDREUCCI; JUNQUEIRA, 2020).

Legislativamente, como mencionamos, a comunicação é um direito humano fundamental, assim como o direito à educação. Educação e comunicação são, desta forma, parte essencial da cidadania que se impõe mediante o reconhecimento de direitos fundamentais, da erradicação da pobreza, da redução das desigualdades, e deve ter início ainda no berço, sempre condicionada pela possibilidade de atuação na esfera pública (ANDREUCCI; JUNQUEIRA, 2017). “Nesse contexto, o direito à manifestação, à informação e à comunicação se faz presente, e representa o liame necessário para o desenvolvimento de um espírito de cidadania e pertencimento” (ANDREUCCI; JUNQUEIRA, 2017, p. 295).

Com isso, são conceitos e práticas que andam juntos. Comunicação e educação, conceitualmente agrupados, geraram um novo nome e área de conhecimento: a educomunicação. De forma inaugural, faz-se necessário postular o que defende o paradigma educacional. Como o próprio nome indica, trata-se de um campo de conhecimento que propõe um novo viés de

análise científica e associa a educação com a comunicação, superando a ideia por vezes circulante de que haja algum tipo de rivalidade ou oposição entre as áreas. Segundo Soares (2013):

Compreende-se a educomunicação como um paradigma na interface comunicação/educação que busca orientar e dar sustentação ao conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, assim como programas e produtos de comunicação destinados a: i) debater as condições de relacionamento dos sujeitos sociais com o sistema midiático, no contexto da sociedade da informação, promovendo critérios de análise dos sistemas de meios de informação, assim como metodologias de utilização dos recursos tecnológicos em função da prática da educação para a cidadania; ii) promover e fortalecer ecossistemas comunicativos de convivência – abertos e participativos – nos espaços educativos garantidos pela gestão democrática dos processos de comunicação; iii) ampliar o potencial comunicativo dos indivíduos e grupos humanos. (SOARES, 2013, p. 169).

O paradigma educacional possui suas origens na corrente de estudos culturais e, segundo Buckingham (2012), estes “contestam os modelos normativos de desenvolvimento infantil, colocando atenção, ao invés disso, na mutante construção social, histórica e cultural da infância” (BUCKINGHAM, 2012, p. 94). Além disso, tentam “entender as práticas de mídia das crianças em seus próprios termos e a partir de suas próprias perspectivas” e “explorar as experiências sociais infantis, especialmente na medida em que estas são construídas por meio do funcionamento de outras dimensões de poder social” (BUCKINGHAM, 2012, p. 94), apoiando-se ainda em esforços recentes oferecidos por outras áreas do conhecimento.

O campo da educomunicação, então, contribui para a “construção de um mundo mais intensamente comunicado” e para que “os meios de informação estejam a serviço da edificação de uma sociedade mais humana, pacífica e solidária” (SOARES, 2011, p. 15). Mais além, sobre o “sonho” do educador, temos que este é “o pleno acesso das novas gerações ao mundo da comunicação e de suas tecnologias”, “a serviço do bem comum e da prática da cidadania” (SOARES, 2011, p. 15).

Assim, este caminho metodológico da educomunicação, que “vincula diálogo e abertura tanto no território da educação como no da comunicação”, reflete-se em práticas de cidadania e emancipação dos sujeitos, levando-nos, então:

a experiências capazes de permitir a emersão dos acontecimentos, aquilo de fato fundamental na vida dos interagentes discursivos, algo de cuja interação derivasse a possibilidade de avanços dos sujeitos, tanto no âmbito do conhecimento científico como no afeito aos planos subjetivos, afetivos. (CITELLI; SOARES; LOPES, 2019, p. 17).

As similitudes entre os campos não datam de hoje. A relação entre comunicação e educação foi também abordada por Paulo Freire, importante educador brasileiro de renome internacional. O autor entende que “educação é comunicação, é diálogo” (FREIRE, 1988, p. 46) e, sobre o conceito de diálogo, considera a natureza social do ser humano e relaciona-se com direitos humanos. Freire postula ainda a importância do amor como condição para o diálogo e para a educação, já que, “se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo” (FREIRE, 1983, p. 80). Diálogo e amor são, então, conceitos intimamente ligados à construção de autonomia e cidadania, a partir de relações respeitadas e de uma educação libertadora, oferecendo às crianças e aos adolescentes a oportunidade de tomarem a frente e protagonizarem sua própria existência.

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se, ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens, o diálogo é, pois, uma necessidade existencial. (FREIRE, 1980, p. 82).

O diálogo também é uma forma de garantir certa padronização e coesão social. Este não deve ser apenas “mero intercâmbio de palavras”, mas sim “como ação de fazer ponte entre as diferenças, que concretiza a abertura da existência em todas as suas dimensões e constitui ecologicamente o homem [...] como categoria ética” (SODRÉ, 2014, p. 191). E, complementarmente, a educação, quer seja no âmbito da escola, quer seja no âmbito das relações familiares, deve estar voltada ao diálogo pautado na ação e na reflexão. Nas relações de dominação, diálogo e amor estão ausentes. Por isso, para que a educação promova a autonomia, é essencial que ela seja dialógica e transformadora, pois a pronúncia do mundo é um ato de criação e recriação e, portanto, um ato de amor (FREIRE, 1983).

Nassar (2004) reforça este posicionamento do ponto de vista comunicacional ao ressaltar a importância da confiança e do diálogo para os relacionamentos. Sem a primeira, “amizades se dissolvem, casamentos acabam, governos se esfacelam. Na comunicação, a confiança dá consistência às mensagens” (NASSAR, 2004, p. 45). Sem o segundo, não há a proteção intrínseca aos relacionamentos saudáveis. Ele explica:

Na vida particular, todos sabem que, quando existe diálogo entre marido e mulher, pais e filhos, as famílias contam com uma proteção maior, dada pelo entendimento. A receita da boa comunicação familiar tem como ingrediente principal o amor e seus temperos: a emoção, o interesse, o reconhecimento, o respeito. (NASSAR, 2004, p. 25).

Importante ressaltar ainda que o diálogo não é somente baseado em palavras, pois, “nos momentos mais elevados, o diálogo transcende também estes limites” (BUBER, 2014, p. 17) e somente podemos verdadeiramente nos comunicar quando propomos a “transformação da comunicação em comunhão, portanto numa corporificação da palavra dialógica” (BUBER, 2014, p. 37). A partir desse entendimento, o conceito de dialogia está em abrir-se para o diálogo com o outro enquanto uma possibilidade humana que nos aproxima da mágica do encontro e da comunhão:

Assim sendo, mesmo que se possa prescindir da fala, da comunicação, há, contudo, um elemento que parece pertencer indissolavelmente à constituição mínima do dialógico [...]: a reciprocidade da ação interior. Dois homens que estão dialogicamente ligados devem estar obviamente voltados um-para-o-outro; devem, portanto, – e não importa com que medida de atividade ou mesmo consciência de atividades – ter-se voltado um-para-o-outro. (BUBER, 2014, p. 41).

Vemos ainda a sincronia dessas reflexões com o que depreendemos da obra de Edgar Morin, sociólogo, filósofo e antropólogo francês, que propõe um olhar solidário e humanizado sobre os fenômenos humanos. Destacamos inicialmente a solidariedade, sendo a dimensão afetiva fruto do pensamento em sua totalidade, já que, por este viés, “tudo é solidário. Se tendes o sentido de complexidade tendes o sentido de solidariedade” (MORIN, 2008, p. 99-100). Tratando da educação, Morin explica que esta:

Deve contribuir para a autoformação da pessoa (ensinar a assumir a condição humana, ensinar a viver) e ensinar como tornar cidadão. Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional. (MORIN, 2018, p. 65).

Assim, comunicação, educação, solidariedade e cidadania estão interligadas. Essa corrente de pensamento em ciências humanas dialoga com o paradigma da complexidade, explicitado por Morin. O autor, ao observar a tendência dos sistemas à entropia, em consonância com o segundo o princípio da termodinâmica, contrapõe-se ao cientificismo e ao positivismo da pesquisa científica e aponta, de forma paradigmática, um novo olhar de interpretação, a partir do qual a complexidade



seria valorizada como parte de todos os sistemas, tendo sua beleza e importância reconhecidas, aceitando a natureza entrópica dos fenômenos a fim de entendê-los em seus diversos aspectos e particularidades (MORIN, 2008).

Com isso, temos um novo olhar sobre os estudos acadêmicos, a partir do qual a complexidade seria valorizada como parte de sua beleza e importância, aceitando a natureza entrópica dos fenômenos a fim de entendê-los em seus diversos aspectos e particularidades. Sobre sua proposta, esclarece:

O método da complexidade pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca os dar por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para reestabelecermos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras. (MORIN, 2008, p. 192).

A partir disso, o autor propõe a aplicação deste conceito para além do ambiente científico, mas também em nossa vida cotidiana, já que destaca a relação próxima entre inteligência e afetividade, sendo a empatia, a solidariedade e o amor fatores que potencializam a comunicação e a educação e tornam mais tangível o novo paradigma. Além disso, aponta a necessidade de enfrentamento das incertezas, pois vivemos em tempos incertos, complexos, e essa habilidade deve fazer parte da educação. Nossos tempos são marcados por vertiginosas mudanças e devemos estar prontos para nos transmutarmos com elas, já que, na experiência humana, navegamos em um “oceano de incertezas”, entre “arquipélagos de certezas” (MORIN, 2000, p. 91).

E, neste sentido, as ações para minimizar o impacto de tantas reviravoltas na percepção de crianças e adolescentes fazem parte do papel de pais, responsáveis, cuidadores, educadores e da sociedade como um todo de oferecer esses pequenos conjuntos de certezas para ajudá-los a se desenvolverem, visando ao cuidado integral, e buscando a interface com a afetividade, de forma a potencializar a comunicação e a educação. Este é o desafio da parentalidade contemporânea.

Para isso, é preciso que todos os envolvidos na criação de novos seres humanos sejam sujeitos da educação e da comunicação, não seu objeto, transmissor ou depósito de extensão (FREIRE, 1983). Por isso, estes aspectos devem estar no centro das preocupações destes públicos, pois, finalmente, qualquer proposta pedagógica, por mais brilhante que seja na teoria, apoia-se na figura do educador consciente e voltado à libertação para obter sucesso. O educador que plenamente compreender que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades

para a sua produção” (FREIRE, 1983, p. 25) certamente fará a diferença na vida daqueles que se abrirem à relação dialógica, ao diálogo, ao amor.

A educação deve, portanto, favorecer a autonomia e a liberdade de espírito (MORIN, 2000) em prol de uma identidade terrena, global, para além das fronteiras nacionais. Nesta perspectiva, os indivíduos, em quaisquer etapas de seu desenvolvimento, devem ter acesso aos seus direitos, saber sua importância e como reivindicá-los cotidianamente (MOREIRA; GOMES, 2014). Isso dialoga com a educação do futuro, que deve cuidar para que estejam sempre correlacionadas as noções de unidade e diversidade e seja criada a consciência de identidade terrena, solidariedade esta capaz de criar uma ética do gênero humano (MORIN, 2000), que significa

trabalhar para a humanização da humanidade; efetuar a dupla pilotagem do planeta: obedecer à vida, guiar a vida; alcançar a unidade planetária na diversidade; respeitar no outro, ao mesmo tempo, a diferença e a identidade quanto a si mesmo; desenvolver a ética da solidariedade; desenvolver a ética da compreensão; ensinar a ética do gênero humano. (MORIN, 2000, p. 106).

Aplicado às relações parentais, podemos destacar a importância da solidariedade intergeracional e qual o papel da sociedade, do Estado e da família ao legar o futuro e suas questões às novas gerações (CANOTILHO, 2006). Assim:

Trata-se de aplicar, na esfera planetária, o princípio da solidariedade, tanto na dimensão presente como na futura, isto é, solidariedade entre todas as nações, povos e grupos humanos da mesma geração, bem como solidariedade entre a geração atual e as futuras. (COMPARATO, 2003, p. 422).

Este esforço conduz à cidadania, que é “fundamento e finalidade do processo comunicacional” (BASTOS, 2021, p. 230) e educacional. Nossas instituições devem ser cobradas a fim de que cumpram com sua promessa e garantam direitos de dentro para fora. Mas também é nosso papel enquanto sociedade, além de reivindicar direitos, também colocar nossos deveres e responsabilidade em prática, em um processo de comunicação cidadã que “envolve, portanto, desde as interações sociais cotidianas, os processos de participação e engajamento, até as definições de conteúdo, meios e formatos de mídias comunitárias” (BASTOS, 2021, p. 230).

Finalmente, acerca da nossa responsabilidade, temos que ela somente está “onde existe o responder verdadeiro” (BUBER, 2014, p. 49). Esta resposta verdadeira tem a ver com entrega, atenção, reconhecimento da alteridade do outro e suas necessidades e significa:

Responder ao que nos acontece, que nos é dado ver, ouvir, sentir. Cada hora concreta, com o seu conteúdo do mundo e do destino, designada a cada pessoa, é linguagem para a atenção despertada. Para aquele que está atento; pois não é preciso mais do que isto para iniciar a leitura dos signos que nos são dados. (BUBER, 2014, p. 49).

Ainda para Buber, a responsabilidade nos direciona ao outro e nos aproxima de uma presença divina que se dá na relação com o outro. É fonte de resgate narrativo e ritual frente a um cotidiano desesperançoso. Para ele, “quem pratica a responsabilidade real, a responsabilidade dialógica [...] pode rejeitar com toda força a presença de “Deus” e, contudo, ele a experimenta no austero sacramento do diálogo” (BUBER, 2014, p. 50-51).

Assim, vemos que os elementos da comunicação e da educação estão associados à cidadania, à solidariedade, à responsabilidade e à alteridade, culminando, finalmente, em relações mais igualitárias, justas e afetivas no âmbito público e privado. E isto deve guiar a produção de narrativas, instrumento de comunicação por excelência, e de novas narrativas, que constituem um conceito comunicacional relacionado à legitimação de avanços civilizatórios, conforme veremos no próximo tópico.

### **3.5 Reflexões sobre narrativas e novas narrativas**

Finalmente, abordaremos a questão das narrativas, que são parte essencial da vida humana (FISHER, 1987). Narrar é um elemento do ato comunicacional de compartilhamento por excelência, na medida em que estabelece uma troca simbólica entre emissor e receptor, constituindo outras dimensões da comunicação e uma possibilidade de entendê-la como diálogo e abertura para o outro (NASSAR, 2018). A humanidade conta histórias “de forma ininterrupta desde que adquiriu a fala ou mesmo antes disso, desde que aprendeu a gesticular e se comunicar” (COGO, 2016, p. 79-80).

Cogo (2016) também atenta para importância das narrativas para o desenvolvimento da moral e da cognição. Já Fisher postula a relação intrínseca entre comunicação e narrativa, a importância da última para a compreensão da primeira, além de desenvolver o conceito de “*homo narrans*” (FISHER, 1987), expresso pelo fato de o ser humano “organizar sua experiência em

histórias com tramas, personagens centrais e sequências de ação que trazem lições implícitas e explícitas” (COGO, 2016, p. 113).

Como ilustração da beleza de contar histórias, citamos a apresentação d’*As mil e uma noites* (2015), obra árabe que se tornou universal e nos relembra sobre a importância das narrativas para a experiência humana:

A criança e o adulto, o rico e o pobre, o sábio e o ignorante, todos, enfim, ouvem com prazer histórias [...]. A história narrada, lida, filmada, dramatizada, circula em todos os meridianos, vive em todos os climas. Não existe povo algum que não se orgulhe de suas histórias, de suas lendas e de seus contos característicos. É a lenda a expressão mais delicada da literatura popular. O homem, pela estrada atraente dos contos e histórias, procura evadir-se da vulgaridade cotidiana, embelezando a vida com uma sonhada espiritualidade. (GALLAND, 2015, p. 13)

Podemos ainda destacar os estudos acadêmicos sobre narrativas. Narrativas são ferramentas de comunicação essenciais à boa prática profissional, mas não se restringem a esse âmbito. “Narrativa é discurso” e, como todas as narrativas possuem a intenção de comunicar, o comunicador deve estar atento para muito além do que está sendo compartilhado. Em um contexto de hipercomunicação, guerras de narrativas (TRIGO, 2018), *fake news* e pós-verdade (FARIAS, 2019), devemos, eticamente, refletir sobre quais narrativas devem ser engajadas e quais devem ser combatidas.

Comunicação em tempos de volatilidade opinativa, endossos às cegas e precocidade e incontinência enunciativas geram risco a pessoas e a corporações, a grupos e a sociedades. A informação cuidadosa e a educação permanente – tanto a formal quanto aquela encontrada em processos de treinamentos e interações –, é que podem gerar uma sociedade com responsabilidade sobre os discursos, entendendo o peso de cada palavra, de cada “postagem”, de todas as manifestações públicas, que podem ir muito além das fronteiras e consequências imaginadas. (FARIAS, 2019, p. 130).

Sendo a comunicação área essencialmente multidisciplinar, as narrativas são instrumentos que podem traduzir o melhor de todos os saberes e não devem divergir de seu propósito: gerar engajamento, identificação e, ao final de tudo, relações duradouras e de confiança (NASSAR, 2018):

A comunicação é a arte, ciência e técnica de unir, por meio de narrativas, saberes diversos para produzir a confiança (conceder ao outro certo poder sobre nós mesmos). É uma área mestiça. É uma área que transita em interfaces poderosas como a antropologia, a administração, a política, a psicologia, as ciências sociais, a história e memória, a

literatura, a poesia. Também pode ser definida como a arte da antecipação ou, como sugere Maquiavel (O príncipe), precisa da leitura do tempo. Há muitas outras definições, mas todas convergem para o mesmo ponto: a construção da confiança. (NASSAR, 2018, p. 47-48).

Se trabalhamos com discursos e narrativas, e o “nosso território é o da palavra, da história do que contamos”, somente contribuindo com narrativas bem-intencionadas “combate-se a obesidade informacional. É preciso ter fome de sentido e significado” (NASSAR, 2020, n. p.). Neste contexto complexo e dinâmico, e no qual a comunicação é cada vez mais central e estratégica para contar as histórias do mundo, é preciso que o profissional de comunicação proponha o resgate dos rituais e das narrativas, atuando como antropólogo da linguagem neste processo, vendo a comunicação como o organismo em si, não parte dele, conectando, assim, diversos tempos (NASSAR, 2019). Uma vez que “novos contextos exigem novas narrativas, ou seja, novos pensamentos sobre a comunicação” (RIBEIRO, 2014, p. 173), a prática comunicacional deve ir nessa linha. Além disso,

estudar a comunicação não pode significar se fechar em verdades absolutas, mas sim, abrir-se para reflexões sobre as simbologias, as ideias e as opiniões, os sentidos e os significados, assim como os valores que estão no imaginário social e individual. (NASSAR; RIBEIRO; TAMURA, 2018, p. 6).

Desta forma, as narrativas adquirem papel cada vez mais importante e devem ser “transformadoras, próximas, conectadas com o real histórico e que sejam capazes de emocionar, [...] mas sejam geradoras e propulsoras de pensamento crítico”, criando uma “comunidade do afeto” e resgatando a essência comunicacional e de produção de sentido (PAIVA, 2021, p. 92).

A partir dos aspectos narrativos da comunicação e sua manifestação simbólico-cultural, deriva-se disso o conceito de novas narrativas, que são fruto da colaboração e podem contribuir para uma sociedade melhor (NASSAR; RIBEIRO, 2012). E, neste sentido, faz-se necessário situarmos as reflexões que estamos propondo acerca da infância, da adolescência e da parentalidade em um contexto de novas narrativas e da necessidade de reinvenção da comunicação em períodos complexos, em busca do compartilhamento de propósitos, sendo estes capazes de gerar identificação, promover a subjetividade e o respeito aos públicos envolvidos (NASSAR; RIBEIRO, 2012). Sobre o conceito de novas narrativas, temos que:

As novas narrativas devem buscar compartilhar uma comunhão de propósitos, os quais sejam capazes de gerar identificação e engajamento. Capazes de conquistar as subjetividades, bem como o respeito dos públicos envolvidos. É preciso desenvolver experiências multissensoriais e multimídias, que criem impressões mais vívidas e recorram à força das histórias, por exemplo, para moldar as identificações. (NASSAR; RIBEIRO, 2012, p. 4).

Em contextos incertos, nada permanece igual. Temos, a partir deste cenário plural, a chance de termos pais, responsáveis, educadores, comunicadores e outros públicos cada vez mais preparados para garantir às crianças e aos adolescentes seus direitos, perpetuando uma herança geracional de evolução em prol de uma sociedade mais justa e igualitária. Isso compõe uma nova realidade narrativa na qual há uma procura por personalização, empatia, diversos pontos de vista, identificação com medos e anseios, na busca, em última instância, por afeto (RIBEIRO; NASSAR, 2017).

Por isso, podemos dizer que vivemos uma fase revolucionária onde devemos buscar novas narrativas para abarcar este novo tempo e espaço, para compreender a nós mesmos e as pessoas com as quais convivemos. (NASSAR; RIBEIRO; TAMURA, 2018, p. 4-5).

Se o mundo contemporâneo já era reconhecido por suas vertiginosas mudanças e de difícil compreensão (NASSAR; RIBEIRO; TAMURA, 2018), a pandemia causou ainda mais impacto ao modificar diversos processos instantaneamente, numa verdadeira “reinvenção das narrativas do mundo” (RIBEIRO, 2019, p. 162). Compartilhamos, então, a visão otimista de que temos a possibilidade, a partir deste contexto de incertezas (MORIN, 2020), de criar novas narrativas positivas, mais inclusivas, humanizadas e holísticas, para que crianças e adolescentes possam se desenvolver em plenitude, munido pais, responsáveis, a sociedade e o Estado de ferramentas para que seus direitos sejam respeitados e para que desfrutem de plena cidadania na vida em sociedade.

Sendo assim, em um mundo veloz, efêmero, repleto de incertezas, sem referenciais exatos e falas sem sentidos, isso faz com que os indivíduos também ganhem novas características. Em uma realidade fragmentada, mutável, não linear e com uma enorme multiplicidade de vozes, de opiniões e de histórias, há uma transformação sobre o sentido e o estar do sujeito na contemporaneidade. Questões que exigem uma mudança também nas formas de se criar e de receber as comunicações. (NASSAR; RIBEIRO, 2017, p. 4050).

Vemos, então, reiterada a importância da evolução da comunicação, voltando-se à valorização das relações e seus significados, tendência visceral no contexto digital, com sua

consequente perda de referências, fazendo com que a produção de sentido tenha ainda mais importância atualmente. Assim, em novos tempos, é preciso que reinventemos nossas formas de viver, amar, sentir e pensar. E, especialmente na ausência de bases sólidas, característica fundamental dos nossos tempos, temos que “a necessidade de reinvenção se torna permanente” (GAULEJAC, 2007, p. 16).

Neste sentido, as novas narrativas podem contribuir para a modificação do olhar sobre crianças e adolescentes como sujeitos e protagonistas de suas histórias. Desta forma, “vivemos uma fase revolucionária onde devemos buscar novas narrativas para abarcar este novo tempo e espaço, para compreender a nós mesmos e as pessoas com as quais convivemos” (NASSAR; POMARICO; TAMURA, 2018, p. 4-5).

Ademais, Nassar, Farias e Ribeiro (2019, p. 213) afirmam que, além de “saber construir e contar as suas histórias, o ser humano construiu a si e as suas sociedades pela permanência no tempo milenar de suas narrativas, principalmente a partir daquelas narrativas que foram escritas”. E, mais especificamente sobre narrativas que podemos encontrar nos meios de comunicação, Carvalho explica que “ler as narrativas ofertadas pela mídia [...] é perceber que, inclusive pelo silenciamento, a partir delas é sempre possível detectar como a sociedade se posiciona acerca de determinadas questões” (CARVALHO, 2013, p. 63).

Essas novas narrativas, capazes de modificar a visão sobre a infância, a adolescência e a parentalidade e reforçar direitos fundamentais, cidadania e participação, estão sendo escritas o tempo todo a partir de iniciativas comunicacionais, já que, “como a mudança é lei da vida, sempre haverá novas narrativas para novas interpretações do mundo perante novos contextos” (NASSAR; RIBEIRO; TAMURA, 2018, p. 9). Citamos a seguir alguns exemplos deste movimento.

O atual presidente de Portugal, Marcelo Nuno Duarte Rebelo de Sousa, e seu governo foram pauta da mídia brasileira pelas boas práticas comunicacionais e educacionais que Portugal adotou durante a pandemia de COVID-19. O país foi exemplo de ações comunicacionais efetivas que tiveram como objetivo minimizar os danos já consideráveis da doença. Ainda durante o isolamento social, Portugal adotou um sistema educacional a distância com aulas pela televisão, em uma parceria entre o Ministério da Educação e a emissora estatal RTP (Rádio e Televisão de Portugal), culminando no projeto denominado “Estudo em Casa”. E uma das aulas mais especiais da programação foi com o próprio presidente da nação, que, em junho de 2020, propôs-se a ensinar crianças e adolescentes de até 16 anos, público-alvo do projeto, as lições depreendidas a partir da

pandemia. Uma análise mais aprofundada sobre o assunto foi realizada por Nassar, Andreucci e Mazzucatto (2020).

Ainda durante os primeiros e mais estritos momentos da pandemia de COVID-19, Reuven Rivlin, presidente de Israel, ganhou projeção midiática internacional ao lançar na sua página do Facebook e em seu canal no YouTube vídeos em que conta histórias para as crianças israelenses durante o período de isolamento. As *lives* iniciaram-se de forma semanal em ambas as plataformas. A justificativa de Rivlin para a iniciativa era tirar o peso da convivência em confinamento doméstico dos pais, dando às crianças um momento educativo e de descontração, contribuindo para que tivessem uma boa noite de sono. As histórias do presidente e sua representatividade enquanto iniciativa de comunicação pública, *storytelling* e humanização a partir de narrativas foram abordadas à luz da interface entre direito e literatura por Andreucci e Mazzucatto (2020).

De outra aproximação entre direito e literatura, foram resultantes outros dois trabalhos. Primeiramente, um ensaio que analisa o poema *Ofertas de Aninha (Aos Moços)*, que faz parte da sua obra *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha*, enquanto uma nova narrativa sobre a infância e adolescência (ANDREUCCI; JUNQUEIRA; MAZZUCATTO, 2021). Em seus versos, estão a exaltação da esperança e crença na solidariedade e na juventude, em relação transdisciplinar com o direito e com a solidariedade, sobretudo a intergeracional, para com crianças e adolescentes.

Posteriormente, outro esforço semelhante fez com que as pesquisadoras se debruçassem sobre a obra *Perdas e Ganhos* de Lya Luft. O trabalho propõe-se a analisar a relevância das reflexões trazidas sobre infância, parentalidade, a visão da criança na sociedade e os valores educacionais contemporâneos e passados, sob a luz do conceito de espiritualidade laica, de Luc Ferry (ANDREUCCI; JUNQUEIRA; MAZZUCATTO, 2022).

Ainda no contexto pandêmico, nos deparamos com outras ações de pura sensibilidade, promovidas pela Maurício de Sousa Produções (MSP), maior produtora de conteúdo do Brasil. Inicialmente, a empresa apresenta Cascão, personagem da Turma da Mônica famoso por sua aversão à água, lavando as mãos pela primeira vez a fim de ensinar às crianças que isso poderia salvar vidas ao prevenir a infecção por coronavírus. Andreucci e Mazzucatto (2021b) propuseram uma análise dessa campanha, denominada “Lavar as Mãos Salva Vidas!”, a partir de abordagem interdisciplinar da educomunicação e do afeto, do olhar sobre a importância da solidariedade, das narrativas, do direito à comunicação e do princípio de proteção integral, assegurados à criança e ao adolescente, em consonância com a luta por justiça. Mazzucatto (2021) ainda analisou a cartilha



*Cuidados na Escola*, uma parceria entre o UNICEF e a MSP, lançada em junho de 2021 (UNICEF, 2021), a partir de uma abordagem interdisciplinar em ciências humanas balizada pelo aporte ritual e narrativo sobre o objeto.

O UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, órgão especializado em proteger crianças e adolescentes de forma global, é também criador frequente de iniciativas que visam à transformação das narrativas sobre a infância, adolescência e parentalidade e, durante a pandemia, foi protagonista deste processo visando à proteção deste público. Entre as ações, podemos citar o programa #tmjUNICEF, iniciativa composta por jovens de 16 a 24 anos que têm a missão de filtrar notícias falsas e disseminar informações confiáveis à população, notadamente as relacionadas à pandemia de COVID-19, em um projeto que promove e expande os direitos, como o direito à saúde e à comunicação, à voz e à participação. A análise sobre o projeto, realizada por Andreucci e Mazzucatto (2021a), contou com aportes da comunicação pública para discutir a importância da instituição supranacional e refletir sobre os mecanismos das *fake news* no contexto de infodemia, pós-verdade e desinformação, perpassando ainda conceitos como a solidariedade, a educação digital e a cidadania.

Outra ação do UNICEF que pode ser citada é o projeto Trilhas Digit@is – Espaços de Aprendizagem, que visa a promover a inclusão digital em comunidades da cidade de São Paulo, utilizando a atuação de associações locais e promovendo um percurso formativo que leva em consideração a vivência e os projetos de vida dos adolescentes e jovens participantes. Junqueira e Mazzucatto embasaram uma discussão acerca da teoria dialógica freiriana em análise ao Trilhas Digit@is (2021).

Além disso, as próprias atuações de grupos de pesquisa devem ser citadas, pois promovem discussões que superam os muros da academia e suscitam debates que mudam percepções sobre as questões abordadas. Por isso, vale citarmos o trabalho de dois grupos em específico. Um deles é o GENN – Grupo de Estudos de Novas Narrativas, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. O grupo interdisciplinar é um espaço de diálogo interdisciplinar sobre novas narrativas e suas reverberações e impactos na comunidade acadêmica foram abordadas em detalhes por Nassar e Ribeiro (2012) e Nassar, Ribeiro e Tamura (2018). O outro núcleo a ser mencionado é o CriadirMACK: o direito à vez e à voz de crianças e adolescentes, da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que está conectado ao GENN em suas raízes e promove também diálogos plurais em ciências humanas voltados ao entendimento e garantias de

direitos de crianças e adolescentes e questões associadas. Mais sobre o grupo pode ser visto em Andreucci e Junqueira (2018).

Estes são exemplos de iniciativas comunicacionais, narrativas literárias e/ou midiáticas, de origens acadêmica, pública ou privada e que, conforme são analisadas sob o prisma das novas narrativas sobre a infância, a adolescência e a parentalidade, extraem conteúdos preciosos e que podem contribuir para a mudança de olhar sobre as questões suscitadas. Retomaremos este assunto em nossa análise final, iniciada no próximo capítulo, na qual apontaremos caminhos narrativos a partir de análise qualitativa da coluna de Vera Iaconelli na *Folha de S. Paulo*.

Em resumo, vimos, até aqui, que o amor, as relações afetivas, a infância, adolescência e parentalidade são construções históricas e dialogam, em seus formatos mais atuais, com os desafios dos nossos tempos. Associadas ao exercício da parentalidade, estão conceitos como o afeto, a comunicação e a educação. A busca é para que sejam legitimados jurídica e socialmente, a fim de que cumpram seu papel de promover solidariedade e compreensão e contribuam para uma sociedade mais igualitária, diversa e justa. Além disso, contextualizamos o conceito de narrativas para podermos falar de novas narrativas, que são tecidas conforme avançamos nas discussões sobre temas que dialoguem com o objetivo de que avancemos em termos civilizatórios. Com isso, temos embasamentos para seguirmos ao estudo desta dissertação, que procura entender a articulação do amor, da comunicação e da educação aplicadas à parentalidade contemporânea. Para isso, vamos analisar artigos da coluna da psicanalista Vera Iaconelli na *Folha de S. Paulo*, escritos entre 2020 e 2021. O estudo, descrito em detalhes a seguir, visa, em última instância, a entender quais as novas narrativas têm sido escritas a partir desse suporte comunicacional, tendo como norte esses três conceitos balizadores e fundamentais do exercício parental na contemporaneidade.

“– A resposta é simples: amo muito a minha filha. Para mim, é a coisa mais bonita que já vi, mas de onde venho isso não é o bastante. Todo programa deve ter um propósito. Se não tiver, ele é deletado. Então, tive de pedir ao francês que salvasse minha filha. Não está entendendo? (Rama Kandra)  
 – É que eu nunca... (Neo)  
 – Ouviu um programa falar de amor? (Rama Kandra)  
 – É uma emoção humana. (Neo)  
 – Não, é uma palavra. Mas o que importa é a conexão que a palavra implica. Vejo que está apaixonado. Pode me dizer o que daria para manter essa conexão? (Rama Kandra)  
 – Qualquer coisa. (Neo)”

(*Matrix Revolutions*)

#### **4 Os desafios da parentalidade contemporânea brasileira a partir da coluna de Vera Iaconelli na *Folha de S. Paulo***

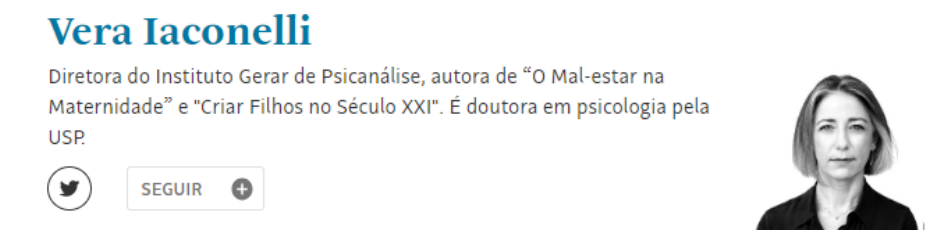
Vera Iaconelli é uma psicanalista brasileira, mestre e doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo e conhecida do público por suas contribuições a veículos midiáticos. Ela possui uma coluna semanal na *Folha de S. Paulo*,<sup>21</sup> um dos mais influentes do país, desde 2017, além de contribuir com outros quadros do jornal, tais como análises especiais, *podcasts* (como o Café da Manhã, programa diário da Folha) e outros excertos sempre que solicitada a comentar algum assunto. Aparece ainda com frequência entre os temas mais mencionados do Painel do Leitor do mesmo jornal. Ela também é diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, membro do

---

<sup>21</sup> Sobre a Folha, segundo o próprio veículo: “Fundada em 1921, a Folha é um dos maiores e mais influentes entre os jornais diários nacionais de interesse geral. O crescimento foi calcado nos quatro alicerces do Projeto Folha: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência.” (FOLHA DE S. PAULO, s.d.).

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (GRUPO AUTÊNTICA, s. d.), além de palestrante, professora da Casa do Saber e autora de livros, tais como *Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna* (IACONELLI, 2015) e *Criar filhos no século XXI* (IACONELLI, 2021f).

O conteúdo de Vera Iaconelli é veiculado tanto no jornal impresso quanto na plataforma *online*, correspondendo às colunas de terça-feira, mas é geralmente disponibilizado às segundas-feiras às 19h no portal, contando com aproximadamente 50 linhas por edição, com alguma variação possível (FOLHAPRESS, s.d.).



**Figura 2** – Exemplo de cabeçalho das colunas de opinião semanais de Vera Iaconelli na *Folha de S. Paulo*.

**Fonte:** Folha de S. Paulo (s. d.).

Seu sucesso tem como pano de fundo o aumento no alcance dos conteúdos midiáticos sobre Psicologia e Psicanálise, processo em curso no Brasil (GABRIEL, 2022). Nomes como o de Vera Iaconelli, Christian Dunker, Maria Homem e outros psicanalistas de grande alcance comunicacional são alguns exemplos deste movimento, motivado pela busca por ferramentas que possibilitem saúde mental, especialmente em um contexto social marcado pelo uso intenso das redes sociais e a digitalização ascendente de processos da vida como um todo (GABRIEL, 2022). A centralidade do tema no contexto pandêmico contribuiu para a intensificação deste interesse e busca por conteúdos psicanalíticos, culminando ainda na popularização da ajuda psicológica individual, conhecida como terapia (CNN BRASIL, 2021).

Neste momento, um pouco de contexto é importante para situarmos a análise. A mais recente pandemia do século XXI foi causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que surpreendeu e mobilizou o mundo, que já estava em avançado processo de globalização, o que trouxe como consequências o profundo processo de conexão de comunidades, uma nova combinação espaço-

tempo (MCGREW, 1992), a organização social marcada pelos avanços tecnológicos e a transmissão vertiginosa de informações (CASTELLS, 2003b). E, neste cenário de intensos fluxos transnacionais de pessoas e produtos, favoreceu-se a disseminação de uma modalidade de vírus, surgida na China no final de 2019, que conseguiu, rapidamente, causar efeitos devastadores em praticamente todas as nações do globo. Países inteiros foram paralisados para minimizar o avanço do contágio, perigoso e até letal para muitos, notadamente aquelas pertencentes aos grupos de risco da doença, tais como pessoas com mais de 60 anos, diabéticos, portadores de doenças cardíacas, imunossupressoras ou outras condições crônicas, como asma e hipertensão (PINHEIRO, 2020).

O período de exceção durou mais de dois anos e teve profundos impactos: mortes, colapso no sistema de saúde e recessão econômica, entre outros, em um processo marcado pela disseminação de *fake news*. Todos nós estivemos suscetíveis aos seus efeitos nefastos e ainda corremos os riscos que impõe, seja com a perda de saúde física e mental, seja a desesperança e a vulnerabilidade social. Durante os períodos mais estritos de isolamento social, preocupações específicas com crianças, adolescentes e a vida familiar como um todo surgiram: de um lado, o desafio de garantir a integridade física e mental desses indivíduos e, de outro, a parcela comunicacional, que define o risco ou a proteção à saúde. Crianças e adolescentes devem ser cuidados de forma a que sua saúde seja vista de forma holística, o que se tornou desafiador com o fechamento das escolas, o confinamento em casa e a dificuldade de separar verdade e mentira nas informações acerca da doença. E, nesse contexto, a preocupação com a garantia de direitos humanos foi acentuada. Embora assegurados constitucionalmente no Brasil, vimos diversos tipos de violações a esses direitos acontecerem, e o que já era um desafio antes da pandemia enfrentou novos obstáculos com o estado de exceção. Houve também a preocupação generalizada com a saúde mental, decorrendo daí a importância de acesso a recursos emocionais, educacionais e comunicacionais para o enfrentamento ao período de crise e à desinformação, sintoma de um contexto *infodêmico*<sup>22</sup> no qual é difícil e, às vezes, quase impossível filtrar o que é relevante.

---

<sup>22</sup> “A palavra *infodemia* se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus” (OPAS, 2020). Sobre isso, Ribeiro (2014) explica: “Ao mesmo tempo em que as pessoas possuem uma obsessão pelas novidades e pelas informações, elas consomem vorazmente mensagens superficiais e passageiras. Ao mesmo tempo em que buscam formar uma opinião particular sobre o mundo, são enfraquecidas as suas capacidades de fazer conexões significativas entre os acontecimentos - efêmeros e esquecíveis” (RIBEIRO, 2014, p. 42).

No cenário epidêmico brasileiro, país que foi um dos mais afetados pela COVID-19, podemos destacar o papel dos intelectuais de grande alcance midiático, tais como Vera Iaconelli, ao fornecer substrato para um melhor enfrentamento a este período do ponto de vista de suas áreas de atuação. Frente aos efeitos não somente da doença em si, seu número de casos, mortes e efeitos colaterais, mas também insegurança financeira a partir da crise econômica, as consequências nefastas do período puderam ser especialmente sentidas em fatores subjetivos, como o aumento do sentimento de solidão a partir do isolamento e distanciamento social; o maior impacto da pandemia em grupos vulnerabilizados, tais como crianças, idosos, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, entre outros; a piora na qualidade de vida, na saúde mental e os consequentes desafios emocionais devido ao cenário de instabilidade, medos, inseguranças e solidão; desgastes no convívio com entes queridos por conta da intensificação da rotina e a divisão desigual de tarefas entre os gêneros; os reflexos na educação geral, mas especialmente a de crianças e adolescentes, com a implantação às pressas do ensino remoto (FIOCRUZ, s. d.); entre muitas outras consequências que ainda serão sentidas por muitos anos, mesmo com a abertura pós-pandêmica.

Entre as medidas de contenção do novo vírus estiveram o fechamento das escolas de mais de 180 nações (UNICEF, 2020b) e a adoção do esquema de ensino a distância para aproximadamente 1,5 bilhão de crianças e adolescentes no mundo todo (UNICEF, 2020c), que tiveram sua normalidade subitamente alterada pelo surgimento da doença. Neste contexto, houve uma profunda preocupação das famílias com a atenção às crianças na rotina doméstica, nunca antes tão intensa. Para este período, o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) orientou pais e responsáveis a tomarem as seguintes medidas: garantir a calma do ambiente doméstico; passar segurança e assegurar o acolhimento aos medos e incertezas dos pequenos; escutá-los; não esconder a verdade, mas sem os alarmar; além de garantir o diálogo e a comunicação constantes (UNICEF, 2020b).

Além do medo, pessoas que tiveram a possibilidade de seguir o isolamento social depararam-se com outras dificuldades, especialmente as famílias com filhos, grupo entre os mais afetados pelo período (UNICEF, 2020a). As crianças e os adolescentes, embora não pertencessem necessariamente ao grupo de risco, deveriam ser cuidados de forma a garantir sua saúde e integridade física e mental, o que se tornou desafiador para pais e responsáveis com o fechamento das escolas e o confinamento em casa. Uma das maiores preocupações foi com sua saúde mental, decorrendo daí a busca por acesso a recursos emocionais, educacionais e comunicacionais para

enfrentarem este período de crise, tais como a coluna de Vera Iaconelli, que ganhou protagonismo no período por tratar da parentalidade em tempos tão desafiadores. Pais e mães também suscitaram preocupações em relação aos cuidados com a saúde mental e necessitaram de muito apoio e atenção, especialmente as mães-solo,<sup>23</sup> que sofreram com a sobrecarga de tarefas e responsabilidades no período (CAMARGO, 2021). Isso se deve ao acúmulo de funções que já atingia este grupo em específico, fator explicitado por Iaconelli:

O que temos hoje são as mulheres sustentando a casa e cuidando da casa e dos filhos. Então, elas são as provedoras de tudo: a provedora material, afetiva e do cuidado. Aí, você põe uma pandemia em cima disso, e a pandemia causa e revela: ela revela que não dá para ser desse jeito, porque essas mulheres adoecem, porque essas crianças adoecem e se a nossa geração adoecer, a sociedade toda adoecer. (IACONELLI, 2022, n. p.).

Desta forma, este é o contexto que embasa a presente análise, descrita a seguir. Faz-se importante mencionarmos que, pelo olhar afetivo, entendemos nosso objeto de pesquisa como sujeito, já que, sob a perspectiva transdisciplinar da comunicação social, “deslocou-se a relação sujeito-objeto para a sujeito-sujeito” (GONÇALVES; MEDINA, 2018, p. 58). A partir disso, pretendemos, então, analisar as opiniões e os conceitos sociais (tangenciados ou, por vezes, trabalhados em profundidade) sobre a parentalidade contemporânea no cenário brasileiro, presentes na coluna que a psicanalista, Vera Iaconelli, escreve semanalmente para a *Folha de S. Paulo*, com o propósito de abordar nosso objeto de estudo: a presença e importância dos temas da comunicação, da educação e do afeto na parentalidade contemporânea a partir da citada coluna e de critérios que deixaremos claros mais à frente. Podemos nos indagar sobre qual seria, então, a relação entre a comunicação, a educação e o afeto nos atuais contornos do cuidado social com crianças e adolescentes, a importância destes elementos em seu desenvolvimento e, com isso, como estão presentes nos escritos da autora e seu impacto nos modelos de parentalidade como um todo.

A partir deste objetivo, objeto, *corpus* determinado e metodologia, espera-se coletar insumos para responder, ainda que não de forma definitiva ou global, à questão: quais são as novas narrativas sobre a parentalidade contemporânea que estão presentes nestes escritos? Com isso, objetiva-se a arriscar indagações sobre quais são as novas narrativas que circundam o olhar, os

---

<sup>23</sup> “O termo “mãe-solo” hoje é amplamente utilizado para designar mulheres que são inteiramente responsáveis pela criação de seus pequenos, deixando o conceito de “mãe solteira” em desuso, já que estar ou não em um relacionamento com um(a) parceiro(a) não quer dizer necessariamente compartilhar a difícil missão de ter um filho” (SONSIN, s. d.).

costumes, a observância (ou não) de direitos e deveres, a prática da inclusão, da diversidade e da igualdade, entre outras expressões de cuidado com crianças e adolescentes que podemos analisar na sociedade pós-moderna, especialmente no contexto brasileiro, compondo o que podemos denominar de parentalidade contemporânea, em seus moldes mais atuais.

Para tal estudo, foram selecionados 40 artigos da coluna analisada. Estes compõem o *corpus* atual de pesquisa, cujas etapas de seleção, preparação e análise serão detalhadas a seguir. Contamos, para isso, com a ajuda do Excel, programa para tabulação de dados do Pacote Office; do Iramuteq, *software* de análise de dados e geração de gráficos que veremos à frente; do R, que tem objetivos estatísticos e trata as informações imputadas no Iramuteq; além de editores de texto, como o Word, também do Pacote Office, e o OpenOffice. Essas ferramentas foram aliadas à leitura qualitativa, a fim de perceber recorrências nos textos, facilitar a organização da amostra, o agrupamento por macrotemas e a análise ao final.

#### **4.1 Procedimentos metodológicos**

Os dois primeiros capítulos deste trabalho foram pautados pela metodologia de pesquisa bibliográfica (STUMPF, 2006) e discussão teórica (LOPES, 2003) e objetivaram ao aprofundamento das questões fundantes a serem investigadas. Estes métodos, combinados, consistem em fazer um “planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto” (STUMPF, 2006, p. 51), além de contribuir com uma visão não instrumentalista em ciências humanas (LOPES, 2003).

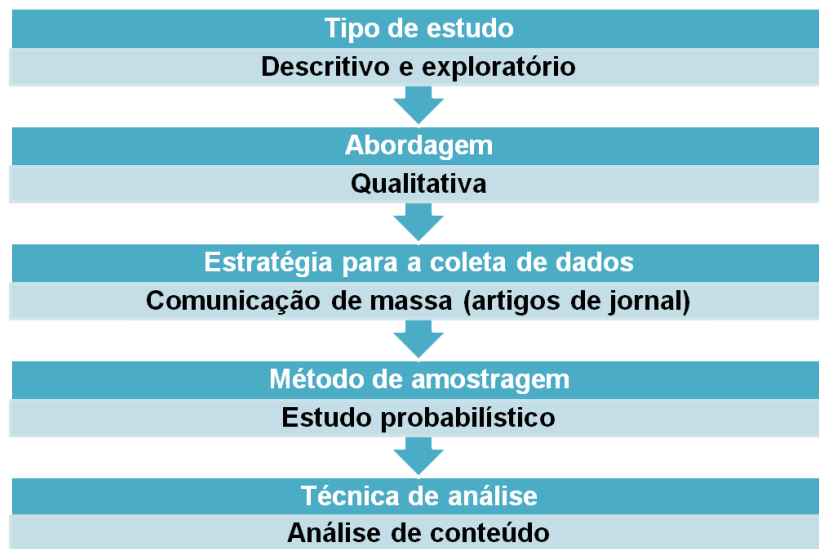
Este esforço foi iniciado no capítulo dois, em que fizemos um panorama acerca do amor, primeiramente na Filosofia, remontando a Sócrates, Platão, Aristóteles, Spinoza, a Jesus Cristo e à corrente cristã medieval. Ainda trouxemos as contribuições sociológicas que refletem sobre os desafios mais atuais das relações amorosas, no geral, e mais especificamente do amor parental, utilizando, para isso, as contribuições de Ferry (2010; 2012), Giddens (1993), Bauman (2004) e Han (2017). Nesta etapa, vimos que o amor e os relacionamentos afetivos são impactados pelo contexto sociocultural, econômico e histórico e que, por isso, em seus moldes mais contemporâneos, têm sido modificados pelo capitalismo, o consumismo, a globalização, as novas



tecnologias da informação, sobretudo a *internet* e a redes sociais. Nesse cenário, a solidão, a instabilidade e a lógica da descartabilidade agravam a construção e a manutenção de laços afetivos.

Já o segundo capítulo teve como função observar o desenvolvimento dos cuidados com crianças e adolescentes ao longo do tempo, tanto na Europa quanto no contexto brasileiro, o que culminou no surgimento do sentimento de infância e adolescência, sendo estas vistas como etapas distintas da vida humana. Este excerto foi possível a partir das contribuições Ariès e Duby (2009a, 2009b, 2009c, 2009d, 2009e), Priore (2018), entre outros. Com isso, temos também o surgimento e desenvolvimento da parentalidade enquanto conceito e projeto que demanda a preparação de pais e responsáveis e a efetivação de direitos humanos próprios a crianças e adolescentes, o que prova que esse processo de especialização de cuidados teve e segue tendo influência na dinâmica da sociedade, da família e do Estado. Após isso, pudemos fazer uma imersão nos conceitos de comunicação, enquanto campo de conhecimento e direito humano fundamental; a educação, como paradigma (educacional), direito e assunto essencial no exercício da parentalidade; além da centralidade do afeto na efetivação da comunicação e da educação em sua plenitude. E, assim, fazemos uma discussão sobre a importância das narrativas a fim de embasar o conceito, determinante para a análise desenvolvida a seguir, especialmente quando falamos de novas narrativas.

Enquanto continuação do embasamento bibliográfico realizado, nesta seção, detalharemos os procedimentos metodológicos que compõem o estudo a seguir, que visa a articular os conceitos apresentados na aplicação de uma análise sobre a amostra determinada. Para isso, definiremos o tipo de estudo escolhido, que abarca tanto um esforço descritivo quanto exploratório, e a abordagem, que será qualitativa, de forma adequada ao objeto de estudo, amostra e campo de conhecimento em Comunicação. Descrevemos ainda a estratégia para coleta de dados, baseados em comunicações de massa, mais especificamente artigos de coluna semanal em jornal, além do método de amostragem probabilístico e da técnica de análise escolhida para interpretar, extrair resultados e inferências: a análise de conteúdo.



**Figura 3** – Detalhamento metodológico.

**Fonte:** Confeccionado pela autora com base em Ribeiro (2014).

#### 4.1.1 Tipo de estudo

Pesquisas científicas em estudos sociais podem ser balizadas por alguns métodos, tais como estudos formuladores ou exploratórios, estudos descritivos ou estudos que verificam hipóteses causais (SELLTIZ; JAHODA; DEUTSCH; COOK, 1967). Apontamos a inspiração para o presente trabalho com insumos dos tipos exploratório e descritivo, já que busca estabelecer a ligação entre os elementos da comunicação, da educação e do afeto sobre a parentalidade, ao mesmo tempo em que descreve como esses temas são abordados em coluna jornalística voltada aos cuidados parentais. Ao final, espera-se, com o estudo, apontar caminhos em direção às novas narrativas sobre a parentalidade contemporânea.

#### 4.1.2 Abordagem

No que tange ao método, nos valeremos da abordagem qualitativa, a fim de extrair das análises temas recorrentes, tendências e novas narrativas sobre a parentalidade contemporânea no contexto brasileiro. Segundo Bardin (2020, p. 140), essa abordagem “recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências” (BARDIN, 2020, p. 140).

A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. Pode funcionar sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes [...]. (BARDIN, 2020, p. 141).

Como não necessariamente tem relevância estatística, o estudo qualitativo deve ser solidamente embasado no que tange à “importância [...] da mensagem, mas também contexto exterior a este; quais serão as condições de produção, ou seja, quem é que fala a quem e em que circunstâncias?” (BARDIN, 2020, p. 141). De forma complementar, informamos que alguns dados quantitativos serão utilizados neste trabalho, em linha com a superação da dicotomia entre quantitativo e qualitativo (GAMBOA, 1995), com o objetivo de respondermos a esses questionamentos.

#### **4.1.3 Estratégia para a coleta de dados**

Para os dados a serem analisados no estudo, selecionamos artigos da coluna de Vera Iaconelli da *Folha de S. Paulo* em um determinado período de tempo e a partir de critérios claros para a elegibilidade dos artigos que compõem o *corpus*. Estes são materiais provenientes de comunicações de massa. Sobre esse conceito, temos que:

As comunicações de massa apresentam uma rica fonte de dados para a pesquisa de diferentes problemas de pesquisa. Podem ser usadas para esclarecer alguns aspectos da cultura de determinado grupo [...] e verificar a origem da mudança social. (SELLTIZ; JAHODA; DEUTSCH; COOK, 1967, p. 373).

Estas comunicações possuem certas vantagens enquanto amostra para a pesquisa científica, já que “não são criados para o pesquisador, e sob esse aspecto [...] estão livres da influência de seu viés teórico ou pessoal” (SELLTIZ; JAHODA; DEUTSCH; COOK, 1967, p. 373). Neste sentido, delimitamos a estratégia utilizada para a coleta de dados. A amostra, fruto destes critérios, configura-se como probabilística, pois partimos da ideia de que os escritos de Vera Iaconelli sobre o tema da parentalidade e a articulação dos temas-objeto, a saber, a comunicação, a educação e o afeto, compõem afirmações e movimentos comunicacionais e sociais extrapoláveis para a sociedade como um todo (enquanto tendências, não necessariamente como realidade

concreta). A seguir, detalharemos a técnica escolhida, a análise de conteúdo, que guiou os próximos passos da pesquisa.

#### 4.1.4 Técnica de análise

Para este trabalho, vamos aplicar a técnica da análise de conteúdo, descrita passo a passo por Laurence Bardin (2020), e se trata de um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2020, p. 33). É primeiramente aplicada com Lasswell, que elaborou análises de imprensa e propaganda já em 1915 (BARDIN, 2020), e foi sendo aprimorada ao longo do desenvolvimento da pesquisa científica do século XX e início do XXI, sobretudo em ciências humanas e sociais aplicadas. Mais recentemente, foi renovada com o surgimento dos computadores, de *softwares* de inteligência artificial e da *internet* (BARDIN, 2020). Em resumo, “tudo o que é dito ou escrito é suscetível a ser submetido a uma análise de conteúdo” (HENRY; MOSCOVICI, 1968, p. 37). Mais sobre esse conjunto de recursos denominado de análise de conteúdo:

O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas [...] é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. (BARDIN, 2020, p. 11).

Para aplicar a técnica, inicialmente é necessário responder a duas perguntas: 1) qual “a quantidade de pessoas implicadas na comunicação”; e 2) “a natureza do código e do suporte” existentes na mensagem (BARDIN, 2020, p. 35), o que faremos a partir de um quadro de dupla entrada (BARDIN, 2020):

Quadro de dupla entrada	
Código e suporte	Quantidade de pessoas implicadas pela comunicação
Suporte linguístico escrito	Público geral – coluna em jornal com grande alcance nacional

**Tabela 1** – Quadro de dupla entrada.

**Fonte:** Desdobramento da autora com base em Bardin (2020, p. 36).

Quanto ao código e o suporte da coluna de Vera Iaconelli, base para o *corpus* desta pesquisa, esta possui como suporte linguístico principal o texto escrito e este será o foco da análise. Conta ainda com imagens que ilustram os textos, mas estes elementos não serão abordados no trabalho. Quanto ao seu alcance, podemos dizer que atinge o público geral por se tratar de uma coluna semanal em um dos veículos jornalísticos de maior circulação do país. Entretanto, informamos que não temos acesso à audiência média da coluna e que, por isso, não podemos precisar sua influência coletiva. Temos indícios de público a partir da população de assinantes da Folha que, em 2021, somavam mais de 337 mil pessoas que tinham acesso às versões digital e impressa do veículo, somadas (MARQUES, 2021). Temos também algumas volumetrias quanto aos comentários dos textos diretamente no site da Folha, sendo uma média de 12 comentários por publicação. Estes somente podem ser feitos por assinantes *logados* na plataforma). Ademais, as menções nas seções de Painel do Leitor, espaços de discussão sobre os temas da semana, que contaram com 14 citações a Iaconelli, somando 2020 e 2021. Além dos canais do jornal em si, há o compartilhamento dos textos nas redes sociais de Iaconelli e comentários nessas publicações, além de outras formas de comunicação que atraem leitores para as contribuições da autora. No Instagram, Vera Iaconelli angaria mais de 204 mil seguidores, frente a seis mil no Facebook e 11 mil no Twitter. Ela compartilha suas colunas semanalmente nesses canais aqui mencionados, mas reiteramos que estes não fazem parte da análise, que enfoca a mensagem emitida, e não sua recepção.

Na sequência, vamos dar continuidade à descrição analítica, que utiliza regras homogêneas, exaustivas, exclusivas, objetivas e adequadas ou pertinentes para fazer a “classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem” (BARDIN, 2020, p. 39). Neste ponto, faz-se importante tecermos considerações sobre as condições de produção do objeto, que devem responder aos questionamentos sobre: 1) “a *superfície dos textos*, descrita e analisada”; e 2) “os *fatores que determinaram estas características*” (BARDIN, 2020, p. 42), já que:

o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise conscientemente ou não é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo, condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados. (BARDIN, 2020, p. 43).

Os capítulos anteriores deste trabalho ensaiam explicações que podem nos ajudar a entender as condições de produção da coluna de Vera Iaconelli, a centralidade da temática da parentalidade dentro de um dos veículos de maior circulação nacional e a importância de conteúdos deste tipo em um cenário pandêmico. Para isso, nos guiaremos pela leitura que vai para além da leitura “à letra”, em uma visão que realça “um sentido que se encontra em segundo plano”, trazendo “outros *significados* de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc.”. (BARDIN, 2020, p. 43).

Socialmente, temos que o atual padrão de cuidado social com crianças e adolescentes é alto, especialmente entre famílias privilegiadas das classes média e alta no Brasil. Isso é fruto de um cenário mundial com histórico que remonta a aproximadamente duzentos anos de aperfeiçoamentos provenientes de diversos campos do conhecimento, conforme citamos nos primeiros capítulos. Além disso, mais recentemente, a lógica capitalista pós-moderna acopla camadas de *status* e padrões de consumo a diversos aspectos da existência humana e a vida familiar não passa incólume a este processo (IACONELLI, 2021f). Ademais, como vimos, as relações afetivas são cultuadas como uma espécie de espiritualidade contemporânea, a espiritualidade laica, e adquirem centralidade frente às prioridades sociais. Por isso, sem ignorar a desigualdade social entre as famílias, crianças e adolescentes, sobretudo no Brasil, cada vez mais pais e responsáveis buscam por conteúdos e profissionais especializados para ajudarem-nos com os cuidados com os filhos. E, no contexto em que os holofotes midiáticos estão voltados aos psicanalistas, Vera Iaconelli, por possuir formação e prática profissional associadas ao assunto da parentalidade, torna-se autoridade. Em sua coluna semanal, ela aborda tendências, mescla a citação a obras clássicas com produtos culturais corriqueiros, como livros, filmes, séries de televisão e notícias que rondam os jornais, entre outros insumos, ao mesmo tempo em que utiliza seu conhecimento acadêmico e profissional para ajudar a padronizar discursos associados à parentalidade. Trata-se de uma via de mão dupla: ela coleta assuntos de interesse geral e os utiliza como gatilhos para suas análises, sempre deixando claro, como é esperado do texto e do espaço em que escreve, que sua opinião sobre tais tópicos esteja clara (CONCEITO.DE, s. d.).

Para aprofundarmos as condições de produção dos materiais que comporão nossa amostra, vamos utilizar a matriz ritual desenvolvida por Nassar, Farias e Ribeiro (2019), a fim de entender um pouco mais sobre o tipo de comunicação realizada pela coluna, como ela aborda nosso objeto

de estudo (detalhado a seguir) e trazer outros insumos para mapear como se dá essa comunicação. A justificativa para essa utilização é que a matriz utilizada para investigação de rituais relaciona-se ao conceito de narrativas (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019), foco deste trabalho, conforme aponta o excerto a seguir:

A partir do desdobramento da estrutura ritual apresentada [...] é possível estabelecer um conjunto abrangente de problemas de pesquisa, [...] entendendo que o ritual é uma narrativa, que engaja o Eu e o Outro, almeja inúmeras eficácias em suas mensagens, se utiliza de inúmeras mídias para se realizar, acontece em espaço e culturas com fortes identidades locais, respeita e se repete no tempo. (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019, p. 211-212).

A matriz é estruturada a partir dos seguintes tópicos:

PERGUNTA (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019)	EXPLICAÇÃO (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019)
Quem diz?	Como o ritual expressa e transmite o poder enunciativo, nos contextos das Relações Humanas, da Política e da Cultura?
O que se diz?	Como o ritual como mensagem e mídia, estruturado em gêneros expressivos das Artes e nas mais diferentes culturas, trabalha na perspectiva do Eu e do Outro o que se diz e as formas de dizer (e não dizer)?
Para quem?	
Como é dito?	
Onde é dito?	Como se dá a dimensão ritual do espaço, do território, das memórias e das narrativas?
Quando é dito?	Como se dá a dimensão ritual do tempo e suas metáforas e suas relações com os fatos, com as estações do ano; com o passado, presente e com o futuro?
Por que é dito?	Como o ritual organiza as razões daquilo que é transmitido (como experiência, conhecimento, informação, sentimento de pertença e de orgulho, no contexto organizacional, a história contada e vista pela memória individual e social?

**Tabela 2** – Matriz ritual.

**Fonte:** Nassar, Farias e Ribeiro (2019, p. 210-211).

No tópico “quem diz?”, ou seja, “como o ritual expressa e transmite o poder enunciativo, nos contextos das Relações Humanas, da Política e da Cultura?” (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019, p. 210), temos que Vera Iaconelli, psicanalista e autoridade no que tange à parentalidade no Brasil, é a autora da coluna e emissora principal da mensagem, embora a *Folha de S. Paulo* também se comunique sobre o tema ao ceder o espaço e seus meios de distribuição à colunista.

Já no que tange a como “o ritual como mensagem e mídia, estruturado em gêneros expressivos das Artes e nas mais diferentes culturas, trabalha na perspectiva do Eu e do Outro o que se diz e as formas de dizer (e não dizer)” (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019, p. 210), temos que “o que se diz” são temas gerais e atuais, mas em sua maioria tratando sobre a parentalidade. Na coluna como um todo, são abordados assuntos diversos, como psicanálise, psicologia, parentalidade, educação, afeto, relacionamentos amorosos, política, inclusão, igualdade, diversidade, atualidades em geral, entre outros. Mas, por se tratar de uma autoridade no assunto, a maioria dos artigos são temáticos sobre a parentalidade e seus desafios, sempre em associação com outros tópicos atuais e/ou outros produtos culturais. Por volta de 40% das temáticas abordadas gira em torno do amor e do cuidado parental, com base nos dois anos analisados da coluna (2020 e 2021).

Quanto à pergunta “para quem?”, temos que o público-alvo da coluna são famílias de classe média e alta, que podem se preocupar com a parentalidade enquanto projeto de vida e despendem recursos para sua melhor efetivação. Até são mencionadas famílias menos privilegiadas no espaço, mas não é a elas que a coluna se dirige, como podemos verificar a partir de artigos como “A 'casa terceirizada' caiu”, “*Home office, homeschooling, homeless*”, “Escola fechada produz sofrimento”, “Crianças desumanizadas”, “Para entregar seu filho”, entre outros.

No que se refere a “como é dito?”, vemos que os textos têm em média 50 linhas, possuem uma linguagem acessível, clara, fluida, gramaticalmente correta e com preocupação formal e de conteúdo. Possuem em geral um tema motriz, explicitado logo no início e que é desenvolvido ao longo dos parágrafos. Conta ainda com imagens ilustrativas para ajudar na compreensão do conteúdo. São, em geral, de fácil compreensão, agradáveis à leitura e rápidos de ler.

Na localidade onde ocorre a narrativa, ou seja, “onde é dito?”, que procura responder a como “se dá a dimensão ritual do espaço, do território, das memórias e das narrativas?” (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019, p. 211), temos que são variadas as plataformas que dão suporte à



comunicação. Os artigos são veiculados no jornal impresso da *Folha de S. Paulo* e em suas plataformas digitais (*site* e aplicativo), que contava com mais de 337 mil assinantes no início de 2021 (MARQUES, 2021). São também compartilhados nas redes sociais, tanto pela própria colunista quanto por seus leitores. Entretanto, o espectro de alcance do conteúdo, por sua natureza, é de difícil precisão e não é foco deste trabalho. Importante ainda mencionar que se pode extrair a localidade da qual e sobre a qual Iaconelli fala muitas vezes, que é a cidade de São Paulo. Por vezes, ela deixa claro que esta é a cidade onde habita, de onde e sobre onde emite suas opiniões, que, embora possam ser extrapoladas para a realidade brasileira como um todo, têm características próprias de tal lugar de fala.

Já no quesito de como “se dá a dimensão ritual do tempo e suas metáforas e suas relações com os fatos, com as estações do ano; com o passado, presente e com o futuro?”, ou “quando é dito?” (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019, p. 211), de forma concreta, sabemos que, de forma material, a coluna existe desde 2017, mas, para este trabalho, sua temporalidade vai de 07/01/2020 a 06/12/2021. Metaforicamente, há ainda diversas temporalidades mencionadas ao longo desses artigos. Por mais que exista, em geral, uma premissa atual para cada início de texto, de acordo com o propósito de uma coluna semanal, há também elementos dos tempos passados, futuro e até textos mais atemporais. As citações a clássicos da Psicanálise, frequentes na citada coluna, como Freud e Lacan, lastreiam o conteúdo atual dos textos a partir de um embasamento acadêmico e histórico relevante, ancorando suas origens no passado. As menções a casos atuais, como a polêmica da Escola Móvil (abordada no artigo “Anne Frank e o sexo”),<sup>24</sup> as corriqueiras críticas ao governo Bolsonaro (em artigos como “A primeira vez dos jovens” e “Abstenhamo-nos da ignorância, Damares”, por exemplo) e outras atualidades mantêm a relevância da coluna ao dialogar com questões do presente. Já ao mencionar as expectativas de pessoas quanto às próximas fases da vida de seus filhos, ou preparar pais de primeira viagem para o que enfrentarão, e até quando são mencionadas conjecturas sobre o que acontecerá no período pós-pandêmico, temos as projeções para o futuro imperando no conteúdo. É relevante compararmos essas temporalidades nos textos de Vera Iaconelli, pois presente, passado, futuro e atemporalidade convivem em seus limites.

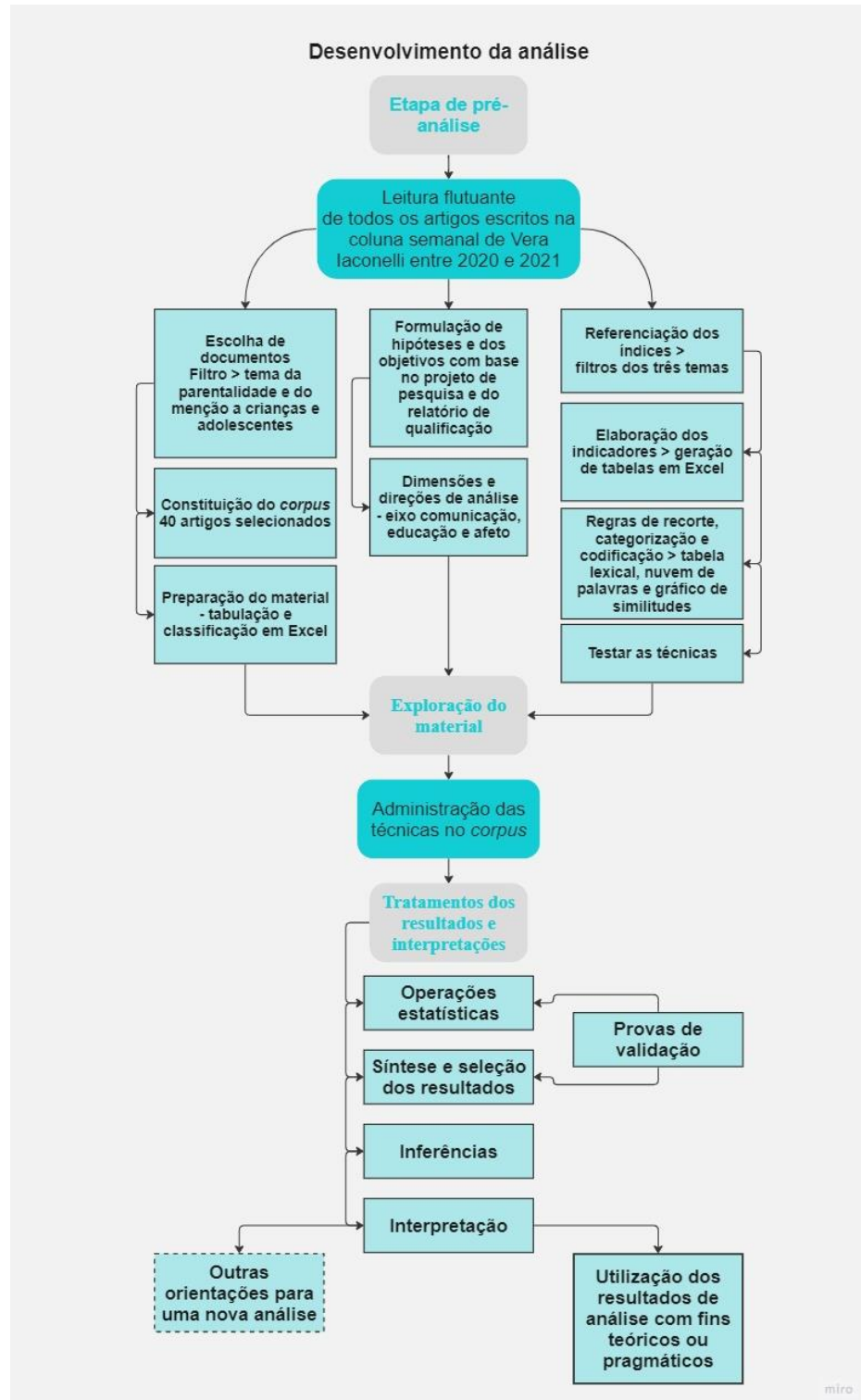
---

<sup>24</sup> Uma escola de São Paulo foi envolvida em polêmica após os pais criticarem a escolha pedagógica de que os alunos lessem uma versão não editada de O Diário de Anne Frank, em que a protagonista faz questionamentos sobre sua sexualidade (IACONELLI, 2021c). A abordagem de Vera Iaconelli sobre o caso será enfocada mais à fundo em tópicos posteriores.

Por fim, vamos nos indagar sobre a motivação do conteúdo, respondendo a “por que é dito?”, a fim de entender como a narrativa “organiza as razões daquilo que é transmitido (como experiência, conhecimento, informação, sentimento de pertença e de orgulho, no contexto organizacional, a história contada é vista pela memória individual e social?” (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019, p. 211). Neste ponto, faz-se importante resumir em linhas gerais os temas da coluna. Estes giram em torno de discutir questões atuais sobre a parentalidade, tais como: abordar tabus e polêmicas, facilitando um entendimento mais profundo sobre isso e uma maior aceitação social de suas particularidades; criticar condutas condenáveis possíveis, especialmente de pessoas públicas, representantes governamentais, entre outros; críticas, cobranças e proposições de políticas públicas que coloquem a questão de sucessão e novas gerações no centro dos debates políticos; combater a desinformação, os preconceitos de diversos tipos, como o machismo, a homofobia, a transfobia, a misoginia, entre outros; discutir questões de gênero que rompam com a lógica de cuidado ligada ao feminino, além de desconstruir os estigmas sobre a adoção e a confusão entre perinatalidade, período que compreende a gestação (DATASUS, s. d.), que pode ser conduzida por uma mulher cis ou um homem trans, e a parentalidade, decisão consciente de tornar-se pai, mãe ou responsável por alguém, função que independe de gênero e orientação sexual do indivíduo; é também abordado o papel da escola e da educação nesta construção, bem como é ressaltada a importância do diálogo em casa, especialmente no que tange à educação sexual adequada à idade da criança e do adolescente; a discussão sobre as melhores condutas frente a um mundo hiperconectado, a gestão do tempo de telas e a mediação entre a criança ou o adolescente e as redes sociais; as possibilidades de conciliação entre a parentalidade, a vida profissional e afetiva; as novas tendências sociais, como, por exemplo, a diminuição das taxas de natalidade no Brasil e no mundo; o estabelecimento de limites entre pais e filhos; a garantia de direitos reprodutivos, especialmente das mulheres cis e homens trans; abordar a parentalidade frente às diferentes fases dos filhos (bebês, crianças, adolescentes e adultos); a tentativa de desconstrução de temas espinhosos, como a morte e o luto; entre tantos assuntos de interesse de pais e responsáveis, trazendo dados do cenário internacional a fins de comparação, defendendo sempre os direitos humanos, a importância da saúde física e mental de pais, responsáveis, crianças, adolescentes e da família como um todo, sempre trazendo o olhar da psicanálise, a partir de conceitos como o complexo de Édipo, o trauma, o sintoma, entre outros, e sob o pano de fundo da pandemia de

COVID-19, dado que propositadamente seleccionamos a coluna durante dois anos majoritariamente marcados pela doença e suas consequências socioeconômicas.

Entrando na análise de conteúdo em si, faz-se importante citar e explicar seus “polos cronológicos”, a saber: "1) “a pré-análise”; 2) “a exploração do material”; e 3) o tratamento de resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2020, p. 121). Um pouco sobre cada uma delas veremos a seguir.



**Figura 4** – Jornada da análise de conteúdo.

**Fonte:** Desdobramento da autora com base em Bardin (2020).

## 4.2 A pré-análise

A primeira etapa da metodologia é a pré-análise. Trata-se da fase de organização dos materiais e das ideias iniciais a partir de um plano (BARDIN, 2020). Ela possui três missões, em geral: 1) “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise”; 2) “a formulação das hipóteses e dos objetivos”; e 3) “a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 2020, p. 121).

Consideramos que o processo de pré-análise deste trabalho começou com o projeto de pesquisa submetido no processo seletivo para o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Neste documento, estão os conceitos iniciais propostos para guiar a pesquisa ao longo do curso. Após o curso de disciplinas, reuniões de orientação e a escrita de artigos, que serviram de ensaio para a dissertação, os conceitos foram aprimorados e a pesquisa inicial sofreu modificações, mais no sentido da troca do *corpus* do que de temática. Este processo chegou à sua maturidade enquanto plano de pesquisa na etapa de qualificação, que continha os primórdios desta dissertação e, ao passar pela avaliação e considerações da banca, foi aprimorado, servindo de base para o desenvolvimento deste trabalho. Após o direcional acordado na qualificação, foi dado início ao trabalho em si. A revisão bibliográfica contou com aportes conceituais depreendidos durante as disciplinas cursadas, compartilhados pelo Prof. Dr. Paulo Nassar, orientador da pesquisadora, e outras contribuições foram agrupadas de forma complementar, compondo o desenvolvimento teórico que pôde ser visto nos capítulos dois e três do trabalho. Quanto à amostra, esta foi proposta de forma final após o exame de qualificação em etapa que compôs a pré-análise. Os artigos de Vera Iaconelli para a *Folha de S. Paulo* de 2020 e 2021 foram compilados em Excel e, com esta organização, passamos à próxima parte.

Esta teve como atividades componentes: a) “a leitura flutuante”, que visa a estabelecer o primeiro contato com o material; b) “a escolha dos documentos”, cujo universo pode ser determinado *a priori* ou não para a demarcação do *corpus*; c) “a formulação das hipóteses e dos objetivos”; d) “a referenciação de índices e a elaboração de indicadores”; além de e) “a preparação do material” para passar pelo processo de análise. A leitura flutuante começou muito antes da pesquisa, uma vez que a pesquisadora já acompanhava com alguma frequência a coluna de Vera

Iaconelli na *Folha de S. Paulo* e outros excertos comunicacionais com que a psicanalista contribuiu. De forma direcionada, foi realizada uma leitura flutuante já com alguma familiaridade com os textos, aprendizado que foi essencial para uma primeira seleção dos artigos. Foram marcados, dentre os artigos de 2020 e 2021 compilados, os que teriam potencial de compor a amostra a partir de filtro do Excel. O crivo para esta primeira seleção foi temático: se havia menção a parentalidade ou não. De 100 artigos mapeados, foram pré-selecionados 44. Após a leitura flutuante, foi realizada uma imersão mais atenta do conteúdo pré-selecionado e, dos 44 artigos, foram escolhidos 40. O motivo desta seletividade foi que 4 dos textos, embora mencionassem a parentalidade em alguma medida, não tratavam do assunto propriamente, sequer abordavam a questão com mais profundidade ou mencionavam crianças e adolescentes. Selecionados os 40 artigos que se encaixaram neste primeiro crivo, tivemos a delimitação do *corpus*, que é “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 2020, p. 122) e segue regras para sua seleção, como a exaustividade, da representatividade, da homogeneidade e da pertinência (BARDIN, 2020). Tais regras estiveram no cerne da seleção dos 40 artigos. Coincidentemente, a distribuição entre os dois anos pandêmicos foi uniforme e, com isso, temos 20 artigos escritos em 2020 e outros 20 em 2021. Neste sentido, a adequação de cada artigo ao tema da parentalidade é o que possibilitou a delimitação do *corpus*. Como todos mencionam a parentalidade e/ou o cuidado com crianças e adolescentes, esse foi o filtro que possibilitou a construção da amostra e critério pelos quais os artigos foram incluídos ou não nela.

Período dos artigos - <i>corpus</i>		
Ano	Quantidade de artigos	Porcentagem
2020	20	50%
2021	20	50%
Total	40	100%

**Tabela 3** – Período de publicação dos artigos que compõem o *corpus*.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

A seguir, é importante abordar os passos que pertencem à etapa de codificação. Um pouco sobre esse conceito:

*A codificação corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação ou enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão.” (BARDIN, 2020, p. 129).*

Para efetivar a codificação, há três escolhas a serem feitas: a) o recorte; b) a enumeração e c) a classificação e a agregação, ou seja, a escolha de categorias (BARDIN, 2020). Optou-se, então, por empregar a categorização dos 40 artigos. Importante mencionar que esta não é uma etapa obrigatória da análise de conteúdo, mas a “maioria dos procedimentos de análise organiza-se [...] em redor de um processo de categorização” (BARDIN, 2020, p. 145). Trata-se de criar categorias para a classificação dos elementos que constituem a análise. Este processo foi necessário no presente trabalho, conforme descrito a seguir.

Na etapa de seleção dos artigos, anteriormente mencionada, e após as leituras flutuante e aprofundada, foram definidas as categorias a seguir para a classificação do material, cuja unidade de registro (BARDIN, 2020) é cada artigo. A categorização foi baseada no critério de pertinência aos objetivos do trabalho, sendo realizada ainda no programa Excel. Por isso, considerou as seguintes perguntas:

- Menção a crianças ou a adolescentes?
- Menção à família, à vida e dinâmica familiares?
- Menção à pandemia de COVID-19?
- Menção ao afeto, ao amor, ao cuidado ou a conceitos afins?
- Menção à escola, à educação ou a conceitos afins?
- Menção à comunicação, a redes sociais, ao uso do celular, telas ou campanhas?

O modo de classificação em Excel, a partir dessas categorias, foi de “sim” ou “não”, ou seja, a presença ou ausência dos elementos analisados. Vamos focar esses resultados oportunamente na etapa de análise de resultados e inferências.

Além disso, faz parte da etapa de pré-análise a definição de objetivos e hipóteses do trabalho. Neste ponto, alguns esclarecimentos são necessários. É requerido no processo seletivo de entrada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM ECA USP) a confecção e aprovação de um projeto de pesquisa, que contém as bases estratégicas para a pesquisa, contendo já elementos como objetivos gerais, específicos, hipóteses, pressupostos, entre outros. É natural que este sofra modificações ao longo da jornada do aluno dentro do programa e foi o que aconteceu neste caso. De forma mais madura, estes mesmos elementos são reavaliados pelo aluno e submetidos à banca avaliadora do exame de qualificação. Deste momento até a entrega do trabalho final do programa, neste caso específico uma dissertação, pode haver modificações, mas de menor impacto, pois o conteúdo submetido para qualificação idealmente deve ser bem próximo do plano a ser efetivado no trabalho final. Por isso, embora a delimitação de hipóteses e objetivos seja parte da pré-análise, estes insumos estão presentes, com mais ou menos mudanças, desde o pré-projeto, e foram amadurecidos na qualificação. Vamos conceituar estes termos para podermos seguir com sua postulação.

Segundo Bardin (2020), uma hipótese “é uma afirmação provisória que nos propomos a verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos de análise” (BARDIN, 2020, p. 124). Conforme mencionado no percurso de delimitação de hipóteses anteriormente, estas “nem sempre são estabelecidas na pré-análise” (BARDIN, 2020, p. 124). Seu papel é o de “sugerir explicações para determinados fatos e orientar a pesquisa de outros” (SELLTIZ; JAHODA; DEUTSCH; COOK, 1967, p. 42). A partir deste contexto, estão abaixo as hipóteses que norteiam este esforço de reflexão e pesquisa, considerando o trabalho como um todo, ou seja, tanto como hipóteses norteadoras da pesquisa bibliográfica inicial quanto do estudo analítico que está sendo apresentado nesta etapa:

- A centralidade do tema das novas narrativas para a compreensão dos nossos tempos complexos e pós-modernos, em geral, e como elemento fundamental para uma realidade que coloque as questões da parentalidade, da sucessão de novas gerações, de cuidado com crianças e adolescentes e da defesa de direitos humanos gerais e específicos para os tempos atuais;



- A importância da afetividade, da comunicação e da educação dialógica e voltada à solidariedade no exercício da parentalidade contemporânea, contribuindo para relações mais saudáveis, horizontais e, conseqüentemente, para uma sociedade melhor, a partir da garantia de direitos e combate a violações;
- A presença de aspectos comunicacionais e educacionais afetivos na coluna de Vera Iaconelli para a *Folha de S. Paulo* como ferramenta para ajudar pais, responsáveis, e a sociedade, de forma geral, a enfrentar as incertezas dos nossos tempos, já complexos e agravados num contexto de exceção, como o da pandemia de COVID-19, principalmente a partir da defesa de direitos humanos fundamentais, da educação, da diversidade, da igualdade e da parentalidade consciente, entre outros valores importantes para o desafio da contemporaneidade;
- A possibilidade de que a comunicação, a educação e o amor, enquanto conceitos e práticas, estejam no cerne de tendências da parentalidade contemporânea e indiquem novas narrativas de humanização que influenciem positivamente o cuidado com crianças e adolescentes e estabeleçam um novo paradigma nas relações parentais. A fonte para coletar indícios que suportem esta análise é a coluna de Vera Iaconelli, nos moldes propostos neste trabalho.

Já sobre os objetivos do estudo, temos que, conceitualmente, estes são “a finalidade geral a que nos propomos, o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados” (BARDIN, 2020, p. 124) e também devem ser indicados nesta etapa. Assim, novamente considerando todas as partes deste trabalho, temos como objetivos:

- Fazer reflexões, a partir de insumos das ciências humanas, sobre os desafios das relações humanas, especialmente as ligadas ao amor tipo *Philia* ou parental, em perspectiva histórica e com destaque para os agravantes da contemporaneidade;
- Traçar um panorama relevante sobre a infância, a adolescência e a parentalidade no contexto mundial e no Brasil, em paralelo com as legislações que abordam os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, a partir do ineditismo das contribuições do campo da comunicação, em associação à educação e ao afeto, para o tema;

- Interligar os conceitos de comunicação, educação e afeto, além de seus correlatos, às questões da parentalidade em perspectiva histórica e no contexto atual;
- Trabalhar o conceito de novas narrativas na comunicação e apontar quais novas narrativas têm aparecido na vanguarda no tema da parentalidade e do cuidado com crianças e adolescentes, notadamente brasileiros, a partir de insumos da coluna de Vera Iaconelli;
- Estimular o surgimento de mais espaços de comunicação e discussão científica voltados à questão da parentalidade, da infância e da adolescência e dialogar com pesquisadores sobre o tema tanto em comunicação quanto nas demais ciências humanas.

Quanto aos indicadores do trabalho, temos que, se considerarmos cada texto “uma manifestação que contém índices que a análise explicitará, o trabalho preparatório será o da escolha destes [...] em função das hipóteses [...] e sua organização sistemática em indicadores” (BARDIN, 2020, p. 130). Tais índices devem ser apontados ainda nesta etapa e, em nosso caso, são de cunho qualitativo e têm como foco, a partir da amostra selecionada para o *corpus*, entender a frequência e a recorrência com que os temas pré-selecionados na etapa de categorização aparecem nos artigos, além de seus desdobramentos qualitativos (conteúdo, abordagem, etc.) sob o olhar das novas narrativas.

Com isso, e podendo ser “o índice [...] a menção explícita de um tema numa mensagem” (BARDIN, 2020, p. 130), especialmente quando há repetição de temas, sua presença pode ser um indício da latência e da importância do assunto na sociedade. Por isso, foram escolhidos como índices prioritários as menções ou não em um texto aos temas centrais e que compõem o objeto de estudo: comunicação, educação e amor, a partir das perguntas investigativas que indicamos na etapa de categorização.

Adicionalmente aos resultados dessa categorização feita em Excel, novos índices são trazidos pela plataforma Iramuteq, responsável pela leitura e processamento dos artigos em texto. Os resultados categorização em Excel e os indicadores provenientes do Iramuteq serão explicitados na etapa final de inferências e resultados.

A seguir, serão detalhados os procedimentos necessários para a exploração do material selecionado para amostra/*corpus*. Além da categorização e de outros esforços de organização dos artigos, outras etapas foram necessárias, especialmente a fim de preparar os artigos para a leitura

do *software* de processamento de dados, o Iramuteq, cujos detalhes de funcionamento também serão explicitados na próxima etapa.

### 4.3 A exploração do material

A partir dos processos indicados de pré-análise, contendo a organização, a seleção e a codificação dos artigos, estabelecendo categorias e tática de classificação, chegamos à exploração do material, que é a “aplicação sistemática das decisões tomadas” (BARDIN, 2020, p. 127). “Esta fase [...] consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função das regras previamente formuladas” (BARDIN, 2020, p. 127). Com isso, todos os artigos foram classificados conforme as primeiras categorias, ainda em Excel, conforme descrito em categorização.

Selecionados os 40 artigos e identificado um conteúdo extenso, com mais de duas mil linhas, exploramos a oportunidade de utilização de um *software* para facilitar análises de vocabulário, repetições, associações, estatísticas e outras visões possíveis que seriam dificultadas pela leitura a olho nu. Por indicação de outros pesquisadores do Grupo de Estudos em Novas Narrativas (GENN), prosseguimos com a utilização do Iramuteq, uma plataforma de livre acesso e muito popular entre acadêmicos de todo o mundo. Este utiliza o R, ferramenta anteriormente utilizada pela pesquisadora durante a graduação para cálculos estatísticos, como plataforma decodificadora de dados.

Neste momento, faz-se importante entendermos mais sobre a ferramenta. O Iramuteq é um “*software* gratuito e com fonte aberta, desenvolvido pelo pesquisador francês Pierre Ratinaud (2009), que se utiliza do algorítmico [...] para realizar análises estatísticas de textos” (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 515).

Este incorpora novas análises lexicais em relação a outros programas que o precederam e é elogiado pela comunidade acadêmica por sua acurácia (CAMARGO; JUSTO, 2013). Iramuteq quer dizer *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, ou seja, interface de R para análises multidimensionais de textos e questionários (tradução livre). Sobre a ferramenta, temos que “consiste em preparar os dados e escrever *scripts* que são então analisados pelo *software* estatístico” (SALVIATI, 2017, p. 4). Os resultados de tais análises são exibidos pela interface do programa (SALVIATI, 2017). É destinado aos que “trabalham com

análise qualitativa de conteúdo textual, como entrevistas, documentos, artigos de revistas, jornais, notícias etc., fontes usadas tradicionalmente em Ciências Humanas e Sociais” (SALVIATI, 2017, p. 5).

Com o Iramuteq, é possível realizar cinco tipos de análise textual, a saber:

1) Estatísticas textuais

Fornece como insumos estatísticas simples e lexicais sobre o corpus textual. Como resultados desta análise, temos “o número de textos e segmentos de textos, ocorrências, frequência média das palavras, bem como a frequência total de cada forma; e sua classificação gramatical, de acordo com o dicionário de formas reduzidas” (SALVIATI, 2017, p. 33).

2) Especificidades e Análise Fatorial de Correspondência (AFC)

Tais análises associam “textos com variáveis”, possibilitando “a análise da produção textual em função das variáveis de caracterização” (SALVIATI, 2017, p. 39). Associam-se, ao corpus, variáveis que o pesquisador deseja analisar, de forma que a base de dados é dividida de acordo com a variável selecionada. Especificamente sobre a AFC, esta consiste em “uma representação gráfica dos dados para ajudar a visualização da proximidade entre classes ou palavras” (SALVIATI, 2017, p. 39).

3) Classificação Hierárquica Descendente ou Método de Reinert

Esta é uma das análises mais importantes entregues pelo Iramuteq e consiste em classificação que “visa obter classes de segmentos de texto (ST) que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente [...] das outras classes” (SALVIATI, 2017, p. 46), em uma análise por proximidade lexical.

4) Análise de Similitude

Já a análise de similitude propõe “a ligação entre palavras do *corpus* textual”, e, com ela, “é possível inferir a estrutura de construção do texto e os temas de relativa importância, a partir da coocorrência entre as palavras” (SALVIATI, 2017, p. 69).

5) Nuvem de Palavras

Por fim, a nuvem de palavras é uma entrega mais simples do Iramuteq, mas permite ver as palavras mais citadas em um corpus, “organizadas e estruturadas em forma de nuvem”

(SALVIATI, 2017, p. 79). Nela, as palavras aparecem tanto maior quanto mais vezes aparece em um contexto (SALVIATI, 2017).

Nesta pesquisa, optamos por utilizar as estatísticas textuais, a análise de similitude e a nuvem de palavras, trazendo diferentes visões, pois mostraram-se terreno fértil de indicadores gerais sobre a temática dos artigos que balizaram a discussão de conteúdo, conforme veremos em detalhes na próxima etapa. Para isso, foi necessário prosseguir com a instalação de uma versão do R adequada, do próprio Iramuteq e do programa indicado para a compilação e tratamento de dados de texto, o OpenOffice. O próximo passo a seguir foi a preparação dos insumos textuais dos artigos selecionados para o *corpus* para processamento no Iramuteq. Selecionados os 40 artigos, conforme mencionado, compilamos todo este conteúdo em documento do OpenOffice Writer, conforme orientação do manual do Iramuteq (SALVIATI, 2017). Os textos foram compilados, colocados em sequência (sem separação por linhas ou novos parágrafos). O texto a ser analisado pelo Iramuteq precisa de delimitadores, estes são uma sequência de quatro asteriscos no início e ao final da amostra (\*\*\*\*). Além disso, foram aplicados os ajustes a seguir: a retirada de sinais proibidos e manutenção de pontuação aceita; padronização de grafias, siglas, palavras compostas, letras maiúsculas; e revisão de texto geral, a fim de garantir não haver problemas de coesão, frases incompletas ou marcas de oralidade (quase não foram necessários ajustes neste sentido devido à natureza dos textos). Não foram retirados trechos dos artigos, que, uma vez elegíveis à amostra, foram considerados em sua totalidade. Com essa preparação, bastou salvar o arquivo em formato de texto (.txt.) e fazer o *upload* do documento no Iramuteq.

#### **4.4 O tratamento dos resultados objetivos e interpretação**

Nesta etapa, deve-se utilizar todos os conhecimentos trabalhados na dissertação até o momento, a fim de consolidar uma análise relevante do tema, objeto, tendo em mente suas hipóteses e objetivos. Assim, daremos início à interpretação dos resultados, inicialmente os grandes números e indícios coletados em Excel e, num segundo momento, os insumos dados pelo Iramuteq indicados na etapa de exploração. De forma geral, no momento de análise, a ideia é tratar os resultados “de maneira a serem significativos [...] e válidos”. Para isso, podemos usar “operações estatísticas simples [...] ou mais complexas” que “permitem estabelecer quadros de resultados,

diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise”. (BARDIN, 2020, p. 127). A análise de conteúdo em si tem como objetivo maior “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2020, p. 40).

No que tange à inferência, temos que possíveis polos de interpretação são o emissor, o leitor e a mensagem. No caso da presente análise, enfocaremos o emissor, ou “produtor da mensagem”, e a mensagem em si, tanto seu continente quanto o conteúdo em si. Também são levados em consideração o código, o significado e o meio pelos quais a mensagem foi produzida. Pretende-se, então, neste trabalho, produzir inferências gerais sobre a parentalidade contemporânea tendo como base o *corpus* selecionado de artigos da coluna de Vera Iaconelli a partir de uma análise qualitativa. Assim, podemos dar início à etapa de inferência, o objetivo final da técnica.

Neste ponto, vamos retomar algumas análises feitas ainda na etapa de decodificação e tabulação dos artigos. O filtro utilizado para o crivo sobre se o artigo entraria na amostra ou não foi o abaixo:

Menção à parentalidade, crianças e adolescentes?	Quantidade de artigos	Porcentagem
SIM	40	100%
NÃO	0	0%
TOTAL	40	100%

**Tabela 4** – Quantidade de artigos que mencionam parentalidade, crianças e adolescentes e sua porcentagem em relação à amostra.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Após uma leitura flutuante e uma leitura qualitativa, se classificado como pertencente à temática da parentalidade, mencionando ainda crianças e adolescentes, o artigo foi considerado relevante para compor a amostra.

Menção à família, à vida e dinâmica familiares?	Quantidade de artigos	Porcentagem
SIM	40	100%
NÃO	0	0%
TOTAL	40	100%

**Tabela 5** – Quantidade de artigos que mencionam família, vida e dinâmica familiares e sua porcentagem em relação à amostra.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Destes 40 artigos, todos abordam, direta ou indiretamente, a vida familiar e seus desafios, o que reitera a adequabilidade da amostra no que tange a tema e relevância.

Menção à pandemia de COVID-19?	Quantidade de artigos	Porcentagem
SIM	10	25%
NÃO	30	75%
TOTAL	40	100%

**Tabela 6** – Quantidade de artigos que mencionam a pandemia de COVID-19 e sua porcentagem em relação à amostra.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

A fim de qualificar um pouco mais a amostra, trazemos o panorama acerca das menções à pandemia de COVID-19. Nas leituras efetuadas, percebemos que a pandemia de COVID-19, para além de um pano de fundo dos artigos de Vera, é, muitas vezes, tópico protagonista dos artigos, sempre que mencionada, como ocorre em dez artigos.

No primeiro artigo em que aparece, de 31 março de 2020, a pandemia é abordada como causa de modificações profundas na dinâmica de famílias de classes média e alta, em conteúdo denominado “A casa 'terceirizada' caiu”. Sem ignorar as condições muito desiguais entre as

famílias brasileiras, especialmente no contexto de exceção, Iaconelli propõe-se a entender a nova dinâmica das famílias que, previamente à pandemia, terceirizavam todo ou quase todo o serviço doméstico e que tiveram de repensar divisão do trabalho e a participação das crianças na vida doméstica (IACONELLI, 2020c).

No texto “*Home office, homeschooling, homeless*” (publicado em 07 de abril de 2020), a pandemia aparece como grande causadora de desafios educacionais na vida das crianças e adolescentes, premissa que apoia a opinião de Vera Iaconelli sobre como deveriam ser repensados os indicadores, expectativas sobre conteúdo programático e desempenho escolares quando famílias com diferentes condições enfrentavam obstáculos desconhecidos e abissais, seja na convivência forçada em casa, com o trabalho remoto, presencial ou, ainda, na falta deste (IACONELLI, 2020n). Esta mesma linha de raciocínio aparece nos textos “Escola fechada produz sofrimento”, de 31 de agosto de 2020, e “De arremedo a panaceia”, de 06 de julho de 2020. Neste último, ela afirma:

Fingir que o ano escolar de 2020 foi igualmente válido para todos os alunos é alçar a indiferença à categoria de política educacional. A única lição válida e possível a ser tirada por crianças e adultos neste ano seria de solidariedade, cidadania e luto. O resto é negacionismo e oportunismo. (IACONELLI, 2020i, n. p.).

Já em “*Quarenteen*” (05 de maio de 2020), consonante com os demais artigos, Iaconelli analisa o comportamento adolescente no confinamento, dando dicas a pais e responsáveis para guiar seus filhos durante este período de superação da infância em condições excepcionais (IACONELLI, 2020r), texto em que aproveita para criticar o governo Bolsonaro (2018-2022), como é recorrente em seus conteúdos. Ainda tendo a pandemia como cenário que escancara desigualdades, em “De que vale ter filhos?”, de 07 de setembro de 2020, Iaconelli questiona sobre a carga de cuidados com as crianças em casa e sua distribuição recorrentemente mais pesada para as mulheres (IACONELLI, 2020j).

A pandemia aparece ainda como pano de fundo de dois conteúdos: “Dizer adeus aos pais”, de 14 de dezembro de 2020 (IACONELLI, 2020k), aborda o luto com a morte dos pais, enquanto outro tipo de perda associada à parentalidade aparece em “A perda de um filho”, que data de 01 de março de 2021 (IACONELLI, 2021d). O luto foi um dos grandes desafios do período frente à aceleração do número de acometidos pela doença de diversas faixas etárias e precisou ser discutido



para além de sua dimensão pessoal, passando a fazer parte de um processamento emocional e catártico coletivo.

Já no final do primeiro ano pandêmico, em uma das últimas colunas do período, denominada “*Caetanear o Natal*”, de 21 de dezembro de 2020, Iaconelli faz uma reflexão sobre as festas de final de ano, atípicas por conta do vírus, e de como se pode analisar em perspectiva a qualidade da convivência familiar pelo lamentar-se ou regozijar-se com a distância imposta (IACONELLI, 2020g). Em 2021, apenas dois textos mencionam o contexto de exceção, um deles já mencionado no parágrafo anterior. Isso se deve provavelmente à saturação midiática, embora não menor gravidade ou importância, do assunto. Em “Um ano na vida de uma criança”, de 15 de março de 2021, ela se utiliza de histórias ficcionais para ilustrar os desafios impostos às crianças com o fato de a pandemia estar completando um ano, reforçando sua crítica ao governo brasileiro pela má gestão do estado de emergência (IACONELLI, 2021v). A seguir, daremos destaque aos três macrotemas classificados ainda em Excel, começando pelos artigos que mencionam afeto, amor, cuidado ou conceitos afins aplicados à parentalidade.

Menção ao afeto, ao amor, ao cuidado ou a conceitos afins?	Quantidade de artigos	Porcentagem
SIM	21	52,5%
NÃO	19	47,5%
TOTAL	40	100%

**Tabela 7** – Quantidade de artigos que mencionam afeto, amor, cuidado ou conceitos afins e sua porcentagem em relação à amostra.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Conforme podemos ver na tabela acima, é expressivo o número de artigos que mencionam o amor ou o cuidado parental (21 artigos de 40, ou seja, 52,5% da amostra), prova da relação intrínseca entre o projeto da parentalidade com o sentimento que estimula entre pais e filhos. Embora não seja regra, é inegável associar parentalidade com afeto, conforme vimos a partir da teoria apresentada, quer seja para reiterar laços sociais fortes que dão sentido à existência, quer seja

para que nos espantarmos com a indiferença, o abandono e a negligência de pais para filhos ou vice-versa. Neste sentido, faz-se importante traçarmos um panorama sobre o que é abordado neste tema no *corpus* selecionado.

O primeiro artigo que menciona o tema denomina-se “*Quarenteen*”, de 05 de maio de 2020, e aborda a questão do cuidado parental durante momentos desafiadores da adolescência, tendo como fator agravante a pandemia de COVID-19. A autora menciona que o momento é uma excelente oportunidade de educá-los com amor, colocando limites e orientando a lidar com os obstáculos, sem, contudo, esperar provas de amor em retribuição pela natureza do comportamento juvenil nesta etapa da vida.

O próximo texto, de 22 de junho de 2020, possui como título “Amor à família é álibi perfeito” e aborda a questão do amor em profundidade. Iaconelli (2020d) coloca em perspectiva os aspectos biológico e cultural do amor, associando-o à sobrevivência humana. Também fala sobre a reciprocidade que se espera quando se sente amor e mais especificamente do amor parental. Para ela, o amor dentro da família deve contribuir para que tenhamos empatia e queiramos o bem de toda a sociedade. Caso seja egoísta, para Iaconelli, a família não está cumprindo seu papel de expandir seu horizonte de afeto. Por isso, defende que:

O amor que recebemos ao longo da infância precisa ir muito além do privado. Partindo de nós mesmos deve ir em direção aos pais/cuidadores; da família em direção à comunidade; e da comunidade em direção a toda humanidade e, porque não, a todas as formas de vida. Sem a passagem do amor filial para o social mais amplo, cada família se torna um pequeno "bunker" a se proteger das demais, em estado de permanente guerra. (IACONELLI, 2020d, n. p.).

Em um texto voltado à questão da educação no período pandêmico, “De arremedo a panaceia” (publicado em 06 de julho de 2020), Vera Iaconelli (2020i) apela para o amor ao mundo, a solidariedade ou ainda *Ágape*, a fim de conscientizar as pessoas para a que deveria ser a real preocupação do ano letivo de 2020: a compaixão em relação às pessoas, e não a pressão por resultados escolares.

Com o artigo “Thammy Miranda para Pai 2020”, de 03 de agosto do mesmo ano, é discutida a questão de gênero na parentalidade. A autora coloca em xeque a limitação inerente a associar as figuras de pai ou mãe a uma visão cis heteronormativa, já que, ela coloca, esses termos são “significantes e, portanto, criações humanas” (IACONELLI, 2020s, n. p.). Por isso, devemos

repensar as noções de parentesco e filiação, associando-as a amor e cuidado, estendendo, assim, o conceito conservador de família.

No texto “As vozes do bueiro”, disponibilizado em 24 de agosto de 2020, Iaconelli (2020f) trata de casos de abuso e chama a atenção de pais e responsáveis para medidas preventivas, como, por exemplo, não aplicar a violência como ferramenta disciplinar, pois a relação de afeto entre pais e filhos pode dificultar que crianças saibam diferenciar afeto de abuso. E explica:

Crianças dependem da boa vontade de estranhos e contam com a sorte de que esses estranhos — pais, mães, responsáveis — as assumam e venham a amá-las a ponto de responderem suficientemente bem às necessidades delas. Crianças conhecem o mundo a partir da linguagem oferecida pelo adulto. Se bato e digo que é por amor, então, até que se prove o contrário, quem ama bate, e amor é algo que se demonstra batendo e/ou apanhando. (IACONELLI, 2020f, n. p.).

Ao mesmo tempo, a escola também é apontada por Iaconelli como espaço de criação de laços afetivos, em linha com as teorias pedagógicas e educacionais, conforme exemplo do texto “Escola fechada produz sofrimento”, de 31 de agosto de 2020.

Já em “De que vale ter filhos?”, datado de 07 de setembro de 2020, Iaconelli dá uma miniaula sobre parentalidade, situando seu desenvolvimento em perspectiva histórica e chamando a atenção para sua natureza paradoxal. Aponta ainda o conceito limitante de “instinto materno” e instiga o leitor a repensar papéis de gênero nas atividades parentais ao afirmar que a “discussão sobre quem deve “embalar Mateus” é urgente, e a pandemia só fez aumentar o jogo da batata quente. Quem cuida/cuidará das crianças?” (IACONELLI, 2020j, n. p.).

Destacamos ainda o texto “Não sei se vou te amar”, publicado em 21 de setembro de 2020, que enfoca especificamente a questão do afeto entre pais e filhos. De cara, Iaconelli aponta seu caráter “inspiradoramente contingencial”, misturando expectativas, idealizações e a realidade concreta, que, por melhor que seja, tende a não corresponder a elas. O excerto abaixo ilustra bem essa dinâmica:

Embora o afeto não seja exatamente dirigido à pessoa do bebê — mesmo porque essa pessoa a rigor ainda não existe — pode ser que ele caia nas graças dos futuros pais e acabe ficando no lugar do sonho. Às vezes, o bebê não é sonhado e vem como um estorvo. Como amor entre humanos é fruto de convivência, reconhecimento, cuidado, auto estima, mesmo esses casos podem acabar em excelentes relacionamentos. Ou não. O amor pode ocorrer onde menos se espera e ratear onde contamos com ele. (IACONELLI, 2020m, n. p.).

Em análise à conduta do ex-presidente estadunidense, Donald Trump, descrita no texto “Trump escancara nosso anseio de que a realidade se dobre aos nossos desejos”, de 18 de novembro de 2020, a psicanalista associa amor parental à imposição de limites à personalidade dos pequenos, a fim de que seu futuro não guarde semelhança com as tendências comportamentais do político.

Em dois textos mencionados anteriormente e que abordam o luto parental e filial (IACONELLI, 2020k; 2021d), temos traçada a relação entre amor e perda: quanto maior o amor, mais desoladora é a perda do objeto amado, quer estejamos falando de pais, filhos ou outros entes queridos.

Onde há luto, há amor e infinitas formas de lidarmos com a ausência do objeto amado. Uma vida sem luto não merece ser vivida, pois equivaleria à existência de um sujeito incapaz de estabelecer laços afetivos, incapaz de amar. (IACONELLI, 2021d, n. p.).

Esse mecanismo foi explorado por Freud e, aos olhos de Iaconelli, temos que o psicanalista canônico “afirmou que a morte de um pai é das maiores perdas vividas, só superada pelo impensável luto de um filho” (IACONELLI, 2020k, n. p.). Ao enfrentar a dor da perda de seu próprio genitor, Freud escreveu uma de suas obras-primas: “A Interpretação dos Sonhos”.

Voltando a 2020, a autora faz uma leitura sobre as festas de final de ano no primeiro ano pandêmico. No artigo “*Caetanear* o Natal”, já mencionado, ela reafirma a natureza conflituosa das famílias, mesmo as que são permeadas por amor e respeito, e questiona a idealização da família harmônica, que é a exceção devido a sua própria natureza constitutiva. O que se inicia normalmente por um ato amoroso entre um casal tende a se desenvolver a agregar indivíduos com diferentes personalidades. Por isso, dirige-se aos que não poderiam passar as festas perto de seus entes queridos: “Os que lamentam não estarem juntos dos parentes devem comemorar justamente o fato de sentirem sua falta” (IACONELLI, 2020g, n. p.).

Inaugurando o ano de 2021, o texto “Mimados ou largados?” (01 de fevereiro de 2021) analisa as condições sociais que têm prejudicado o exercício da parentalidade a partir da reflexão sobre se as crianças hoje em dia estariam mais para mimados ou negligenciados coletivamente, juntamente com outros desafios atuais. Além disso, discute a diminuição das taxas de natalidade, causada sobretudo pela recusa das mulheres a conciliar a rotina profissional e afetiva. Mais especificamente sobre a questão do afeto, ela dissocia esse fenômeno de uma suposta falta de amor:

Isso não significa que pais e mães de hoje amem menos seus filhos do que as gerações anteriores! O amor é um laço social contingente que pode ou não acontecer em qualquer relação. O que mudou é que as condições para cuidar de filhos se deterioraram tanto que estamos diante de uma batata quente, que ninguém consegue assumir sozinho. (IACONELLI, 2021i, n. p.).

Em “Feito tatuagem”, datado de 05 de abril de 2021, Iaconelli se utiliza de elementos presentes em crônicas para falar sobre a necessária separação emocional de pais e filhos, a fim de que esses atinjam a maturidade. Isso reforça a ideia de que é salutar que, no momento adequado da vida, filhos adolescentes ou jovens adultos sintam-se seguros suficientes para que, certos do amor de seus pais, possam conquistar novos horizontes, conforme se vê no parágrafo a seguir:

O superinvestimento dos pais nos filhos, que se inicia com a modernidade e vive o paroxismo na atual geração, se revela cada vez mais problemático para que os jovens encontrem formas de se separar deles. Diante de adultos frágeis, alguns escapam ao dilema evitando se perguntar sobre o próprio desejo. É como se a criança, intuindo a fragilidade da mãe diante de seu desejo, nem conseguisse formulá-lo para si, que dirá expressá-lo na brincadeira. (IACONELLI, 2021j, n. p.).

Na mesma linha, mas dessa vez utilizando o recurso da carta publicada em 26 de maio de 2021 e intitulada “Meu caro bebê”, o amor é apontado como um dos elementos basais e condicionantes da existência de um novo ser humano (IACONELLI, 2021k, n. p.).

Em relação ao trauma, um artigo é dedicado a isso (“Trauma na berlinda”, de 07 de junho de 2021), em que a autora questiona a “ideia de que haveria uma existência humana na qual a vida, a morte, a sexualidade, o amor, as perdas seriam encaradas sem deixar marcas e cicatrizes” (IACONELLI, 2021o, n. p.).

“Para entregar seu filho”, publicado em 23 de agosto de 2021, é motivado por um registro do Afeganistão em que um pai entrega seu bebê a um militar na esperança de que tivesse um futuro melhor do que as perspectivas ao seu lado anunciavam. Iaconelli diz que, por vezes, “há momentos nos quais o grande gesto amoroso é aquele no qual entregamos definitivamente a criança aos cuidados de outrem” (IACONELLI, 2021p, n. p.), referindo-se a um episódio bíblico do tempo de Salomão,<sup>25</sup> casos de entrega para adoção, refugiados de guerras ou outras situações que demandam medidas semelhantes.

---

<sup>25</sup> “Gesto imortalizado no julgamento de Salomão descrito na Bíblia, no qual duas mulheres disputam a maternidade de um bebê, em tempos pré-exame de DNA. Para resolver a pendenga, o rei sugere que se corte a criança ao meio, ao que uma das mulheres recusa. O desfecho sabemos e nos lembra que os pais

Já no texto “Ter medo do pai”, datado de 06 de setembro de 2021, analisa a modificação ao longo do tempo da figura do pai: de distante e temido a uma pessoa participativa, flexível e corresponsável pelas responsabilidades parentais, no que é denominado de “nova parentalidade” (IACONELLI, 2021t, n. p.).

Em “Ter um filho LGBTQIA+”, postado em 20 de setembro de 2021, fala sobre a aceitação de um filho que se identifique com uma das classificações “lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero” (UOL, s. d., n. p.) no seio da família. No conteúdo, Iaconelli aponta para o estranhamento que pode acompanhar o processo de compreensão, mesmo dos pais mais desconstruídos, o que em nenhum grau anula ou diminui o amor sentido por ambas partes. Segundo ela, “estranhamos nosso estranhamento porque tomamos por garantido que o amor nos faria aptos a lidar com qualquer surpresa. Mas esquecemos que mesmo boas surpresas requerem um tempo de adaptação” (IACONELLI, 2021u, n. p.). Neste sentido, romper com as expectativas e trabalhar com o que temos de real é a saída para a adaptação inerente a qualquer mudança na dinâmica familiar.

No penúltimo artigo que menciona a questão do afeto parental, “De que vale investir nos filhos?”, divulgado em 27 de setembro de 2021, a autora analisa relações reais entre pais e filhos para discutir a questão do investimento, que perpassa aspectos subjetivos e objetivos e é parte do amor e da rotina parentais.

Investimento é uma palavra cara para a psicanálise, mas, ao contrário da bolsa de valores, trata-se do quanto temos que entrar de corpo e alma na relação parental. Gestados ou não pelos responsáveis, filhos exigem uma dedicação encarnada e um apaixonamento únicos na vida. Vigília constante, amor, sustento material são necessidades básicas do filhote humano, infinitamente mais demandante do que qualquer mamífero sobre a Terra. (IACONELLI, 2021g, n. p.).

Por fim, a questão do afeto é analisada a partir da natureza idealmente eletiva da parentalidade no texto “Sapos, filhos e cachorros”, divulgado em 11 de outubro de 2021. A questão do afeto, potencialmente reconhecido e recompensado com o tempo, é colocada em perspectiva com as diferentes fases dos filhos. Iaconelli alerta aqueles que acreditam que, ao se tornarem pais, serão adorados incondicionalmente, quando, na realidade, se estiverem fazendo um bom trabalho,

---

são aqueles capazes de abrir mão dos filhos em proveito deles. Não sem dor, não sem dúvidas.” (IACONELLI, 2021p, n. p.).

terão suas habilidades questionadas continuamente por filhos cada vez mais maduros e exigentes. A eles, ela direciona um conselho:

Se os humanos, com suas pequenas glórias ordinárias, inseguranças pueris, disputas patéticas e surpreendente capacidade de amar e aprender te encantam e inspiram a cuidar, a parentalidade pode ser um campo fértil para você (mas não o único). Mas, se você quer ser amado incondicionalmente e seguido com louvor, sugiro cachorros. (IACONELLI, 2021t, n. p.).

Assim, podemos destacar alguns pontos. O assunto do amor voltado à parentalidade é, na visão de Vera Iaconelli, praticamente indissociável dos cuidados que pais devem dedicar a seus filhos e é fator que determina o que se deve chamar de família atualmente. Em linha com o conceito de afetividade no campo jurídico, o afeto que permeia (ou deveria permear) as relações parentais deve ser mais relevante do que os papéis de gênero, relações de parentesco previamente estabelecidas, orientação sexual ou outras peculiaridades possíveis e inerentes à espécie humana e que têm como consequência as diferentes formações familiares.

Além disso, o afeto é o que move a preocupação de pais e responsáveis com a educação, a criação e a proteção a seus filhos e muda em suas expressões práticas ao longo das diferentes fases de suas vidas e, conseqüentemente, do esforço parental. O amor é também a contrapartida preciosa que os pais esperam em relação aos filhos, especialmente na vida adulta, quando, idealmente, os vínculos parentais e filiais passam a ser voluntários, e não mais obrigatórios. A seguir, vamos, então, entender como é abordada a questão educacional na coluna.

Menção à escola, à educação ou a conceitos afins?	Quantidade de artigos	Porcentagem
SIM	7	17,5%
NÃO	33	82,5%
TOTAL	40	100%

**Tabela 8** – Quantidade de artigos que escola, educação ou conceitos afins e sua porcentagem em relação à amostra.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Neste ponto, passaremos à descrição de outra categoria analisada no trabalho: a menção à escola, à educação ou a conceitos afins, o caso de sete artigos de 40 (17,5% da amostra). A partir de leitura atenta, foram constatados sete artigos que se enquadram na temática educacional. Informamos ainda que alguns podem já ter sido mencionados em outra categoria. Por isso, sua descrição nesta etapa será focada no tema que está em avaliação. Para fins didáticos, organizaremos a análise deste tópico em dois grandes assuntos.

O primeiro diz respeito à preocupação frequente de Vera Iaconelli com a educação sexual, que deve ser abordada desde os primeiros anos da criança, mas que adquire contornos mais gráficos quando chegam à adolescência. Neste sentido, em texto direcionado a criticar a postura da ministra Damares e do governo Bolsonaro sobre a questão (“Abstenhamo-nos da ignorância, Damares”, de 07 de janeiro de 2022), a psicanalista defende que políticas públicas, escola, pais e responsáveis sejam munidos de informações para lidar com a questão complexa:

O combate à gravidez indesejada e às doenças sexualmente transmissíveis passa por apresentar e fornecer métodos contraceptivos e preventivos de uma forma dialógica, que inclua escutar os jovens e suas inseguranças e aspirações diante do sexo; oferecer ao jovem alternativas profissionais/educativas que concorram com o projeto paternidade/maternidade; valorizar as mulheres fora da gestação e não apenas nessa época e lutar pelo direito ao aborto. (IACONELLI, 2020b, n. p.).

Ainda sobre a questão, temos o texto “‘Sex Education’, por favor”, de 04 de fevereiro de 2020, artigo que contém uma reflexão sobre a educação sexual em casa e nas escolas em interface com a série da Netflix. Frente ao que chama de “abismo de comunicação”, a psicanalista aponta o papel das redes sociais e da cultura ao preencher essa lacuna. Entretanto, aponta o papel central das esferas de convivência de crianças e adolescentes na discussão sobre mudanças corporais, hormonais, desejo, sexo seguro, entre outras preocupações comuns na faixa etária.

Além disso, Iaconelli analisa a polêmica envolvendo a Escola Móvel e a versão estendida do livro O Diário de Anne Frank no texto “Anne Frank e o sexo”, publicado em 14 de junho de 2021. Ademais de chamar a atenção para a importância de que o tema do sexo não seja um tabu nas famílias e na escola, uma vez que a sexualidade é algo inerente ao ser humano e está presente em diferentes formas ao longo da vida, a psicanalista ainda critica a exploração midiática do caso, que parece ter feito com que a oportunidade de debate fosse perdida. Ainda questiona:



Algumas questões poderiam ter sido levantadas: por que é mais constrangedor falar de vaginas e desejos do que de nazismo e campo de concentração? Por que as crianças não podem perguntar e comentar sobre o tema do corpo, do prazer, do consentimento, e das normas sociais envolvidas? Qual o medo de enfrentar situações constrangedoras? Com ou sem acesso à imagens sexuais — disseminadas hoje em dia — essas são questões próprias de qualquer púbere. (IACONELLI, 2021c, n. p.).

Já como segunda temática, temos o abre e fecha das escolas durante a pandemia de COVID-19 e o papel essencial da instituição na vida dos pais, responsáveis, crianças e adolescentes. Em “*Home office, homeschooling, homeless*”, de 07 de abril de 2020, fala sobre a conciliação entre o *home office* dos pais (sem deixar de mencionar o recorte de renda aqui) com o *homeschooling* das crianças, que nada mais é do que a escola adaptada, sem preparação, para a vida online. Iaconelli sugeriu que, neste tempo, os alunos usassem “seu tempo de quarentena para manter a escola viva, apesar do ensino a distância e não por causa dele”, e reforça o papel da escola “enquanto espaço de reflexão, crítica e conhecimento” (IACONELLI, 2020n, n. p.).

Ainda nessa linha, em “De arremedo a panaceia”, publicado em 06 de julho de 2020, utiliza-se de personagens ficcionais para aproximar-se da experiência escolar, sobretudo das crianças, neste período. Para além de criticar a pressão por desempenho no contexto, conceitualmente, Iaconelli aponta a diferença entre *homeschooling* e o ensino emergencial que foi instaurado por conta da pandemia:

Primeiro, que o que se passou a chamar erroneamente de “*homeschooling*” nada mais é do que um ensino emergencial, basicamente, um arremedo alçado à categoria de panaceia. Até o ensino médio, a escola não é redutível ao virtual, embora deva se beneficiar de alguma hibridez. Balizar a aprendizagem infantil com a produtividade do home office nos dá a dica do rumo canhestro no qual algumas propostas de “educação” se baseiam. É o neoliberalismo fazendo escola. (IACONELLI, 2020i, n. p.).

Em continuação da temática, temos que, em “Escola fechada produz sofrimento”, de 31 de agosto de 2020, a escola é muito mais do que um lugar de terceirização do cuidado com os filhos. É lugar de criação de laços afetivos, socialização e cidadania, e seu fechamento, mesmo que de acordo com a necessidade de isolamento social, produz sofrimento:

Entre os sintomas observáveis temos ansiedade, desânimo, doenças psicossomáticas, comportamentos regressivos, depressões, insegurança quanto ao futuro, aumento da dependência. Claro que, como todo evento humano, não há generalização possível. Muitas

crianças deram saltos qualitativos no desenvolvimento a partir do contato intenso e inédito com os pais. Mas, mesmo para essas, o benefício vem se esgotando e dando lugar à saudade e luto pelos meses longe de colegas e de professores. (IACONELLI, 2020I, n. p.).

Na mesma linha e encerrando a segunda categorização, no “Um ano na vida de uma criança”, divulgado em 15 de março de 2021, Iaconelli critica as políticas públicas e a condução do governo Bolsonaro sobre a questão pandêmica, enquanto reflexiona sobre o papel da escola, sobretudo para crianças e adolescentes que contavam com a instituição como extensão dos cuidados domésticos e até como fonte de alimentação. Falando especialmente sobre esses casos:

Segundo pesquisa realizada pela PUC Minas em parceria com a ChildFund Brasil, temos 4,8 milhões de crianças brasileiras em situação de extrema pobreza. Para essas crianças, o Estado e a escola —o principal dispositivo de proteção da infância a médio e longo prazo— são a única esperança. Mas o Estado é uma máquina que só funciona a partir da pressão da sociedade civil e as escolas, por sua vez, ainda vivem a polêmica sobre as condições de se manterem abertas fora da fase roxa. (IACONELLI, 2021v, n. p.).

Desta forma, vemos que o tema da educação é mais abrangente do que a existência e atuação da escola em si, e passa por temas que desafiam pais e responsáveis, como é o caso da educação sexual, central tanto para prevenir gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis, mas também trauma e abuso ao longo da infância e da adolescência. Ela ainda é de grande valia para os filhos já adultos terem subsídios para que nutram relações amorosas e sexuais saudáveis e seguras e, dada sua importância, não deve ser abordada apenas entre os muros da escola, mas sim ser preocupação da família, da sociedade e também do Estado.

Por outro lado, a questão da educação está intrinsecamente ligada à escola e às condições que esta deveria ter para, além de ser suporte da família e à vida profissional dos pais, atuar como formadora de cidadãos e promotora de discussões cívicas decisivas nessa missão. À semelhança desta análise, veremos os desafios comunicacionais na parentalidade a partir da referida coluna.

Menção à comunicação, a redes sociais, ao uso do celular, telas ou campanhas?	Quantidade de artigos	Porcentagem
SIM	7	17,5%
NÃO	33	82,5%
TOTAL	40	100%

**Tabela 9** – Quantidade de artigos que mencionam comunicação, redes sociais, uso do celular, telas ou campanhas e sua porcentagem em relação à amostra.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Para encerrar esta etapa, descreveremos os artigos que, a partir de leitura atenta, foram categorizados no tópico sobre comunicação, campanhas, uso de celular, redes sociais ou assuntos afins. Esta categoria tem o objetivo de analisar como as questões comunicacionais perpassam a parentalidade a partir da coluna e apresenta sete artigos dos 40 totais, ou seja, 17,5% da amostra.

No já mencionado “‘Sex Education’, por favor”, a série da Netflix mencionada no título é vista por Iaconelli como uma ferramenta de comunicação que está fazendo o papel do Estado no que tange à educação sexual e à função de conscientização de crianças e adolescentes.

Em “A primeira vez dos jovens”, de 25 de fevereiro de 2020, é abordada a postura do governo Bolsonaro e, mais especificamente, da ministra Damares, em relação às diretrizes sobre orientação sexual. O governo anterior adotava como orientação a abstinência, o que passa longe de abarcar a complexidade da questão. Nesse sentido, Iaconelli aponta que a saída está na união entre família, sociedade, escola e Estado, passando pelos vieses informativo e educacional:

Pais, professores e Estado não têm como decidir o momento em que o jovem iniciará a vida sexual, mas podem tentar oferecer melhores condições para quando o fizerem. [...] Informá-los, educá-los, escutar suas inseguranças, dar-lhes meios para se protegerem, oferecer perspectivas de estudo/trabalho que concorram com o projeto de ter filhos e interromper concepções indesejadas são as estratégias que comprovaram ter os melhores resultados. O resto é palpite infeliz. (IACONELLI, 2020e, n. p.).

Já no também discutido “Thammy Miranda para Pai 2020”, é ressaltada a importância de iniciativas comunicacionais que corroborem para a maior representatividade midiática. Exemplo disso é a campanha citada no artigo, feita pela Natura, famosa empresa de cosméticos, para o dia dos pais, na qual Thammy Miranda ilustra suas peças de comunicação. Miranda é um político e homem transgênero brasileiro de reconhecido alcance nacional. A campanha gerou repercussão tanto de pessoas apoiando a iniciativa quanto daqueles cujos preconceitos afloram a partir de exposições do tipo. Iaconelli defende a campanha e o que ela representa.

Em linha com os temas apresentados, no artigo “O jovem e a pornografia”, texto de 17 de agosto de 2020, Iaconelli defende a mediação dos pais sobre o uso das redes sociais de seus filhos. Segundo ela, “abandoná-los à própria sorte diante das mídias é abrir mão da nossa função” (IACONELLI, 2020n, n. p.), analisando positivamente ainda uma campanha do governo neozelandês que visa à conscientização sobre o consumo virtual de pornografia.

Por sua vez, o texto “Campanhas pela infância erram”, publicado em 19 de outubro de 2020, retoma as discussões sobre campanhas publicitárias e seu papel social, desta vez direcionado à proteção da primeira infância. No artigo, ela apresenta dados relevantes, sendo o retorno de sete para um quando falamos em investimentos nessa etapa da vida em relação a outros momentos (HECKMAN, 2012 apud IACONELLI, 2020h, n. p.). Com isso em mente, ela defende a mobilização da tríade família, sociedade e Estado em prol da defesa das crianças, da proteção a pais e responsáveis vulneráveis e da dissociação do cuidado com crianças como sendo algo única e exclusivamente de mulheres.

Por sua vez, a postura midiática também foi alvo de crítica de Vera Iaconelli, como, por exemplo, no caso da Escola Móvel, exposto no artigo “Anne Frank e o sexo”. Se, por um lado, espaços comunicacionais devem ser uma prioridade quando falamos da mudança de paradigma sobre a infância, a adolescência e a parentalidade contemporâneas, este esforço há de ser acompanhado por responsabilidade e ética profissionais. Na visão da autora, a exposição midiática do caso foi infeliz e, ao invés de promover, impediu diálogo, e, com isso, a discussão saudável que deveria ter se dado no âmbito da escola foi impossibilitada pela superexploração do assunto.

Encerrando esta etapa, explanamos o texto “Podemos tirar nossos filhos das redes?”, datado de 19 de julho de 2021, que aborda especificamente o uso de redes sociais e, novamente, resalta a importância da mediação, ou melhor, os riscos da sua falta. Ela se utiliza de uma perspectiva histórica para chamar a atenção para isso, ao afirmar que:

Pela primeira vez, desde o surgimento do que Philippe Ariès chamou de sentimento de infância (por volta do século 17), as crianças voltam a ter acesso irrestrito ao mundo, sem a mediação dos adultos. Acrescentemos a isso a possibilidade inédita de expor-se a milhões de estranhos, e chegaremos mais perto da ideia de infância no século 21. (IACONELLI, 2021r, n. p.).

O panorama traçado pela psicanalista coloca em foco as divergentes prioridades de pais e cuidadores das crianças, de um lado, e das empresas de internet, de outro: enquanto os primeiros visam ao melhor cuidado aos seus pequenos, as redes sociais são construídas para incentivar seu uso desenfreado e viciante. Ela ainda atenta para a forma de lidar com a questão: cuidadores devem, primeiramente, lidar com sua própria dependência para, posteriormente, mobilizar esforços em prol de uma conscientização global, imposição de limites éticos e regulatórios. Em suas palavras, temos que:

Pais e educadores conseguirão exercer sua função diante das mídias, se e quando eles mesmos estiverem menos desbundados e viciados nelas. Se e quando estiverem de fato convencidos dos riscos. A partir daí poderão se unir a inúmeras instituições sérias que vêm acumulando informação sobre malefícios e possibilidades do uso da internet na infância. Existem estudos feitos pela Organização Mundial de Saúde, pela Sociedade Brasileira de Pediatria, pela Unesco, pela Universidade de São Paulo, pela Educamídia, entre outros, que apontam os problemas e orientam melhores práticas. (IACONELLI, 2021r, n. p.).

Desta forma, vemos que a questão comunicacional perpassa diversas temáticas caras à parentalidade e é capaz de fornecer subsídios para que a educação, o afeto, a proteção, a garantia de direitos e a formação cívica das crianças e dos adolescentes sejam potencializados, principalmente a partir de campanhas e iniciativas que fomentem debates saudáveis promotores de representatividade e evolução cívica. Ao mesmo tempo, a intensificação do uso de redes sociais pelo público infantojuvenil suscita preocupações e, se não corretamente mediada pelas instâncias de cuidado (família, escola, sociedade e Estado), segundo Iaconelli e também outros especialistas, pode configurar negligência, especialmente pelo fato de que os reais efeitos do excessivo uso de telas ainda não são totalmente conhecidos.

A seguir, vamos ilustrar as análises cujos insumos são provenientes do Iramuteq (estatísticas textuais, nuvens de palavras e gráficos de similitudes). Em relação às análises textuais fornecidas pela ferramenta, temos alguns números iniciais em um resumo e, mais abaixo, a tabela com os principais termos mencionados.

- Número de textos, sendo contabilizado apenas um, pois os 40 artigos foram compilados em um só documento: 1;
- Número de ocorrências, sendo este “número total de palavras contidas no corpus” (SALVIATI, 2017, p. 34): 26389;
- Número de formas, que aponta formas ativas e suplementares das palavras (SALVIATI, 2017): 4345;
- Número de hapax, sendo este o “número de palavras que aparecem apenas uma vez em todo o *corpus*” (SALVIATI, 2017, p. 34): 2501 (9,48% de ocorrências e 57,56% de formas);
- Média de ocorrências por texto: 26389.00 (número de ocorrência por texto).

Temos ainda a tabela de palavras mais frequentes, que será abordada a seguir.

<b>ORDEM</b>	<b>PALAVRA(S)</b>	<b>FREQUÊNCIA DE APARIÇÃO NOS TEXTOS</b>	<b>CLASSE(S) GRAMATICAL(IS)</b>
1	ter/ser/estar	486	VERBO
2	filho/filhos	159	SUBSTANTIVO
3	pai/pais/papai/pai	152	SUBSTANTIVO
4	poder/superpoderes	119	SUBSTANTIVO
5	crianças/crianças	106	SUBSTANTIVO
6	fazer	106	VERBO
7	família/famílias/ familiar	88	SUBSTANTIVO/ADJETIVO
8	mãe/mães/mamãe	83	SUBSTANTIVO
9	sexual/sexualidade/ sexualmente/sexo/ <i>sex</i>	82	SUBSTANTIVO/ADJETIVO
10	social/socialmente/ sociedade	75	SUBSTANTIVO/ADJETIVO

11	outro/outros	66	SUBSTANTIVO
12	vida	62	SUBSTANTIVO
13	cuidar/cuidado/ cuidador	60	SUBSTANTIVO/ADJETIVO
14	amor/amoroso	59	SUBSTANTIVO/ADJETIVO
15	mulher/mulheres	57	SUBSTANTIVO
16	desejo/desejar/ indesejado/ desejante	53	SUBSTANTIVO/ADJETIVO
17	adulto	51	SUBSTANTIVO
18	dizer	45	VERBO
19	bem	44	ADVÉRPIO
20	jovem	42	SUBSTANTIVO
21	querer	40	VERBO
22	corpo/corporal	38	SUBSTANTIVO/ADJETIVO
23	infância/infantil	38	SUBSTANTIVO/ADJETIVO
24	escola/escolas/ escolar	38	SUBSTANTIVO/ADJETIVO
25	pessoa/pessoal	37	SUBSTANTIVO/ADJETIVO
26	novo/nova/renovar/ novidade	35	SUBSTANTIVO/ADJETIVO /VERBO
27	criar/criação	35	SUBSTANTIVO/VERBO
28	trabalho/trabalhar	35	SUBSTANTIVO/VERBO
29	condições/ condição	35	SUBSTANTIVO
30	sofrimento/sofrer	34	SUBSTANTIVO/VERBO

31	humano	33	SUBSTANTIVO
32	dever	33	VERBO
33	casa	33	SUBSTANTIVO
34	tentar/tentativa	33	SUBSTANTIVO/VERBO
35	dar	32	VERBO
36	tratar/tratado	32	VERBO/ADJETIVO
37	adolescente/ adolescência	32	SUBSTANTIVO
38	ver	30	VERBO
39	mundo/mundial	30	SUBSTANTIVO/ADJETIVO
40	lugar	29	VERBO
41	amar/amado	29	VERBO/ADJETIVO
42	saber/sabemos	28	VERBO
43	revelar/revelador	28	VERBO/ADJETIVO
44	tempo	27	SUBSTANTIVO
45	fato	26	SUBSTANTIVO
46	mal	26	ADVÉRBIO
47	parentalidade/ parental	26	SUBSTANTIVO/ADJETIVO
48	parte	24	SUBSTANTIVO
49	homem	23	SUBSTANTIVO
50	forma	23	SUBSTANTIVO

**Tabela 10** – 50 grupos de palavras mais frequentes nos textos.

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir do Iramuteq.



De forma automática, o Iramuteq gera uma tabela, semelhante à colocada acima, com as principais palavras citadas no texto submetido para sua análise. Esta, entretanto, se não tratada, acabaria fornecendo uma visão poluída, já que não agrupava em uma mesma linha variações da mesma palavra. Por isso, a partir dos insumos iniciais da ferramenta, foi iniciada a reorganização da tabela a fim de identificar variações não contabilizadas na listagem de principais termos. Como exemplo, “filho” foi a palavra mais frequente. Após a constatação de que a variação, “filhos”, também estava presente na listagem original, optou-se por somar a aparição de ambas na coluna “Frequência de aparição nos textos” e agrupar ambos os termos (“filho” e “filhos”) na mesma linha. Esse esforço foi feito com todos os termos citados no *ranking* inicial de 50 palavras, fornecendo uma tabela que, após isso, tornou-se um *ranking* dos principais agrupamentos de palavras citadas, não somente palavras únicas, possuindo, então, uma acurácia maior se comparado à sua primeira versão. Na tabela que optamos por colocar no trabalho, então, constam a ordem de aparição na primeira coluna, as palavras ou grupos de palavras citados, sua frequência de aparição e a classe gramatical a que pertencem.

De forma qualitativa, podemos perceber que, entre as dez primeiras aparições, estão papéis centrais na relação parental, representados por “filho”, “filhos”, “pai”, “pais”, “papai”, “pai”, “criança”, “crianças”, “mãe”, “mães” e “mamãe”, o que indica, de fato, o protagonismo desses papéis nos conteúdos sobre parentalidade, que a coluna se propõe a analisar. A representatividade maior de “pais” sobre “mães” deve-se a dois fatores: o fato de “pais” serem um termo genérico para a dupla de pessoas que cuida dos filhos e seu uso ser adequado em um cenário de famílias com diversas composições de gênero, como, por exemplo, no trecho de “De que vale ter filhos”, em que Iaconelli menciona “Na melhor das hipóteses, o filho sonha com autonomia e distância dos pais, ainda que seja capaz de gratidão e amor pelos anos de cuidado” (2020j, n. p.). E, de outro lado, ao fato de que, frequentemente, Vera Iaconelli dirige-se aos pais do gênero masculino no sentido de chamá-los às discussões sobre carga mental, papéis de gênero e cuidado com os filhos. Ambas explicações estão no cerne deste protagonismo de termos associados à paternidade nos textos. Ela afirma que:

Pai e mãe são nomes comumente associados aos gêneros e os gêneros são questionáveis. Quanto tempo levará para descobrirmos que a função de pais e mães passa pelo reconhecimento social — que começa a se ampliar —, por um lugar especialíssimo de devoção junto aos filhos e não por pênis e úteros? (IACONELLI, 2020s, n.p.).

Termos que se relacionam a filhos e crianças, por sua vez, destacam-se também na tabela por serem o principal objeto tratado na coluna e, por isso, estão à frente das repetições; e as mães não deixam de ser citadas e discutidas ainda sob um olhar de protagonismo quando pensamos na dinâmica das famílias brasileiras:

Em nossa época a família se divide entre a miragem e o palpável. A miragem conhecemos: um casal cis e heterossexual branco de classe média alta cria um casal de filhos, cis e heterossexuais. O pai provê financeiramente e “ajuda” em casa, a mãe trabalha fora, mas é a responsável pelos filhos e pelo funcionamento doméstico. Na vida real, no entanto, somos criados por avós, mães solo, em instituições e toda combinação conjugal possível de gêneros e orientações sexuais. Presa à miragem que não corresponde à experiência, a família vive a negação de si mesma, envergonhada de sua condição real, em falta com o modelo mais afeito aos anos 1950. (IACONELLI, 2021x, n. p.).

Ainda entre as dez primeiras posições, destacam-se, além de verbos auxiliares muito comuns na língua portuguesa, como “ser”, “estar”, “ter”, podemos encontrar variações de “família”, em linha com o tema; já “poder” indica ser essa uma das grandes questões de pais e responsáveis na lida com seus filhos: como usar o poder parental a favor de seus descendentes, sem criar traumas e questões mais sérias.

O pai temido, que detém um poder desmedido, ditatorial, bem ao gosto do patriarcado, deu lugar à aspiração por um pai sensível e capaz de dialogar. Como qualquer mudança de mentalidade, essa transformação encerra suas próprias contradições e efeitos deletérios. Que fique claro: não há criação de filhos que seja livre de sintomas, desencontros e sofrimentos, porque essa é uma condição intrínseca às relações humanas. Isso não significa que não devemos nos dedicar a refletir sobre como lidar com elas. Mas fingir que existiria uma parentalidade garantida e isenta de sofrimentos é uma das maiores fontes de adoecimento da atualidade. (IACONELLI, 2021t, n. p.).

Além disso, o tema da sexualidade revelou-se uma grande preocupação de Iaconelli, sobretudo quando se trata de educação sexual nas escolas e em casa, como ilustra o trecho:

O combate à gravidez indesejada e às doenças sexualmente transmissíveis passa por apresentar e fornecer métodos contraceptivos e preventivos de uma forma dialógica, que inclua escutar os jovens e suas inseguranças e aspirações diante do sexo; oferecer ao jovem alternativas profissionais/educativas que concorram com o projeto paternidade/maternidade; valorizar as mulheres fora da gestação e não apenas nessa época e lutar pelo direito ao aborto. (IACONELLI, 2020b, n. p.).

Já o termo “sociedade” refere-se à instância onde se inserem as discussões sobre parentalidade, uma vez que, como vimos, esta não é restrita à esfera privada, mas sim influenciada e regulada pela coletividade e pelo Estado. Exemplo disso é que existe uma “correlação entre satisfação com a parentalidade e as condições sociais favoráveis à sua execução, revelando que não se trata apenas de assunto de foro íntimo, mas essencialmente social” (IACONELLI, 2021s, n. p.).

A partir da décima primeira posição, vamos destacar de forma generalista alguns termos: “outro” reforça a questão da alteridade, conforme mencionamos na parte teórica (HAN, 2017), perpassando as preocupações parentais. Há ainda palavras que remetem a cuidado, manifestação essencial da parentalidade, já que “não temos filhos, cuidamos de filhos” (IACONELLI, 2020j, n. p.), e tentativa, natureza desta função:

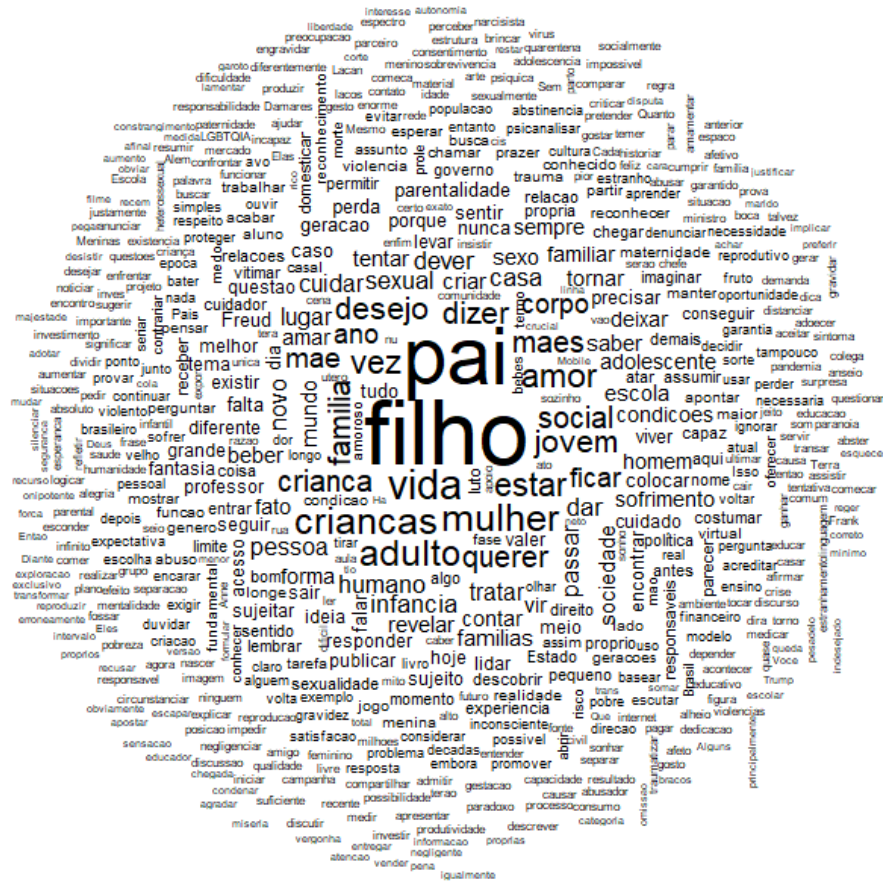
Pais e mães, assumindo que deveriam e poderiam tudo prever e corrigir, entram em parafuso quando se deparam com a vida como ela é. Dessa pretensão recolhem hesitações sem fim por medo de errar ou, ainda, desistem até de tentar, sendo negligentes. (IACONELLI, 2021t, n. p.).

Além disso, termos como “desejo”, “falta” e “sofrimento” deixam antever a formação psicanalítica de Vera e fazem parte de seu jargão profissional. Vemos ainda termos que se referem ao amor parental, às questões escolares e condições.

Sobre o amor, é um sentimento que guia as preocupações parentais, dificilmente dissociadas do sentimento que pais nutrem por seus filhos e vice-versa. Já as questões escolares estão entre as prioridades dos pais, sobretudo no contexto pandêmico, em que a escola não pôde cumprir plenamente seu papel de dar suporte à casa e à família. Uma descrição mais aprofundada foi feita em tópicos anteriores correspondentes aos temas.

Ademais, o termo condição nos deixa antever que a parentalidade está entre os aspectos essencialmente humanos, juntamente com seus fatores associados, como o medo da perda e a necessidade de proteger e educar a prole. Segundo ela, no exercício parental, devemos ter “consideração e respeito pela condição humana, nossa e deles” (IACONELLI, 2021t, n. p.). De outro lado, nos remete às discussões propostas por Iaconelli sobre a importância de que haja condições sociais para o exercício da paternidade e da maternidade (IACONELLI, 2021x, n. p.).

A seguir, dando sequências às análises textuais, veremos algumas nuvens de palavras que podem nos ajudar com mais reflexões sobre a nossa amostra.



**Figura 5** – Nuvem de palavras com a amostra total, contando com limpeza.

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir do Iramuteq.

As visões textuais por nuvem de palavras são popularmente empregadas para analisar grandes amostras de texto. Conceitualmente, demonstram palavras dispostas em forma de nuvem e seu tamanho varia de acordo com a quantidade de aparições no *corpus*, ou seja, “as palavras maiores são aquelas que detêm maior importância no corpus textual, a partir do indicador de frequência ou outro escore estatístico escolhido” (SALVIATI, 2017, p. 79).

Neste ponto, informamos ainda que, embora bebam da mesma fonte, a tabela e as nuvens de palavras podem conter variações por conta do diferente tratamento de dados oferecido a cada uma delas. Por exemplo, no caso das nuvens de palavras, os agrupamentos de palavras não ocorrem, sendo cada variação contabilizada de forma individual. Por isso, conjuntos lexicais que

são relevantes quando agrupados, como, por exemplo, no caso da tabela, podem aparecer nas nuvens de forma pulverizada.

Assim, em complemento à disposição em tabela, temos, a partir das nuvens, uma mais rápida identificação das palavras mais importantes da amostra. Nesta primeira versão, foi utilizado o *corpus* de forma total e, a partir disso, feita uma limpeza simples, retirando palavras que poderiam poluir a visão e não acrescentar sentido a ela, como algumas preposições, advérbios, conjunções, artigos, pronomes, etc., como, por exemplo, “de”, “para”, “não”, “e”, “mas”, “mais”, entre outras. Neste modelo, saltam aos olhos as palavras do *ranking* principal (visto anteriormente em tabelas), mas ainda contamos com a aparição de palavras importantes e não presentes nas visões até o momento.

Inicialmente, vamos aprofundar o tema da psicologia e da psicanálise e como aparecem nos textos de Vera Iaconelli. Eles demonstram seu lugar de fala e também dão suporte às opiniões da especialista. O pai da psicanálise, Sigmund Freud (1856-1939), é citado em 20 momentos diferentes, enquanto Jacques Lacan (1901-1981), que revitalizou a especialidade, é citado por seis vezes. São referenciadas diversas obras de ambos a fim de embasar reflexões sobre fantasia, desejo, luto, sofrimento, perda, prazer, trauma, dor, amor, entre diversos temas que perpassam o inconsciente humano, conforme ilustra o trecho a seguir:

Temos filhos por motivos alheios a quem eles são e tão inconscientes que nem vale a pena perguntar. Mas vale sim — e isso é crucial — nomear as fantasias que criamos para preencher essa falta estrutural de respostas. As fantasias inconscientes dirigem nossas vidas sem que admitamos, nos adoecem e são o que uma análise busca elucidar. Freud o descobre e Lacan o precisa no seminário de 1966-1967, “A Lógica do Fantasma”. (IACONELLI, 2020g, n. p.).

Não acreditamos, ainda, ser à toa que seja Vera Iaconelli, uma psicanalista, a ter lugar de fala tão destacado em uma mídia de grande circulação nacional. A popularização do tema, que citamos inicialmente, e a ampla preocupação atual com a saúde mental, sobretudo a partir da pandemia de COVID-19, justificam o interesse de pais e responsáveis neste tipo de olhar, especialmente no sentido de saber como a figura e o cuidado parentais podem contribuir ou não para um bom desenvolvimento psíquico infantojuvenil, mitigar traumas e fortalecer a saúde emocional de seus filhos. Esta preocupação aparece no excerto:

A questão do trauma é assunto quantíssimo para a teoria psicanalítica, que caiu na boca do leigo na forma da insistente pergunta: “ele vai ficar traumatizado?”. A ideia de que ficamos traumatizados a cada lufada de vento é surpreendentemente atual e convive com nossa forma midiática e equivocada de lidar com o tema. (IACONELLI, 2021o, n. p.).

Destacamos ainda as críticas de Iaconelli à gestão anterior do governo federal brasileiro, tema representativo e perceptível pela nuvem de palavras a partir de termos como “governo”, “Estado” e “política”. O Estado brasileiro é muito citado como instituição neutra. Mas os demais termos são associados à crítica ao governo brasileiro, comandado por Jair Bolsonaro de 2019 a 2022, um reconhecido político de extrema-direita, e que foi marcado por polêmicas, algumas relacionadas à infância e outros assuntos que impactaram diretamente a vida das famílias brasileiras no período. É frequente nos textos de Iaconelli a crítica às diretrizes educacionais do governo, sobretudo no que tange à educação sexual. Damares Alves, que esteve à frente da pasta ministerial da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no citado governo, também é recorrentemente citada e criticada negativamente. Algumas ações justificam as menções, tais como a política de educação sexual adotada pelo governo e compartilhada nas escolas, que preconizava a abstinência sexual, medida já conhecida cientificamente como não eficaz contra a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência ou abusos, questão citada em textos como “A primeira vez dos jovens” e “Etiqueta sexual na infância”. Outra recorrência é a condenação por Iaconelli do então governo no que tange à gestão da pandemia.

Os termos “fase” e “geração” dizem respeito à natureza transitória e comparativa da parentalidade. As fases da vida podem ser resumidas em infância, adolescência e vida adulta, sendo as duas primeiras focos da coluna de Vera Iaconelli, com o objetivo de preparar pais e responsáveis para as diferentes demandas de cada uma. Entretanto, a psicanalista não deixa de mencionar a fase em que os pais se tornam pais de adultos, e não mais de crianças e adolescentes, o que clama por outro tipo de preparo. Além disso, diferentes gerações se encontram na relação parental e os conflitos são inerentes ao processo. Ademais, o exercício da parentalidade diz respeito ao cuidado com as novas gerações. Quer sejamos pais de outros indivíduos ou não, pensando no âmbito geracional, somos responsáveis pelo legado aos próximos grupos humanos que nos sucederão, devendo ser esta uma preocupação de todos, conforme explicita o trecho a seguir:

A segunda questão é um paradoxo dentro do outro. Afirmar que cuidar da infância é cuidar da mulher reproduz, erroneamente, a ideia de que crianças são um assunto de mulheres.

A nova geração de cidadãos da qual o país depende para o futuro da Previdência, da segurança pública, enfim, para a construção de uma sociedade, ao ser entendida como assunto de mulheres e mães, revela um flagrante de misoginia e injustiça social histórica e datada. Então, priorizar a infância é cuidar urgente —e circunstancialmente— de mães que realizam o oneroso trabalho reprodutivo, embora não remunerado. Mas, acima de tudo, reconhecer que esse não é um assunto delas, mas de todos: empresas, Estado e sociedade civil. (IACONELLI, 2020h, n. p.).

Isso se relaciona ainda com o conceito de “limite”, que é uma das grandes funções dos pais e cuidadores e que possui diferentes roupagens a depender da fase:

A cada nova etapa somos apresentados a um sujeito diferente: bebê, criança, pré-adolescente, adolescente, jovem adulto, adulto, velho. E a cada nova etapa temos que nos transformar — não sem susto — em um novo pai/mãe. Pais de bebê cuidam sem parar, pais de criança cuidam sem parar e põem limite o tempo todo, pais de adolescentes cuidam, põem limites, mas os recebem também. Como se diz "é como videogame, cada nova fase fica mais difícil". Eu completaria: a cada nova fase você se depara com um estranho que jurava conhecer desde sempre, mas obviamente não. Diante de uma gestação, só o tempo dirá o que seremos capazes de construir juntos. Não é assustadoramente promissor? (IACONELLI, 2020m, n. p.).

Também é premente a preocupação de Iaconelli com a segurança de meninas, especificamente, devido ao contexto de maior vulnerabilidade a que elas ainda estão submetidas muitas vezes. Isso é perceptível a partir de palavras como “menina”, “meninas”, “violência”, “abuso”, “corpo” e “denunciar”. Causa importante desse contexto é a idealização de família *versus* sua real apresentação no cotidiano:

Presa à miragem que não corresponde à experiência, a família vive a negação de si mesma, envergonhada de sua condição real, em falta com o modelo mais afeito aos anos 1950. “Cidadãos de bem” são tão ciosos dessa imagem que a defendem a pauladas. Se juntarmos a violência contra a mulher, os feminicídios, o abuso — sexual ou não — de crianças e a negligência aos idosos teremos números astronômicos. A família que a extrema direita diz defender é uma das causas de tanto sofrimento. (IACONELLI, 2021x, n. p.).

Além disso, o processo educacional de crianças do gênero feminino ainda é composto por muitas marcas sociais que corroboram com a lógica machista e patriarcal, pois:

Meninas são educadas para serem bonitas, compreensivas, amáveis e cuidadoras. Sabe-se que estatisticamente os elogios às meninas se concentram em sua aparência e amabilidade, ficando a inteligência e a coragem reservadas aos meninos. Elas servem aos outros sob pretexto de que são naturalmente cuidadoras, como se o cuidar não fosse fruto de aprendizado. (IACONELLI, 2020o, n. p.).

Por isso, a autora incentiva as discussões sobre corpo a fim de que, com uma maior consciência corporal, seus limites e desejos, todos os envolvidos no cuidado estejam munidos de informações que possam, se não salvaguardar crianças e adolescentes de abusos, ajudar na identificação e denúncia. A saída é pela comunicação, não pela falta dela.

A situação de abuso pode ser episódica —um deslize da vigilância dos responsáveis— ou repetida ao longo dos anos, acobertada pela convivência desses mesmos adultos, eles também abusadores passivos. As vozes que tivemos a infelicidade de ouvir compactuam perversamente com essa visão ao acusar a vítima de ser cúmplice do abusador. Não devemos calá-las, mas escancarar sua perversidade. O atual desmonte do Disque 100 — canal de denúncia e combate ao abuso infantil— pela administração Damares nos alerta para isso. (IACONELLI, 2020f, n; p.).

Para muito além da vida privada, a coluna tem, entre suas atribuições, o objetivo de discutir a parentalidade de forma inserida, e não apartada, ao restante do mundo. Essa esfera pública começa pela inclusão do assunto entre as prioridades da comunidade (um dos principais termos vistos na análise do *corpus*) ao seu redor. Como contrapartida, a família também precisa estender seus tentáculos e olhar para o mundo externo, sabendo que forma indivíduos para a convivência social, conforme pode ser visto no texto “Amor à família é álibi perfeito” (IACONELLI, 2020d).

Por sua vez, os termos “estranho” e “sujeito” relevam-se fonte importante de interpretação. O primeiro termo, além de referir-se a um indivíduo desconhecido, é empregado por Iaconelli em seu sentido psicanalítico, a fim de representar experiências de estranhamento que possam ocorrer no exercício da parentalidade. Ao abordar a natureza contingencial do amor parental, por exemplo, ela reforça essa ideia ao dizer que, como “a criança espelha nossas fantasias, nem sempre gostamos do que elas nos revelam do estranho em nós” (IACONELLI, 2020m, n. p.). Já o segundo nos direciona à individualidade de cada pai e cada filho, possibilitando que as dimensões mais ímpares de cada ser se encontrem na relação parental não de forma simbiótica, mas de forma conjunta que preserva os sujeitos em suas particularidades. Por isso, reitera que:

Pais, mães e cuidadores não são tábulas rasas a serem adestrados por especialistas. São sujeitos com uma história, com inconsciente, com sofrimentos e alegrias que serão transmitidos aos filhos quer queiram, quer não. As crianças tampouco são sujeitos genéricos, moldáveis às expectativas e desejos da geração anterior. (IACONELLI, 2021q, n. p.).



Já o termo “reconhecimento” aparece tanto no sentido de atentar-se para algum acontecimento quanto em seu sentido social ligado à parentalidade. Por mais que pais e responsáveis possam ser avisados sobre o fato de que o reconhecimento da sociedade e de seus próprios filhos pelos anos de cuidado é algo facultativo, a expectativa em relação a isso é praticamente incontrolável, conforme explicita o escrito a seguir. Para Iaconelli,

a pressão pela assunção da maternidade ainda é tão maciça que muitas mulheres mal cogitam não se tornarem mães, iludidas com a ideia de que a maternidade lhes dará um lugar de reconhecimento social. Esse lugar existe, mas é um misto de Madona, valorizando a graça de carregar um bebê em seu corpo, com o lugar da desprezada Geni, acusada de nunca estar à altura de tal milagre. (IACONELLI, 2021a, n. p.).

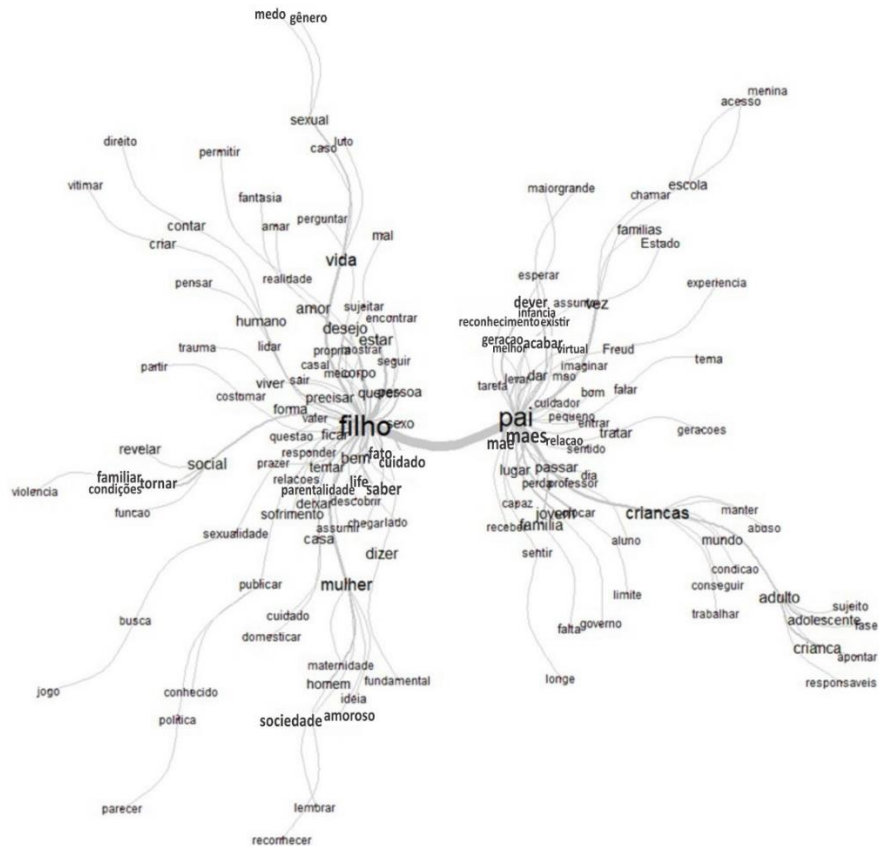
Por fim, a palavra “gravidez” suscita uma discussão relevante da coluna: a dissociação entre perinatalidade e parentalidade. Perinatalidade é um processo biológico que acontece quando um feto é gerado, enquanto a parentalidade é uma escolha e fenômeno social. A quebra de expectativas entre o processo de engravidar, gestar e parir do de cuidar, educar e formar seres humanas é necessária para entender esses fenômenos, já que, “nem sempre há desejo de filhos e ainda, nem sempre o desejo de filho coincide com aquela gravidez” (IACONELLI, 2020m, n. p.). Sobre isso, temos que:

Gravidez é um acontecimento biológico que só o portador da notícia saberá avaliar se é caso de comemoração, choro ou enfado. Entre a vida sexual que buscamos ter e o número de filhos que queremos, fica a prova de que reprodução e sexo não se confundem na espécie humana. (IACONELLI, 2021h, n. p.).

Desta forma, vimos que a visão proporcionada pela nuvem de palavras pôde ser complementar à tabela de principais agrupamentos lexicais. Após isso, vamos agora passar à análise de coocorrências, também denominado de gráfico de similitudes. Segundo Bardin (2020, p. 173), este indica a “aparição de duas ou várias unidades de registro na mesma unidade de contingência”.

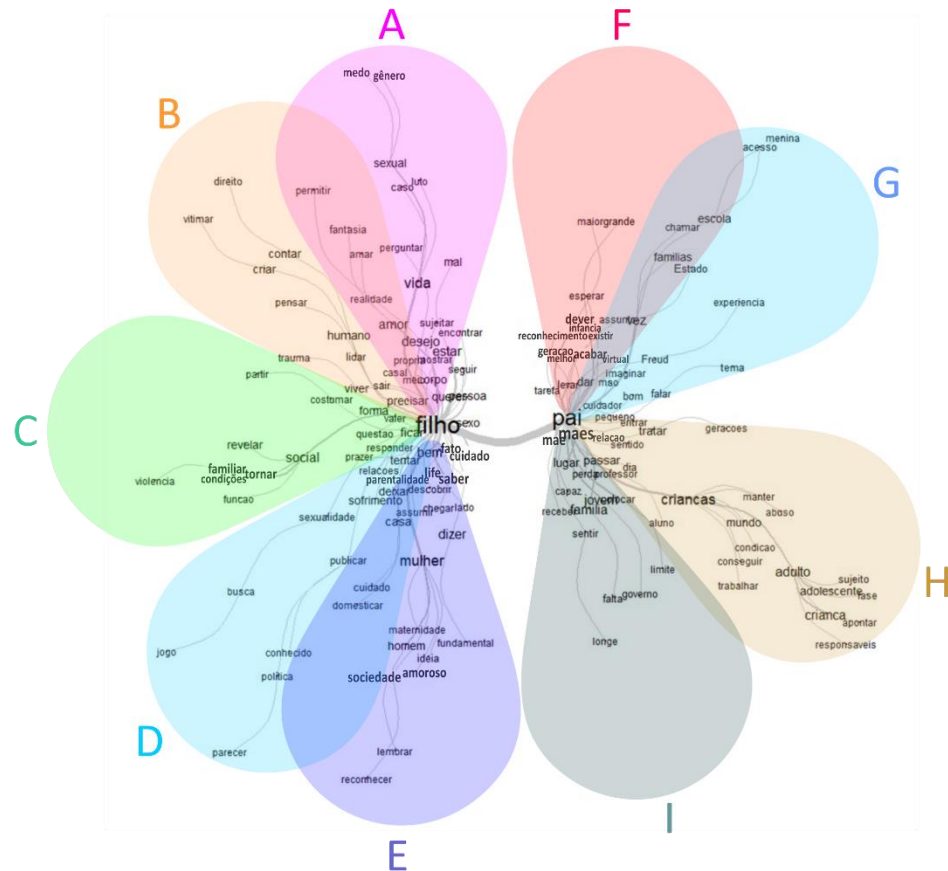
No Iramuteq, a análise de similitude mostra um grafo que representa a ligação entre palavras do corpus textual. A partir desta análise é possível inferir a estrutura de construção do texto e os temas de relativa importância, a partir da coocorrência entre as palavras. Ela auxilia o pesquisador na identificação da estrutura da base de dados (corpus), distinguindo as partes comuns e as especificidades, além de permitir verificá-las em função das variáveis descritivas existentes. (SALVIATI, 2017, p. 69).

Seu resultado fornece palavras centrais e outras associadas a elas, indicando linhas de raciocínio utilizadas na construção do discurso. Além da correlação entre elas, as palavras principais aparecem em tamanho aumentado, à semelhança do mecanismo utilizado em nuvens de palavras. Por isso, o gráfico de similitudes consegue conectar as palavras indicadas no *corpus* textual com suas frequências e disposições no texto, fazendo uma simbiose da análise textual, disposta em formato de tabela, com as nuvens de palavras que analisamos acima. Ao processar os dados da ferramenta, o primeiro gráfico gerado pelo Iramuteq resultou-se ininteligível por conta do alto número de palavras de natureza comum e repetitiva, como conectores, verbos auxiliares, preposições, entre outros. Por isso, foi necessária a geração de um outro gráfico de similitudes, considerado neste trabalho, para o qual os critérios utilizados foram palavras que apareciam mais de 10 vezes, tendo contado ainda com a retirada de sinais de pontuação, artigos, preposições e alguns advérbios, conjunções e outras palavras que não agregariam sentido às análises. Por isso, faremos a seguir uma análise dos principais eixos demonstrados no gráfico de similitudes principal.



**Gráfico 1** – Gráfico de similitudes com palavras cuja frequência é maior que dez vezes - versão limpa.

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir do Iramuteq.



**Gráfico 2** – Gráfico de similitudes com palavras cuja frequência é maior que dez vezes - versão com setorização.

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir do Iramuteq.

A partir do exposto, vamos analisar os principais temas perceptíveis no gráfico de similitudes principal, o qual dividimos em nove macrotemas ou eixos, conforme setorização indicada no gráfico 2, diferenciados pelas siglas de A a H. Pela natureza da amostra, o gráfico foi automaticamente dividido em dois grandes blocos, um centrado na figura do filho e outro associado ao papel do pai.

O eixo que estamos denominando “A” relaciona “filho” diretamente a termos como “vida” e “humano”, que, por sua vez, conectam-se a palavras como “amor”, “vida”, “desejo”, “corpo”, “luto”, “sexual”, “medo”, “gênero”, “fantasia”, “direito”, “trauma”, “amar”, “humano”, “criar”, “contar”, “lidar”, “viver” e “partir”, entre outros, o que nos fornece uma leitura que remete à natureza mais singular desta figura filial, que é fruto de idealizações, fantasias e do desejo de uma ou mais pessoas que desejam oferecer cuidado a outro ser humano que, idealmente, o/a sucederá. Essa raiz ainda fala sobre o medo que a parentalidade traz, a percepção de corpo, seja da mãe, seja do bebê, às discussões de gênero, sexualidade e papel no cuidado, além de expressões desse amor, como a preocupação com o trauma; a necessidade de processar a partida do filho crescido, ou a partida dos próprios pais; ou, ainda, o luto, seja o causado por uma perda real, filial ou parental, seja o luto necessário em relação ao filho ideal e projetado para o filho que realmente existe e torna-se sujeito na relação.

Já no eixo “B”, a figura do “filho” relaciona-se primeiramente com sua dimensão “social”, e termos associados à esfera pública, como “condições”, “função”, “tornar”, “familiar”, “questão”, entre outras, o que, como vimos, retira a parentalidade somente do ambiente doméstico e projeta-a às questões e às condições coletivas, que estão diretamente envolvidas no exercício parental. Há ainda as relevantes discussões sobre funções de cuidado dentro da família, o que precisa ser discutido em ambas instâncias e retirado da jurisdição unicamente feminina.

A raiz “C”, por sua vez, conecta “filho” a “sexualidade”, “sofrimento”, “relações”, “busca”, “conhecido”, “política”, “jogo”, e “parecer”, o que tem a ver com a educação sexual de crianças e adolescentes, preocupação de Iaconelli, de pais e responsáveis, além de pauta governamental, embora, como discutimos, não tenha sido abordada da forma ideal nos últimos anos no Brasil. A falta de substrato comunicacional ao abordar essa questão com o público jovem é causa de sofrimento e precisa contar com políticas públicas para sua correta efetivação.

Encerrando o braço de análise do radical, no eixo “D” “filho”, temos algumas conexões com “mulher”, “parentalidade”, “assumir”, “lado”, “cuidado”, “maternidade”, “sociedade”, “homem”, “reconhecer”, “lembrar”, “fundamental”, termos que, após leitura atenta, vemos estarem associados às críticas de Iaconelli à sobrecarga feminina na parentalidade e aos chamados que faz para que homens assumam seu papel nesta conta, que a sociedade reconheça essa situação e passe a questioná-la e subvertê-la ainda mais.

Iniciando a análise dos eixos que têm origem na palavra “pai”, temos o braço “E”, que associa palavras como “tarefa”, “dar”, “assunto”, “dever” e “reconhecimento”. Além disso, o eixo “G” conecta-se com essa temática, ligando o radical principal a “crianças”, “mundo”, “manter”, “abuso”, “condição”, “adulto”, “adolescente”, “sujeito”, “fase”, “criança” e “responsáveis”, que dizem respeito às discussões mais conceituais sobre a parentalidade, as tarefas, deveres e direitos a ela associadas, seu papel, o reconhecimento esperado, mas nem sempre realizado, aos desafios geracionais, às diferentes fases da vida de um filho, além da prevenção de abusos, que é uma preocupação pungente de pais, responsáveis e cuidadores atualmente.

Por outro lado, o eixo “F” associa a figura do pai ou dos pais a termos como “Freud”, “imaginar”, “famílias”, “Estado”, “escola”, “acesso” e “menina”. O desenho divide-se em dois grandes macrotemas: a abordagem psicanalítica sobre a parentalidade e a mobilização necessária de pais, da sociedade, do Estado e da escola quando falamos da educação, sobretudo a educação sexual, e o cuidado com meninas. A proteção a esse público vulnerabilizado dentro da infância e da adolescência passa pela superação de estereótipos de gênero, que são transmitidos geracionalmente e que contribuem para que meninas e mulheres tenham mais dificuldade de denunciar abusos sofridos. Uma educação libertadora e emancipadora, especialmente para meninas, passa pela educação em casa, mas não se restringe a ela, sendo necessária a mobilização da sociedade geral e do Estado no enfrentamento a esse desafio.

Por fim, o eixo “H” conecta “pai” a palavras como “mãe”, “mães”, “perda”, “capaz”, “aluno”, “professor”, “lugar”, “jovem”, “família”, “sentir”, “falta” e “longe”, o que sinaliza as discussões sobre o papel da educação e a divisão de gênero no cuidado com as crianças e adolescentes, sobretudo quando a escola ficou provisoriamente restrita à virtualidade no período pandêmico, o que exigiu dos atores sociais envolvidos no cuidado que lidassem com temas como a falta, a saudade e a perda desse lugar de apoio da família. Nesse contexto, as mães ficaram ainda mais sobrecarregadas de tarefas e foi premente discutir a distribuição mais igualitária entre pais e mães, contribuindo ainda para que estes valorizassem ainda mais a escola como também fator constitutivo de sua rede de apoio, essencial para o exercício da parentalidade no cotidiano.

Encaminhando-nos ao final da análise, temos que a abordagem qualitativa sobre a amostra e o corpus determinados, tendo em vista nosso objeto, contexto e hipóteses, obteve importantes gatilhos provenientes das visões trazidas pelo Iramuteq. E, unidos tais esforços, ensaiaremos apontar, a seguir, quais novas narrativas podem ser apreendidas a partir dos escritos de Iaconelli

tendo em vista a tríade: amor, educação e comunicação, resgatando um embasamento conceitual que nos ajudará neste processo.

#### 4.5 Novas narrativas da parentalidade contemporânea

*Não nascemos virtuosos, mas nos tornamos. Como?  
Pela educação, pela polidez, pela moral, pelo amor.*

*(Comte-Sponville)*

A partir da análise anterior, que objetivou entender como são descritos e se articulam os conceitos de amor, educação e comunicação aplicados à parentalidade contemporânea e teve como base a coluna da psicanalista Vera Iaconelli, conseguimos apontar alguns caminhos em relação às novas narrativas que têm sido tecidas nesta temática.

As narrativas midiáticas do tipo real, como o caso da citada coluna, são “uma porta de entrada privilegiada para a compreensão do comunicacional e do social” (CARVALHO, 2016, p. 140) e lidar com elas exige esmero científico:

Se narrar é gesto imperfeito, não há totalidade a ser apreendida, mas fragmentos que deixam ver – ou ocultam – a riqueza e a multiplicidade da vida social. Lidar com narrativas – midiáticas ou não – requer, como consequência, cuidados teóricos e metodológicos que evitem erros como a busca por sentidos imanentes e/ou cristalizados. Em suma, o desafio é encontrar metáforas que sejam potencialmente inovadoras também nesse terreno, sob o alerta de que metáforas são profícuas enquanto não as transformamos em tentativas de explicação literal. (CARVALHO, 2016, p. 140)

O esforço é recompensado ao analisar um fenômeno social a partir de narrativas, já que estas são “as múltiplas facetas do social, ou das nossas sociedades contemporâneas, com seus arranjos e desafios de leitura” (CARVALHO, 2016, p. 134). Assim, conseguimos depreender suas metáforas e, por isso, podemos ter novas narrativas a cada novo olhar sobre um mundo textual narrativo, dada a sua riqueza (CARVALHO, 2016). Além disso, vemos que novas narrativas, “envolventes e afetivas” (NASSAR; RIBEIRO, 2012, n. p.) estão sendo escritas e já contribuem para mudanças positivas no entorno social, apesar de, frequentemente, não estarem em linha com as relações sociais dominantes (FERREIRA, 2014). Por isso, “se faz necessário [...] discutir a

reinvenção das narrativas postas como possibilidade para mudanças sociais significativas” (NASSAR; RIBEIRO; TAMURA, 2018, p. 9).

Neste sentido, apontaremos, sob nosso olhar e com esses insumos, o que podemos inferir acerca das novas narrativas sobre a parentalidade contemporânea a partir dos objetos e eixos de análise: a comunicação, a educação e o amor, sobre o *corpus* selecionado, utilizando, para isso, excertos ilustrativos.

#### 4.5.1 Novas narrativas da comunicação

Além de campo do conhecimento base deste trabalho, a comunicação constitui atualmente assunto para debates públicos, especialmente quando abordamos a questão das redes sociais e das telas, preocupação comum entre pais, responsáveis, educadores e especialistas. A dinâmica familiar contemporânea no contexto da era da hipercomunicação, entretanto, incentiva o uso desenfreado desses aparatos de comunicação e as consequências já são uma realidade: falta de foco e concentração, ansiedade, depressão (HAN, 2017), FOMO (acrônimo que, traduzido do inglês, quer dizer “medo de perder oportunidades”) (CRISPINO, 2018), entre outros. Segundo Iaconelli, o perigo é iminente, e afirma que o uso sem supervisão da *internet* e do celular é um perigo real. Segundo ela, “se fizermos um paralelo — um tanto forçado — entre a criação da internet e o domínio do fogo, diria que estamos deixando nossas crianças brincarem com o que não deviam. (IACONELLI, 2021r, n. p.).

Atualmente, entre crianças e adolescentes, a dependência desses aparatos tecnológicos traz à tona discussões parentais que envolvem o limite de uso, além da importância da mediação, supervisão e envolvimento das instâncias de cuidado: família, escola, sociedade e Estado. Protegê-los dos fenômenos (como o *cyberbullying*, a exposição precoce à pornografia e outros) próprios desses novos tempos é trabalho coletivo. Além disso, pais, responsáveis e educadores também estão aprendendo enquanto ensinam. Iaconelli resume esse momento e aponta o exercício reflexivo e informativo como a saída:

O abismo da comunicação é preenchido pelas redes virtuais — antes era a rua —, nas quais as informações jorram sem o menor filtro. Mesmo quando são de qualidade, não cumprem a função educativa, que para merecer esse nome tem que ser paulofreiriana: oferecer informações de qualidade, que contemplem questões formuladas pelos jovens de

forma significativa em suas vidas singulares, promovendo reflexão — antídoto para governos autoritários. (IACONELLI, 2020a, n. p.).

Se, de um lado, a comunicação é vilã de muitas das preocupações parentais atuais, de outro, enquanto criadora de espaço midiático, pode ser vista como instrumento para a promoção de mais igualdade e diversidade nesses locais. Como exemplo desse emprego, campanhas de comunicação são ferramenta valiosa para a reflexão e a aceitação social dessas novas narrativas da parentalidade, especialmente quando falamos de novas configurações familiares. Elas têm, em si, a capacidade para não somente criar, mas também validar essas novas narrativas. Em um cenário em que se fala cada vez mais sobre a importância de representar midiaticamente esses novos formatos, esforços narrativos podem contribuir para suscitar debates sobre a inclusão, a diversidade, a igualdade, direitos e deveres parentais e a articulação social que deve permear os cuidados com as novas gerações, de forma a que também possamos dar voz e vez aos vulneráveis, como famílias e crianças invisibilizadas. Como exemplos, Iaconelli aponta o papel de campanhas pela primeira infância:

Todas as campanhas pela primeira infância são fundamentais e bem vindas, pois baseiam-se no dado crucial de que os primeiros anos são janelas de oportunidade que se fecham e que é infinitamente mais rentável investir no começo da formação do que se houver com as distorções psíquicas e sociais de uma geração que não foi bem assistida. (IACONELLI, 2020h, n. p.).

E também cita a campanha de dia dos pais protagonista por Thammy Miranda, um homem trans:

Sim, já podemos pensar em um homem trans para encabeçar uma campanha sobre paternidade, pois há espaço para tal, ou usando termo da filósofa Judith Butler, esse gênero se tornou um tanto mais inteligível. O mérito da campanha é estimular essa inteligibilidade. (IACONELLI, 2020s, n. p.).

Assim, vemos o protagonismo da questão comunicacional na atualidade, elevada a um novo patamar no contexto do surgimento da *internet* e da intensificação dos fluxos comunicacionais. Neste contexto, enquanto seu uso irrestrito pode gerar problemas, de outro, alcança novos olhares nunca antes imaginados. Para além do maniqueísmo da questão, há de se tecer reflexões que promovam a comunicação enquanto algo conscientemente voltado à promoção de novas narrativas afetivas e que contribuam para a humanização, a sensibilização e,



consequentemente, a proteção do núcleo familiar e, em última instância, que promovam a proteção de crianças e adolescentes em prol de uma sociedade mais justa para as gerações que nos substituirão.

Por fim, à semelhança do tópico atual, a seguir, vamos compilar e discutir as novas narrativas pungentes, desta vez no que tange à educação.

#### **4.5.2 Novas narrativas da educação**

Entre os temas que podemos destacar no que diz respeito às novas narrativas sobre a educação de crianças e adolescentes sob a perspectiva parental, temos o posicionamento de Iaconelli reforçando nossas reflexões anteriormente feitas acerca do assunto.

A pandemia de COVID-19 acalorou as discussões sobre o papel da escola. Conceitual e academicamente, já era vista como espaço essencial de socialização, aprendizado, cidadania, além do aspecto relacional. Mas, no âmbito popular, parecia mais ligada à função de cuidar dos filhos para que os pais pudessem trabalhar do que encarada em sua essência. Com o confinamento doméstico por conta do estado de exceção, Iaconelli traz à luz a visão da escola como espaço que vai muito além da educação formal e da função de creche. Ela reforça a ideia de que a educação é, ainda, muito mais do que a própria escola e de que este espaço, além da socialização, contribui para a formação de cidadania e da construção de afetos. No cenário de escolas fechadas, coloca que as crianças

sofrem porque a escola é parte importantíssima de sua relação com o mundo e primeiro passo na vida pública, para além do ambiente culturalmente restrito da casa. A escola é o lugar de criar laços afetivos, descobrir novas realidades e diferentes costumes, o que permite se distanciar da inevitável neurose — mas também psicose e perversão — da família de origem. (IACONELLI, 2020l, n. p.).

Em linha com essa discussão, é chamada à reflexão a dinâmica que colocava a escola apenas como extensão da casa, a que já não estava sendo dada a devida atenção. Ela afirma que, ainda durante a pandemia, no contexto em que “os serviços terceirizados que sustentam o dia a dia insano desabam, o sujeito se dá conta de que não frequentava os filhos, a família e a sua própria casa há um bom tempo” (IACONELLI, 2020n, n. p.).

Por isso, um aspecto a ser discutido acerca do âmbito educacional é a necessidade de que este espaço reflita uma mobilização real entre a família (casa) e a educação (escola), tendo o suporte da sociedade e a mediação do Estado (que representam a vida pública) nessa relação. Somente a partir dessa articulação é que a cidadania terá espaço. Assim, Iaconelli afirma, como um exemplo dessa dinâmica:

Escolas são lugares para reflexão, propícios para o enfrentamento de questões. Se houver alguma indicação inadequada de texto ou algum conflito entre alunos e professores, é prerrogativa da escola encontrar meios para enfrentar a situação. Havendo questões dos pais e responsáveis, estes devem se dirigir à coordenação e exprimir suas preocupações. (IACONELLI, 2021c, n. p.).

O último tema a ser destacado em relação ao papel educacional e da escola, temos a urgente priorização da educação sexual, com crítica e sem hipocrisia, que está vanguarda dos cuidados com crianças e adolescentes e reflete os perigos do nosso mundo, que ainda falha em protegê-los de abusos que, por vezes, se perpetuam na vida adulta e imprimem traumas profundos:

Falar sobre sexo com os filhos pode ser pedir demais para pais e mães sobrecarregados de temores e expectativas. Escolas e centros de saúde são lugares privilegiados para transmitir a informação e escutar os jovens sem o constrangimento que costuma existir entre pais e filhos. (IACONELLI, 2020a, n. p.).

Desta forma, vemos que as discussões suscitadas acerca da educação na coluna analisada aumentam sua importância entre as prioridades parentais. A escola deve, assim, ganhar protagonismo para além da extensão da casa, seguindo uma dinâmica própria e contribuindo para o diálogo entre a vida doméstica e a pública, não sendo refém da pressão consumista, tampouco servindo de vitrine para exibir os filhos. A sincronia entre essas instâncias deve suscitar debates que promovam a cidadania, a socialização e sejam ponte afetiva entre crianças, adolescentes e o mundo, que, embora possa seguir sendo um espaço ameaçador, possa ser modificado por esforços de humanização.

Além disso, a seguir veremos como o amor parental tem sido modificado a partir das novas narrativas que pretendem refletir sobre seu papel.

#### **4.5.3 Novas narrativas do amor parental**

As citadas mudanças sociais nos arranjos afetivos, como o surgimento do casamento por amor, o maior controle de natalidade e a liberdade sexual nas últimas décadas, causaram mudanças profundas na forma de ter e criar filhos. O que antes era algo compulsório e parte da vida adulta, torna-se uma escolha e, com isso, um projeto. Mais recentemente, a parentalidade já não tira dos pais as possibilidades de conquistar novos sonhos, ter uma carreira ou um relacionamento amoroso bem sucedido, embora não seja fácil conciliar todos esses aspectos, sobretudo para as mulheres, já que a superação dos papéis de gênero e o desequilíbrio no cuidado parental ainda enfrentam enormes desafios.

De toda forma, temos que a parentalidade é, hoje, mais um dos projetos possíveis da vida, mas não é o único e, por isso, demanda conhecimento, preparo, investimento, apoio profissional, dedicação e rede de apoio para sua realização, o que dialoga com o fato de ser, em grande parte, uma escolha possível dentre tantas outras. E, quando escolhida e celebrada, torna-se um esteio na vida dos indivíduos que se tornam responsáveis por outra(s) vida(s). Estes tendem a procurar por garantias, munindo-se de profissionais, serviços e produtos que possam reassegurar a eles sucesso nesta jornada. Isso tem um lado negativo e, segundo Iaconelli, “o uso mais nefasto que se pode fazer da parentalidade é aquele no qual o profissional vende a ideia de garantir, controlar, predizer a criação dos filhos e o bem-estar de pais e mães” (2021q, n. p.). Muitas vezes, entretanto, estes encontram frustração, pois nada os prepara completamente para os desafios parentais (IACONELLI, 2022), tampouco nossa tábua de salvação está na intensificação de práticas consumistas. Desta forma, é importante o esclarecimento de que:

Nunca houve um tempo no qual ter filhos fosse simples e livre de angústias. O que muda com cada época são as condições e respostas próprias para enfrentar o desafio. [...] Ao perder a transmissão geracional do cuidado com as crianças, restou ao especialista (pediatra, professor, psicólogo, fonoaudiólogo) intervir para que pais e mães não ficassem à deriva. Fato incontornável de uma cultura que foi se tornando cada vez menos afeita aos laços sociais não comerciais. O problema não é que o profissional responda a essa demanda, mas de que lugar o faz. (IACONELLI, 2021q, n. p.).

Somado a isso, é cobrado de pais e responsáveis que adiram a certos compromissos sociais, tais como o pacto de cuidar e proteger seus filhos de todos os males, o que, embora deva nortear o exercício, eleva a complexidade disso por se tratar de uma expectativa irreal. Essa busca por garantias reside, em partes, no fato de que a vida íntima, familiar e privada, possui importância sem precedentes na vida do indivíduo, cuja atuação pública a Pós-Modernidade reduziu ao mínimo,

legando-lhe quase que apenas a realização na instância doméstica. Com o distanciamento e a perda de fé nas instituições, a vida privada torna-se a espiritualidade contemporânea, mesmo que laica (FERRY, 2012).

Entretanto, a recente intensificação dos fluxos comunicacionais, a popularização das redes sociais e dispositivos móveis, a grande circulação de dinheiro, pessoas, produtos, serviços e a atuação feroz do neoliberalismo têm afrouxado até mesmo a convicção humana na realização individual (HAN, 2017). Com isso, os laços ficam ascendentemente superficiais, abalando ainda mais as estruturas da sociedade (BAUMAN, 2004).

Por isso, antevê-se que um resgate afetivo e amoroso é necessário e que é no encontro com o outro que está a saída para o enfrentamento às questões contemporâneas (MORIN, 2000; FREIRE, 1988). Ou seja, o sucesso coletivo do projeto da parentalidade enquanto expressão de amor, cuidado e solidariedade também depende da abertura coletiva para além dos filhos, voltando-se à comunidade, às instituições, ao coletivo, em busca da solidariedade. Além disso, se assumimos o compromisso com as novas gerações, é importante que se diga que, coletivamente, temos falhado em proteger nossas crianças de tudo. Se nas classes sociais mais altas os desafios vão do manejo com a escola, o uso intensificado dos celulares e a proteção ao abuso da porta pra fora, nas menos privilegiadas não se consegue garantir direitos básicos constitucionais, como alimentação, moradia, educação, segurança e dignidade.

E, neste contexto, agravado pelo fato de que “não há muitos debates públicos a respeito do amor”, como nos indica Bell Hooks (2021, p. 31), temos a chance de explorar o amor e sua força inerentemente transformadora da realidade social (HOOKS, 2021), processo que passa pela elevação das pautas afetivas, inicialmente privadas e domésticas, à discussão pública, em busca de saídas coletivas. Com isso, *Eros*, *Philia* e *Ágape* devem ser vistos como um conjunto de prioridades afetivas a nortear esforços colaborativos da humanidade, solicitação frequente na coluna de Iaconelli:

Mais interessante é a correlação entre satisfação com a parentalidade e as condições sociais favoráveis à sua execução, revelando que não se trata apenas de assunto de foro íntimo, mas essencialmente social. Onde não há apoio social, a relação com a maternidade/paternidade é bem menos gratificante e, portanto, mais evitada. Se uma geração vai colocar mais fichas na prole é porque o desejo pessoal encontra suporte discursivo e material para fazê-lo. (IACONELLI, 2021s, n. p.).

A questão das famílias reconstituídas e diversas também é uma tendência relevante a ser vista a partir da análise. As dissociações entre parentalidade e casamento e papel de gênero e função de cuidado, aliadas à ascensão não somente real, mas também midiática de famílias fora da lógica cis heteronormativa, são essenciais para entendermos esse movimento. Não é mais necessário casar-se para ser pai ou responsável por alguém, tampouco a parentalidade deva ser tratada como algo compulsório para quem engravida, por exemplo, ou exclusiva de homens e mulheres cisgênero e heterossexuais. Isso torna a parentalidade mais rica e inclusiva, além de um exercício que agrega diferentes pautas, não sem suscitar desafios. Por isso, é campo fértil para a aplicação de medidas de inclusão, diversidade e igualdade que têm sido solicitadas coletivamente e são expressão de afeto. Como exemplo, se, de um lado, falamos em igualdade salarial e inclusão social no ambiente de trabalho, discussões similares têm ocorrido no campo da parentalidade. Além da liberdade de exercê-la, que é muito relevante, a divisão mais igualitária de papéis e responsabilidades e o apoio coletivo ao exercício parental têm pautado as demandas, especialmente femininas. Entre casais heterossexuais, vemos que as mães têm solicitado sua saída do rol sagrado de exclusividade nos cuidados, chamando os pais a dividirem consigo a linha de frente.

Com a obrigação — e desejo — de ir trabalhar no mercado formal, a mulher se emancipou, gostou de ter seu próprio dinheiro e poder decidir o que fazer com ele, sem ter que aturar um marido-emprego. Trabalhando tanto ou mais do que os homens, não viu a realidade doméstica mudar na mesma proporção. As saídas para o impasse seriam: dividir igualitariamente o cuidado da casa e dos filhos, abrir fronteiras à imigração e admitir o encolhimento da população mundial — adaptando-se ao fato de que não teremos ninguém para empurrar nossas cadeiras de roda no final. (IACONELLI, 2021i, n. p.).

Já entre famílias compostas por pessoas de outras orientações sexuais e de gênero, a solicitação é ainda mais urgente: é pela validação de sua existência perante à sociedade, ao Estado, à escola e, por vezes, ao seu próprio círculo social, enquanto criam novas formas de cuidado e enfrentam os obstáculos inerentes ao pioneirismo. Já coletivamente, a pauta é por políticas públicas pela infância e adolescência e apoio coletivo para que o exercício parental deixe de ser necessariamente a única atividade de um dos pais, a fim de que todos possam encabeçar atividades produtivas enquanto exercem uma parentalidade ativa, presente e de qualidade. Neste sentido, a “defesa da família que faz algum sentido é aquela na qual lhe são oferecidas condições materiais de sua existência — políticas públicas — e respeito absoluto à sua diversidade” (IACONELLI, 2021x, n. p.).

Ainda em linha com a liberdade necessária para que se possa escolher cuidar de filhos e quando fazê-lo, duas noções fazem parte do arcabouço dessa nova parentalidade. Primeiramente, a desconstrução da ideia de que, por se tratar de uma escolha individual, reduz-se a uma pauta individual ou de um grupo específico. A parentalidade, assim como outros temas, é uma causa coletiva, pois a sucessão da espécie humana, a nova geração e como esta é tratada, é assunto de todos. Outra faceta desta moeda é exatamente garantir que, na dimensão individual, a parentalidade seja sempre uma escolha, o que passa pela garantia de direitos reprodutivos.

Como toda sociedade, precisamos que nasça uma nova geração de crianças para nos substituir, mas, diferentemente de culturas mais visionárias — que visam nossa preservação —, não criamos a menor condição para que pais e mães realizem essa tarefa. O impasse exige que o poder público e a sociedade como um todo assumam o protagonismo no suporte às próximas gerações. Longe disso, o que temos são aberrações políticas e as violações naturalizadas do direito reprodutivo [...]. Mas essa é só a ponta do iceberg do desrespeito ao direito reprodutivo, pauta feminista fundamental. Trata-se de uma guerra entre cidadãos e Estado, em que a maioria absoluta das vítimas são mulheres e crianças, mas da qual a sociedade como um todo não escapa. (IACONELLI, 2021s, n. p.).

Além disso, em suas novas roupagens, a parentalidade tem sido palco de mais suavidade no cuidado e de relações mais horizontais entre pais e filhos. Isso não inviabiliza a autoridade saudável dos pais, que deve privilegiar o desenho de limites e uma educação libertadora, mas, na prática, tem abalado pais e responsáveis, que buscam por equilíbrio entre esses novos formatos. A parentalidade contemporânea deve sim ser mais branda em relação às gerações anteriores, principalmente no que tange ao emprego de violências em seu exercício, mas há uma diferença clara entre buscar o caminho da mediação entre os filhos e o mundo de forma democrática e não exercer a necessária intervenção frente aos perigos, evitando impor limites, por exemplo. Pais e responsáveis não devem, principalmente, esquecer seu objetivo: a formação de indivíduos independentes, autônomos e prontos para a vida em sociedade, o que envolve uma educação não somente técnica e profissional, mas sobretudo cívica e moral, além de muito amor e empenho em sua constituição.

A nova paternidade, aberta ao diálogo e sensível aos filhos, carrega o fantasma do autoritarismo que a precedeu. Sabemos que o temor de ser autoritário — arbitrário, injusto e violento — deu lugar à hesitação do uso da autoridade necessária para educar — colocar limites, impor regras, marcar a diferença de gerações. De fato, o que mais se vê é a

oscilação entre a permissividade, para não ser odiado pelo filho, e o autoritarismo, por se tornar insuportável conviver com uma criança mal educada. (IACONELLI, 2021t, n. p.).

Por fim, o amor parental deve ir para além dos muros da casa e olhar seriamente para a questão das famílias vulnerabilizadas, deixando de lado a concepção de que haja “maternidades/paternidades/parentalidades “válidas”” (IACONELLI, 2021e, n. p.).

A maternidade é um luxo que só começa a valer a partir da classe média, casada, branca, cis e heterossexual. Fora desse espectro, toda a reprodução é tida como estorvo (proliferação de pobres e negros), psicopatológica (desqualificação da parentalidade de casais LGBTQIA+) ou inconveniente (suposta incapacidade de mães solteiras). O privilégio da parentalidade é ultrarrestrito e expõe a mentalidade tacanha que rege nossa sociedade. (IACONELLI, 2021e, n. p.).

Assim, o amor parental precisa ir além de si mesmo, reconhecendo discrepâncias sociais e servindo de instrumento para diminuí-las, transformando, portanto, *Philia* em *Ágape*. O amor aos filhos deve ser inspiração para uma atuação social mais proeminente, a partir de uma força social transformadora inerente ao amor (HOOKS, 2021). A demanda é ainda ir além da esfera do afeto e mobilizar instâncias de decisão, instituições e campos do conhecimento e da prática social para endossar essa pauta.

## Considerações possíveis

*A felicidade é somente real quando compartilhada.* Essa é a máxima final de Christopher McCandless ao encontrar-se em estado de inanição e profunda solidão no icônico ônibus verde-água que o abrigou nos últimos dias de sua vida no Alasca. Personagem do clássico do cinema, *Na Natureza Selvagem* (2008), McCandless, ao perceber sua condição de morte iminente, empenhou-se em deixar mensagens para a posteridade. Em seu exemplar de *Dr. Jivago*, foi encontrada a anotação em letras trêmulas. Após sair de casa para perseguir as aventuras que sempre o fascinaram, apresentava-se como Alex Supertramp. Viveu pouco, mas intensamente, explorando o território americano depois de frustrar-se com o consumismo que determinava os valores de sua família. Entretanto, ao fim da vida, viu-se traído pela própria idealização de que perseguir seus sonhos sozinho seria suficiente. Em sua trajetória, foram as pessoas que conheceu e deixou para trás as verdadeiras fontes de felicidade. Este trabalho falou de amor, palavra que Supertramp não utiliza em seu conselho, mas que guia as relações de que tanto sentiu falta em seus dias finais, articulando-o com a comunicação e a educação, que não deixam de ser expressões de afeto a outrem.

Para construir nossa contribuição sobre as novas narrativas do amor parental, inicialmente, fizemos uma contextualização histórica sobre o amor e as relações afetivas, a começar por uma introdução filosófica que explora o conceito de amor ao longo do tempo, sobretudo na filosofia ocidental, para, em seguida, traçar uma breve cronologia sobre as relações afetivas e as mudanças no casamento. O capítulo também destaca a revolução do amor na era da globalização, analisando como as relações têm se dado nesse contexto, e também explora a transformação da intimidade e como o amor parental se manifesta num contexto de globalização, Pós-Modernidade e liquidez nas relações. Por fim, abordamos os desafios da alteridade, ou seja, da compreensão e aceitação do outro, na Sociedade do Cansaço, que eleva os tentáculos do capitalismo à sua máxima potência neoliberal. Diante do afrouxamento das identidades, refletimos sobre a necessidade de resgate afetivo, narrativo e ritual do cotidiano. Essas reflexões ofereceram base para a compreensão das diferentes perspectivas e concepções do amor em perspectiva histórica e na sociedade contemporânea, problematizando a lógica consumista e neoliberal que preconiza metas de



realização pessoal a partir da matéria, e não das relações, propondo, então, o resgate de valores que promovam relacionamentos puros, reais e mais profícuos.

Já o segundo capítulo teórico abordou a temática da infância, da adolescência e da parentalidade a partir da relação entre comunicação, educação e afeto. Inicia-se com uma perspectiva histórica sobre o amor e o cuidado social com crianças e adolescentes, percorrendo diferentes épocas, como o Império Romano, a Alta Idade Média, a Europa feudal, o Renascimento, o Iluminismo, o pós-Revolução Francesa e até os dias atuais. O contexto brasileiro também é contemplado nessa análise e, embora os processos sejam distintos, guardam semelhanças em termos de percurso que consolida a infância e a adolescência como etapas distintas do desenvolvimento humano e possibilitam a valorização da parentalidade como fonte de felicidade na contemporaneidade. Em seguida, o excerto explora um breve histórico sobre os direitos adquiridos de crianças e adolescentes, enfocando as expressões de afeto que influenciam a sociedade e a esfera jurídica. Além disso, destaca a comunicação como um direito humano fundamental e sua relação com a educação, que é diálogo, é comunicação, é encontro e expressa afeto. Por fim, o capítulo apresenta reflexões sobre narrativas, reiterando sua importância na formação humana, e delineou-se o que entendemos do conceito de novas narrativas, que devem contribuir para a humanização da sociedade.

Finalmente, o capítulo de análise discute os desafios atuais da parentalidade no Brasil com base na coluna de Vera Iaconelli na *Folha de S. Paulo*, cuja amostra de 40 artigos constitui nosso *corpus*. A partir de procedimentos metodológicos, preparamos a amostra a fim de pô-la à prova da análise de conteúdo, metodologia selecionada, contando com a ajuda de ferramentas, como o Excel e o Iramuteq, para gerar visões que possibilitassem um olhar qualitativo e rico na etapa de inferências de resultados. Assim, pudemos destacar as novas narrativas sobre a parentalidade contemporânea, abrangendo os eixos que compõem o nosso objeto: a comunicação, a educação e o afeto ou, ainda, o amor parental.

Os artigos selecionados para o estudo compõem narrativas midiáticas e, com isso, são campo fértil para a compreensão do social e do comunicacional. Entretanto, devem ser tratados com cuidado, evitando buscar sentidos fixos. Ao analisar o fenômeno social da parentalidade atual por meio de narrativas, pudemos depreender suas metáforas e encontrar novas perspectivas que apontam caminhos. Essas novas narrativas são, então, envolventes e afetivas, e estão contribuindo para mudanças positivas na sociedade, especialmente por não estarem submetidas às relações

sociais dominantes. Por isso, reiteramos ser tão importante discutir e tecer novas narrativas sobre o mundo como uma forma de promover mudanças sociais significativas. Isso dialoga ainda com nossa visão sobre o poder transformador do afeto como agente de transformação e promotor de mais igualdade, solidariedade, inclusão e justiça.

Destacamos, então, as novas narrativas que pudemos inferir a partir do estudo. Primeiramente, no que tange ao eixo comunicacional, temos que o uso irrestrito das redes sociais e o excessivo tempo gasto por crianças e adolescentes em dispositivos eletrônicos preocupam pais, educadores e especialistas e, por isso, é defendida a mediação e a supervisão para protegê-los de efeitos prejudiciais. Adicionamos a isso nosso entendimento sobre a importância de que seja agregada a esse cenário a defesa à regulação dos grandes conglomerados de *internet*,<sup>26</sup> discussão que tem ganhado o espaço público e que é central quando falamos de resguardar crianças e adolescentes, que são sujeitos de direito e, por estarem em estágios iniciais de desenvolvimento, necessitam de proteção especial.

Além disso, reforçamos, ainda no aspecto comunicacional, o potencial midiático gigantesco que campanhas e outras iniciativas de comunicação têm de serem usadas para promover igualdade, diversidade e, conseqüentemente, novas narrativas sobre a parentalidade. Elas têm incentivado a reflexão sobre papéis de gênero, uma maior igualdade entre homens e mulheres no cuidado parental, validando, ainda, novas configurações familiares e paternidades fora do eixo cis heteronormativo, contribuindo, então, para a promoção de narrativas afetivas que protegem e acolhem diferentes tipos de famílias e, por extensão, as crianças e os adolescentes alvo de seus cuidados. Com isso, toda a sociedade ganha.

Já sobre a educação, as interpretações giram em torno da visão holística sobre esse tema, indo além da escola e solicitando que haja diálogo entre as instâncias de cuidado com as novas gerações: a família, a escola, a sociedade, o Estado e suas instituições. E as novas narrativas educacionais relativas à parentalidade têm como objetivo reafirmar a escola como espaço de socialização, aprendizado, formação de cidadania e construção de afetos, além de extensão da casa, não no sentido apenas de apoio à rotina laboral dos pais, mas também de ser ponte de diálogos por vezes difíceis de serem conduzidos no seio da família. A educação e a escola devem ganhar protagonismo e seguir uma dinâmica própria, contribuindo para a troca diária entre a vida

---

<sup>26</sup> Sobre isso, ver mais a partir de Henrique (2023).

doméstica e pública, promovendo a cidadania e a socialização, além de atuar como uma ponte afetiva entre crianças, adolescentes e o mundo, com esforços de humanização.

Como terceiro eixo, as novas narrativas sobre o amor parental partem das mudanças sociais nos arranjos afetivos ao longo do tempo e passam por sedimentar a parentalidade enquanto projeto e a importância de que haja, sim, a garantia de apoio, preparo e conhecimento para essa jornada, sem, contudo, cairmos na armadilha de práticas consumistas. Por isso, essas narrativas reafirmam a necessidade de uma abordagem coletiva para lidar com os desafios da parentalidade, buscando apoio mútuo e solidariedade, de forma a que *Philia*, a visão filosófica do amor parental, torne-se *Ágape* e atinja a todos, aos filhos de todos, a todas as famílias, sobretudo as invisibilizadas e vulnerabilizadas. Isso depende ainda das narrativas que seguem tentando garantir e ampliar direitos reprodutivos para todos. Apenas a partir da liberdade de ser responsável por outro ser humano é que podemos aprimorar a parentalidade a cada dia mais.

Com esse cenário, podemos apontar alguns caminhos de pesquisa para esforços futuros. Por isso, sugerimos algumas abordagens que podem ajudar a compor um panorama cada vez mais abrangente sobre a questão. O espaço acadêmico, voltado ao entendimento dos fenômenos humanos, como as relações, deve ser incentivado, já que é no encontro com o outro que atingimos nossa maior potência de viver e, por consequência, é na insatisfação com laços sociais ascendentemente frágeis que, enquanto sociedade, estamos cada dia mais doentes. Por isso, é premente que a natureza humana seja vista de forma holística e que possamos debater e refletir sobre os fluxos comunicacionais atuais que influenciam tanto a nossa vida. Seja no trabalho, em casa ou no espaço público, é preciso que sejamos críticos sobre a nossa própria realidade, embora não seja fácil interpretar o turbilhão ao estarmos inseridos nele. Enquanto possibilidades de pesquisa, temos que outras metodologias podem ser empregadas a fim de cobrir diferentes visões, como, por exemplo, a utilização de pesquisa de campo, estudos de recepção, entrevistas, entre outras abordagens possíveis em ciências humanas.

A exploração de diferentes assuntos dentro da mesma temática também pode ser empregada. Neste trabalho, acreditamos ter contribuído de forma a agregar ao nosso campo de conhecimento, principalmente com a articulação proposta entre a temática do amor, sobretudo o parental, sob o olhar a comunicação e adicionando reflexões sobre a educação, aliando, ainda, os paradigmas educacional e da complexidade, em uma abordagem que preconizou dar visibilidade a discursos que promovem novas narrativas enquanto o conceito de serem afetivas,

que promovam a inclusão, a igualdade, suscitem debates e contribuam para uma sociedade mais afetuosa, justa e solidária.

Finalmente, esse trabalho teve como característica o diálogo com a sociedade, seus desafios, questões que movimentam suas prioridades e ações. E é na sintonia com esse caldo cultural que conseguimos ser sensíveis às suas questões, captar urgências e desafios latentes. Por isso, propomos que este produto possa dialogar com a sociedade como um todo, ser base para debate, crítica e aprimoramentos. É nesse intuito que pretendemos seguir aprofundando o tema e as discussões sobre o amor e os desafios das relações amorosas, pois é na sua realização que podemos extrair o melhor de nós. Seguiremos, então, praticando o *esperançar*<sup>27</sup> como verbo, ação, projeto de vida e estrela-guia. Essa esperança de uma sociedade melhor é luta diária, é propósito e é encontro e é missão.

---

<sup>27</sup> Segundo Mario Sergio Cortella (2015), que trabalhou com Paulo Freire por muitos anos, o pedagogo dizia: “É preciso ter esperança, mas tem de ser do verbo *esperançar*, porque tem gente com esperança do verbo *esperar*, e, aí, não é esperança, mas pura espera”.

## Referências

“FAMÍLIAS COM CRIANÇAS e adolescentes são as vítimas ocultas da pandemia”, revela pesquisa do UNICEF. **UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância**, 2020a. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/familias-com-criancas-e-adolescentes-sao-vitimas-ocultas-da-pandemia-revela-pesquisa-do-unicef>>. Acesso em: 14/06/2023.

8 RECOMENDAÇÕES PARA AJUDAR AS CRIANÇAS A LIDAR COM O ESTRESSE. **UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância**, 2020b. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2020-04/saude-mental\\_orientacoes-familias.pdf](https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2020-04/saude-mental_orientacoes-familias.pdf)>. Acesso em: 25/05/2023.

ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978. p. 287-295.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

**A INVENÇÃO da infância**. Direção: Liliana Sulzbach. Produção: Liliana Sulzbach, Monica Schmiedt. Brasil, 2000. (26min).

ANDREUCCI, Ana C. T. **Por uma efetiva construção da igualdade de gênero no ordenamento jurídico brasileiro**: análise da necessária revisão do tratamento diferenciado à mulher nas aposentadorias por idade e por tempo de contribuição na Constituição Federal de 1988. 2010. 298 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ANDREUCCI, Ana C. T; JUNQUEIRA, Michelle A. Crianças visíveis e direito à voz como direito humano fundamental: contributos jurídico-sociais do marco legal da primeira infância para o desenho de políticas públicas participativas no Brasil. **Cadernos de Derecho Actual**, Santiago de Compostela, n. 7, p. 289-303, 2017. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002865815.pdf> >. Acesso em: 06/03/2023.

ANDREUCCI, Ana C. P. T; JUNQUEIRA, Michelle A. Como brincadeira de roda: pesquisa, ensino e extensão entrelaçados em grupos de estudos voltados aos direitos infanto-juvenis. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, 2018, p. 9-21.

ANDREUCCI, Ana C. P. T; JUNQUEIRA, Michelle A; MAZZUCATTO, Maria R. As novas narrativas infantojuvenis a partir da telemedicina pediátrica brasileira no contexto da pandemia de COVID-19. In: CHIARELLO, Felipe; DUARTE, Marcos N; OMAR, Nizam; GARCIA, Lara R. (Org.). **A Transformação Digital na Relação Médico-Paciente**: Como a Inovação está Transformando o Presente e o Futuro da Medicina e do Direito. 1ª ed. Curitiba - PR, 2021a, v. 1, p. 103-117.

ANDREUCCI, Ana C. P. T; JUNQUEIRA, Michelle A; MAZZUCATTO, Maria R. Infância e parentalidade contemporâneas: uma análise sobre a obra *Perdas e Ganhos*, de Lya Luft, à luz de Luc Ferry, em interface com o Direito da Criança e do Adolescente. In: VERONESE, Josiane R. P; KONRATH, Ângela M. (Org.). **Espelhamentos: direito e literatura**. 1ª ed. Florianópolis - SC: Emais Editora, 2022, v. 1, p. 131-152.

ANDREUCCI, Ana C. P. T; JUNQUEIRA, Michelle A; MAZZUCATTO, Maria R. O feminino na atualidade: uma discussão sobre o *feminejo* à luz da indústria cultural. In: Isabel Orestes Silveira; Antônio Iraldo Alves de Brito;. (Org.). **Cartografias mestiças e outros processos**. 1ª ed. São Paulo - SP: Editora Paulus, 2021b, v. 3, p. 237-247.

ANDREUCCI, Ana C. P. T; JUNQUEIRA, Michelle A; MAZZUCATTO, Maria R. O sharenting na Sociedade do Cansaço e da Transparência: uma discussão sobre o direito da criança e do adolescente. In: Carolina Frazon Terra; Carlos Eduardo Souza Aguiar; Michelle Prazeres; Rodrigo Daniel Sanches;. (Org.). **Byung-Chul Han e a hipercomunicação** (Diálogos da Comunicação). 1ed. São Paulo: Paulus Editora, 2022, v. 1, p. 1-16.

ANDREUCCI, Ana C. P. T; JUNQUEIRA, Michelle A; MAZZUCATTO, Maria R. Quando Cora Coralina e o direito da criança e do adolescente proseiam: uma ode ao princípio da solidariedade como núcleo estruturante da arquitetura normativa infantojuvenil. In: Josiane Rose Petry Veronese; Joana Ribeiro. (Org.). **A Quem Serves?** 1ª ed. Rio de Janeiro - RJ: Livraria e Editora Lumen Juris, 2021c, v. 1, p. 57-77.

ANDREUCCI, Ana C. P. T; MAZZUCATTO, Maria R. O UNICEF e a comunicação pública em tempos pandêmicos: reverberações solidárias de vozes da juventude no combate às *fake news*. In: XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, 2021, São Paulo - SP. **Anais do XV Congresso Abrapcorp**, 2021a, p. 1-15.

ANDREUCCI, Ana C. P. T; MAZZUCATTO, Maria R. Educação, comunicação e afeto: Cascão lava as mãos para salvar vidas em meio ao contexto de incertezas da pandemia de COVID-19. **Infancias, Narrativas y Derechos**. 1ª ed. Buenos Aires: Facultad de Derecho - Universidad de Buenos Aires, 2021b, v. 2, p. 114-136.

ANDREUCCI, Ana C. P. T; MAZZUCATTO, Maria R. ERA UMA VEZ A IMPORTÂNCIA DAS NARRATIVAS ENTRE AS INCERTEZAS DA PANDEMIA DE COVID-19: UMA ANÁLISE SOBRE A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA AS CRIANÇAS DE ISRAEL. SILVA, Bárbara T. P; FILHO, Humberto L; PIMENTA, Luciana. **De qual direito falar a partir da pandemia do século XXI?** Volume I, 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020, v. 1, p. 89-116.

ARAÚJO, Maria F. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicol. cienc. prof**, vol. 22 nº 2, Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000200009&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000200009&script=sci_arttext&tlng=es)>. Acesso em: 30/05/2023.

ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986a.

ARIÈS, Philippe. La infancia. **Revista de educación**, v. 281, n. 5, 1986b, p. 5-18.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada**: do Império romano ao ano mil, Vol. 1. São Paulo, Companhia de Bolso, 2009a.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada**: da Europa feudal à Renascença, Vol. 2. São Paulo, Companhia de Bolso, 2009b.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada**: da Renascença ao Século das Luzes. Vol. 3. São Paulo, Companhia de Bolso, 2009c.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra, Vol. 4. São Paulo, Companhia de Bolso, 2009d.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada**: da Primeira Guerra a nossos dias, Vol. 5. São Paulo, Companhia de Bolso, 2009e.

ARISTÓFANES. **Discurso de Aristófanes**. In: PLATÃO. **Apologia; Banquete; e Fedro**. [Tradução: Edson Bini, Albertino Pinheiro]. 1ª ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010, p. 43-47.

ARISTÓTELES. **A ética a Nicômaco**. São Paulo: Edipro, 2015.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. CIDADE: EDITORA, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e actualizada. Coimbra: Edições 70, 2020.

BASTOS, Pablo N. Comunicação para a cidadania e hegemonia popular: aproximações, conflitos e entrelaçamentos teóricos e políticos. In: SILVA, Denise T; BASTOS, Pablo N; MIANI, Rozinaldo A; SILVA, Suelen A. (Orgs). **Comunicação para a Cidadania**: 30 anos em luta e construção coletiva. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021, p. 221-250.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Nós hipotecamos o futuro', critica sociólogo polonês Zygmunt Bauman**. [22/07/2014]. Leeds: Canal do YouTube, 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EJHKgjsOJt4&list=WL>>. Acesso em: 10/05/2023.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BENEDEK, Therese. Parenthood as a developmental phase: A contribution to the libido theory. **Journal of the American psychoanalytic Association**, v. 7, n. 3, 1959, p. 389-417.

BERTI, Luiza G; FACHIN, Zulmar A. SHARENTING: VIOLAÇÃO DO DIREITO DE IMAGEM DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PELOS PRÓPRIOS GENITORES NA ERA DIGITAL. **Revista de Direito de Família e Sucessão**, v. 7, n. 1, 2021, p. 95-113.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Família, sociedade e educação: um ensaio sobre individualismo, amor líquido e cultura pós-moderna**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo v. 102 p. 591 - 610 jan./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67771/70379>>. Acesso em: 14/04/2023.

BLUMENFELD, Remy. How A 15,000-Year-Old Human Bone Could Help You Through The Coronacrisis. **Forbes**, 2020. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/remyblumenfeld/2020/03/21/how-a-15000-year-old-human-bone-could-help-you-through-the--coronavirus/?sh=4ed93f1c37e9>>. Acesso em: 12/03/2023.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes; 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **The Logic of Practice**. Stanford: Stanford University Press, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em 06/02/2023.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Lex: Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em 06/02/2023.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019**. Lex: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm)>. Acesso em 06/02/2023.

BRUNER, Jerome. **Realidade mental, mundos possíveis**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BUCKINGHAM, David. As crianças e a mídia: uma abordagem sob a ótica dos Estudos Culturais. In. **Revista Matrizes**. São Paulo. Ano 5, nº 2, São Paulo: ECA/USP, 2012, p. 93-121.



BYOCK, Ira. **The best care possible**: A physician's quest to transform care through the end of life. Cidade: Penguin, 2013.

CAMARGO, Brígido V; JUSTO, Ana M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, 2013, p. 513-518. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19/06/2023.

CAMARGO, Naiara. Pandemia da Covid-19 tem afetado saúde mental de mães, aponta pesquisa. Correio do Estado, 2021. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/cidades/pandemia-da-covid-19-tem-afetado-saude-mental-de-maes-aponta-pesquisa/387009/>>. Acesso em: 14/06/2023.

CANOTILHO, José J. G. Direito Constitucional e teoria da Constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2006.

CARDOSO, Sérgio. **Paixão da igualdade, paixão da liberdade: a amizade em Montaigne**. In: CARDOSO, Sérgio [et al.]. **Os Sentidos da Paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 159-194.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Educação, Convivência e Ética**. São Paulo: Cortez, 2015.

CARVALHO, Carlos A. A comunicação como metáfora para compreensão do social. **LÍBERO**, n. 34, 2016, p. 131-144. Disponível em: <<https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/111>>. Acesso em: 19/06/2023.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003a.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003b.

CITELLI, Adilson; SOARES, Ismar O; LOPES, Maria I. V. **Educomunicação**: referências para uma construção metodológica. **Comunicação & Educação**, v. 24, n. 2, p. 12-25, 2019.

CARVALHO, Carlos A. As mídias como metáforas narrativas: apontamentos sobre a necessidade metodológica de não desprezar as textualidades. In: MOURA, Cláudia; LOPES, Maria Immacolata (Org). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 257-276.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 55-83.

CHAVES, Eduardo O. C. O desafio da tecnologia na educação. 2005. Disponível em: <[http://www.escola2000.org.br/pesquise/texto/textos\\_art.aspx?id=77](http://www.escola2000.org.br/pesquise/texto/textos_art.aspx?id=77)>. Acesso em: 05/05/2023.

CHEUNG, Helier. **Publicar fotos dos filhos nas redes sociais é invasão de privacidade?** BBC News, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47731061>>. Acesso em 15/07/2023.

COGO, Rodrigo. **Storytelling: as narrativas da memória na estratégia da comunicação.** São Paulo: Aberje, 2016.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia do. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, 2005, p. 2-11.

COLUCCI, Camila F. P. **Princípio do melhor interesse da criança:** construção teórica e aplicação prática no direito brasileiro. USP, São Paulo, 2014.

COMPARATO, Fábio K. A afirmação histórica dos direitos humanos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 422.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

CONCEITO DE COLUNA. **Coluna.de**, s.d. Disponível em: <<https://conceito.de/coluna#:~:text=A%20coluna%20%C3%A9%20um%20g%C3%A9nero,determinados%20assuntos%20de%20interesse%20geral.>>. Acesso em: 15/06/2023.

CONVENÇÃO AMERICANA sobre Direitos Humanos. Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. **Organização dos Estados Americanos – OEA**, 1969. Disponível em: <[https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm)>. Acesso em: 24/07/2023.

CORALINA, Cora. **Vintém de cobre: meias confissões de Aninha.** 7ª ed. São Paulo: Global, 2001.

CÔRTEZ, Débora A. A um fêmur de distância: a ligação da vida de Margaret Mead com a história das ciências. **Revista Blog do Profissão Biotec**, v.8, 2021. Disponível em: <<https://profissaobiotec.com.br/margaret-mead-historia-das-ciencias/>>. Acesso em: 12/03/2023.

COSTA FILHO, Ismar C. Cidadania comunicativa: a participação social no direito à comunicação. In: SILVA, Denise T; BASTOS, Pablo N; MIANI, Rozinaldo A; SILVA, Suelen A. (Orgs). **Comunicação para a Cidadania:** 30 anos em luta e construção coletiva. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021, p. 133-158.

CRISPINO, Ligia V. Você sofre de FOMO? Entenda o que significa a sigla em inglês. **Exame**, 2018. Disponível em: <<https://exame.com/carreira/voce-sofre-de-fomo-entenda-o-que-significa-a-sigla-em-ingles/>>. Acesso em: 26/07/2023.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DEFINIÇÕES. **DataSUS**, s. d. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/definicoes.htm>>. Acesso em: 16/06/2023.

DEXTRARUM IUNCTIO. **Museu Britânico**, s. d. Disponível em: <[https://www.britishmuseum.org/collection/object/G\\_1805-0703-143](https://www.britishmuseum.org/collection/object/G_1805-0703-143)>. Acesso em: 24/07/2023.

DINIZ, Maria H. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Vol. 5: Direito de Família. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DUBY, Georges. Advertência. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.). **História da Vida Privada**: da Europa feudal à Renascença, Vol. 2. São Paulo, Companhia de Bolso, 2009, p. 7-14.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**: Estudo sobre a organização das sociedades superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUBY, Georges; BARTHÉLEMY, Dominique; RONCIÈRE, Charles de La. Quadros. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.). **História da Vida Privada**: da Europa feudal à Renascença, Vol. 2. São Paulo, Companhia de Bolso, 2009, p. 51-312.

ENRIGHT, Robert D. et al. The philosophy and social science of agape love. **Journal of theoretical and philosophical psychology**, 2022, p. 220-237. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/buy/2022-48425-001>>. Acesso em: 09/07/2023.

EWALD, François. **Historie de l'État Providence**: les origines de la solidarité, Grasset, Paris, 1996.

FARIAS, Cristiano C; ROSA, Conrado P. **Teoria Geral do Afeto**. 3ª ed. São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.

FARIAS, Luiz Alberto de. **Opiniões voláteis: opinião pública e construção de sentido**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2019.

FASE DA VIDA? Faixa etária? Construção social? Afinal, o que é Adolescência? **Vivendo a Adolescência**, s. d. Disponível em: <<http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/adolescencia>>. Acesso em: 23/07/2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FELICE, Massimo D. **As formas digitais do social e os novos dinamismos da sociabilidade contemporânea.** In: KUNSCH, Margarida M. K., e Waldemar. **Relações Públicas Comunitárias.** São Paulo: Summus Editorial, 2007, p. 29-44.

FERNANDES, Domingos. Ensino e Avaliação no Ensino Superior: reflexões a partir da pesquisa realizada no âmbito do PROJETO AVENA. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 36, n. 99, maio-ago. 2016, p. 223-238.

FERREIRA, Jairo. **Mediatização como contexto das instituições: rupturas e continuidades nas formações configuradas em dispositivos comunicacionais.** In: MARCHIORI, Marlene. (Org.) **Contexto Organizacional Mediatizado.** São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2014.

FERRY, Luc. **Famílias, amo vocês: política e vida privada na época da globalização.** Rio de Janeiro, Objetiva: 2010.

FERRY, Luc. **A revolução do amor: por uma espiritualidade laica.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FICHAS Informativas COVID-19: entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19 [Internet]. **Repositório Institucional para Troca de Informações – Iris.** OPAS - Organização PanAmericana da Saúde; OMS - Organização Mundial da Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2020 Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054?locale-attribute=pt>. Acesso em 10/09/2023.

FISHER, Walter. **Human Communication as narration: toward a philosophy of reason, value and action.** Columbia: University of South Carolina Press, 1987.

FLANDRIN, Jean L. **Familles. Parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société.** Paris: Éditions du Seuil, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Lisboa: Leya, 2014.

FREDRIC JAMESON: “globalização e pós-modernidade são o mesmo fenômeno”. **Sul21**, 2011. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/fredric-jameson-globalizacao-e-pos-modernidade-sao-o-mesmo-phenomeno/>. Acesso em: 01/06/2023.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização.** São Paulo: LeBooks Editora, 2019.

GABRIEL, Ruan S. Do divã para as redes: como a psicanálise conquistou a internet. **O Globo**, 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/do-diva-para-as-redes-como-psicanalise-conquistou-internet-1-25399047>>. Acesso em: 13/06/2023.

GALLAND, Antoine. **As mil e uma noites**. Apresentação Malba Tahan. Tradução de Alberto Diniz. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

GAMBOA, Sílvio S. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, José Camilo; GAMBOA, Sílvio Sanchez (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

GARCIA, Carla C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

GAULEJAC, Vicent. **Gestão como doença social**. Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2007, p. 16.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.). **História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes**. Vol. 3. São Paulo, Companhia de Bolso, 2009, p. 305-320.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOMBIN, Richard. **As Origens do Esquerdismo**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1972.

GOMES, Carla M; MOREIRA, Vital (Coord.). **Compreender os direitos humanos**. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

GONÇALVES, Gean O; MEDINA, Cremilda C. A. Signo da Relação e os Desafios das Narrativas Jornalísticas sobre as LGBT. **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, v. 14, n. 1, p. 56-77, 2018.

GRENFELL, Michael. Teoria do campo: para além da subjetividade e da objetividade. In: GRENFELL, Michael (Ed.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 65-72.

GUIA UNICEF - Cuidados na Escola. **UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância**, 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cuidados-na-escola>>. Acesso em: 21/06/2023.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Entre Naturalismo e Religião**. Estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HECKMAN, James J. Investir no desenvolvimento na primeira infância: reduzir déficits, fortalecer a economia. **Heckman Equation**, 2012, p. 3-56. Disponível em: <[https://heckmanequation.org/wp-content/uploads/2017/01/D\\_Heckman\\_FMCSV\\_ReduceDeficit\\_012215.pdf](https://heckmanequation.org/wp-content/uploads/2017/01/D_Heckman_FMCSV_ReduceDeficit_012215.pdf)>. Acesso em: 25/07/2023.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HENRIQUE, Layane. **Saiba do que se trata a regulação das redes sociais**. Politize, 2023. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/regulacao-das-redes-sociais/>>. Acesso em: 27/07/2023.

HENRY, Paul; MOSCOVICI, Serge. Problèmes de l'analyse de contenu. **Langages**, 1968, n. 11, p. 36-60.

HERTZ, Noreena. **O século da solidão: restabelecer conexões em um mundo fragmentado**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

HONNETH, Axel. A textura da justiça: sobre os limites do procedimentalismo contemporâneo. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 9, n. 3, 2009, p. 345-368.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2021.

HUNT, Lynn. Revolução francesa e vida privada. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.). **História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**, Vol. 4. São Paulo, Companhia de Bolso, 2009, p. 19-46.

IACONELLI, Vera. **'Mãe narcisista' é uma expressão que merece ser discutida**. *Folha de S. Paulo*, 2021a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/10/mae-narcisista-e-uma-expressao-que-merece-ser-discutida.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **'Sex Education', por favor**. *Folha de S. Paulo*, 2020a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/02/sex-education-por-favor.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Abstenhamo-nos da ignorância, Damares**. *Folha de S. Paulo*, 2020b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/01/abstenhamo-nos-da-ignorancia-damares.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **A casa 'terceirizada' caiu.** *Folha de S. Paulo*, 2020c. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/03/a-casa-terceirizada-caiu.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **A Folha entre nós.** *Folha de S. Paulo*, 2021b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/02/a-folha-entre-nos.shtml>>. Acesso em: 13/06/2023.

IACONELLI, Vera. **ALÉM DO DIVÃ** | Entrevista com Vera Iaconelli. **Revista E - Sesc SP**, 2022. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/alem-do-diva-entrevista-com-vera-iaconelli/#junho-integra>>. Acesso em: 14/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Amor à família é alibi perfeito.** *Folha de S. Paulo*, 2020d. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/06/amor-a-familia-e-alibi-perfeito.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Anne Frank e o sexo.** *Folha de S. Paulo*, 2021c. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/06/anne-frank-e-o-sexo.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **A perda de um filho.** *Folha de S. Paulo*, 2021d. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/03/a-perda-de-um-filho.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. Apresentação. Sobre as origens: muito além da mãe. In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (Org.). **Parentalidade**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, p. 11-20.

IACONELLI, Vera. **A primeira vez dos jovens.** *Folha de S. Paulo*, 2020e. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/02/a-primeira-vez-dos-jovens.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **As vozes do bueiro.** *Folha de S. Paulo*, 2020f. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/08/as-vozes-do-bueiro.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Caetanear o Natal.** *Folha de S. Paulo*, 2020g. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/12/caetanear-o-natal.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Campanhas pela infância erram.** *Folha de S. Paulo*, 2020h. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/10/campanhas-pela-infancia-erram.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Crianças desumanizadas**. *Folha de S. Paulo*, 2021e. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/10/criancas-desumanizadas.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **Criar filhos no século XXI**. 1ª ed. São Paulo, Contexto, 2021f.

IACONELLI, Vera. **De arremedo a panaceia**. *Folha de S. Paulo*, 2020i. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/07/de-arremedo-a-panaceia.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **De que vale investir nos filhos?**. *Folha de S. Paulo*, 2021g. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/09/de-que-vale-investir-nos-filhos.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **De que vale ter filhos?**. *Folha de S. Paulo*, 2020j. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/09/de-que-vale-ter-filhos.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Desculpe, chefe, estou grávida**. *Folha de S. Paulo*, 2021h. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/08/desculpe-chefe-estou-gravida.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **Dizer adeus aos pais**. *Folha de S. Paulo*, 2020k. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/12/dizer-adeus-aos-pais.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Do baby boom ao baby bye, bye**. *Folha de S. Paulo*, 2021i. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/05/do-baby-boom-ao-baby-bye-bye.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **Escola fechada produz sofrimento**. *Folha de S. Paulo*, 2020l. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/08/escola-fechada-produz-sofrimento.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Etiqueta sexual na infância**. *Folha de S. Paulo*, 2020m. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/09/etiqueta-sexual-na-infancia.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Feito tatuagem**. *Folha de S. Paulo*, 2021j. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/04/feito-tatuagem.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Home office, homeschooling, homeless**. *Folha de S. Paulo*, 2020n. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/04/home-office-homeschooling-homeless.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.



IACONELLI, Vera. **Mal-estar na maternidade**: do infanticídio à função materna. São Paulo: Annablume, 2015.

IACONELLI, Vera. **Meninas aprendem a se deixarem abusar**. *Folha de S. Paulo*, 2020o. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/09/meninas-aprendem-a-se-deixarem-abusar.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Meu caro bebê**. *Folha de S. Paulo*, 2021k. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/04/meu-caro-bebe.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **Mimados ou largados?**. *Folha de S. Paulo*, 2021l. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/02/mimados-ou-largados.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Não sei se vou te amar**. *Folha de S. Paulo*, 2020m. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/09/nao-sei-se-vou-te-amar.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **O jovem e a pornografia**. *Folha de S. Paulo*, 2020n. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/08/o-jovem-e-a-pornografia.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **O trauma na berlinda**. *Folha de S. Paulo*, 2021o. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/06/o-trauma-na-berlinda.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **Para entregar seu filho**. *Folha de S. Paulo*, 2021p. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/08/para-entregar-seu-filho.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **Parentalidade no olho do furacão**. *Folha de S. Paulo*, 2021q. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/12/parentalidade-no-olho-do-furacao.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **Podemos tirar nossos filhos das redes?** *Folha de S. Paulo*, 2021r. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/07/podemos-tirar-nossos-filhos-das-redes.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **Quarenteen**. *Folha de S. Paulo*, 2020r. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/05/quarenteen.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Quem decide se teremos filhos?**. *Folha de S. Paulo*, 2021s. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/08/quem-decide-se-teremos-filhos.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **Sapos, filhos e cachorros.** *Folha de S. Paulo*, 2021t. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/10/sapos-filhos-e-cachorros.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **Ter medo do pai.** *Folha de S. Paulo*, 2021u. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/09/ter-medo-do-pai.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **Ter um filho LGBTQIA+.** *Folha de S. Paulo*, 2021v. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/09/ter-um-filho-lgbtqia.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IACONELLI, Vera. **Thammy Miranda para Pai 2020.** *Folha de S. Paulo*, 2020s. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2020/08/thammy-miranda-para-pai-2020.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Trump escancara nosso anseio de que a realidade se dobre aos nossos desejos.** *Folha de S. Paulo*, 2020r. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/11/trump-escancara-nosso-anseio-de-que-realidade-se-dobre-aos-nossos-desejos.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Um ano na vida de uma criança.** *Folha de S. Paulo*, 2021w. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/03/um-ano-na-vida-de-uma-crianca.shtml>>. Acesso em: 16/06/2023.

IACONELLI, Vera. **Vale a pena defender a família?** *Folha de S. Paulo*, 2021x. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2021/07/vale-a-pena-defender-a-familia.shtml>>. Acesso em: 24/07/2023.

IMPACTOS SOCIAIS, econômicos, culturais e políticos da pandemia. FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz, s. d. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia#:~:text=A%20estimativa%20de%20infectados%20e,adoecimento%20e%20morte%2C%20acesso%20a>>. Acesso em: 14/06/2023.

IORIO, Gennaro. O AMOR COMO ÁGAPE NA PRÁXIS SOCIAL. **REALIS**, v.6, n. 01, Jan-Jul. 2016, p. 50-67. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/viewFile/8854/8829>>. Acesso em: 09/07/2023.

JARES, Xesús. Educación y conflicto como retos de la educación infantil. *In: Asociación Mundial de Educadores Infantiles – World Association of Early Childhood Educators* (Ed.), Congreso Europeo: Aprender a ser, aprender a vivir juntos-Santiago de Compostela. 2001.

JUNQUEIRA, Michelle A; MAZZUCATTO, Maria R. A dialogia libertadora e o direito infantojuvenil à educação e à comunicação: uma análise do projeto Trilhas Digit@is, do UNICEF,

à luz de Paulo Freire. In: **PENSACOM BRASIL 2021 - VIII CONFERÊNCIA DO PENSAMENTO COMUNICACIONAL BRASILEIRO** - O Cidadão Freiriano na Sociedade Contemporânea e as Contribuições Institucionais, 2021, São Paulo - SP. Anais da VIII Conferência do Pensamento Comunicacional Brasileiro, 6 a 8 de dezembro de 2021, E [recurso eletrônico]: O Cidadão Freiriano na Sociedade Contemporânea e as Contribuições Institucionais., 2021. v. 1. p. 1-14.

JUNQUEIRA, Michelle A; PINTO; Felipe C. S. Educação em tempos de pandemia: A integração da liberdade, igualdade e fraternidade para a efetivação dos direitos. In: SOBRINHO, Liton Lanes P; CALGARO, Cleide; ROCHA, Leonel Severo. **Covid-19 e seus paradoxos** [recurso eletrônico]. Itajaí: UNIVALI, 2020, p. 367-382.

LAGO, Cláudia. Pierre Bourdieu e algumas lições para o Campo da Comunicação. **Intexto**, n. 34, 2015, p. 728-744.

LASSWELL, Harold. The structure and function of communications in society. In: **The communications of ideas**. Bryson (org.). Nova Iorque: Editora Harper, 1948.

LEBOVICI, Serge. **O bebê, a mãe e o psicanalista**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1987.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE, Helena. **Saúde mental**: número de crianças que buscaram ajuda profissional após a pandemia aumentou 54% no Reino Unido. Pais & Filhos – Uol, 2022. Disponível em: <<https://paisefilhos.uol.com.br/familia/saude-mental-numero-de-criancas-que-buscaram-ajuda-profissional-apos-a-pandemia-aumentou-54-no-reino-unido/>>. Acesso em: 23/07/2023.

LEPRE, Rita M. **Adolescência e Construção da Identidade**. v. 10, 2003, p. 1-9.

LEVINAS, Emmanuel. **Le temps et l'autre**. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LGBTQIA+. **UOL**, s. d. Disponível em: <[LIMA, Everton; CARVALHO, Orli. Transições é o tema central da Semana Internacional da Saúde do Adolescente. \*\*Fiocruz\*\*, 2022. Disponível em: <\[LINS, Regina N. \\*\\*O livro do amor, volume 1\\*\\*. 6ª ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2007.\]\(https://www.iff.fiocruz.br/index.php?view=article&id=64:semana-internacional-saude&catid=8#:~:text=A%20OMS%20considera%20como%20adolesc%C3%AAncia,nomea%C3%A7%C3%A3o%20at%C3%A9%20os%2021%20anos.></a>>. Acesso em: 02/04/2023</p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/lgbtqia.htm#:~:text=LGBTQIA%2B%20significa%3A%201%C3%A9sbicas%20%20gays%20,e%20de%20g%C3%AAnero%20representando%20pluralidade.></a>>. Acesso em: 24/06/2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

LOCKE, John. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

LOPES, Katiúscia C. **A leitura sob o signo da relação - ler como ato de comunicação social**. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LOPES, Maria I. V. **Pesquisa em Comunicação**. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LUFT, Lya. **Perdas & ganhos** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Record, 2010.

LUHMANN, Niklas. **O amor como paixão para a codificação da intimidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

LUHMANN, Niklas. The autopoiesis of social systems. **Journal of sociocybernetics**, v. 6, n. 2, 2008, p. 84-95.

LYOTARD, Jean F. **O pós-moderno**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MACHADO, Renato S. O amor/ágape e o serviço/diaconia, nos escritos joaninos. **REVELETEO-Revista Eletrônica Espaço Teológico**, v. 5, n. 8, p. 95-109, 2011.

MAFEI, Maristela. **Assessoria de Imprensa - Como Se Relacionar com a Mídia**. São Paulo: Contexto (edição Digital), 2012.

MARQUES, Camila. **Folha encerra a década como o jornal com mais assinantes do país**. *Folha de S. Paulo*, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/folha-encerra-a-decada-como-o-jornal-com-mais-assinantes-do-pais.shtml>>. Acesso em: 23/06/2023.

**MATRIX REVOLUTIONS**. Direção: Lana Wachowski, Andy Wachowski. Warner Bros. Entertainment, 2003. (2h09min).

MAUAD, Ana M. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MAZZUCATTO, Maria R. O amor para Luc Ferry: uma análise sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. In: ANDREUCCI, Ana Claudia T; P; JUNQUEIRA, Michelle A;. (Org.). **Estatuto da Criança e do Adolescente após 30 anos**. 1ª ed. Londrina - PR: Editora Thoth, 2021a, v. 1, p. 107-126.

MAZZUCATTO, Maria R. Uma Análise Narrativa e Ritual sobre a Cartilha Cuidados na Escola. **Conexão Pós**: contribuições da pesquisa em comunicação no contexto (pós)pandêmico. 2021. (Apresentação de trabalho).

MCGREW, Anthony. A global society. In: HALL, Stuart. HELD, David; MCGREW, Anthony. **Modernity and its Futures**. Cambridge: Polity Press, 2012, p. 61-116.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. São Paulo: Edusp, 1972.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

MEAD, Margaret. **Adolescência y cultura en Samoa**. Buenos Aires: Paidós, 1951.

MEDINA, Cremilda. Jornalismo e epistemologia da Complexidade. In: MEDINA, Cremilda (Org.). **A Crise dos Paradigmas. Anais do 1º seminário transdisciplinar**. Série Novo Pacto da Ciência. São Paulo: ECA/USP, 1991.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo, da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo, Summus Editorial, 2008.

MEDINA, Cremilda. **Atravessagem, reflexos e reflexões na memória de repórter**. São Paulo, Summus, 2014.

MEDINA, Cremilda. **Ato presencial, mistério e transformação**. São Paulo, Edições Casa da Serra, 2016.

MEDINA, Cremilda; GONÇALVES, Gean. O.; KLAUTAU, Carolina M. Apontamentos do espanto na crise da covid-19. **Jornal da USP**, 26 jun. 2020.

MELLO, Suely A. Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 83-104, abr. 2007. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1630/1371>>. Acesso em: 02/02/2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/%x>.

MONTAIGNE, Michel. **Ensaio**: da Amizade e Outros Textos. Porto Alegre: L&PM, 2017.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 24ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

MORIN, Edgar. **As certezas são uma ilusão**. Fronteiras do Pensamento. 2020. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/entrevistas/edgar-morin-as-certezas-sao-uma-ilusao>>. Acesso em: 01/06/2023.

NAÍM, Moisés. **O Fim do Poder**. 2ª ed. Lisboa: Leya, 2019.

**NA NATUREZA SELVAGEM** (Into the Wild). Direção: Sean Penn. River Road Entertainment, 2008. (2h 27min).

NASSAR, Paulo. **As Novas Narrativas da Comunicação**. [23/07/2020]. Sabesp: Facebook Watch, 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=2738984626378030>>. Acesso em: 16/04/2023.

NASSAR, Paulo. Comunicação em organizações no Brasil: desafios e tendências. **DOM: Revista da Fundação Dom Cabral**, v. 11, n. 34, 2018, p. 42-48. Disponível em: <<https://ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Artigos%20FDC/Artigos%20DOM%2034/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20em%20org%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 20/06/2023.

NASSAR, Paulo. **Tudo é comunicação**. São Paulo: Lazuli Editora, 2004.

NASSAR, Paulo; ANDREUCCI, Ana C. P. T. Shrek e Bauducco chegam à corte: novas narrativas de crianças como sujeitos de direito e a decisão paradigmática do Superior Tribunal de Justiça brasileiro sobre propaganda dirigida ao público infantil. **Signos do Consumo**, São Paulo, v. 8, n. 1, 2016, p. 53-66. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/118206>>. Acesso em: 06/03/2023.

NASSAR; Paulo; ANDREUCCI, Ana C. P. T. Em nome do direito de ser criança: o papel vanguardista do Marco Legal da primeira infância no combate à pressão consumista e a comunicação mercadológica. **Signos do Consumo**, São Paulo, v. 11, n. 1, 2019, p. 26-33. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/150731>>. Acesso em: 06/03/2023.

NASSAR; Paulo; ANDREUCCI; Ana C. P. T; FARIAS, Luiz A. Quando Paulo Freire e o Marco Legal da Primeira Infância dialogam: novas narrativas de comunicação de direitos e emancipação de vozes de crianças no Brasil. **Interfaces da Comunicação**, [S.l.], v. 1, n. 1, 2023, p. 1-16. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/interfaces/article/view/211498/193838>>. Acesso em: 21/06/2023.

NASSAR, Paulo; ANDREUCCI, Ana C. P. T; MAZZUCATTO, Maria R. A COMUNICAÇÃO PÚBLICA, A EDUCAÇÃO E AS NOVAS NARRATIVAS INFANTOJUVENIS EM TEMPOS PANDÊMICOS: UMA ANÁLISE SOBRE A AULA DO PRESIDENTE DE PORTUGAL AOS JOVENS DE SEU PAÍS. **Revista Comunicando**, v. 9, 2020, p. 11-30.

NASSAR, Paulo; FARIAS, Luiz A; RIBEIRO, Emiliana P. Narrativas rituais: uma aproximação entre comunicação e antropologia. *In*: SCHEID, Daiane; MACHADO, Jones; PÉRSIGO, Patrícia

M. **TENDÊNCIAS EM COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL - Temas emergentes no contexto das organizações**. Santa Maria – RS: FACOS-UFSM, 2019, p. 209-224.

NASSAR, Paulo; RIBEIRO, Emiliana P. Velhas e Novas Narrativas. **Revista Estética - Citrus**, 2012. Disponível em <<http://citrus.uspnet.usp.br/estetica/index.php/anteriores/85-revista-8/52-2012-2-art5>>. Acesso em 06/05/2023.

NASSAR, Paulo; RIBEIRO, Emiliana P; TAMURA, Natália. Grupo de Estudos de novas narrativas: novas ideias para novos tempos. **III JORNADA INTERNACIONAL GEMINIS**, v. 3, 2018, p. 1-11.

NEDER, Vinicius. **Países como Japão e Inglaterra já enfrentam problemas relacionados à solidão, especialmente com o envelhecimento da população e o aumento do número de idosos que vivem sozinhos**. O Estado de S. Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/saude/paises-ministerios-da-solidao-alta-de-pessoas-que-vivem-sozinhas-e-suicidios/>>. Acesso em: 02/04/2023.

NETO, Jose W. O; JUNIOR, Antonio J. P. (In) viabilidade do princípio da afetividade. **Universitas Jus**, v. 27, n. 2, 2016.

NETO, Manoel D. **Rousseau: Um Olhar Sobre a Infância e a Educação**. Unicamp, 2001. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/~jmarques/cursos/2001rousseau/mdn.htm>>. Acesso em: 07/05/2023.

OEYEN, Victor; LIMA, Paulo; SALAIMEN, Graciela. A Campanha CRIS. **Revista do Terceiro Setor**. Extraído do texto “A Cúpula Mundial de 2003: a Sociedade Informacional”. São Paulo: RITS, junho de 2002. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora.

OLTRAMARI, Leandro C. Os caminhos filosóficos do amor. **Estud. pesqui. psicol.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2005, p. 42-45.

O QUE SÃO os direitos humanos? **Organização das Nações Unidas Brasil – ONU BRASIL**, 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 31/05/2023.

PAIVA, Raquel. A comunicação comunitária e a utopia freireana. In: SILVA, Denise T; BASTOS, Pablo N; MIANI, Rozinaldo A; SILVA, Suelen A. (Orgs). **Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva**. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021, p. 77-100.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.). **História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**, Vol. 4. São Paulo, Companhia de Bolso, 2009, p. 107-168.

PESQUISA INDICA que 60% dos brasileiros que fazem terapia começaram na pandemia. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pesquisa-indica-que-60-dos-brasileiros-que-fazem-terapia-comecaram-na-pandemia/>>. Acesso em: 13/06/2023.

PINHEIRO, Chloé. Coronavírus: novos dados sobre grupos de risco. **Veja Saúde**, 2020. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/medicina/coronavirus-novos-dados-sobre-grupos-de-risco/>>. Acesso em: 04/07/2023.

PLATÃO. **Apologia; Banquete; e Fedro**. 1ª ed. São Paulo: *Folha de S. Paulo*, 2010.

PLATÃO. **Leis**. Vol. 1. Coimbra: Edições 70, 2017.

POPPE, Laila L. F. **Novas conformações jurídicas e sociais da família e o afeto como meio de efetivação desse direito fundamental**. – Ijuí, 2014. – Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Direitos Humanos. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2793>>. Acesso em: 06/03/2023.

PRIORE, Mary D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2018a.

PRIORE, Mary D. **História do amor no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PRIORE, Mary D. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2018b, p. 84-106.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.). **História da Vida Privada: da Primeira Guerra a nossos dias**, Vol. 5. São Paulo, Companhia de Bolso, 2009, p. 13-136.

RAMOS, Fábio P. R. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 19-54.

RACAMIER, Paul C. **La mère et l'enfant dans les psychoses du post-partum**. *L'evolutionary Psychiatry*, ed. 26, vol. 4, 1961, p. 525-569.

RIBEIRO, Emiliana P. **Micronarrativas como estratégia de comunicação interna**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, Emiliana P. **Novas Narrativas da Comunicação em Organizações**. 2019. 318 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ROCHA, Leonel S; SCHERBAUM, Júlia F. N. O; OLIVEIRA, Bianca N. **Afetividade no direito de família**. Curitiba: Juruá, 2018.



ROSA, Miriam D. Passa anel: famílias, transmissão e tradição. In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (Org.). **Parentalidade**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, p. 23-37.

ROUCHE, Michel. Alta Idade Média Ocidental. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.). **História da Vida Privada: do Império romano ao ano mil**, Vol. 1. São Paulo, Companhia de Bolso, 2009, p. 403-532.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou da Educação**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação: problemas, correntes e autores**. 1ª ed. São Paulo: Edicon, 1998.

SALLES, Leila M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estud. psicol.** (Campinas), Campinas, v. 22, n. 1, mar. 2005, p. 33-41. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2005000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2005000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02/03/2023.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: PRIORE, Mary D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2018b, p. 107-136.

SCHMIDT, Eric; COHEN, Jared. **A nova era digital**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2013.

SEGALEN, Martine. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

SELLTIZ, Claire; JAHODA, Marie; DEUTSCH, Morton; COOK, Stuart W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Edusp, 1967.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SALVIATI, Maria E. **Manual do Aplicativo Iramuteq**. Iramuteq, 2017. Disponível em: <<http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>>. Acesso em: 18/06/2023.

SOARES, Ismar O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar O. Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina. In: LIMA, João Claudio Garcia R; MELLO, José Marques de. (Orgs.). **Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil** (2012/2013). Brasília: Ipea, 2013, p. 169-202.

SODRÉ, Muniz. A comunicação não é um sistema de linguagem, e sim um sistema de organização do comum. Entrevista com Muniz Sodré. **Revista EcoPos**, v. 17, n.3, (2014). Disponível em: [http://revistas.ufrj.br/index.php/eco\\_pos/article/view/1773/pdf\\_55](http://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1773/pdf_55). Acesso em: 29/04/2013.

SONSIN, Juliana. Mãe solteira? Não, mãe solo! Os desafios e o impacto psicológico de criar filhos sozinha. **Saúde da Mulher**, s.d. Gestação. Blog. Disponível em: <https://www.telavita.com.br/blog/mae-solo/>. Acesso em: 15/03/2023.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

SORORIDADE. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sororidade>>. Acesso em: 27/03/2023.

STJ CONDENA pai a indenizar filha por abandono afetivo. **JusBrasil**, 2012. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/stj-condena-pai-a-indenizar-filha-por-abandono-afetivo/3106388>>. Acesso em: 20/06/2023.

STUMPF, Ida R. C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 51-61.

TRIGO, Luciano. **Guerra de narrativas: A crise política e a luta pelo controle do imaginário**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2018.

TRINDADE, Eneus; MEIRA, Karla de Melo Alves; ZIMMERMANN, Daniel Dubosselard. Constituição cultural do brincar: rituais de consumo e discurso em vídeos de fabricantes de brinquedos para meninas no YouTube. **Líbero**, n. 49, p. 237-256, 2021.

UNICEF GLOBAL Covid-19 Situation Report No. 3. **UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância**, 2020c. Disponível em: [https://www.unicef.org/appeals/files/UNICEF\\_Global\\_CoViD19\\_Situation\\_Report\\_No3\\_\\_1\\_15\\_April\\_2020.pdf](https://www.unicef.org/appeals/files/UNICEF_Global_CoViD19_Situation_Report_No3__1_15_April_2020.pdf)>. Acesso em: 05/07/2023.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no ocidente cristão**. São Paulo: Ática, 1986.

VANNUCHI, Camilo M. **Direito humano à comunicação: fundamentos para um novo paradigma na regulação dos meios no Brasil**. 2020. 488 p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

VATTIMO, Gianni. **A Sociedade Transparente**. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

VERA IACONELLI. **Folhapress**, s. d. Disponível em: <https://folhapress.folha.com.br/paginas/textos/colunas/cotidiano/vera-iaconelli.shtml>>. Acesso em: 15/06/2023.

VERA IACONELLI. **Grupo Autêntica**, s. d. Disponível em: <https://grupoautentica.com.br/autentica/autor/vera-iaconelli/1789>>. Acesso em: 13/06/2023.

VEYNE, Paul. Introdução. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.). **História da Vida Privada: do Império romano ao ano mil**, Vol. 1. São Paulo, Companhia de Bolso, 2009a, p. 11-13.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.). **História da Vida Privada**: do Império romano ao ano mil, Vol. 1. São Paulo, Companhia de Bolso, 2009b, p. 17-211.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Obras escogidas**. Vol 3. Madrid: Visor, 1995.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich; LÚRIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone/Edusp, 1988.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZELDIN, Theodore. **Uma história íntima da humanidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.